Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 01
Rubrica

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Em **25 de Setembro de 2023**, procedeu-se a abertura do **processo administrativo nº 0101.07156.2023,** que tem por objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA.

Vargem Grande/MA, 25 de Setembro de 2023

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 02
Rubrica

SOLICITAÇÃO DE DESPESA

Ao Senhor
Carlos Luan Carneiro Teixeira
Chefe da seção de divisão de licitações e compras.

Prezado Senhor,

Venho por meio deste encaminhar a Vossa Senhoria nossa solicitação de Intenção de Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, para que seja realizado as cabíveis providências necessárias, em conformidade com o Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações e Decreto Municipal nº 004/2017, de acordo com as informações em Anexo.

Vargem Grande (MA), 25 de Setembro de 2023.

Atenciosamente,

Raimundo Nonato da Costa
Secretário Municipal de Educação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 03
Rubrica

ANEXO I
INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em obediência ao disposto no art. 5º do Decreto Federal nº 7.892/2013 e alterações posteriores, conforme Decreto Municipal nº 004/2017, na competência de ÓRGÃO GERENCIADOR, COMUNICA a quem possa interessar sua Intenção de Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo maior desconto, conforme condições, especificações e quantitativos a seguir elencados:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	VALOR ESTIMADO
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional.	SERVIÇO	R$ 250.000,00

A escolha do Sistema de Registro de Preços, justifica-se no Art. 3º Inciso I, do Decreto Federal nº 7.892/2013 e alterações posteriores, em conformidade com Decreto Municipal nº 004/2017.

Sua divulgação deverá ocorrer através de correspondência a todas as secretárias municipais vinculadas a Prefeitura Municipal de Vargem Grande, conforme prevê o, levando em consideração que este órgão não possui mão de obra suficiente para o gerenciamento ilimitado de órgãos, entidades e autarquias. Para tal, fundamentamo-nos no Art. 4º, § 3º, inciso I, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e alterações posteriores, conforme Art. 3º, § 2º do Decreto Municipal 004/2017.

FONTE DE RECURSO
As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA, que será informado no ato de formalização do contrato, conforme Art. 7º § 2º do Decreto Federal nº 7.892/2013 e alterações posteriores.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 04
Rubrica

FORMA DE FORNECIMENTO:
A forma de fornecimento dos produtos, será mediante apresentação de requisição própria do executor do contrato da Prefeitura Municipal de Vargem Grande – MA, em 01 (uma) via, devendo conter no averso carimbo em alto relevo e devidamente assinada por servidor autorizado, contendo os seguintes dados:
a) Cliente: Secretaria Municipal Requisitante;
b) Informar a quantidade dos produtos;
c) Informar o valor referente a cada produto;
d) Informar a data do fornecimento dos produtos;
e) Assinatura do funcionário da empresa;
f) Comprador: assinatura e carimbo do diretor do Setor de Compras.

Os Órgãos / Secretarias que tiverem a intenção de participar do referido Registro de Preços, em obediência ao art. 6º do Decreto Federal nº 7.892/2013, e alterações posteriores, e Decreto Municipal nº 004/2017, deverão manifestar seu interesse de participação mediante o encaminhamento ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA, através desta Secretaria/Órgão Gerenciador, da sua Manifestação de Intenção de Registro de Preços – MIRP, formalizado e aprovado pela autoridade competente, sua concordância com objeto a ser licitado contendo a estimativa de consumo e especificações pertinentes, antes da realização do procedimento licitatório, **sendo o prazo máximo para recebimento de tal manifestação de intenção, será de até 08 (oito) dias uteis a partir da publicação do aviso da IRP,** conforme Art. 4º § 1º-A do Decreto Federal nº 7.892/2013. (incluído pelo Decreto nº 9.488 de 2018).

Vargem Grande (MA), 25 de Setembro de 2023.

Raimundo Nonato da Costa
Secretário Municipal de Educação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 05
Rubrica

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE - MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Processo Administrativo nº 0101.07156.2023, torna público, em obediência ao disposto no Art. 5º do Decreto Federal nº 7.892/2013, e suas alterações, combinado com o Decreto Municipal nº 004/2017, na competência de ÓRGÃO GERENCIADOR, registra sua INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP no âmbito Municipal, bem como convida os Órgãos e Entidades interessadas em participar, na condição de Órgão Participante, do Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo maior desconto.

1 – Os Órgãos e Entidades que tiverem intenção de participar do referido Registro de Preços, deverão encaminhar sua Manifestação de Intenção de Registro de Preços – MIRP, para o Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Vargem Grande - MA, situado na Rua Dr. Nina Rodrigues, nº 20, Centro, manifestando seu interesse e concordância com o objeto a ser licitado, devidamente acompanhado de:

1.1 – Planilha com descrição dos itens e quantitativos estimados.

2 – A manifestação de interesse em participar do registro de preços, implicará em concordância com o objeto e condições da licitação.

3 – O encaminhamento de documentação incompleta ou o pedido intempestivo, implicará na não inclusão do órgão/entidade no Registro de Preços.

4 – Prazo para manifestação de interesse em participar do presente Registro de Preços: será de oito dias úteis, a partir da publicação do envio através de correspondência do aviso da IRP, conforme Art. 3º § 2º- I do Decreto Municipal nº 004/2017, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013 (incluído pelo Decreto nº 9.488/2018).

5 – Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) Meses.

Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Vargem Grande - MA, localizada no endereço acima mencionado.

Vargem Grande - MA, 25 de Setembro de 2023.

Raimundo Nonato da Costa
Secretário Municipal de Educação.

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 06
Rubrica

Ao Senhor
Raimundo Nonato da Costa
Secretário Municipal de Educação
Nesta

DESPACHO

Informamos a Vossa Senhoria, que após o prazo estabelecido na Divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, por meio de correspondência, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, conforme encaminho em anexo.

Vargem Grande/MA, em 06 de Outubro de 2023.

Carlos Luan Carneiro Teixeira
Chefe da seção de divisão de licitações e compras

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 07
Rubrica

Relação de Itens

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	VALOR TOTAL
01	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional. (**Secretaria de Administração).**	Serviço	R$100.000
02	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional. (**Secretaria de Educação).**	Serviço	R$250.000
03	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional. (**Secretaria de Saúde).**	Serviço	R$80.000
04	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional. (**Secretaria de Assistência Social).**	Serviço	R$65.000

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 08
Rubrica

Vargem Grande - MA, 28 de Setembro de 2023.

Ao Senhor
Carlos Luan Carneiro Teixeira
Chefe da seção de divisão de licitações e compras

Senhor,

Tendo tomado conhecimento da Intenção de Registro de Preços – IRP, manifestado pela Secretaria Municipal de Educação, encaminhado através de correspondência no dia 25/09/2023, para a possível Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, encaminhamos a Vossa Senhoria nossa Manifestação de Intenção de Registro de Preços – MIRP, como Órgão Participante do referido processo licitatório, conforme previsto no Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações e Decreto Municipal nº 004/2017. Segue em anexo nossa manifestação e planilha com quantitativos e descriminação dos produtos;

Certo de sua atenção, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Francisco Ferreira Lima Filho
Secretário Municipal de Administração

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 09
Rubrica

MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, em obediência ao art. 6º do Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações e Decreto Municipal nº 004/2017, na competência de ÓRGÃO PARTICIPANTE, Manifesta seu Interesse de Participação da Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, tipo maior desconto, que será realizada sob o gerenciamento da Secretaria Municipal de Educação, conforme as condições elencadas na Intenção de Registro de Preços do referido órgão, segue abaixo as especificações e quantidades estimadas desta Secretaria Municipal de Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	VALOR ESTIMADO
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional.	SERVIÇO	R$ 100.000,00

Registra-se que a Secretaria Municipal de Administração concorda e aceita as condições especificadas na Intenção de Registro de Preços da Secretaria Municipal de Educação.

Vargem Grande - MA, 28 de Setembro de 2023.

Francisco Ferreira Lima Filho
Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEMAS

Prefeitura de VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 10
Rubrica

Vargem Grande - MA, 03 de Outubro de 2023.

Ao Senhor
Carlos Luan Carneiro Teixeira
Chefe da seção de divisão de licitações e compras

Senhor,

Tendo tomado conhecimento da Intenção de Registro de Preços – IRP, manifestado pela Secretaria Municipal de Educação, encaminhado através de correspondência no dia 25/09/2023, para a possível Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, encaminho a Vossa Senhoria nossa Manifestação de Intenção de Registro de Preços – MIRP, como Órgão Participante do referido processo licitatório, conforme previsto no Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações e Decreto Municipal nº 004/2017. Segue em anexo nossa manifestação e planilha com quantitativos e descriminação dos produtos;

Certo de sua atenção, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Carla Nicoly Mesquita de Mesquita
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 11
Rubrica

MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em obediência ao art. 6º do Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações e Decreto Municipal nº 004/2017, na competência de ÓRGÃO PARTICIPANTE, Manifesta seu Interesse de Participação do Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, tipo maior desconto, que será realizada sob o gerenciamento da Secretaria Municipal de Educação, conforme as condições elencadas na Intenção de Registro de Preços do referido órgão, segue abaixo as especificações e quantidades estimadas desta Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	VALOR ESTIMADO
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional.	SERVIÇO	R$ 65.000,00

Registra-se que a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social concorda e aceita as condições especificadas na Intenção de Registro de Preços da Secretaria Municipal de Educação.

Vargem Grande - MA, 03 de Outubro de 2023.

Carla Nicoly Mesquita de Mesquita
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Secretaria Municipal de Saúde
SEMUS
Cuidando da sua saúde!

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 12
Rubrica

Vargem Grande - MA, 04 de Outubro de 2023.

Ao Senhor
Carlos Luan Carneiro Teixeira
Chefe da seção de divisão de licitações e compras

Senhor,

Após ter conhecimento através de correspondência enviada no dia 25 de Setembro 2023, referente a Intenção de Registro de Preços – IRP, manifestado pela Secretaria Municipal de Educação, para a possível Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, encaminhamos a Vossa Senhoria nossa Manifestação de Intenção de Registro de Preços – MIRP, como Órgão Participante do referido processo licitatório, conforme previsto no Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações e Decreto Municipal nº 004/2017. Segue em anexo nossa manifestação e planilha com quantitativos e descriminação dos produtos:

Certo de sua atenção, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Thais Kellen Leite de Mesquita
Secretária Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde
SEMUS
Cuidando da sua saúde!

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 13
Rubrica

MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em obediência ao art. 6º do Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações e Decreto Municipal nº 004/2017, na competência de ÓRGÃO PARTICIPANTE, Manifesta seu Interesse de Participação do Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, mediante realização de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, que será realizada sob o gerenciamento da Secretaria Municipal de Educação, conforme as condições elencadas na Intenção de Registro de Preços do referido órgão, segue abaixo as especificações e quantidades estimadas desta Secretaria Municipal de Saúde.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	VALOR ESTIMADO
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional.	SERVIÇO	R$ 80.000,00

Registra-se que a Secretaria Municipal de Saúde concorda e aceita as condições especificadas na Intenção de Registro de Preços da Secretaria Municipal de Educação.

Vargem Grande - MA, 04 de Outubro de 2023.

Thais Kellen Leite de Mesquita
Secretária Municipal de Saúde

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Secretaria Executiva
Gabinete do Secretário de Educação

SEMED
Secretaria Municipal de Educação

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
MAIS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 14
Rubrica

Ao Senhor
Carlos Luan Carneiro Teixeira
Chefe da seção de divisão de licitações e compras

Conforme as manifestação de interessados em participar da Intenção de Registro de Preços, do tipo maior desconto, visando a Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, solicito que sejam realizadas as pesquisas de preços, com vistas à realização de procedimento licitatório, conforme segue abaixo:

Vargem Grande/MA, 06 de Outubro de 2023.

Raimundo Nonato da Costa
Secretário Municipal de Educação

Rua Sebastião de Abreu - n.º 64 – Centro
CEP: 65.430-000 – Vargem Grande-MA
CNPJ: 05.648.738/0001-83 | Email: semedvgma@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 15
Rubrica

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DESCONTO
01	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional. (**Secretaria de Administração).**	Serviço	R$100.000	
02	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional. (**Secretaria de Educação).**	Serviço	R$250.000	
03	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional. (**Secretaria de Saúde).**	Serviço	R$80.000	
04	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional. (**Secretaria de Assistência Social).**	Serviço	R$65.000	

Vargem Grande/MA, 06 de Outubro de 2023.

Raimundo Nonato da Costa
Secretário Municipal de Educação

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 16
Rubrica

Ao Senhor
Raimundo Nonato da Costa
Secretário Municipal de Educação
Nesta

DESPACHO

Em resposta à solicitação da Secretaria Municipal de Educação, para realização de pesquisas de preços referente a Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, encaminho em anexo, relatório de pesquisa de preços, com seu respectivo mapa de apuração.

Vargem Grande - MA, 10 de Outubro de 2023.

Carlos Luan Carneiro Teixeira
Chefe da seção de divisão de licitações e compras

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
Secretaria Municipal de Educação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 17
Rubrica

CONTRATO Nº 062/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1316/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TIMON, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, E A EMPRESA MIRACEU TURISMO LTDA PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O **MUNICÍPIO DE TIMON,** pessoa jurídica de direito público interno, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 06.115.307/0001-14, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, sediada na praça São José, s/n, centro, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, sediada na Rua Maria Carlos da Silva, s/n, Parque Piauí, CEP: 65630-078, inscrita no CNPJ sob nº **02.422.952/0001-29**, doravante designada **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo Sr. Secretário Municipal de Educação, **Samuel de Sousa Silva**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.294.980 SSP/PI e do CPF nº 504.129.493-34, residente e domiciliada a QD 2, nº 119, Cidade Nova, Timon/MA, e a empresa **MIRACEU TURISMO LTDA**, com sede na R SETE DE SETEMBRO, nº 159, Bairro Centro, Teresina/PI, CEP: 64.000-210, inscrita no **CNPJ sob o nº 11.634.235/0001-51**, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **LUIZ MAMEDE DE CASTRO**, brasileiro, casado, titular do RG nº 68.638 SSP/PI, inscrito no CPF nº 001.627.523-34, residente e domiciliado à Rua Desembargador Manoel Castelo Branco, nº 1540, AP 800, bairro: Jóquei Clube, Teresina-PI, a seguir denominado **CONTRATADA** resolvem celebrar o presente contrato, em decorrência da **Dispensa Nº 009/2023**, parte integrante do **Processo Administrativo nº 1316/2023**, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no Edital.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais, compreendendo reserva, marcação e emissão de bilhetes para atender as demandas externas de viagem de interesse da Secretaria Municipal de Educação de Timon - SEMED, conforme as especificações contidas no termo de referência, e na proposta da contratada, que integram este contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO R$	VALOR DESCONTO
1	Contratação de empresa para fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais, compreendendo reserva, marcação e emissão de bilhetes para atender as demandas externas de interesse do município de Timon/MA. Compreendem a reserva, a emissão, a marcação e o fornecimento de passagens aéreas,	17.400,00	2,00% (dois por cento)

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 14 Rubrica

	nacionais e internacionais, para trechos diversos à escolha do órgão. 1 - Além dos serviços objeto da licitação, caberá ainda ao licitante vencedor prestar, sem ônus para o Município, os seguintes serviços: a) assessoramento para definição da melhor rota, dos horários e numero de vôos semanais, se for o caso, bem como informar as melhores tarifas promocionais vigentes à época da emissão dos bilhetes; b) proceder à entrega dos bilhetes de passagens no local a ser indicado ou quando fora do expediente do Município, coloca-la à disposição dos passageiros nas lojas das empresas transportadoras ou agências de turismo localizadas em endereços próximo ao usuário, ou informa-la do código de transmissão e a empresa aérea, no caso de PTA; c) atender, caso necessário, a emissão de bilhetes em caráter emergencial, devendo estes ficar a disposição do Município em tempo hábil para embarque do passageiro;		

2. CLÁUSULA SEGUNDA - FONTE DE RECURSOS

2.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes do presente **CONTRATO referentes à Dispensa nº 009/2023**, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
Fonte de Recurso: **MDE;**
Elemento de Despesa nº: **3.3.90.33;**
Projeto Atividade nº: **12.361.1001.2105**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS

3.1. O valor global do presente contrato é estimado a **R$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais)**, conforme descrito na cláusula primeira deste contrato e de acordo com a proposta comercial.
3.2. O preço é considerado completo e abrange todos os tributos (taxas, impostos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária.

4. CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS

4.1. O contrato terá início a partir da data de sua assinatura e terá vigência até **31/12/2023**, podendo se resolver antes do termo final temporal estipulado neste contrato, caso haja a prestação total do objeto previsto na cláusula primeira.

4.1.1. A ordem de fornecimento/serviço será de inteira responsabilidade e iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, cabendo a mesma todos os atos burocráticos indispensáveis para Administração Pública, bem como a discriminação da forma, quantidade, data e local que se fará a entrega.

4.2. A execução do objeto deverá ser feita conforme o Termo de Referência constante da **Dispensa nº 009/2023**, respeitando a necessidade e os termos estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 19
Rubrica

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. As condições para os **PAGAMENTOS** são as constantes no Termo de Referência, que rubrica este integra.

5.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993 ao final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

5.3. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos serviços descritos na nota fiscal ou fatura apresentada.

5.4. Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal ou fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível em nome da CONTRATANTE, cujo CNPJ está especificado na qualificação preambular do contrato, informando o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e

b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo objeto, responderá o contratado pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

5.7. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.8. A Nota Fiscal ou fatura correspondente deverá ser entregue, pela CONTRATADA, diretamente ao Fiscal deste Contrato, que somente atestará a execução do objeto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela mesma, todas as condições pactuadas.

5.9. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida a CONTRATADA, pelo Fiscal deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que se providencie pela CONTRATADA as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.10. Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.11. O pagamento será feito mediante transferência bancaria em conta corrente em nome do contratado.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 90
Rubrica

6. CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 As penalidades administrativas aplicáveis ao Contratado, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei n.° 8.666/83.

6.2. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada sobre o valor dos serviços não concluídos ou não iniciados, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

a) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso, a partir do 1° (primeiro) dia até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se ao Contratado as demais sanções previstas na Lei n.° 8.666/83.

6.2.1. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

a) Prestar informações inexatas ou dificultar à fiscalização do órgão Contratante, no cumprimento de suas atividades;

b) Desatender às determinações da fiscalização do Órgão Contratante; e

c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

6.2.2. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

a) Executar os serviços em desacordo com o termo de referência, normas técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;

b) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

c) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

6.2.3 A inexecução parcial ou total deste instrumento, por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento de saldo de empenho e aplicação da multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, respectivamente.

6.3. ADVERTÊNCIA

6.3.1 A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Órgão Contratante, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do Órgão Contratante, desde que não sejam passiveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

6.4 SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 21
Rubrica

COM A ADMINISTRAÇÃO

6.4.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Timon pelo prazo de até 02 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos divergentes do previsto na Lei nº 8.666/93.

6.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.5.1. A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável para o acompanhamento da execução contratual á Administração se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de Timon, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de Timon ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

6.5.2. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a Administração, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

6.5.3. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratado nos casos em que:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Timon, em virtude de atos ilícitos praticados;

d) Reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da Administração, em caso de reincidência;

e) Apresentarem à Administração qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;

f) Praticarem fato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/93.

6.5.4. Independentemente das sanções a que se referem os itens 6.2 e 6.4 da Cláusula Sexta, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizado:

a) Civilmente, nos termos do Código Civil;

b) Perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;

c) Criminalmente, na forma da legislação pertinente.

6.6. Nenhum pagamento será feito ao executor do objeto que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

6.7. As sanções serão aplicadas pelo titular da Administração, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.8. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
99
Rubrica

6.9. Qualquer penalidade aplicada deverá ser comunicada a Controladoria Geral, Procuradoria Geral e a Coordenadoria Geral de Licitações, do município de Timon/MA.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Em cumprimento às suas obrigações, cabe à CONTRATADA, além das obrigações constantes das condições para a execução do objeto e daquelas estabelecidas em lei:

7.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

7.1.2. Atender prontamente às requisições da Secretaria Municipal de Educação para atendimento dos serviços discriminados neste Contrato. O produto objeto deste contrato poderá ser entregue de forma parcelada, conforme ordem de fornecimento, podendo haver alteração das quantidades tanto para mais quanto para menos, respeitado o quantitativo máximo previsto na cláusula primeira, fato este que será previamente comunicado pelo responsável do setor administrativo desta secretaria ao respectivo fornecedor.

7.1.3. Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato/objeto;

7.1.4. Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município de Timon/MA, em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

7.1.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Órgão Contratante.

7.1.6. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na **Dispensa de Licitação nº 009/2023.**

7.1.7. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como, comunicar à Contratante, através do representante ou diretamente quaisquer fatos ou anormalidade que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final do objeto;

7.1.8. Deverá cumprir obrigatoriamente o prazo, a quantidade e o cronograma estimado de entrega, bem como o local determinado para entregar, estabelecido na ordem de serviço, salvo em caso de alterações solicitadas pela Contratante, que deverão ser comunicadas num prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

7.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, entre outras despesas como transporte, embalagens, seguro, entrega relacionadas ou objeto.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1. Será responsável pela lavratura do respectivo Contrato, com base nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato.

8.3. Emitir a "REQUISIÇÃO" autorizadora do fornecimento contratados.

8.4. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com o estabelecido no Contrato.

8.5. Fiscalizar a execução do Contrato, através de servidor especialmente designado, conforme dispõe o art. 67 da Lei nº 8.666/93.

8.6. Proporcionar a CONTRATADA as condições ajustadas a fim de que possa cumprir suas obrigações.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
93
Rubrica

8.7. Anotar em registro próprio, através de seu setor gerenciador, todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, conforme art. 67, §1º, da Lei 8.666/93, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados que venham ocorrer.
8.8. Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

9. CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO/ACOMPANHAMENTO/ FISCALIZAÇÃO.

9.1 A ordem de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis para Administração Pública.
9.2. A execução do objeto deverá ser feita conforme o Termo de Referência constante no **Processo Administrativo nº 1316/2023, Dispensa nº 009/2023**.

9.2.1. Correrão por conta da Contratada as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do objeto e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para fiscalização caso detectarem alguma irregularidade no fornecimento.

9.3. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou outro documento de identificação oficial do servidor do Órgão Contratante responsável pelo recebimento.
9.4. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) referindo-se a especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado;

b) referindo-se à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sob pena de rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridos, contados da notificação por escrito, mantendo o preço unitário inicialmente contratado.

c) outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.

9.5. O objeto do contrato deverá ser recebido conforme determinar a autoridade contratante, conforme seja o caso, com emissão de relatório de execução do objeto na forma contratada, acompanhado da nota fiscal/fatura, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência.
9.6. Quando rejeitado o objeto no todo ou em parte, a contratada deverá substituí-los no prazo estabelecido pela Administração, observando todas as condições inicialmente estabelecidas.
9.7. Caso seja impossível de serem substituídos os objetos que forem rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida ao contratado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 94 Rubrica

9.8. A CONTRATANTE exercerá a Fiscalização geral do objeto prestado do presente CONTRATO, através de servidores designados para esta FISCALIZAÇÃO.
9.9. Fica a CONTRATADA obrigada a permitir e facilitar a qualquer tempo, a Fiscalização do objeto, facultando o livre acesso as instalações da empresa, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa Fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CONTRATANTE.
9.10. A Fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicação dos métodos de ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos produtos.
9.11. Fica estabelecido que a Fiscalização não terá poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste CONTRATO.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – TRIBUTOS.
10.1. Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou tributos (impostos, taxas ou contribuição de melhoria), após a assinatura deste **CONTRATO**, que reflita, comprovadamente, na execução do objeto, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresso acordo, observada a legislação vigente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOCUMENTOS ANTERIORES E REGISTROS.
11.1. Em caso de divergência existente entre os documentos integrantes do presente **CONTRATO**, fica estabelecido que este instrumento prevalecerá como regulador dos objeto ora contratado, substituindo toda e qualquer documentação anteriormente fornecida entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO
12.1. A inexecução total ou parcial do objeto a ser contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei. Assim, o contrato a ser celebrado poderá ser rescindido administrativamente, amigavelmente pelas partes, e/ou Judicialmente, diante de fato previsto nos artigos 78 e 79 da Lei n.º 8.666/83.
I. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
II. No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, previstas na Lei, sem que haja culpa do contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovado, tendo ainda direito ao pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão.
III. A rescisão administrativa prevista nos incisos I ao inciso XI do art. 78 da Lei 8.666/93, poderá acarretar as consequências, prevista no art. 80 desta mesma Lei, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas.
IV. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no, parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro.
V. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VICULAÇÃO E DA FUNDAMENTAÇÃO
13.1. O presente contrato está vinculado ao procedimento de **Dispensa de Licitação nº 009/2023**, e tem como fundamentação legal o Artigo 24, II, da Lei 8.666/93.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 95
Rubrica

13.2. Fazem parte deste contrato o **Processo Administrativo n.º 1316/2023** com todas as suas peças entre elas: solicitação, termo de referência com as especificações do serviço e justificativa para a contração, proposta de serviço e preço, cujas disposições devem ser integralmente cumpridas, mesmo que aqui não tenham sido reproduzidas ou contempladas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO
14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA
15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no Termo de Referência original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DOS CASOS OMISSOS
16.1. Nos casos omissos deverão ser aplicadas as disposições legais da Lei nº 8.666/93.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO
17.1. O extrato do presente será publicado no Diário Oficial do Município, por conta e ônus da Contratante, no prazo previsto por Lei.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO
18.1. Elegem, as partes, o Foro da Comarca de Timon, com renúncia expressa a qualquer outro, para solução de quaisquer questões oriundas do presente **CONTRATO**.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Timon (MA), 04 de Setembro de 2023.

Samuel de Sousa Silva
Secretaria Municipal de Educação
Contratante

Luiz Mamede de Castro
Miraceu Turismo Ltda
Contratada

Testemunhas:

1. José de Oliveira Neves Junior.
CPF Nº. 710.668.963-72

2. Maria Edite Pereira Cardoso
CPF Nº. 497.556.093-34

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Rua Rufino da Costa e Sousa, nº477 Parque Piauí
Timon – MA CEP 65631-270
Telefone: (99) 3212-5514

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 26 Rubrica

CONTRATO Nº 002/2023
PROCESSO Nº 023/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E A EMPRESA MIRACÉU TURISMO LTDA, REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 023/2023.

Por este instrumento particular, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, Localizado à Rua Rufino da Costa e Sousa, 477, B. Parque Piauí Timon-MA, CEP: 65631-270, inscrita no CNPJ sob nº23.978.923/0001-18, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representado pela sua Autoridade Competente, a Sr. **JOÃO BATISTA LIMA PONTES**, CPF 474.384.793-15, rua Manoel Viana, 757, Parque Piauí, Timon - MA e a empresa **MIRACÉU TURISMO LTDA**, com sede na Rua Sete de Setembro, 159/N, B. Centro inscrito no CNPJ sob o nº 11.634.235/0001-51, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por LUIZ MAMEDE DE CASTRO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Av. Des. Manoel Castelo Branco, 1540 – Apto. 800 B. Jockey em Teresina-PI, inscrito no CPF sob o nº 001.627.523-34 e RG 68.638 SSP-PI, firmam o presente **CONTRATO de Passagens Aéreas**, firmam o presente Contrato, regido pela Lei Federal n.º 8.666/93, de 21.06.1993, e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente **CONTRATO** o fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais, compreendendo reserva, marcação e emissão de bilhetes para atender as demandas externas de viagens de interesse do Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana – CIMU.

1.2. Salvo o que tiver sido expressamente modificado por este instrumento, o objeto ora contratado, será efetuado em conformidade com os documentos a seguir enumerados, os quais, depois de rubricados pelas partes contratantes, passam a integrá-lo como se nele transcritos:

1.3. Na tabela abaixo estão demonstradas a especificação do objeto, valor estimado e a forma de cotação dos produtos/serviços.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO R$	PERCENTUAL DE DESCONTO
01	Contratação de empresa para fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais, compreendendo reserva, marcação e emissão de bilhetes para atender as demandas externas de interesse do Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana – CIMU. Compreendem a reserva, a emissão, a marcação e o fornecimento de passagens aéreas, nacionais e internacionais, para trechos diversos à escolha do órgão.		

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Rua Rufino da Costa e Sousa, nº477 Parque Piauí
Timon – MA CEP 65631-270
Telefone: (99) 3212-5514

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 27 Rubrica

	1 - Além dos serviços objeto da licitação, caberá ainda ao licitante vencedor prestar, sem ônus para o Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana – CIMU, os seguintes serviços: a) assessoramento para definição da melhor rota, dos horários e números de vôos semanais, se for o caso, bem como informar as melhores tarifas promocionais vigentes à época da emissão dos bilhetes; b) proceder à entrega dos bilhetes de passagens no local a ser indicado ou quando fora do expediente do Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana – CIMU, coloca-la à disposição dos passageiros nas lojas das empresas transportadoras ou agências de turismo localizadas em endereços próximos ao usuário, ou informa-la do código de transmissão e a empresa aérea, no caso de PTA; c) atender, caso necessário, a emissão de bilhetes em caráter emergencial, devendo estes ficar à disposição do Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana – CIMU em tempo hábil para embarque do passageiro;	R$ 17.400,00	2,0%

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO E DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente contrato está vinculado ao procedimento de Dispensa de Licitação 001/2023, e tem como fundamentação legal o Artigo 24, II c/c § 1ºdo mesmo artigo, da Lei 8.666/93.

I - Fazem parte deste contrato o Processo Administrativo n.º 023/2023 com todas as suas peças entre elas: solicitação, justificativa para a contração, proposta de serviço e preço, cujas disposições devem ser integralmente cumpridas, mesmo que aqui não tenham sido reproduzidas ou contempladas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

A Contratada obriga-se a:

a) prestar o serviço conforme especificado na cláusula primeira deste instrumento, observadas as normas legais vigentes, bem como as demais cláusulas e condições contratuais de modo a atender as demandas e determinações da Administração contratante;

b) manter durante toda execução do contrato todas as condições iniciais;

c) remeter Nota Fiscal/Fatura correspondente à prestação do serviço com identificação da conta bancária;

d) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais resultantes da execução deste contrato;

e) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo em decorrência do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do contrato pela contratante.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 28 Rubrica

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

A Contratante obriga-se a:

a) responsabilizar-se, através de seu setor gerenciador, pela conferência da realização do serviço contratado;

b) anotar em registro próprio, através de seu setor gerenciador, todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, conforme art. 67, §1° da Lei Federal n.° 8.666/93, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, caso venham ocorrer.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O **valor global** deste contrato é de **R$ 17.400,00 (Dezessete Mil e Quatrocentos Reais)** conforme proposta de preço apresentada pela CONTRATADA, que integra este instrumento.

II - O pagamento será efetuado, conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela FISCALIZAÇÃO, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor.

III - Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

IV - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

a) a multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e

b) se o valor da multa for superior ao valor devido pelo objeto, responderá o contratado pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

V - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo para pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

CLÁUSULA SEXTA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas de que trata o presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Projeto/Atividade**: 04.122.0001.2001 – Manut. do Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana - CIMU; **Elemento de Despesa** 3.3.90.33 – Passagens e despesas com locomoção e **Fonte de Recurso** 500- PRÓPRIO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização do presente contrato estará a cargo do setor competente do órgão contratante, por intermédio da servidora Wêndella Daise Amaral Montanha, Assessora Técnica, designado para tal finalidade, nos termos do art. 67 da Lei n.° 8.666/93, o qual registrará todas as ocorrências e deficiências verificadas e encaminhará a ocorrência à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

As penalidades administrativas aplicáveis ao Contratado, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei n.° 8.666/93.

I. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor dos serviços não concluídos ou não iniciados, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

a) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso, a partir do 1° (primeiro) dia, até último dia do prazo fixado para a execução do serviço, findo o qual a Contratante rescindirá o

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 29
Rubrica

contrato correspondente, aplicando-se ao Contratado as demais sanções previstas na Lei n.º 8.666/83.

I.1. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

a) Prestar informações inexatas ou dificultar à fiscalização do órgão Contratante, no cumprimento de suas atividades;

b) Desatender às determinações da fiscalização do Órgão Contratante; e

c) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

I.2. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

a) Executar os serviços em desacordo com o termo de referência, normas técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;

b) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

c) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

II. ADVERTÊNCIA

II.1. A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Órgão Contratante, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;

b) Execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do Órgão Contratante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

III. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

III.1 A suspensão do direito de licitar e contratar com o poder público municipal de Timon/MA, pode ser aplicada ao contratado cujo inadimplemento(s) culposo(s) prejudicarem a execução do contrato, por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação;

III.2 A penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitações ou contratar com o poder público municipal de Timon/MA, nos seguintes prazos e situações:

a) Pelo o período de 17 de julho a 31 de dezembro de 2019 nos seguintes casos:

1 – Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente que tenha acarretado prejuízos significativos para o Órgão Contratante;

2 – Execução insatisfatória do objeto referenciado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

b) Por um ano:

1 – Quando o proponente desistir ou recusar, injustificadamente, de assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pelo Órgão Contratante.

c) Por 02 (dois) anos, quando o contratado:

1 - Não concluir os serviços contratados;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 30

2 - Prestar os serviços em desacordo com as especificações ou com qualquer outra irregularidade, contrariando a proposta e o presente termo de referência, não efetuando a sua substituição ou correção no prazo determinado pelo Órgão Contratante;

3 - Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízos ao município de Timon/MA, ensejando a rescisão do contrato ou frustração do procedimento administrativo adotado para a contratação;

4 - Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da contratação;

5 - Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o município de Timon/MA, em virtude de atos ilícitos praticados;

6 - Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações, em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio do Órgão Contratante.

IV. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

IV.1. A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual ao Secretário/Autoridade Competente do Órgão Contratante se, constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Órgão Contratante, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Órgão Contratante ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

IV. 2. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o município, depois de ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

IV. 3. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será aplicada ao contratado nos casos em que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da contratação;

c) demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o município, em virtude de atos ilícitos praticados;

d) reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações em razão de execução dos serviços, sem consentimento prévio do Órgão Contratante, em caso de reincidência;

e) apresentar ao contratante ou outro órgão da administração pública municipal, qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de burlar a contratação/licitações, ou no curso da relação contratual;

f) praticarem fato capitulado como crime pela Lei 8.666/83.

IV. 4. Independentemente das sanções a que se referem os itens I. a I.2, a contratada estará sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda o Contratante propor que seja responsabilizado:

a) civilmente, nos termos do Código Civil;

b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas;

c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

V. Nenhum pagamento será feito a contratada que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

VI. As sanções serão aplicadas pelo titular do Órgão Contratante, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 31
Rubrica

conforme § 3° do art. 87 da Lei n.° 8.666/83.

VII. Qualquer penalidade aplicada deverá ser comunicada a Controladoria Geral, Procuradoria Geral e a Coordenadoria Geral de Licitações, do município de Timon/MA.

VIII. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DOS PRAZOS

O contrato terá vigência até 31 de Dezembro de 2023, podendo ser prorrogado por igual período, contados do recebimento da Autorização de Serviços, em observância, aos créditos orçamentários e as necessidades da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei. Assim, o contrato a ser celebrado poderá ser rescindido administrativamente, amigavelmente pelas partes, e/ou Judicialmente, diante de fato previsto nos artigos 78 e 79 da Lei n.° 8.666/83.

I. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

II. No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse do serviço público, previstas na Lei, sem que haja culpa do contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido regularmente comprovado, tendo ainda direito ao pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão.

III. A rescisão administrativa prevista nos incisos I ao inciso XI do art. 78 da Lei 8.666/93 poderá acarretar as consequências, prevista no art. 80 desta mesma Lei, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas.

IV. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro.

V. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA ALTERAÇÃO

O presente contrato poderá ser alterado pela CONTRATANTE ou por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 65 da Lei n. 8.666/93.

I - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando houver modificação nas especificações do objeto, para melhor adequação dos seus objetivos;

b) quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, até o limite previsto no § 1° do artigo 65 da Lei Federal n.° 8.666/93.

II - Por acordo entre as partes:

a) quando necessária à modificação do modo de realização do objeto contratado, em face de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente contraprestação dos serviços;

c) para manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 32
Rubrica

CLÁSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS
Nos casos omissos deverão ser aplicadas as disposições legais da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA PUBLICAÇÃO
O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial do Município, por conta e ônus da CONTRATANTE, no prazo previsto por Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Timon/MA, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Timon (MA), 13 de Setembro de 2023.

JOÃO BATISTA LIMA PONTES
Diretor Administrativo
Portaria-CIMU nº 022/2021

LUIZ MAMEDE DE CASTRO
CPF: 001.627.523-34

Testemunhas:

1- [illegible]

CPF nº 710 668.963-72

2- _____

CPF nº _____

Art. 4º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/08/2023.

Dê-se ciência.
Publique-se e cumpra-se.

Leyliane Bezerra de Almeida Monteiro
Presidente da Fundação Municipal de Cultura - FMC
Portaria nº 120/2021 – GP

Portaria nº 011/2023 FMC
Timon, 14 de SETEMBRO de 2023.

Dispõe sobre a designação de Servidores para exercerem a gestão de fiscalização do contrato nº 019/2023.

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, no uso pleno de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 1.892/2013,

Considerando a Lei nº 8.666/93, no seu art. 58, inc. III e art. 67, que prevê a necessidade de representante da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento dos Contratos celebrados pela Administração Pública;
Considerando que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, em consonância com o estabelecido no art. 58 Inciso III e art. 67 da Lei nº8.666/93, os servidores adiante identificados, sem prejuízo das atribuições anteriores, para exercerem a função de gestor fiscal, com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução, bem como para atestar o referido material e atestar formalmente nos autos do(s) processo(s), as Nota(s) Fiscal(ais) e demais documentos relativos às despesas realizadas pela Fundação Municipal de Cultura de Timon, no que for relacionado aos contratos nº 019/2023:

Servidor	Matricula	CPF
Kelly Cristina Nascimento Moraes Rodrigues – Gestor	922094-3	829.021.943-15
Rogério do Nascimento Ribeiro	139434-5	504.592.013-87

Art. 2º - Estabelecer que caberá ao Fiscal do Contrato verificar entrega dos Serviços e Atestar em Nota Fiscal o seu recebimento.

Art. 3º - Estabelecer que as prestações de serviços ora designados são considerados relevantes, mas não remunerados

Art. 4º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/08/2023.

Dê-se ciência.
Publique-se e cumpra-se.

Leyliane Bezerra de Almeida Monteiro
Presidente da Fundação Municipal de Cultura - FMC
Portaria nº 120/2021 – GP

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 037/2023 – CGCL
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Segurança Pública Departamento Municipal de Trânsito e Transporte, por meio da Coordenação Geral de Controle das Licitações - CGCL.
OBJETO: Registro de preços para contratação serviços continuados de implantação e manutenção de soluções nos logradouros públicos a fim de garantir maior segurança à trafegabilidade de veículos e pedestres do Município de Timon-MA.
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS: 23h59min do dia 15/09/2023. **DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:** 08h30min do dia 28/09/2023.
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS - SESSÃO PÚBLICA: 09h00min do dia 28/09/2023.
LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo (horário e min) será observado o horário de Brasília (DF). O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações: Coordenação Geral de Controle de Licitações do Município de Timon – MA, e-mail: licitacao@timon.ma.gov.br Pregoeira: **Laura de Carvalho Silva.**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
N°001/2023.
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°001/2023.
OBJETO: SERVIÇO DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR DA SECRETARIA DE FINANÇAS NO CURSO DE CAPACITAÇÃO RETENÇÕES DE TRIBUTOS NA ADMINISTRAÇÃO, REALIZADO PELA EMPRESA CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2049/2023.
De acordo com o Processo Administrativo em epígrafe, objetivando a Contratação, RATIFICO o parecer e a justificativa, para dispensar a licitação da contratação do serviço de inscrição, no qual, ADJUDICO o seu valor global de R$ 41.940,00, (QUARENTA E UM MIL, NOVECENTOS E QUARENTA REAIS), em favor da CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.° 36.003.671/0001-53, conforme proposta e termo de referência, que se vincula ao presente termo, fundamentado no Artigo 25, inciso II da Lei n.° 8666/93.

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°001/2023.
ÓRGÃO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA -CIMU
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 001/2023.
OBJETO: SERVIÇO DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORDO CIMU NO CURSO DE CAPACITAÇÃO RETENÇÕES DE TRIBUTOS NA ADMINISTRAÇÃO, REALIZADO PELA EMPRESA CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.° 022/2023.
De acordo com o Processo Administrativo em epígrafe, objetivando a Contratação, **RATIFICO** o parecer e a justificativa, para a inexigibilidade de licitação da contratação do serviço de inscrição, no qual, **ADJUDICO** o seu valor global de R$ 2.796,00 (Dois Mil Setecentos e Noventa e Seis Reais), em favor da CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.° 36.003.671/0001-53, conforme proposta e termo de referência, que se vincula ao presente termo, fundamentado no Artigo 25, inciso II e Art. 13 Inciso VI da Lei n.° 8666/93. Timon-MA, 11 de Setembro de 2023.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2023.
ÓRGÃO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA -CIMU
ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2023.
OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, COMPREENDENDO RESERVA, MARCAÇÃO E EMISSÃO DE BILHETES PARA ATENDER AS DEMANDAS EXTERNAS DE VIAGENS DE INTERESSE DO CONSÓRCIO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.° 023/2023.
De acordo com o Processo Administrativo em epígrafe, objetivando a Contratação de empresa, **RATIFICO** o parecer e a justificativa, para a dispensa de licitação da contratação do fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais, pelo maior desconto: 2% (dois por Cento). Compreendendo reserva, marcação e emissão de bilhetes, no qual, **ADJUDICO** o seu valor global de R$ 17.400,00 (Dezessete Mil e Quatrocentos Reais), em favor da MIRACEU TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.° 11.634.235/0001-51, conforme proposta e termo de referência, que se vincula ao presente termo, fundamentado no Artigo 24, inciso II c/c § I da Lei n° 8.666/93. Timon-MA, 13 de Setembro de 2023.

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
CONTRATO Nº 003/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2049/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2023
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 8.666/93.
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMUF.
CNPJ DO CONTRATANTE 06.115.307/0001-14
CONTRATADA: CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.
CNPJ DA CONTRATADA: 36.003.671/0001-53
OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É O SERVIÇO DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR DA SECRETARIA DE FINANÇAS NO CURSO DE CAPACITAÇÃO RETENÇÕES DE TRIBUTOS NA ADMINISTRAÇÃO, REALIZADO PELA EMPRESA CONSULTRE CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.
VIGÊNCIA: CONTRATO TEM VIGÊNCIA DE 14/09/2023 A 31/12/2023.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2040/ 3.3.90.39.00.
FONTE DE RECURSO: 500
VALOR GLOBAL: R$ 41.940,00
DATA DA ASSINATURA: 14/09/2023.

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
CONTRATO Nº 01/2023
Processo Administrativo nº 22/2023 referente à Inexigibilidade de Licitação nº 01/2023
Fundamentação: Artigo 25, inciso II e Artigo 13 Inciso VI da Lei nº 8.666/93
Objeto: Contratação de empresa para capacitação do curso de retenção de tributos na administração pública.
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana – CIMU, representado no ato por sua Diretor Administrativo e Financeiro JOÃO BATISTA LIMA PONTES.
Contratado: CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.° 36.003.671/0001-5
Valor global: R$ 2.796,00 (Dois Mil Setecentos e Noventa e Seis Reais)
Assinatura: 11.09.2023

CONTRATO Nº 02/2023
Processo Administrativo nº 023/2023 referente à dispensa de licitação nº 001/2023
Fundamentação: Artigo 24, inciso II c/c § I da Lei nº 8.666/93
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais, pelo maior desconto: 2% (Dois por Cento). Compreendendo reserva, marcação e emissão de bilhetes para atender as demandas externas de viagens de interesse do Consórcio.
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana – CIMU, representado no ato por sua Diretor Administrativo e Financeiro João Batista Lima Pontes.
Contratado: Miracéu Turismo Ltda **CNPJ nº** 11.634.235/0001-51 **representado por** Luiz Mamede de Castro **CPF:** 001.627.523-34
Vigência: 13.09.2023 a 31.12.2023
Valor global: R$ 17.400,00 (Dezessete Mil e Quatrocentos Reais)
Assinatura: 13.09.2023

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato nº 062/2023. Objeto: fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais, compreendendo reserva,

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ENERGIA – SEINC
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO – JUCEMA – AE

Procuradoria Regional - JUCEMA
VISTO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 04
Rubrica

CONTRATO Nº. 003/2023 – CSL/JUCEMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2023 – JUCEMA
PROCESSO Nº. 041173/2023-JUCEMA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO – JUCEMA E A EMPRESA BABAÇU VIAGENS E TURISMO LTDA.

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado, a **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO**, CNPJ: **05.289.160/0001- 16** sediada na Av. Pedro II, nº 199/209, Centro, São Luís – MA através de seu Presidente o Sr. **SERGIO SILVA SOMBRA**, brasileiro, casado, economista, CPF nº. 215.360.403-63, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado, a empresa **BABAÇU VIAGENS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **11.319.217/0001-85** situada Rua do Sol, nº 141, Loja 3, Ed. Colonial, Centro – São Luís/MA, CEP: 65020-590, neste ato representada pelo seu Titular, Sr. **AMADEU ARAÚJO LISBOA JÚNIOR**, brasileiro, CPF nº. **177.338.203-91**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CONTRATADA**, RESOLVEM celebrar o presente **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS,** cuja lavratura foi regularmente autorizada em despacho do presidente desta Autarquia, no processo nº. 41173/2023-JUCEMA, de 09/03/2023, Pregão Eletrônico, submetendo-se às cláusulas e condições abaixo, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e Lei complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, Lei Estadual nº. 10.403 de 29 de dezembro de 2015 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais, compreendendo serviços de emissão, reserva, marcação, remarcação e cancelamento com fornecimento do bilhete eletrônico para atender às necessidades dos servidores da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO – JUCEMA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Estima-se o valor de consumo para passagem de acordo com a Solicitação de Bens e Serviços nº 04/2023-JUCEMA, assim como programação de viagens a serem realizadas no ano de 2023, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) e o percentual de desconto fornecimento pela empresa será, conforme tabela que segue:

Item	Descrição	Valor estimado de gastos com passagens para 12 meses.	Desconto
1	Agenciamento de passagens aéreas nacionais.	R$ 70.000,00	5,00 %

PARÁGRAFO SEGUNDO: – DO VALOR TOTAL: O valor total estimado para o contrato é de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo aplicado o desconto de 5,00% (cinco por cento), sobre o total da passagem (passagem aérea + Taxa DU), levando-se em conta os preços efetivamente praticados pelas concessionárias, inclusive aquelas promocionais, excluindo-se apenas o valor da taxa de embarque.

Scanned with CamScanner

Jurisdição Regional - JUCEMA VISTO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 35 Rubrica

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os preços permanecerão irreajustáveis durante a vigência do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO
O presente contrato vincula-se ao processo nº 041173/2023 de 09/03/2023 e a proposta apresentada pela CONTRATADA que independe de transcrição é parte integrante deste documento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, com fulcro no artigo 57, inciso II, da Lei no 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUINTA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A emissão da passagem, somente será autorizada mediante requisição emitida pela Contratante;
PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá reservar, confirmar, emitir e enviar os bilhetes eletrônicos, atendendo às datas, horários e voos estabelecidos por livre escolha da CONTRATANTE. Uma vez solicitada a emissão, e deverá se responsabilizar por emitir o bilhete, conforme solicitado e deverá informar a CONTRATANTE sempre que houver alteração de preço de tarifa;
PARÁGRAFO TERCEIRO: Os bilhetes eletrônicos serão solicitados com antecedência mínima de 01 (um) dia útil da data fixada para a viagem, salvo em situações de emergência, assim consideradas pela CONTRATANTE, por meio de formulário de requisição, numerado sequencialmente e encaminhado à CONTRATADA via e-mail;
a) Caso por qualquer razão a solicitação não possa ser transmitida pelo meio acima descrito, o encaminhamento se fará por fax ou telefone;
Os bilhetes eletrônicos, uma vez emitidos, deverão ser enviados a CONTRATANTE via *e-mail*;

a) Caso por qualquer razão a solicitação não possa ser transmitida pelo meio acima descrito, o encaminhamento se fará por fax ou telefone;
b) Os bilhetes eletrônicos, uma vez emitidos, deverão ser enviados a CONTRATANTE via e-mail;
c) No caso de solicitações emergenciais, a CONTRATADA deverá informar por telefone o número do bilhete eletrônico para que o servidor (passageiro) indicado para a viagem possa retirar a passagem no balcão do aeroporto
d) Caracterizam-se como solicitações emergenciais as que, se não realizadas de imediato, possam acarretar de alguma forma prejuízo e/ou transtorno para o CONTRATANTE e/ou servidor (passageiro);
e) A CONTRATADA deverá assessorar a CONTRATANTE para a adequada definição do melhor roteiro, tarifas, horários e frequência de voos, sempre que solicitada;
f) A CONTRATADA deverá emitir as passagens aéreas em classe econômica, na tarifa promocional mais vantajosa disponível no voo escolhido pela CONTRATANTE, salvo disposição em contrário;
g) A CONTRATADA deverá desmarcar, cancelar ou transferir, dentro das disposições legais, as passagens que não atendam a CONTRATANTE, mediante solicitação expressa;
h) A CONTRATADA deverá creditar, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, o valor das passagens requisitadas e não utilizadas pela CONTRATANTE, tão logo sejam ressarcidas pelas companhias aéreas, devendo ser apresentado o comprovante de ressarcimento, que poderá ser realizado através de fatura de cartão de crédito;
i) A forma de reversão da passagem não utilizada, por medida de simplificação processual, dar se á mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela CONTRATADA;
j) A CONTRATADA deverá fornecer, quando solicitado, comprovante de viagem nos casos de extravio de comprovante de embarque;
k) A CONTRATADA, quando solicitada, deverá fornecer qualquer documento equivalente aos cartões de embarque do trecho da viagem (ida e volta), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do término da viagem;
l) A contratada deverá informar à contratante, mediante envio de correspondência oficial, quando houver aumento do preço de passagem aérea, de acordo com os critérios fixados pela Agência Nacional de Aviação Civil ANAC, mantidos os descontos promocionais e quaisquer outras vantagens oferecidas pelas companhias aéreas

Scanned with CamScanner

Procuradoria Regional JUCEMA VISTO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 36 Rubrica

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGEM – VOOS DOMÉSTICOS

a) **Assessoria:** entende-se por assessoria para emissão de BILHETES DE PASSAGEM, o serviço prestado pela CONTRATADA, visando ao auxílio na análise e escolha de melhores opções de voos, observado o disposto no subitem PARÁGRAFO TERCEIRO, quando:

b) Não houver disponibilidade em voos sem escala/conexão ou voos com razoável tempo de duração, devendo a CONTRATADA apresentar opções para que seja analisada aquela que apresente a melhor relação custo x benefício;

c) Em virtude de ocorrência de evento, seminário, encontro ou situação semelhante, em que o número de passageiros permita a negociação de melhores TARIFAS, visando economicidade à JUCEMA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Cotação: a cotação para emissão de BILHETE DE PASSAGEM realizada pela CONTRATADA deverá refletir com exatidão as informações atualizadas de todos os voos disponíveis nas datas solicitadas, consideradas inclusive as promoções tarifárias vigentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O resultado deverá ser discriminado por trecho, contendo, além dos dados da solicitação de cotação, as seguintes informações:

a) Companhia aérea;
b) País/cidades de origem e destino;
c) Duração do voo;
d) Quantidade e duração das escalas/conexões se houver;
e) Datas e horários do voo e aeroportos utilizados;
f) Valor da TARIFA
g) Valor da TAXA DE EMBARQUE.

PARÁGRAFO QUARTO: Reserva: a reserva para emissão de BILHETE DE PASSAGEM deverá ser realizada pela CONTRATADA, discriminada por TRECHO e observadas às disposições dos subitens 6.1.2 com base nas informações de cotação contidas na etapa anterior.

PARÁGRAFO QUINTO: A CONTRATADA apresentará pelo e-mail ou telefone, a reserva contendo o LOCALIZADOR, a data e hora de validade da reserva e demais dados contidos na cotação para a UNIDADE SOLICITANTE, visando à necessária aprovação.

PARÁGRAFO SEXTO: Emissão: será realizada pela CONTRATADA observando as disposições dos subitens 6.1.2, com base nas informações de reserva contidas na etapa anterior.

PARÁGRAGO SÉTIMO: Somente será autorizada a emissão do BILHETE DE PASSAGEM caso a reserva esteja ativa. Havendo cancelamento em virtude da expiração do prazo, o procedimento visando à emissão deve ser reiniciado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DE BILHETES DE PASSAGEM

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Cancelamento originado pela extinção da demanda;

PARÁGRAFO SEGUNDO: A informação de cancelamento será fornecida pela CONTRATANTE à CONTRATADA por e-mail ou telefone, com base nas informações do BILHETE DE PASSAGEM emitido;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Após o recebimento da informação acima, a CONTRATADA deve efetuar o cancelamento do BILHETE DE PASSAGEM no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, objetivando a isenção da cobrança de taxa, quando possível, de acordo com as regras da companhia aérea;

PARÁGRAFO QUARTO: A solicitação de cancelamento será fornecida pela CONTRATANTE à CONTRATADA, por e-mail ou telefone, com base nas informações do BILHETE DE PASSAGEM emitido.

CLÁUSULA OITAVA - DO REEMBOLSO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Imediatamente após o cancelamento, a CONTRATADA deverá requerer junto à companhia aérea, o reembolso dos créditos provenientes da passagem cancelada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deve adotar as medidas necessárias para a efetivação do reembolso tão logo lhe seja solicitado o cancelamento do BILHETE DE PASSAGEM.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA deve gerar, sempre que solicitado e no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da solicitação, relatório mensal de todos os BILHETES DE PASSAGEM cancelados, alterados, não utilizados e/ou reembolsados. O relatório deve ser apresentado juntamente com os respectivos comprovantes emitidos pelas companhias aéreas, contendo no mínimo: **Dados do BILHETE DE PASSAGEM: nome do passageiro, origem/destino, data do voo;**

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATANTE efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o

Scanned with CamScanner

Procuradoria Regional - JUCEMA VISTO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO 37 Rubrica

tempo necessário para o término da conferência.
PARÁGRAFO QUINTO: O reembolso obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação, inclusive prazo de reembolso, taxa administrativa e outras penalidades.

CLÁUSULA NONA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DAS PASSAGENS AÉREAS
PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa contratada deverá disponibilizar os bilhetes de passagens aéreas em até 02 (duas) horas após a solicitação, no endereço eletrônico previamente designado pelo Órgão, inclusive aos sábados, domingos e feriados.
PARÁGRAFO SEGUNDO: Havendo problemas de ordem técnica que inviabilize o atendimento do prazo fixado no PARÁGRAFO PRIMEIRO, a empresa deverá comunicar ao Fiscal de Contrato em até uma hora do recebimento do pedido, ficando a extensão do prazo a ser concedido a critério da Fiscalização;
PARÁGRAFO TERCEIRO: Persistindo os problemas técnicos no sistema da companhia aérea e/ou da agência, a Contratada deverá providenciar a emissão dos bilhetes nos balcões das companhias aéreas no aeroporto ou nas lojas físicas das companhias, objetivando atender o solicitado pela Fiscalização.
PARÁGRAFO QUARTO: Os bilhetes que venham a apresentar qualquer irregularidade deverão ser substituídos, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contados a partir da comunicação;
PARÁGRAFO QUINTO: Em caso de emissão/remarcação de passagem aérea com erro e/ou omissão atribuível à empresa e que comprometa sua utilização, a contratada deverá providenciar a correção, e ainda arcar com eventuais prejuízos que isso acarretar.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
São obrigações da CONTRATANTE:
a)Proporcionar todas as facilidades possíveis visando à realização do objeto da contratação;
b)Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela Contratada;
c)Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
d)Prestar as informações e os esclarecimentos necessários, quando solicitados pela CONTRATADA, com relação ao objeto da contratação;
e)Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação;
f)Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento do objeto da contratação;
g)Permitir o acesso de pessoal da CONTRATADA, quando devidamente identificados, nas dependências da CONTRATANTE para a entrega do objeto previstos no Termo de Referência;
h)Notificar a contratada, formal e tempestivamente, sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;
i)Expedir as ordens de serviço, com todas as informações necessárias à execução dos serviços contratados;
j)Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;
k)Enviar o pedido de emissão das passagens, informando os dados do passageiro, com antecedência que permita a emissão e uso da passagem;
l)Consultar Cadastro Estadual Inadimplente – CEI, devidamente atualizado que comprove a ausência de pendência da contratada perante o Estado do Maranhão (Decreto nº21. 331 de 20 de julho de 2005).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
São obrigações da CONTRATADA:
a)Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas no Contrato;
b)Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência do contrato.
c)Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, a JUCEMA, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato.
d)Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes no Termo de Referência;
e)Indicar representante para relacionar-se com a JUCEMA como responsável pela execução do objeto;

Scanned with CamScanner

Visto
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 34
Rubrica

f)A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de acompanhamento pela fiscalização da JUCEMA.
g)Cumprir as orientações do fiscal do contrato, exceto as que infringirem normas legais.
h)Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do contrato para adoção imediata das medidas cabíveis.
i)É vedado, à CONTRATADA, transferir, no todo ou em parte, as obrigações do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.
j)Informar a JUCEMA as regras tarifárias vigentes nas companhias aéreas que operam viagens regulares no território nacional, bem como suas alterações;
k)Prestar informações atualizadas de itinerários, horários, tarifas nacionais periodicidade de voos e de variação de tarifas, inclusive promocionais, colaborando na definição do melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada), melhores conexões e das tarifas promocionais.
l)Adotar as medidas necessárias para promover o cancelamento de bilhetes e/ou trechos não-utilizados independentemente de justificativa por parte da JUCEMA, atendendo as regras das companhias aéreas;
m)Pagar, pontualmente, as companhias aéreas independentemente da vigência do contrato, ficando claro que a JUCEMA não responderá solidária ou subsidiariamente por esse reembolso, que são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
n)Fornecer, juntamente com as faturas, a relação dos créditos decorrentes de passagem e/ou trechos não utilizados no período que permita a JUCEMA, por intermédio de seus gestores, acompanhar o andamento das aquisições, reembolsos e frequências de voos;
o)Adotar todos os demais procedimentos necessários à boa execução do contrato;
p)Fornecer comprovação da utilização das passagens aéreas;
q)Emitir relatório mensal, com características próprias da JUCEMA, tais como: Número da Requisição de Transporte Aéreo, nome do passageiro, trecho, data de embarque, horário de embarque, data de emissão, companhia aérea, número do bilhete, número da fatura, vencimento da fatura, valor, valor líquido e observações, devendo ser entregue até o primeiro dia útil do mês subsequente;
r)Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar o instrumento contratual, a sessão poderá ser retomada e as demais licitantes chamadas na ordem crescente de preços para negociação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:
a) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
b) multa de 20% (vinte por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos materiais sujeitará a Contratada à aplicação das seguintes multas de mora:
a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;
b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Além das multas aludidas no item anterior, a Contratante poderá aplicar as seguintes sanções à Contratada, garantida a prévia e ampla defesa, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato:
a) advertência escrita;
b) impedimento para participar de licitação e assinar contratos com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Sistema de Gerenciamento de Licitações e Contratos – SGC por igual prazo.
c) declaração de inidoneidade para participar de licitação e assinar contratos com a Administração Pública, pelo prazo previsto de 02 (dois) anos ou até que o contratado cumpra as condições de reabilitação;
d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

PARÁGRAFO TERCEIRO: As sanções previstas nas alíneas "a", "b" e "c" poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea "d".

Scanned with CamScanner

VISTO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
39
Rubrica

PARÁGRAFO QUARTO: Caberá ao Fiscal do Contrato, designado pela CONTRATANTE propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.
PARÁGRAFO QUINTO: A Contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, dentre outras hipóteses legais, quando:
a) prestar os serviços ou entregar os materiais em desconformidade com o especificado e aceito;
b) não substituir, no prazo estipulado, o material recusado pela contratante;
c) descumprir os prazos e condições previstas neste Pregão.
PARÁGRAFO SEXTO: As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.
PARÁGRAFO SÉTIMO: O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.
PARÁGRAFO OITAVO: A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO
O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: Deverão acompanhar a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos além de outros:
a) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
d) Certidão Conjunta de Débitos relativo a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
c) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
PARÁGRAFO SEGUNDO: Os documentos relacionados nas alíneas de "*a*" a "*c*" poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF;
PARÁGRAFO TERCEIRO: O pagamento fica condicionado à prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, as certidões mencionadas deverão acompanhar a nota fiscal/fatura mensal;
PARÁGRAFO QUARTO: A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
PARÁGRAFO QUINTO: O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.
PARÁGRAFO SEXTO: Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.
PARÁGRAFO SÉTIMO: Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua a NOTIFICAÇÃO, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, no presente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
PARÁGRAFO OITAVO: Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
PARÁGRAFO NONO: Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual e penalidades, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
PARÁGRAFO DÉCIMO: Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, e caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF, serão adotadas as medidas cabíveis.

Scanned with CamScanner

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX);
I = (6/100) /365
I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONSULTA AO CEI

A realização de pagamentos e dos eventuais aditamentos a este Contrato feitos em favor da CONTRATADA ficam condicionados à consulta prévia pelo CONTRATANTE ao Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI para verificação da situação da CONTRATADA em relação às obrigações pecuniárias e não pagas, consoante determina o art. 6º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

PARÁGRAFO ÚNICO – Constatada a existência de registro da CONTRATADA no CEI, o CONTRATANTE não realizará os atos previstos nesta Cláusula, por força do disposto no art. 7º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FISCAL DO CONTRATO

Promover, por meio do FISCAL DE CONTRATO designado pela CONTRATANTE, o acompanhamento do serviço ou do fornecimento dos produtos e a fiscalização do contrato, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caberá ao FISCAL DE CONTRATO designado pela CONTRATANTE rejeitar os serviços que estiveram fora das especificações e qualidade exigidas no Termo de Referência e no Contrato, devendo o contratado efetuar correções, após a comunicação do servidor;

PARÁGRAFO SEGUNDO: A presença da fiscalização do Contratante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada;

PARÁGRAFO TERCEIRO: A fiscalização do Contrato será exercida pelo(a) servidor(a) **NATÁLIA DE LIMA PORTELA**, ID: 00850660, que nas suas ausências será substituído pelo servidor(a) **DJANE VERA DE ABREU SAMPAIO**, ID nº: 00855862, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta de recurso específico consignado no orçamento da

Scanned with CamScanner

PROCURADORIA REGIONAL - JUCEMA
VISTO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 41
Rubrica

Junta Comercial do Maranhão - JUCEMA, em conformidade com as seguintes dotações orçamentárias: **Unidade Orçamentária**: 23201; **Programa**: 0122 – Registro de atividades Mercantis; **Ação**: 4450 - Gestão do Programa; **Subação:** 0843 – Passagens aéreas; **Natureza da Despesa**: 339099; **Fonte de Recurso**: 0501.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS POR ÍNDICE PREVIAMENTE ESTABELECIDO
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O preço do contrato poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta.
PARÁGRAFO SEGUNDO: O índice de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, de acordo com o constante no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA SUBCONTRAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.
A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste Contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis. Constituem motivos ensejadores da rescisão do presente Contrato, os enumerados no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, e ocorrerá nos termos do art. 79, do mesmo diploma legal.
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL
A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA– DAS COMUNICAÇÕES
Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA HABILITAÇÃO
A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS
A licitação para a contratação do objeto deste Termo adotará a modalidade Pregão Presencial, do tipo maior taxa de percentual de desconto, e reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Scanned with CamScanner

Pesquisa Realizada JUCEMA VISTO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 42 Rubrica

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado pelo CONTRATANTE no Diário Oficial do Estado, obedecendo ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro desta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, não obstante a idoneidade e sinceridade de propósito de ambas as partes. E, por estarem justos e contratados, e depois de lido e achado conforme, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, sem emendas nem rasuras, perante 02 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

São Luis, 04 de maio de 2023.

SERGIO SILVA SOMBRA
CONTRATANTE

gov.br Documento assinado digitalmente
AMADEU ARAUJO LISBOA JUNIOR
Data: 04/05/2023 11:38:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

AMADEU ARAÚJO LISBOA JÚNIOR
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Nome: Aloysio Ferreira da Rocha
   CPF: 610.127.133-15

2. Nome: Joana Santos Dias da Costa
   CPF: 035269613-46

Scanned with CamScanner

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO DOS PRODUTOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA.

MAPA DO PERCENTUAL DE DESCONTO MÉDIO			SEINC - GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO	PEREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON	CIMU - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA	Percentual Medio de Desconto
ITEM	**ESPECIFICAÇÕES**	**UNIDADE**	**Percentual de Desconto**	**Percentual de Desconto**	**Percentual de Desconto**	**Percentual de Desconto**
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional. (**Secretaria de Administração).**	Serviço	5,00%	2,00%	2,00%	**3,00%**
2	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional. (**Secretaria de Educação).**	Serviço	5,00%	2,00%	2,00%	**3,00%**
3	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional. (**Secretaria de Saúde).**	Serviço	5,00%	2,00%	2,00%	**3,00%**
4	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional. (**Secretaria de Assistência Social).**	Serviço	5,00%	2,00%	2,00%	**3,00%**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 43

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

Vargem Grande (MA), 10 de Outubro de 2023.

Carlos Luan Carneiro Teixeira
Chefe da seção de divisão de licitações e compras

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls
Rubrica

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 48
Rubrica

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na qualidade de ordenador de despesas, declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa relativa ao objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO).

Na qualidade de Órgão Gerenciador e Ordenador de Despesas, **DECLARO**, que por se tratar de processo licitatório com finalidade de Registro de Preços, a rubrica orçamentária, bem como a Dotação Orçamentária, para atender o presente objeto será informado no ato de formalização do contrato, conforme Art. 7º § 2º do Decreto Federal nº 7.892/2013, e suas alterações.

Vargem Grande/MA, 10 de Outubro de 2023.

Atenciosamente,

Raimundo Nonato da Costa
Secretário Municipal de Educação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 46
Rubrica

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA.

- **Passagem aérea** compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, os casos em que isto representa toda a contratação.
- **Trecho** compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O Município de Vargem Grande/MA, em seus diversos Fundos, Secretarias e Setores da Prefeitura Municipal de Vargem Grande – MA, com intuito de atender aos seus Departamentos e considerando o exercício de 2023 e 2024, onde não há disponibilidade do objeto ora solicitado. Considerando ainda a garantia do atendimento aos programas e ações diversos na área de setores a ela ligados, e outros referente ao serviço continuado de agendamento de viagem, emissão de boleto de passagem aéreas para trechos nacionais, ida e volta para desenvolvimento das atividades destes fundos e secretarias, para tratar de assuntos de interesse administrativos, capacitações e outras atividades afins, faz-se justa a contratação do fornecimento em tela, contratando empresas especializadas para a realização da licitação;

2.2. Apresente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico do tipo "Maior Percentual de Desconto por Item", nos termos da Lei nº 10.024/20, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005 e na Lei 8666, de 1993, e suas alterações, por se tratar de serviço facilmente encontrado no mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado.

2.3. Considerando que a Secretarias necessitam realizar contratações frequentes e diante da impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado, opta-se por realizar a presente contratação mediante licitação para Sistema de Registro de Preços –SRP, em virtude do enquadramento da contratação pretendida nos requisitos constantes no Decreto nº 7.892, de 23/01/2013. Além disso, o procedimento de SRP proporciona maior celeridade na conclusão do procedimento licitatório, bem como visa garantir um maior número de licitantes e, consequentemente, maior possibilidade de trazer economia para os cofres Distritais.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 49

2.4. A Administração Pública, para contratar com terceiros, tem como prerrogativa a licitação pública, procedimento de cunho obrigatório, determinado no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº. 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos. Existem diversas modalidades de licitação, sendo o pregão a mais recente. Instituído pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei nº 10.024/20, o pregão deve ser utilizado para aquisição de bens e serviços comuns de qualquer valor. A sua forma eletrônica, regulamentada pelo Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

3. DOS SERVIÇOS

3.1. A CONTRATADA deverá dispor determinais interligados às companhias aéreas, para obtenção das seguintes facilidades:

- Execução online de reserva automatizada;
- Emissão online de bilhetes automatizados;
- Consulta online de melhor rota ou percurso;
- Consulta online de frequência de voos;
- Consulta online da menor tarifa disponível;
- Impressão das consultas formuladas;
- Emissão online de PTA (prepaid ticket advise) – bilhetes;
- Alteração e remarcação online de bilhetes;
- Combinação de tarifas;

4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1. A licitante vencedora deverá iniciar a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, imediatamente após a assinatura do contrato.

4.2. A contratada deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas nacionais em até 12(doze)horas e internacionais em até24(vinte e quatro) horas, após a solicitação, diretamente ao requisitante.

4.3. Excepcionalmente, em caráter de urgência, a emissão de bilhete de passagem aérea poderá ser solicitada pelo (órgão ou entidade), devendo a contratada, nesse caso, atendê-lo com agilidade requerida.

5. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

5.1. O critério de julgamento serão de "Maior Percentual de Desconto por Item" ofertado, que será aplicado sobre o valor das tarifas dos bilhetes de passagens emitidos pelas concessionárias dos serviços de transporte de passageiros, nas modalidades aérea e terrestre, inclusive tarifas promocionais, excluídas as taxas de embarque, percentual esse que será fixo e irreajustável.

5.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem com aquelas que apresentarem percentuais de desconto excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 48, inciso II, §§ 1º e 2º da

Leinº8.666/93.

5.3. O Termo de Referência é obrigatoriamente parte integrante do edital, nos termos do art.40,§2º, inc.I, da Lei nº 8.666/93.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 4
Rubrica

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Para as empresas fora do Estado do Maranhão, a CONTRATADA deverá dispor de serviço de relacionamento 0800, sem ônus para a CONTRATANTE com a finalidade de prestador de serviços elencados no item 3.

6.2. Atender as solicitações da CONTRATANTE, em caráter excepcional, fora do horário de expediente do órgão solicitante da contratação, inclusive aos sábados, domingos e feriados, por meio de telefone fixo ou móvel.

6.3. Repassar à CONTRATANTE eventuais vantagens concedidas pelas companhias aéreas, tais como promoções, cortesias e demais vantagens.

6.4. Prestar assessoramentos para definição de melhores roteiros, horários e frequência de voos(partida/chegada), conexões e tarifas promocionais.

6.5. Providenciar reservas de passagens aéreas, remarcações, substituições, desdobramentos e reiterações de bilhetes e, quando impossibilitada, providenciar a execução do serviço junto às empresas aéreas, mediante autorização da Administração.

6.6. Fornecer pesquisa/cotação de preços com no mínimo 2 (duas) companhias aéreas, indicando a menor tarifa para o trecho solicitado, excetuando-se os trechos em que apenas uma companhia aérea venha atuar.

6.7. Fora do expediente entregar os bilhetes no local a ser informado ou fornecer número do voo, código localizador / localizador da reserva, número do bilhete e horário, através de e-mail e telefone ou se fizer necessário, colocá-los à disposição dos passageiros nas lojas das companhias aéreas, agências de turismo próximas do usuário.

6.8. Elaborar, quando solicitado, planos de viagens internacionais, com opções de horários e voos.

6.9. Prestar assessoria sobre vistos consulares, orientação e acompanhamento para emissão de passaporte se apoio para obtenção dos mesmos.

6.10. Possibilitar a concessão ou obtenção de endosso de passagens, respeitando o regulamento das companhias aéreas.

6.11. Fornece, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, mediante informação expedida pelas companhias aéreas em papel timbrado, para verificação se esses valores, inclusive os promocionais, são os devidamente registrados na Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC.

6.12. Reembolsar, pontualmente, as empresas de transportes independentemente da vigência do contrato, ficando claro que a CONTRATANTE não responderá solidária ou subsidiariamente por esse reembolso, que de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 49
Rubrica

6.13. Restituir à CONTRATANTE o valor das passagens não utilizadas que esta venha a lhe devolver, no prazo máximo de 30(trinta) dias contados a partir da notificação feita pela CONTRATADA, inclusive na ocorrência de rescisão ou extinção do contrato.

6.14. Fornece, juntamente com o faturamento, os valores referentes às remarcações de bilhetes autorizados pela CONTRATANTE, bem como, os créditos de correntes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento, efetuando, no mesmo, o respectivo abatimento.

6.15. Realizar check-in antecipado junto às companhias aéreas que permitam tal procedimento, quando solicitado pela CONTRATANTE.

6.16. Emitir relatórios de serviços prestados, mensalmente, com demonstrativo diário, evidenciando quantitativo de passagens aéreas e explicitando as empresas fornecedoras das passagens, constando as seguintes informações:

a) **Para bilhetes utilizados:**
Nº da requisição; Data da emissão; Nome do passageiro; Nº do bilhete;
Trecho;
Tarifa plena; Tarifa aplicada;
Desconto aplicado (%); Taxa de
Embarque; Valor final;
N.º da Nota de empenho.

b) **Para bilhetes não utilizados:**
N.º da requisição; Nome do passageiro;
Trecho;
Nº do bilhete; Tarifa aplicada;
Multa pela não utilização.

6.17. Fiscalizar o perfeito cumprimento destas especificações e do contrato a ser firmado, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

6.18. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços.

6.19. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações civis e quaisquer outras que forem de vidas a seus empregados no desempenho dos serviços, bem como aquelas com os serviços de entrega dos bilhetes nos endereços solicitados, ficando CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

6.20. Substituir ou complementar as suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem incorreções resultantes do preenchimento dos bilhetes.

6.21. Executar, os serviços que, mesmo não previsto no objeto se façam necessários ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas junto à CONTRATANTE.
6.22. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
6.23. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.
6.24. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Prestar informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela empresa.

7.2. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, da quantidade de bilhetes a serem fornecidos bem como os trechos de destino.
7.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento dos serviços.
7.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência ou do Contrato.
7.5. Notificar a CONTRATADA na ocorrência de eventuais imperfeições, concedendo-lhe prazo para correção, bem como na aplicação de eventuais penalidades, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
7.6. O CONTRATANTE mediante a comprovação de não Utilização de um bilhete, em seu percurso total ou parcial, solicitará o reembolso, que será encaminhado à empresa CONTRATADA.
7.7. Indicar preposto investido de poderes para solucionar qualquer ocorrência relacionada ao fiel cumprimento do Contrato.
7.8. Atender, no prazo fixado, todas as solicitações do Executor do Contrato.
7.9. Apresentar fatura saldos serviços executados no período, devidamente acompanhadas das certidões negativas de débitos exigidas em lei.
7.10. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.
7.11. Promover por meio do Fiscal do Contrato, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de fatos que exijam providências.
7.12. Efetuar os pagamentos após apresentação da fatura correspondente ou nota fiscal, mediante a conferência da execução, no valor acordado em contrato específico e nas condições estabelecidas nos dispositivos legais.
7.13. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um servidor da Administração, denominado Executor do Contrato, especialmente designado para este fim, nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93.

8. DO PREÇO

8.1. O preço das passagens aéreas, a ser cobrado pela contratada, será composto pelo valor das tarifas dos bilhetes das passagens, excluído o percentual de desconto concedido e incluído a taxa de embarque, que será fixa e irreajustável.

9. DO VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado para presente contratação será de R$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais), distribuídos da seguinte forma:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VALOR ESTIAMDO
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional.	R$ 495.000,00

9.2. A apuração do valor se deu a partir do levantamento de cotação de preços junto ao mercado realizados com agências de passagens aéreas, conforme valores apresentados nos autos do processo:

9.3. A partir dos citados valores, fez-se uma projeção para um período de 12(doze) meses e incidindo um percentual no intuito de cobrir eventuais despesas não esperadas, o que resultou nos valores constantes no item 9.1

9.4. Vale destacar que o valor de R$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais), é meramente estimativo de consumo anual, não se obrigando as Secretarias Municipais à sua contratação.

10. DESCONTO ESTIMADO

10.1. O desconto estimado sobre o valor das tarifas dos bilhetes das passagens girou em torno do seguinte percentual:

Tipo	Média de percentual de desconto
Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos de passagens áreas e hospedagens no âmbito nacional para as Secretarias Municipais.	3,00% (três por cento)

10.2. O estimativo apresentado acima foi determinado com base nos preços praticados no âmbito dos órgãos públicos em atenção ao artigo15, Ve§1º da Lei nº 8.666/93 e junto às empresas do ramo, conforme Anexo I.

11. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O prazo de validade do Registro de Preços é de **12 (doze) meses, improrrogáveis**, contados da data de sua publicação na imprensa oficial do Distrito Federal.

12. DA VIGÊNCIA DO(S) CONTRATO(S)

12.1. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do Registro de Preços será de 12(doze) meses, contados da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, única e exclusivamente a critério da Administração, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

12.2. O contrato será de caráter continuado, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 60(sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

12.3 . A Licitante Vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% do valor inicial atualizado da contratação, conforme previsão contida nos §§ 1º e 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

13. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante, servidor público regularmente designado pelo CONTRATANTE, nostermosdaLeinº8.666/1993;

15.2. Competirá ao executor do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;

15.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade da Administração, ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº8.666/1993;

15.4. O executor do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s) de funcionário(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis.

16 DO FATURAMENTO

16.1. A nota fiscal deverá, obrigatoriamente, destacar preço e percentual de desconto concedido, ainda, estar acompanhada da tabela de preço que foi utilizada no período, para efeito de comprovação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 53
Fabrício

17. DO PAGAMENTO

Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Certidão de regularidade de débitos Relativos às **Contribuições Previdenciárias** e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Decreto Federal nº6. 106/2007); (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº3, de 2.5.2007), observado o disposto no art.4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço–FGTS, fornecido pela CEF–Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440, de 07 de Julhode2011;

d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por ela administrados, conforme preconizado no artigo 1º do Decreto6.106/2007;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública da sede do licitante;

f) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Secretaria de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meiodositewww.fazenda.df.gov.br.

17.1 O pagamento será feito conforme as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação de Nota Fiscal da empresa contratada, devidamente a testada pelo Fiscal do Contrato.

17.2 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.

17.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

18. DA SSANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, e no Decreto Municipal nº 018/2020, Decreto Federal 7.892/13, alterado pelo Decreto Federal nº 9.488/13, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 004/2017, no caso de

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 54
Rubrica

atraso injustificado na execução, inexecução parcial ou total do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, assegurada a prévia e ampla defesa e facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral do Contrato, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

I –Advertência;

II –Multa nos seguintes percentuais:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9 %, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação dos percentuais previstos nas alíneas "a" e "b";

c) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Contratante, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato, calculados obre a parte inadimplente;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

III – Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e a pós decorrido o prazo da suspensão aplicada com base no inciso III.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da contratada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

e) Critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

a. A Contratada deverá comunicar imediatamente à Secretarias qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail, fax e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos Órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal.

b. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

c. Após a celebração do contrato, não será considerada ou atendida reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta da Contratada.

d. A licitante/contratada se obriga a não contratar ou utilizar o trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezoito) anos, em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, respeitada a legislação pertinente;

e. A licitante/contratada se obriga a não utilizar da mão – de – obra de pessoas menores de 18 (dezoito) anos em situações de risco, em especial, no trabalho noturno, perigoso, insalubre ou penoso.

f. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

g. Elege-se o foro da cidade de Brasília para dirimir questões relativas ao presente Termo de Referência e seus Anexos.

Vargem Grande (MA), 11 de Outubro de 2023.

Atenciosamente,

Raimundo Nonato da Costa
Secretário Municipal de Educação

Fls. 56

TERMO DE ANUÊNCIA

Na qualidade de Órgão Participante, DECLARO para os devidos fins que estamos de acordo com o objeto e especificações constantes no Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, sob a responsabilidade do Sr. Raimundo Nonato da Costa, o qual terá o apoio desta Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Vargem Grande - MA, 11 de Outubro de 2023.

Carla Nicoly Mesquita de Mesquita
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

Fls. 57

Rubrica

TERMO DE ANUÊNCIA

Na qualidade de Órgão Participante, DECLARO para os devidos fins que estamos de acordo com o objeto e especificações constante no Termo de Referência elaborado pelo Secretário Municipal de Educação, sob a responsabilidade do Sr. Raimundo Nonato da Costa, o qual terá o apoio desta Secretaria Municipal de Administração.

Vargem Grande - MA, 11 de Outubro de 2023.

Francisco Ferreira Lima Filho
Secretário Municipal de Administração.

Secretaria Municipal de Saúde
SEMUS
Cuidando da sua saúde!

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

Fls. 5f

TERMO DE ANUÊNCIA

Na qualidade de Órgão Participante, DECLARO para os devidos fins que estamos de acordo com o objeto e especificações constantes no Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, sob a responsabilidade do Sr. Raimundo Nonato da Costa, o qual terá o apoio desta Secretaria Municipal de Saúde.

Vargem Grande - MA, 11 de Outubro de 2023.

Thais Kellen Leite de Mesquita
Secretária Municipal de Saúde

Fls. 59

AUTORIZAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, **AUTORIZO** a continuidade dos tramites legais para realização do procedimento licitatório.

Vargem Grande – MA, 11 de Outubro de 2023.

Raimundo Nonato da Costa
Secretário Municipal de Educação

Fls. 60

AUTORIZAÇÃO

Ilmo. Sr.
Ricardo Barros Pereira
Pregoeiro Municipal

Na qualidade de Secretário Municipal Educação, encaminho os autos do processo até aqui realizados e AUTORIZO a deflagração de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico do tipo maior desconto por item, tendo por objeto a Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 005/2017, Lei Complementar n° 123/2006 e alterações dadas pela Lei Complementar n° 147/2014 e aplicando-se subsidiariamente no que couberem a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie.

Vargem Grande/MA, 11 de Outubro de 2023.

Atenciosamente,

Raimundo Nonato da Costa
Secretário Municipal de Educação

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

Fls 61

JUNTADA DE PORTARIA

Junto aos autos do Processo Administrativo nº 0101.07156.2023, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, o Ato de designação do Pregoeiro e equipe de apoio, PORTARIA 004/2023, de 06 de Janeiro de 2023.

Vargem Grande - MA, em 13 de Outubro de 2023.

RICARDO BARROS PEREIRA
Portaria nº 004/2023
Pregoeiro

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

PORTARIA Nº 004/2023, DE 06 DE JANEIRO DE 2023.

Nomeia o Pregoeiro e a Equipe de Apoio e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vargem Grande, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando a adoção, pela Prefeitura Municipal, da modalidade de licitação denominado Pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto Federal 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 018/2020;

Considerando ainda a necessidade de observar os requisitos da fase introdutória da modalidade Pregão, dentre eles, a nomeação do Pregoeiro e de sua Equipe de Apoio, conforme dispõe o artigo 3º, inciso IV da Lei Federal nº 10.520/2002,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Ricardo Barros Pereira** para exercer a função de Pregoeiro, que será responsável pela condução dos trabalhos do Pregão Eletrônico.

Art. 2º Designar os servidores **Karlinne dos Santos Vidinha, Maria Cleiciane Costa Conceição** para compor a Equipe de Apoio e **Ednoel Viana Gomes Filho**, como **Suplente**, que prestará a necessária assistência ao Pregoeiro.

Art. 3º As atribuições do Pregoeiro e de sua Equipe de Apoio, dentre outras, serão:

I.O credenciamento dos interessados;
II. O recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
III. A abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;
IV. A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
V. A adjudicação da proposta de menor preço;
VI. A elaboração de ata;
VII. A condução dos trabalhos da equipe de apoio;
VIII. O recebimento, o exame e a decisão sobre recursos; e

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 63

IX. O encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação.

Parágrafo único. À Equipe de Apoio cabe auxiliar o Pregoeiro em todas as suas atribuições.

Art. 4º Aplica-se a esta Comissão as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 12 de junho de 1993, e da Lei Federal nº 10.520, de17 de julho de 2002.

Art. 5º A presente Portaria entrará em vigor no dia 06 de Janeiro de 2023.

Dê-se Ciência.

Publique-se.

Cumpra-se.

PREFEITURA MUN. DE VARGEM GRANDE
José Carlos de Oliveira Barros
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS
Prefeito Municipal de Vargem Grande/MA

GABINETE DO PREFEITO - DECRETO - DECRETO MUNICIPAL: 003/2023

DECRETO Nº. 003, DE 05 JANEIRO DE 2023.

Aprova o calendário de Feriados e de Pontos Facultativos a ser observado pelos Órgãos da Administração Púbica Municipal, no exercício de 2023.

O Prefeito do Município de Vargem Grande, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe confere o art. 73, da Lei Orgâni ca do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Calendário de Feriados e de Pontos Facultativos a ser observado pelos órgãos da Administração Púb lica Municipal, incluindo o IMAP, no exercício de 2023, como segue:

I - 1º de janeiro, domingo, Confraternização Universal, feriado nacional;
II – 11 de janeiro, quarta-feira, Romaria de São Sebastião – abertura do Festejo, ponto facultativo, Lei municipal nº. 517/12;
III – 20 de janeiro, sexta-feira, feriado municipal;
IV – 21 de fevereiro, terça-feira, carnaval, ponto facultativo;
V – 22 de fevereiro, quarta-feira, cinzas, ponto facultativo;
VI- 29 de março, quarta-feira, aniversário de Vargem Grande, feriado municipal;
VII - 07 de abril, sexta-feira da Paixão de Jesus Cristo, feriado nacional;
VIII - 21 de abril, sexta-feira, Tiradentes, feriado nacional;
IX - 1º de maio, segunda-feira, Dia do Trabalho, feriado nacional;
X - 08 de junho, quinta-feira, Corpus Christi, ponto facultativo;
XI – 29 de junho, quinta-feira, Dia de São Pedro, feriado religioso municipal;
XII - 28 de julho, sexta-feira, Dia da Adesão do Maranhão à Independência do Brasil, Feriado Estadual;
XIII – 22 de agosto, terça-feira, Romaria de São Raimundo Nonato dos Mulundus, feriado religioso municipal;
XIV – 24 de agosto, quinta-feira, Romaria de São Bartolomeu no povoado Rampa, ponto facultativo;
XV - 31 de agosto, quinta-feira, encerramento do Festejo de São Raimundo Nonato dos Mulundus, feriado religioso municipal;

XVI - 07 de setembro, quinta-feira, Independência do Brasil, feriado nacional;
XVII - 12 de outubro, quinta-feira, Nossa Senhora Aparecida, feriado nacional;
XVIII – 15 de outubro, domingo, dia do Professor, feriado municipal;
XIX- 28 de outubro, sábado, Comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público;
XX - 02 de novembro, quinta-feira, Finados, feriado nacional;
XXI - 15 de novembro, quarta-feira, Proclamação da República, feriado nacional;
XXII - 25 de dezembro, segunda-feira, Natal, feriado nacional.

Art. 2º Caberá aos dirigentes dos Órgãos a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de sua competência.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando -se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE, ESTADO DO MARANHÃO, EM VARGEM GRANDE, 05 DE JANEIRO DE 2023, 201º DA INDEPENDÊNCIA E 134º DA REPÚBLICA.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO - PORTARIAS - NOMEACÃO: 004/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE/MA

PORTARIA Nº 004/2023, DE 06 DE JANEIRO DE 2023.

Nomeia o Pregoeiro e a Equipe de Apoio e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vargem Grande, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
Considerando a adoção, pela Prefeitura Municipal, da modalidade de licitação denominado Pregão, instituída pela Lei nº 10.520 , de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto Federal 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 018/2020;
Considerando ainda a necessidade de observar os requisitos da fase introdutória da modalidade Pregão, dentre eles, a nomeação do Pregoeiro e de sua Equipe de Apoio, conforme dispõe o artigo 3º, inciso IV da Lei Federal nº 10.520/2002,
RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Ricardo Barros Pereira** para exercer a função de Pregoeiro, que será responsável pela condução dos trabalhos do Pregão Eletrônico.
Art. 2º Designar os servidores **Karllianne dos Santos Vidinha, Maria Cleiciane Costa Conceição** para compor a Equipe de Apoio e **Ednoel Viana Gomes Filho**, como **Suplente**, que prestará a necessária assistência ao Pregoeiro.
Art. 3º As atribuições do Pregoeiro e de sua Equipe de Apoio, dentre outras, serão:
I.O credenciamento dos interessados;

Assinado eletronicamente por: Rafael Santos Nunes - CPF: ***.705.933-** em 09/01/2023 18:20:29 - IP com nº: 192.168.1.4
Autenticação em: www.vargemgrande.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1132

II. O recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
III. A abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;
IV. A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
V. A adjudicação da proposta de menor preço;
VI. A elaboração de ata;
VII. A condução dos trabalhos da equipe de apoio;
VIII. O recebimento, o exame e a decisão sobre recursos; e
IX. O encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação.
Parágrafo único. À Equipe de Apoio cabe auxiliar o Pregoeiro em todas as suas atribuições.
Art. 4º Aplica-se a esta Comissão as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 12 de junho de 1993, e da Lei Federal nº 10.520, de17 de julho de 2002.
Art. 5º A presente Portaria entrará em vigor no dia 06 de janeiro de 2023.
Dê-se Ciência.
Publique-se.
Cumpra-se.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS
Prefeito Municipal de Vargem Grande/MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE/MA

PORTARIA Nº 005/2023 DE 06 DE JANEIRO DE 2023.

Constitui a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

O Prefeito Municipal de Vargem Grande, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Art. 1°- Constituir a Comissão Permanente de Licitação - CPL, com a finalidade de disciplinar e realizar os procedimentos licitatórios, sob as modalidades: Convite, Tomada de Preços e Concorrência, pertinentes a obras, compras, serviços, inclusive de publicidade, no âmbito da Administração direta, b em como das autarquias, fundos especiais e demais entidades direta e indiretamente controladas pelo Município:

ORDEM	NOME DO SERVIDOR	MATRICULA	CARGO	FUNÇÃO
01	RICARDO BARROS PEREIRA	06159	Diretor de Dep. De Licitação	Presidente
02	LUDIANE SOUSA FONSECA	04809	Agente Administrativo	1º membro
03	MARIA CLEICIANE COSTA CONCEIÇÃO	04661	Agente Administrativo	2º membro
04	CARLOS EMANUEL DE OLIVEIRA ALVES	08064	Agente Administrativo	1º Suplente

Art. 2°- A presente Portaria entrará em vigor no dia 06 de janeiro de 2023.
Dê-se Ciência.
Publique-se.
Cumpra-se.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS
Prefeito Municipal de Vargem Grande/MA

Assinado eletronicamente por: Rafael Santos Nunes - CPF: ***.705.933-** em 09/01/2023 18:20:29 - IP com n°: 192.168.1.4
Autenticação em: www.vargemgrande.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1132

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

VARGEM GRANDE - MA

TERÇA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2020 | ANO IV | EDIÇÃO N.º 816– Páginas 08

www.vargemgrande.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 66

SUMÁRIO

DECRETO N° 018/2020
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N°044/2019-CPL/PMVG
AVISO DE SUSPENSÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº SRP-020/2020-CPL/PMVG
AVISO DE SUSPENSÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº SRP- 021/2020-CPL/PMVG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE/MA

DECRETO N° 018/2020

Regulamenta a modalidade de licitação pregão, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive os serviços comuns de engenharia, no âmbito do Município de Vargem Grande/MA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE/MA, Senhor José Carlos de Oliveira Barros, no uso de suas atribuições legais e em pleno exercício do cargo,

DECRETA:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Este Decreto regulamenta a modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica e presencial, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, inclusive os serviços comuns de engenharia, no âmbito do Município de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

§ 1º É obrigatória à utilização do pregão, na forma eletrônica, de que trata este decreto, pelos órgãos da administração pública municipal direta e indireta e os fundos especiais.

§ 2º Excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, será admitida a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o caput nas seguintes situações:

I - desde que fique comprovada desvantagem para a Administração na realização da forma eletrônica;

II - nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse; e

III - nos certames com fonte exclusiva do Tesouro do Município e com valor global máximo de R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

PRINCÍPIOS NORTEADORES

Art. 2º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, desenvolvimento sustentável, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, e dos que lhes são correlatos.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão, sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

DEFINIÇÕES:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - aviso do edital - documento que contém:

a) a definição precisa, suficiente e clara do objeto;

b) a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital;

c) o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, em se tratando de pregão eletrônico; e

d) o endereço no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, em se tratando de pregão presencial;

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

IV - lances intermediários - lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

V - obra - construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta;

VI - serviço - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;

VII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

VIII - Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Vargem Grande- registro cadastral de pessoas físicas e jurídicas que participam de licitações e celebram contratos e atas de registro de preços com a Prefeitura de Vargem Grande;

IX - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF - ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para cadastramento dos órgãos e das entidades da administração pública, das empresas públicas e dos participantes de procedimentos de licitação, dispensa ou inexigibilidade promovidos pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;

X - sistema de dispensa eletrônica - ferramenta informatizada para a realização dos processos de contratação direta de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia;

XI - órgão solicitante - é o centro de competência instituído para o desempenho da função estatal que solicita, por intermédio de sua autoridade competente, realização de certame licitatório;

XII - autoridade competente - é a responsável pela licitação pública e pela celebração do futuro contrato;

XIII - Comissão Permanente de Licitação - órgão competente para disciplinar e realizar os procedimentos licitatórios requeridos pelos órgãos solicitantes; e

XIV - termo de referência - documento que deverá conter:

a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:

1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;

2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e

3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;

b) o critério de aceitação do objeto;

c) os deveres do contratado e do contratante;

d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;

e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;

f) o prazo para execução do contrato; e

g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

§ 2º Os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do caput, serão licitados por pregão.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
VARGEM GRANDE - MA

TERÇA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2020 | ANO IV | EDIÇÃO N.º 816– Páginas 08

www.vargemgrande.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

VEDAÇÕES

Art. 4º O pregão não se aplica a:
I - contratações de obras;
II - locações imobiliárias e alienações; e
III - bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3º.

CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS
FORMA DE REALIZAÇÃO

Art. 5º O pregão será modalidade adotada para aquisição de bens e serviços comuns e poderá ser realizada:
I - à distância e em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de licitação adotado pela Prefeitura de Vargem Grande. O sistema a ser designado deverá ser dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame e que esteja integrado à plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias da União; e
II - de forma presencial, em sessão pública a ser realizada na sede da Comissão Permanente de Licitação do Município de Vargem Grande.

ETAPAS

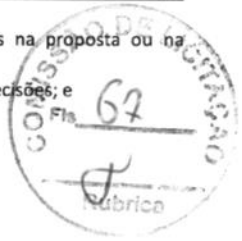
Art. 6º A realização do pregão observará as seguintes etapas sucessivas:
I - planejamento da contratação;
II - publicação do aviso de edital;
III - apresentação de propostas e de documentos de habilitação;
IV - abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;
V - julgamento;
VI - habilitação;
VII - recursal;
VIII - adjudicação; e
IX - homologação.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Art. 7º Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.
Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

DOCUMENTOS

Art. 8º O processo relativo ao pregão será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:
I - termo de referência;
II - planilha estimativa de despesa;
III - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;
IV - autorização de abertura da licitação;
V - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;
VI - edital e respectivos anexos;
VII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
VIII - parecer jurídico;
IX - os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;
X - documentação exigida e apresentada para a habilitação;
XI - proposta de preços do licitante;
XII - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:
a) os licitantes participantes;
b) as propostas apresentadas;
c) os lances ofertados, na ordem de classificação;
d) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;
e) a aceitabilidade da proposta de preço;
f) a habilitação;
g) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;
h) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e
i) o resultado da licitação;
XIII - comprovantes das publicações:
a) do aviso do edital;
b) do extrato do contrato;
c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e
XIV - ato de homologação.



§ 1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.
§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.
§ 3º Fica dispensado o inciso VIII, caso haja parecer jurídico referencial exarado pelo órgão de assessoramento competente, que deverá ser anexado ao processo, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida de ordem jurídica devidamente identificada e motivada.

CAPÍTULO III - ACESSO AO PROVEDOR DO PREGÃO ELETRÔNICO
CREDENCIAMENTO

Art. 9º A autoridade competente do órgão solicitante, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, demais servidores que se fizerem necessários e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.
§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.
§ 2º Caberá à Comissão Permanente de Licitação solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e o dos membros da equipe de apoio e das autoridades competentes.

LICITANTE

Art. 10. O credenciamento no sistema permite a participação dos interessados em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando, por solicitação do credenciado, seja inativado ou excluído e/ou não preencha as condições estabelecidas pelo sistema designado.
§ 1º É de responsabilidade exclusiva do licitante qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema a ser utilizado ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros.
§ 2º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

CAPÍTULO IV - CONDUÇÃO DO PROCESSO
ÓRGÃO OU ENTIDADE PROMOTORA DA LICITAÇÃO

Art. 11. O pregão será conduzido pela Comissão Permanente de Licitação.

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Art. 12. Caberá ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação:
I - decidir a forma do pregão, eletrônico ou presencial;
II - designar o pregoeiro;
III - designar acerca do sigilo do preço;
IV - designar o modo de disputa; e
V - designar o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

AUTORIDADE COMPETENTE

Art. 13. Caberá à autoridade competente do certame, de acordo com suas atribuições legais:
I - determinar a abertura do processo licitatório;
II - decidir os recursos contra atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;
III - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
IV - homologar o resultado da licitação; e

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
VARGEM GRANDE - MA

TERÇA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2020 | ANO IV | EDIÇÃO N.º 816– Páginas 08

www.vargemgrande.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 62

V - celebrar o contrato.

Parágrafo único. A assinatura da ata de registro de preços é de competência da Autoridade Competente do Certame.

CAPÍTULO V - FASE PREPARATÓRIA OU PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO
ORIENTAÇÕES GERAIS

Art. 14. Na fase preparatória do pregão será observado o seguinte:

I - aprovação do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;

II - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

III - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e

IV - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

VALOR ESTIMADO OU VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

Art. 15. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§ 2º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

DESIGNAÇÕES DO PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

Art. 16. Caberá ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, designar agentes públicos para o desempenho das funções deste Decreto.

DO PREGOEIRO

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

DA EQUIPE DE APOIO

Art. 18. Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

DO LICITANTE

Art. 19. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão:

I - na forma eletrônica:

a) credenciar-se previamente no sistema eletrônico de licitação utilizado pela Comissão Permanente de Licitação;

b) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

c) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

d) acompanhar as operações no sistema eletrônico de licitação durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

f) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio; e

II - na forma presencial:

a) apresentar a documentação (credenciamento, proposta de preços e habilitação) na forma designada no Edital;

b) acompanhar as sessões presenciais durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus de perda de negócios, decorrente da ausência de manifestação verbal do licitante, quando da provocação do Pregoeiro;

c) remeter, no prazo estabelecido, quando necessário, documentos complementares; e

d) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

CAPÍTULO VI - DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL
PUBLICAÇÃO

Art. 20. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial do Município - DOM e no sítio eletrônico oficial da Comissão Permanente de Licitação.

§ 1º Nas hipóteses de pregão realizado para obras e serviços comuns de engenharia, com utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, além dos meios dispostos no caput, também deverá ser realizada publicação em diário oficial do respectivo ente.

§ 2º Em se tratando de obras comuns, serviços e compras de grande vulto, aquelas cujo valor estimado seja superior a vinte e cinco vezes o limite estabelecido na alínea "c" do inciso I do art. 23 e art. 120 da Lei Federal nº 8.666/1993, além dos meios dispostos no caput, também deverá ser realizada publicação em jornal de grande circulação.

EDITAL

Art. 21. Os editais serão disponibilizados na íntegra no site oficial da Comissão Permanente de Licitação.

Parágrafo único. Em se tratando de pregão eletrônico, os editais também deverão ser disponibilizados na íntegra no sistema eletrônico de licitação adotado pela Prefeitura de Vargem Grande.

MODIFICAÇÃO DO EDITAL

Art. 22. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
VARGEM GRANDE - MA

TERÇA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2020 | ANO IV | EDIÇÃO N.º 816– Páginas 08

www.vargemgrande.ma.gov.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 69

ATOS DO PODER EXECUTIVO

estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

ESCLARECIMENTOS

Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

IMPUGNAÇÃO

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

CAPÍTULO VII - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

Art. 25. O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO LICITANTE NO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 26. Quando se tratar de Pregão na forma eletrônica, após a divulgação do edital nos locais designados neste Decreto, os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Vargem Grande, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§ 3º O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 4º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 5º A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 6º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 7º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§ 8º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 9º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 50.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO LICITANTE NO PREGÃO PRESENCIAL

Art. 27. Quando se tratar de Pregão na forma presencial, após a divulgação do edital nos locais designados neste Decreto, os licitantes, no dia, hora e local designados, deverão comparecer à sessão pública para entrega dos envelopes na forma do Edital, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, acompanhada da declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

CAPÍTULO VIII - ABERTURA DA SESSÃO E ENVIO DE LANCES
HORÁRIO DE ABERTURA

Art. 28. Em se tratando de Pregão na forma eletrônica, a partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 29. Em se tratando de Pregão na forma presencial, a partir do horário previsto no edital, a sessão pública será aberta pelo comando do pregoeiro, procedendo-se à imediata abertura do envelope de proposta de preços e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

Art. 30. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema ou na ata da sessão pública, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

Art. 31. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet, quando se tratar de Pregão na forma eletrônica.

Art. 32. Em se tratando de Pregão na forma presencial, a descrição do objeto, valor e eventuais documentos estarão disponíveis na sessão para os interessados ou qualquer cidadão que esteja presente, podendo posteriormente qualquer pessoa solicitar cópias do mesmo, na forma da Lei nº 12.527/2011.

ORDENAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Art. 33. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance, quando se tratar de Pregão na forma eletrônica.

Art. 34. Em se tratando de Pregão na forma presencial, o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço.

§ 1º Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
VARGEM GRANDE - MA
TERÇA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2020 ANO IV EDIÇÃO N.º 816– Páginas 08
www.vargemgrande.ma.gov.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 20

ATOS DO PODER EXECUTIVO

§ 2º Quando houverem proposta iniciais empatadas, o Pregoeiro realizará sorteio na presença dos licitantes para definir a ordem de classificação.

INÍCIO DA FASE COMPETITIVA

Art. 35. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando se tratar de Pregão na forma eletrônica.

§ 1º O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Art. 36. Em se tratando de pregão presencial, classificadas as propostas o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão apresentar lances verbais em sessão pelos proponentes.

MODOS DE DISPUTA NO PEGÃO ELETRÔNICO

Art. 37. Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - aberto - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital; ou

II - aberto e fechado - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

Parágrafo único. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

MODO DE DISPUTA ABERTO NO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 38. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 37, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

Art. 39. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 37, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES NO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 40. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 41. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

MODO DE DISPUTA NO PREGÃO PRESENCIAL

Art. 42. Em se tratando de Pregão na forma presencial, os licitantes apresentarão lances de forma verbal pelos seus representantes credenciados, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

§ 1º O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

§ 2º A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

§ 3º Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

Art. 43. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

Art. 44. Em se tratando de pregão eletrônico, os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 43, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

Parágrafo único. Na hipótese de persistir o empate, no pregão eletrônico, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

CAPÍTULO IX - JULGAMENTO
NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

Art. 45. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico ou na sessão pública presencial, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema ou na sessão presencial e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, uma hora, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da

proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput, quando se tratar de Pregão na forma eletrônica.

§ 3º Em se tratando de Pregão na forma presencial, o instrumento convocatório deverá estabelecer o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da solicitação do pregoeiro na sessão, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput, podendo ser enviada por meio designado no Edital.

JULGAMENTO DA PROPOSTA

Art. 46. Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 43, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º, § 9º do art. 26 e art. 27, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X.

CAPÍTULO X - HABILITAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

Art. 47. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal Federal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e trabalhista;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais, Distrital e Municipais, conforme for o caso; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V do caput poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf e/ou Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Vargem Grande.

Art. 48. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

Parágrafo único. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o caput serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Art. 49. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - a comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a União;

II - a apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

III - a comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;

IV - a demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;

VI - a obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

INTENÇÃO DE RECORRER E PRAZO PARA RECURSO

Art. 50. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf e/ou Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Vargem Grande, nos documentos por ele abrangidos.

§ 1º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e/ou Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Vargem Grande serão enviados nos termos do disposto nos arts. 26 e 27.

§ 2º Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema (pregão eletrônico) e por meio designado no Edital (pregão presencial), no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro, observado o prazo disposto no §§ 2º e 3º do art. 43.

§ 3º A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 4º Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 5º Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema (pregão eletrônico) ou por meio designado no Edital (pregão presencial), no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 6º No pregão realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Capítulo X.

§ 7º A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos de regulamento específico do disposto no art. 4º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, enquanto não houver regulamento específico da Prefeitura de Vargem Grande.

§ 8º Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

CAPÍTULO XI - RECURSO

INTENÇÃO DE RECORRER E PRAZO PARA RECURSO

Art. 51. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema (pregão eletrônico) ou de forma verbal (pregão presencial), manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

CAPÍTULO XII - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AUTORIDADE COMPETENTE

Art. 52. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso III e IV do caput do art. 13.

Art. 53. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17.

CAPÍTULO XIII - SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
VARGEM GRANDE - MA

TERÇA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2020 | ANO IV | EDIÇÃO N.º 816– Páginas 08

www.vargemgrande.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 72 Rubrica

ERROS OU FALHAS

Art. 54. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 1º Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata, quando se tratar de pregão eletrônico.

§ 2º O procedimento descrito no parágrafo anterior poderá ser realizado no pregão presencial, podendo ser reiniciada sessão pública mediante aviso prévio publicado no sítio eletrônico oficial da CPL com, no mínimo, três dias de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

CAPÍTULO XIV - CONTRATAÇÃO

ASSINATURA DO CONTRATO OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 55. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

§ 1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 56.

§ 3º O prazo de validade das propostas será de noventa dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital.

CAPÍTULO XV - SANÇÃO

IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

Art. 56. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Prefeitura de Vargem Grande e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Vargem Grande, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
II - não entregar a documentação exigida no edital;
III - apresentar documentação falsa;
IV - causar o atraso na execução do objeto;
V - não mantiver a proposta;
VI - falhar na execução do contrato;
VII - fraudar a execução do contrato;
VIII - comportar-se de modo inidôneo;
IX - declarar informações falsas; e
X - cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf e no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Vargem Grande.

CAPÍTULO XVI - REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

Art. 57. A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata este Decreto poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo único. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

CAPÍTULO XVII - DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

APLICAÇÃO

Art. 58. As unidades gestoras da Prefeitura de Vargem Grande adotarão o sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso I do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;

II - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do disposto no inciso II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993; e

III - aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, quando cabível.

§ 1º Ato do Presidente da CPL regulamentará o funcionamento do sistema de dispensa eletrônica.

§ 2º A obrigatoriedade da utilização do sistema de dispensa eletrônica ocorrerá a partir da data de publicação do ato de que trata o § 1º.

§ 3º Fica vedada a utilização do sistema de dispensa eletrônica nas hipóteses de que trata o art. 4º.

CAPÍTULO XVIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

ORIENTAÇÕES GERAIS

Art. 59. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 60. Os participantes de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet (pregão eletrônico) ou participando da sessão presencial (pregão presencial).

Art. 61. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Art. 62. Os arquivos e os registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 63. O Presidente da CPL poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais.

REVOGAÇÃO

Art. 64. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 65. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargem Grande – MA, 24 de Março de 2020.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS
Prefeito Municipal de Vargem Grande/MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE/MA

RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N°044/2019-CPL/PMVG.

Tornamos público o resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº SRP-044/2019-CPL/PMVG. PROC. ADMINISTRATIVO Nº 0101.04648.2019, Registro de Preços, do tipo menor preço, visando O Fornecimento de Materiais de Limpeza em Geral, destinados as Secretarias do Município de Vargem Grande/MA, tendo como vencedora as empresas: ALMEIDA SUPERMERCADO LTDA - ME, CNPJ Nº 23.184.664/0001-53, considerada vencedora do certame com valor total de

e-Dom DIÁRIO OFICIAL

Vargem Grande (MA), segunda-feira, 16 de janeiro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE/MA

DECRETO GPM Nº 004/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017. Regulamenta no âmbito da Prefeitura Municipal de Vargem Grande, Estado do Maranhão, a utilização do Sistema de Registro de Preços previsto no Art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE**, com fundamento no inciso II, art. 30 e no inciso XXI, art. 37, da Constituição Federal e de acordo com a atribuição que lhe confere o art. 59, da Lei Orgânica do Município, e ainda em observância ao disposto no Art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **D E C R E T A: Art. 1º** - As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA, obedecerão ao disposto neste Decreto. **Parágrafo Único** - Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições: **I** - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras; **II** - Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas; **III** - Órgão Gerenciador - órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente; **IV** - Órgão Participante - órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços; e **V** – órgão não participante – órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços. **Art. 2º** - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: **I** - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; **II** - quando for mais conveniente à aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; **III** - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou **IV** - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. **Parágrafo Único** - Poderá ser realizado registro de preços para contratação de bens e serviços de informática, obedecida a legislação vigente, desde que devidamente justificada e caracterizada a vantagem econômica. **Art. 3º** - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão presencial, do tipo menor preço, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal GPM nº 004/2017, de 04 de Janeiro de 2017, e será precedida de ampla pesquisa de mercado. **§ 1º** - Excepcionalmente poderá ser adotado, na modalidade de concorrência, o tipo técnica e preço, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho devidamente fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade. **§ 2º** - Caberá ao órgão gerenciador, a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte: **I** - convidar, mediante correspondência ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços; **II** - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização; **III** – promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela Lei; **IV** – realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes; **V** - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico; **VI** - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes; **VII** - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata; **VIII** - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório e na Ata de Registro de Preços; e **IX** - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e **X** – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações. **§ 3º** - O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para a execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI do § 2º, deste artigo. **§ 4º** - O órgão participante do registro de preços será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento, ao órgão gerenciador, de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda: **I** – garantir que todos os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente; **II** - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e **III** - tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório. **§ 5º** - Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no Art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, compete: **I** - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada; **II** - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização; **III** - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação, garantindo a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços, bem como de cláusulas contratuais; e **IV** - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços. **Art. 4º** - O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações. **§ 1º** - Os contratos decorrentes do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993. **Art. 5º** - A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 74 Rubrica

possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços. **Parágrafo Único** - No caso de serviços, a subdivisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados esperados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame. Nestes casos, deverá ser evitada a contratação, num mesmo órgão e entidade, de mais de uma proponente para a execução de um mesmo serviço em uma mesma localidade, com vistas a assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização. **Art. 6°** - Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte: **I** - o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços; **II** - quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das proponentes constantes da Ata; e **III** - os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados. **Parágrafo Único** - Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços. **Art. 7°** - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições. **Art. 8°** - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem. **§ 1°** - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação. **§ 2°** - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas. **§ 3°** - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços. **§ 4°** - O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem. **Art. 9°** - O edital de licitação para registro de preços contemplará, no mínimo: **I** - a especificação/descrição do objeto, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização do bem ali serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas; **II** - a estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro; **III** - o preço unitário máximo que a Administração se dispõe a pagar, por contratação, consideradas as regiões e as estimativas de quantidades a serem adquiridas; **IV** - a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item (no caso em que couber); **V** - as condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento e, complementarmente, nos casos de serviços, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados; **VI** - o prazo de validade do registro de preço; **VII** - os órgãos e entidades participantes do respectivo registro de preço; **VIII** - os modelos de planilhas de custo, quando cabíveis, e as respectivas minutas de contratos, no caso de prestação de serviços; e **IX** - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas. **§ 1°** - O edital poderá admitir, como critério de adjudicação, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado. **§ 2°** - Quando o edital prever o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos os respectivos custos, variáveis por região. **Art. 10°** - Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas. **Art. 11** - A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei Federal n° 8.666, de 1993. **Art. 12** - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993. **§ 1°** - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores. **§ 2°** - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá: **I** - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; **II** - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e **III** - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação. **§ 3°** - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá: **I** - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e **II** - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação. **§ 4°** - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **Art. 13** - O fornecedor terá seu registro cancelado quando: **I** - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; **II** - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; **III** - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e **IV** - tiver presentes razões de interesse público. **§ 1°** - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador. **§ 2°** - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado. **Art. 14** - Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação na operacionalização das disposições de que trata este Decreto, bem assim na automatização dos procedimentos inerentes aos controles e atribuições dos órgãos gerenciador e participantes. **Art. 15** - A Prefeitura poderá editar normas complementares a este Decreto. **Art. 16** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. **Art. 17** - Revogam-se as disposições em contrário. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE (MA), EM 04 DE JANEIRO DE 2017.** JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS - Prefeito Municipal.

DECRETO GPM Nº 005/2017, DE 04 DE JANEIRO DE 2017. Regulamenta no âmbito da Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA, a utilização da modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de

Certificado

RICARDO BARROS PEREIRA participou do

Curso Completo de Capacitação, Formação e Atualização Técnica em Licitações, Pregão Eletrônico, Presencial e SRP EAD

com carga horária de 60 horas.

São Paulo, 1 dezembro 2020

Flavia Daniel Vianna

FLAVIA DANIEL VIANNA

www.viannaconsultores.com.br
VIANNA & CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - EPP
CNPJ: 58.170.994/0001-74

2e4c7090-3409-11eb-8014-49a9491b789c

LICITAÇÕES NA PRÁTICA 5 EM 1

MÓDULO 0 – DIREITO ADMINISTRATIVO PARA LICITAÇÕES - APRENDIZADO COMPLETO SOBRE DIREITO ADMINISTRATIVO PARA LICITAÇÕES

MÓDULO 1 – ESQUEMATIZANDO A LICITAÇÃO - ESTRUTURA MACRO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. IDENTIFICAR QUANDO UTILIZAR CADA MODALIDADE. ENTENDA O QUE É OBJETO COMUM. LEGISLAÇÃO E OBRIGATORIEDADE DO PREGÃO. RECONHECER CADA UM DOS ENVOLVIDOS, QUAIS SUAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

MÓDULO 2 – PLANEJANDO A LICITAÇÃO - "PREPARANDO O TERRENO!" - PASSO A PASSO DO PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO. APRENDA A CONTAR PRAZOS. PLANEJANDO O EDITAL E SEUS ANEXOS. ELABORAR UMA PESQUISA DE PREÇOS/MERCADO. CONHECER OS TIPOS DE LICITAÇÃO. APLICANDO O MENOR PREÇO/MAIOR DESCONTO NO PREGÃO ELETRÔNICO. ADJUDICAÇÃO POR ITEM OU GLOBAL. APRENDA O PLANO ANUAL DAS CONTRATAÇÕES. LOTES, ITENS, PARCELAR E FRACIONAR

MÓDULO 3 – EXECUTANTO A LICITAÇÃO – MÃOS NA MASSA! - A SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL. SIMULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL. A SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO (DECRETO FEDERAL 10.024/2019). A SESSÃO DA CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE. PREPARAÇÃO DE PROPOSTAS. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL, ESCLARECIMENTOS, RECURSOS ADMINISTRATIVOS. DEFESAS ADMINISTRATIVAS GRATUITAS. ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CORREÇÃO DA LICITAÇÃO. LICITAÇÃO DESERTA E FRACASSADA. TUTORIAL/SIMULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS E LICITAÇÕES-E BANCO DO BRASIL.

MÓDULO 4 – APRENDA TUDO SOBRE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NA PRÁTICA - CREDENCIAMENTO X DECLARAÇÕES X HABILITAÇÃO. HABILITAÇÃO JURÍDICA. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. QUAIS DOCUMENTOS SÃO OBRIGATÓRIOS E QUAIS POSSO DISPENSAR?. REGISTRO CADASTRAL. SICAF 100% DIGITAL.

MÓDULO 5: TEMAS AVANÇADOS EM LICITAÇÕES - APRENDA A APLICAR O TRATAMENTO DIFERENCIADO DA LC 123/06. APRENDA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP). DESCOMPLICANDO O SRP. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS. LEI ANTICORRUPÇÃO E PROGRAMA DE INTEGRIDADE (COMPLIANCE)

MÓDULO 6: CONTRATANDO, SEM LICITAÇÃO! - CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO – DISPENSA. CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO – INEXIGIBILIDADE. PROCESSO.

MÓDULO 7: LICITAÇÕES NAS ESTATAIS - LICITAÇÕES NAS ESTATAIS – LEI 13.303/16. LICITAÇÃO NAS ESTATAIS. CONTRATAÇÕES DIRETAS NAS ESTATAIS

MÓDULO 8: TEMAS ANEXOS AO PREGÃO - SEGREDOS DO NOVO DECRETO 10.024/19. DESCONEXÃO. ADIAMENTO, INTERRUPÇÃO, SUSPENSÃO E REABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO. O QUE O PREGOEIRO PODE SANAR E O QUE NÃO PODE. AMOSTRAS. CONLUIOS OU CARTÉIS EM PREGÃO.

BÔNUS: COMUNIDADE FLAVIA VIANNA

PROFESSORA FLAVIA DANIEL VIANNA

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

Flavia Daniel Vianna

FLAVIA DANIEL VIANNA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 77
Rubrica

AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Hoje, nesta Cidade, na sala de Licitações, autuo o processo licitatório que adiante se vê, do que para constar, lavrei este termo. Eu, **RICARDO BARROS PEREIRA,** Pregoeiro Municipal, o subscrevo.

DA LICITAÇÃO:

- Processo Administrativo nº **0101.07156.2023**
- Modalidade: Pregão Eletrônico
- Requisitante (Órgão Gerenciador): Raimundo Nonato da Costa - Secretário Municipal de Educação;
  (Órgão Participante): Francisco Ferreira Lima Filho - Secretário Municipal de Administração;
  (Órgão Participante): Carla Nicoly Mesquita de Mesquita - Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
  (Órgão Participante): Thais Kellen Leite de Mesquita - Secretária Municipal de Saúde;
- Tipo de Licitação: Maior Desconto por Item

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Fundamenta-se na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações, Decreto Municipal nº 004/2017, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 018/2020, Lei Complementar n° 123/2006 e alterações dadas pela Lei Complementar n° 147/2014, Decreto Federal nº 8.538/2015 e aplicando-se subsidiariamente no que couberem a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA.

ESTIMATIVA DO VALOR:

O valor estimado para esta licitação foi designado pelo Termo de Referência, portanto, estima-se o valor total para contratar é de **R$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais).**

Vargem Grande - MA, em 13 de Outubro de 2023.

Ricardo Barros Pereira
Portaria 004/2023
Pregoeiro Municipal

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 28

DESPACHO

À Assessoria Jurídica
Prefeitura Municipal de Vargem Grande – MA

Senhor Assessor,

Estamos encaminhamos em anexo os autos do Processo administrativo nº. 0101.07156.2023, para exame e aprovação, da Minuta do Edital, Minuta da Ata de Registro e Minuta do Contrato tendo como objeto o Registro de Preços, do tipo maior desconto por item, visando à Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, de acordo com o previsto na Lei 3.555/00, Lei n° 10.520/2002, Decreto Federal nº 7.892/13, Decreto Municipal n° 004/2017, Lei Complementar n° 123/2006 alterada pela Lei Complementar n° 147/2014 e o que couber a Lei n° 8.666/93 e suas demais legislações pertinentes.

Sendo o que dispomos para o momento reiteramos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

Vargem Grande - MA, 16 de Outubro de 2023.

Ricardo Barros Pereira
Pregoeiro Municipal
Portaria nº 004/2023

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 29
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-__/___-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. ___.___.___)

PREÂMBULO:

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE**, Estado do Maranhão, por meio do Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº. ___/____, **de __ de ___ de ___**, torna público para conhecimento dos interessados que no **dia __ de _____ de ____, horário: __:__h**, que na Comissão Permanente de Licitação, na Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande – MA, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, na forma de Registro de Preços, com critério de julgamento **maior desconto,** por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamento pelo Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal n° 018/2020, Decreto Federal 7.892/13, alterado pelo Decreto Federal n° 9.488/13, Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Fim do Recebimento de Propostas: Às __:__ horas do dia __/__/__, horário de Brasília-DF
Início da Sessão: Às __:__ horas do dia __/__/__, horário de Brasília-DF.
Local: licitamaisbrasil.com.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, conforme especificações do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Maior Percentual de Desconto, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 80
01
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-__/___-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. ___.___.___)

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico **licitamaisbrasil.com.br**, através da opção Cadastro de Fornecedor.

3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais sobre o credenciamento no sistema eletrônico e poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, disponíveis no endereço eletrônico **licitamaisbrasil.com.br** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no MOMENTO DA HABILITAÇÃO

3.6 Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso a **Plataforma Licita Mais Brasil**, poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Plataforma, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) por **telefone 0800-591-6173**, **WhatsApp (11)4040-8714**, ou **e-mail contato@licitamaisbrasil.com.br**,

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que sejam especializadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos e sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos junto a Plataforma Licita Mais Brasil.

4.2 O(s) licitante(s) deverá(ao) promover(em) a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil – **licitamaisbrasil.com.br**.

4.3 O licitante deverá se atentar aos prazos de cadastramento junto a Plataforma, que exige o mínimo de 24 horas para a emissão da senha de acesso após o envio de todas as informações e documentos solicitados no cadastro.

4.4 Conforme previsto no artigo 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, fica reservada uma cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo de cada item, preferencialmente para contratação de microempresas ou empresas de pequeno porte.

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.6 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.6.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.6.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.6.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.6.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.6.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.6.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.7 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1 Declaração de ciência e aceitação das condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

4.7.2 Declaração de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação da empresa no presente processo licitatório, e da ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7.3 Declaração de que não emprega menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos na condição de aprendiz nos termos da constituição federal.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 82 Rubrica

4.7.4 Declaração de que a proposta apresentada para a licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na instrução normativa n° 2 de 16 de setembro de 2009.

4.7.5 Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III do art. 5° da Constituição Federal.

4.7.6 Declaração de que, conforme disposto no art. 93 da Lei n°8.213, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atenderá as regras de acessibilidade previstas na legislação.

4.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio da Plataforma, **licitamaisbrasil.com.br**.

5.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

MINUTA

5.7 Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

5.9 Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame

5.10 O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio da Plataforma Licita Mais Brasil – **licitamaisbrasil.com.br**, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento

5.11 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público na fase de "Habilitação", logo após o encerramento da fase de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca (se solicitado)

6.1.3 Associar seus Documentos de Habilitação ao Processo

6.1.4 Anexar a Ficha Técnica (se solicitada)

6.2 Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá obrigatoriamente anexar a "**FICHA TÉCNICA**" por meio de arquivo eletrônico no campo apropriado da Plataforma Licita Mais Brasil, sendo **VEDADA QUALQUER PALAVRA, EXPRESSÃO, LOGOTIPO OU QUALQUER SINAL QUE POSSA IDENTIFICAR O LICITANTE**. A ficha técnica deverá ser um único arquivo contendo as informações de todos os itens e lotes que o licitante tiver interesse em participar.

6.2.1 Compreende-se por identificação qualquer palavra, expressão, logotipo ou qualquer sinal que possa identificar o licitante ou ainda diferenciar a proposta/documentação dos demais.

6.2.2 O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **"Anexo X– Descrição do Produto/Ficha Técnica"** deste edital.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 54 Rubrica

6.3 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

6.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados à Plataforma para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3.1 Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

7.3.2 Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o lote.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 55
Rubrica

7.4 Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de até 20 lotes da mesma licitação.

7.4.1 Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial deles. Entretanto, o pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.

7.4.2 O tempo de disputa será encerrado automaticamente pelo sistema.

7.5 A forma de encerramento da fase de lances será realizada através da modalidade "Aberto / Fechado".

7.5.1 Modo aberto e fechado:

7.5.1.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.5.1.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.5.1.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.5.1.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.5.1.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.5.1.6 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.5.1.7 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.5.2 O pregoeiro tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 56
Rubrica

7.5.3 Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados via chat na sala de negociação, a linha do lote/item também indica essa fase (na coluna etapa do processo).

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Após a fase de Lances, se inicia a fase de Negociação, onde o Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do chat, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.1.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.1.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.2 Encerrada a etapa de Negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3.2 Declarado vencedor, o licitante terá 2h (Duas horas) para anexar a sua proposta com valores readequados junto a Plataforma, através do botão "Anexar Proposta Readequada", essa função estará disponível durante a fase de habilitação.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 84
Rubrica

8.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2 Dentre todos os documentos já solicitados, deverão ser encaminhados junto a proposta inicial, tais como marca, modelo, tipo, fabricante, catálogos dos produtos, ficha técnica da proposta de preços Anexo XI do edital, encaminhados conjuntamente com a Proposta de Preços e documentos de habilitação, por meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, **sob pena de não aceitação da proposta**.

8.5.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação

8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.10A NÃO entrega de todos os documentos exigidos para habilitação, inclusive proposta detalhada em planilha de custo e formação de preços, no prazo determinado e com suas datas de validade em vigor, acarretará a inabilitação do licitante sem aviso prévio.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.4 Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 88
Rubrica

9.5 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "9.3", "9.4" e "9.5" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

9.5.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5.1.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.5.1.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

9.5.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.6 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada junto aos documentos anexados a Plataforma Licita Mais Brasil e associados ao Processo em questão, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.7 O licitante poderá acessar o link: https://www.youtube.com/watch?v=zXFUCVx92LA para visualizar como se cadastra o lance inicial e associa os seus documentos de habilitação junto à Plataforma Licita Mais Brasil.

9.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 89 Rubrica

9.9.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10 Ressalvado o disposto, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.10.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

9.10.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e suas eventuais alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, da Certidão Específica e simplificada, acompanhada da certidão de Inteiro Teor, conforme IN n°81/2020, com data de até 30 dias da abertura da sessão pública;

9.10.3 Ato Constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, Certidão Específica e simplificada, acompanhada da certidão de Inteiro Teor, conforme IN n°81/2020, com data de até 30 dias da abertura da sessão pública;

9.10.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.10.5 Cópia da Cédula de Identidade ou outro documento oficial que contenha foto do representante (legal ou procurador) da empresa interessada.

9.10.6 Licença (Alvará de Localização) de Funcionamento atualizada, expedida pelo órgão competente do domicílio/sede da empresa/licitante. **(Facultativo)**

9.10.7 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, atualizado;

9.10.8 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.10.9 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.10.10 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 90
Rubrica

9.10.11 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.12 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.10.12.1 Certidão Negativa de Débitos Fiscais relativos ao tributo ISSQN;

9.10.12.2 Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa;

9.10.13 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

9.10.13.1 Certidão Negativa de Débitos;

9.10.13.2 Certidão Negativa da Dívida Ativa;

9.10.13.3 Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.11 Qualificação Econômico-Financeira:

9.11.1 Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Distribuidor da sede da licitante, com validade máxima de 60 (sessenta) dias; Caso a certidão mencionada seja emitida na forma POSITIVA, deverá o licitante comprovar por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, e que está cumprido regulamente o plano de recuperação, estando apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993;

9.11.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, vide Acórdão 1999/2014 TCU-Plenário, acompanhados de Nota Explicativa exigida pela Lei 6.404/1976, Art. 176, parágrafo;

9.11.2.1 Serão considerados aceitos como *na forma da lei* o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.11.2.1.1 **Sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404/1976 (sociedade anônima)**: publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação; ou - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.11.2.1.2 **Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA)**: acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 91
Rubrica

Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.11.2.1.3 **Sociedade criada no exercício em curso**: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes;

9.11.2.1.4 **DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital – ECD**, consoante disposições contidas no Decreto Federal nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 1.420/2013 da RFB e alterações, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED);

9.11.3 A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação resultado igual ou maior que 1,0(um):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.11.3.1 Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa;

9.11.3.2 A empresa que apresentar resultado menor que 1,0 (um) em qualquer dos índices deverá comprovar patrimônio líquido de no mínimo 10% do valor total de sua proposta (após a fase de lances) para cada lote em que for classificado como a menor proposta, conforme o art. 31, §2º e §3º da Lei Federal nº 8.666/1993, **sob pena de inabilitação**;

9.11.3.3 **Demonstração de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo** Circulante), da contratação, tendo por base o Balanço e as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social;

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 92
Rubrica

9.11.4 Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (**ANEXO III**).

9.12Qualificação Técnica

9.12.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.12.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.12.1.2 01(um) Atestado de Capacidade Técnica, no mínimo, expedido em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o fornecimento pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação;

9.13O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.14A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, ela será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade dela.

9.18 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 93
Rubrica

9.19 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará o brigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.20.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.21 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 94 Rubrica

10.5A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1 Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado na Plataforma Licita Mais Brasil – **licitamaisbrasil.com.br**.

11.2 Os memoriais de recurso e a apresentação de documentos relativos às peças e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no sítio, licitamaisbrasil.com.br opção **indicar interesse em interpor recurso**, observados os prazos estabelecidos.

11.3 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.3.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.3.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1A sessão pública poderá ser reaberta:

12.2Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 95
Rubrica

12.3 Quando houver erro na aceitação do melhor preço ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.4 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.5 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.6 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na Plataforma Licita Mais Brasil, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 96
Rubrica

16.3O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.5Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 97
Rubrica

17.4 O prazo de vigência da contratação é em até 31 de dezembro de 2022, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

17.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3 apresentar documentação falsa;

22.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;

MINUTA

22.1.6 não mantiver a proposta;

22.1.7 cometer fraude fiscal;

22.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

22.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.3.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.12 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1 Após o encerramento da etapa competitiva, durante a fase de habilitação, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, através do botão "Aderir ao Cadastro de Reservas".

23.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

23.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o mais bem colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/2013.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, através do botão "Impugnar Processo" na Plataforma Licita Mais Brasil ou através do e-mail **vargemgrande.licitacao@gmail.com**.

24.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente através do botão "Solicitar Esclarecimentos" na Plataforma Licita Mais Brasil.

24.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas na Plataforma e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 101
Rubrica

25.9O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10 As licitantes deverão apresentar junto ao contrato social da empresa as certidões simplificada e específica;

25.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.12 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA, https://www.vargemgrande.ma.gov.br/licitacaolista.php e no site da Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil "licitamaisbrasil.com.br". Também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Dr. Nina Rodrigues, n° 20, Centro, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.13.1 ANEXO I - Termo de Referência

25.13.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

25.13.3 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato (quando for o caso)

25.13.4 ANEXO IV – Declaração que não Emprega Menor de 18 Anos.

25.13.5 ANEXO V – Declaração de Conhecimento e atendimento às Condições do Edital.

25.13.6 ANEXO VI – Modelo de Carta de Apresentação de Proposta Final para Prestação aos Serviços/Fornecimento.

25.13.7 ANEXO VII – Modelo de Declaração de Responsabilidade.

25.13.8 ANEXO VIII – Modelo de declaração de Enquadramento no Regime de microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

25.13.9 ANEXO IX – Modelo de declaração de Inexistência de Vínculo Familiar.

25.13.10ANEXO X – Ficha Técnica Descritiva.

25.13.11ANEXO XI – Modelo Carta Proposta do objeto

Vargem Grande/MA, xx de xxxxx de xxxx.

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 102
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-__/___-CPL/PMVG
(Processo Administrativo nº. ___.___.___)

xxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Órgão Gerenciador

MINUTA

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-__/___-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. ___.___.___)

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 103
Rubrica

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, conforme especificações do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

- **Passagem aérea** compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, os casos em que isto representa toda a contratação.
- **Trecho** compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1.O Município de Vargem Grande/MA, em seus diversos Fundos, Secretarias e Setores da Prefeitura Municipal de Vargem Grande – MA, com intuito de atender aos seus Departamentos e considerando o exercício de 2023 e 2024, onde não há disponibilidade do objeto ora solicitado. Considerando ainda a garantia do atendimento aos programas e ações diversos na área de setores a ela ligados, e outros referente ao serviço continuado de agendamento de viagem, emissão de boleto de passagem aéreas para trechos nacionais, ida e volta para desenvolvimento das atividades destes fundos e secretarias, para tratar de assuntos de interesse administrativos, capacitações e outras atividades afins, faz-se justa a contratação do fornecimento em tela, contratando empresas especializadas para a realização da licitação;

2.2. Apresente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico do tipo "Maior Percentual de Desconto por Item", nos termos da Lei nº 10.024/20, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005 e na Lei 8666, de 1993, e suas alterações, por se tratar de serviço facilmente encontrado no mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado.

2.3. Considerando que a Secretarias necessitam realizar contratações frequentes e diante da impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado, opta-se por realizar a presente contratação mediante licitação para Sistema de Registro de Preços –SRP, em virtude do enquadramento da contratação pretendida nos requisitos constantes no Decreto n° 7.892, de 23/01/2013. Além disso, o procedimento de SRP proporciona maior celeridade na conclusão do procedimento licitatório, bem como visa garantir um maior número de licitantes e, consequentemente, maior possibilidade de trazer economia para os cofres Distritais.

2.4. 3 - A Administração Pública, para contratar com terceiros, tem como prerrogativa a licitação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 104
Rubrica

pública, procedimento de cunho obrigatório, determinado no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº. 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos. Existem diversas modalidades de licitação, sendo o pregão a mais recente. Instituído pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei nº 10.024/20, o pregão deve ser utilizado para aquisição de bens e serviços comuns de qualquer valor. A sua forma eletrônica, regulamentada pelo Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

3. DOS SERVIÇOS

3.1. A CONTRATADA deverá dispor determinais interligados às companhias aéreas, para obtenção das seguintes facilidades:
- Execução online de reserva automatizada;
- Emissão online de bilhetes automatizados;
- Consulta online de melhor rota ou percurso;
- Consulta online de frequência de voos;
- Consulta online da menor tarifa disponível;
- Impressão das consultas formuladas;
- Emissão online de PTA (prepaid ticket advise) – bilhetes;
- Alteração e remarcação online de bilhetes;
- Combinação de tarifas;

4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1. A licitante vencedora deverá iniciar a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, imediatamente após a assinatura do contrato.

4.2. A contratada deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas nacionais em até 12(doze)horas e internacionais em até24(vinte e quatro) horas, após a solicitação, diretamente ao requisitante.

4.3. Excepcionalmente, em caráter de urgência, a emissão de bilhete de passagem aérea poderá ser solicitada pelo (órgão ou entidade), devendo a contratada, nesse caso, atendê-lo com agilidade requerida.

5. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

5.1. O critério de julgamento serão de "Maior Percentual de Desconto por Item" ofertado, que será aplicado sobre o valor das tarifas dos bilhetes de passagens emitidos pelas concessionárias dos serviços de transporte de passageiros, nas modalidades aérea e terrestre, inclusive tarifas promocionais, excluídas as taxas de embarque, percentual esse que será fixo e irreajustável.

5.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem com aquelas que apresentarem percentuais de desconto excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 48, inciso II, §§ 1º e 2º da Leinº8.666/93.

5.3. O Termo de Referência é obrigatoriamente parte integrante do edital, nos termos do art.40,§2º, inc.I, da Lei nº 8.666/93.

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 105 Rubrica

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Para as empresas fora do Estado do Maranhão, a CONTRATADA deverá dispor de serviço de relacionamento 0800, sem ônus para a CONTRATANTE com a finalidade de prestador de serviços elencados no item 3.
6.2. Atender as solicitações da CONTRATANTE, em caráter excepcional, fora do horário de expediente do órgão solicitante da contratação, inclusive aos sábados, domingos e feriados, por meio de telefone fixo ou móvel.
6.3. Repassar à CONTRATANTE eventuais vantagens concedidas pelas companhias aéreas, tais como promoções, cortesias e demais vantagens.
6.4. Prestar assessoramentos para definição de melhores roteiros, horários e frequência de voos(partida/chegada), conexões e tarifas promocionais.
6.5. Providenciar reservas de passagens aéreas, remarcações, substituições, desdobramentos e reiterações de bilhetes e, quando impossibilitada, providenciar a execução do serviço junto às empresas aéreas, mediante autorização da Administração.
6.6. Fornecer pesquisa/cotação de preços com no mínimo 2 (duas) companhias aéreas, indicando a menor tarifa para o trecho solicitado, excetuando-se os trechos em que apenas uma companhia aérea venha atuar.
6.7. Fora do expediente entregar os bilhetes no local a ser informado ou fornecer número do voo, código localizador / localizador da reserva, número do bilhete e horário, através de e-mail e telefone ou se fizer necessário, colocá-los à disposição dos passageiros nas lojas das companhias aéreas, agências de turismo próximas do usuário.
6.8. Elaborar, quando solicitado, planos de viagens internacionais, com opções de horários e voos.
6.9. Prestar assessoria sobre vistos consulares, orientação e acompanhamento para emissão de passaporte se apoio para obtenção dos mesmos.
6.10. Possibilitar a concessão ou obtenção de endosso de passagens, respeitando o regulamento das companhias aéreas.
6.11. Fornece, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, mediante informação expedida pelas companhias aéreas em papel timbrado, para verificação se esses valores, inclusive os promocionais, são os devidamente registrados na Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC.
6.12. Reembolsar, pontualmente, as empresas de transportes independentemente da vigência do contrato, ficando claro que a CONTRATANTE não responderá solidária ou subsidiariamente por esse reembolso, que de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA.
6.13. Restituir à CONTRATANTE o valor das passagens não utilizadas que esta venha a lhe devolver, no prazo máximo de 30(trinta) dias contados a partir da notificação feita pela CONTRATADA, inclusive na ocorrência de rescisão ou extinção do contrato.
6.14. Fornece, juntamente com o faturamento, os valores referentes às remarcações de bilhetes autorizados pela CONTRATANTE, bem como, os créditos de correntes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento, efetuando, no mesmo, o respectivo abatimento.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 106
Rubrica

6.15. Realizar check-in antecipado junto às companhias aéreas que permitam tal procedimento, quando solicitado pela CONTRATANTE.
6.16. Emitir relatórios de serviços prestados, mensalmente, com demonstrativo diário, evidenciando quantitativo de passagens aéreas e explicitando as empresas fornecedoras das passagens, constando as seguintes informações:

a) **Para bilhetes utilizados:**
Nº da requisição; Data da emissão; Nome do passageiro; Nº do bilhete; Trecho;
Tarifa plena; Tarifa aplicada;
Desconto aplicado (%); Taxa de Embarque;
Valor final;
N.º da Nota de empenho.

b) **Para bilhetes não utilizados:**
N.º da requisição; Nome do passageiro; Trecho;
Nº do bilhete; Tarifa aplicada;
Multa pela não utilização.

6.17. Fiscalizar o perfeito cumprimento destas especificações e do contrato a ser firmado, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.
6.18. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços.
6.19. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações civis e quaisquer outras que forem de vidas a seus empregados no desempenho dos serviços, bem como aquelas com os serviços de entrega dos bilhetes nos endereços solicitados, ficando CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.
6.20. Substituir ou complementar as suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem incorreções resultantes do preenchimento dos bilhetes.
6.21. Executar, os serviços que, mesmo não previsto no objeto se façam necessários ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas junto à CONTRATANTE.
6.22. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
6.23. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.
6.24. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Prestar informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 107
Rubrica

empresa.

7.2. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, da quantidade de bilhetes a serem fornecidos bem como os trechos de destino.

7.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento dos serviços.

7.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência ou do Contrato.

7.5. Notificar a CONTRATADA na ocorrência de eventuais imperfeições, concedendo-lhe prazo para correção, bem como na aplicação de eventuais penalidades, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

7.6. O CONTRATANTE mediante a comprovação de não Utilização de um bilhete, em seu percurso total ou parcial, solicitará o reembolso, que será encaminhado à empresa CONTRATADA.

7.7. Indicar preposto investido de poderes para solucionar qualquer ocorrência relacionada ao fiel cumprimento do Contrato.

7.8. Atender, no prazo fixado, todas as solicitações do Executor do Contrato.

7.9. Apresentar fatura saldos serviços executados no período, devidamente acompanhadas das certidões negativas de débitos exigidas em lei.

7.10. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

7.11. Promover por meio do Fiscal do Contrato, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de fatos que exijam providências.

7.12. Efetuar os pagamentos após apresentação da fatura correspondente ou nota fiscal, mediante a conferência da execução, no valor acordado em contrato específico e nas condições estabelecidas nos dispositivos legais.

7.13. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um servidor da Administração, denominado Executor do Contrato, especialmente designado para este fim, nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93.

8. DO PREÇO

8.1. O preço das passagens aéreas, a ser cobrado pela contratada, será composto pelo valor das tarifas dos bilhetes das passagens, excluído o percentual de desconto concedido e incluído a taxa de embarque, que será fixa e irreajustável.

9. DO VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado para presente contratação será de R$ _____ (_____), distribuídos da seguinte forma:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VALOR ESTIAMDO
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional.	R$ _____

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 10
Rubrica

9.2. A apuração do valor se deu a partir do levantamento de cotação de preços junto ao mercado realizados com agências de passagens aéreas, conforme valores apresentados nos autos do processo:

9.3. A partir dos citados valores, fez-se uma projeção para um período de 12(doze) meses e incidindo um percentual no intuito de cobrir eventuais despesas não esperadas, o que resultou nos valores constantes no item 9.1

9.4. Vale destacar que o valor de R$ _____ (_____), é meramente estimativo de consumo anual, não se obrigando as Secretarias Municipais à sua contratação.

10. DESCONTO ESTIMADO

10.1. O desconto estimado sobre o valor das tarifas dos bilhetes das passagens girou em torno do seguinte percentual:

Tipo	Média de percentual de desconto
Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos de passagens áreas e hospedagens no âmbito nacional para as Secretarias Municipais.	___% (_____)

10.2. O estimativo apresentado acima foi determinado com base nos preços praticados no âmbito dos órgãos públicos em atenção ao artigo15, Ve§1º da Lei n° 8.666/93 e junto às empresas do ramo, conforme Anexo I.

11. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O prazo de validade do Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, **improrrogáveis**, contados da data de sua publicação na imprensa oficial do Distrito Federal.

12. DA VIGÊNCIA DO(S) CONTRATO(S)

12.1. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do Registro de Preços será de 12(doze) meses, contados da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, única e exclusivamente a critério da Administração, nos termos do art. 57 da Lei n° 8.666/93.

12.2. O contrato será de caráter continuado, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 60(sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

12.3 . A Licitante Vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% do valor inicial atualizado da contratação, conforme previsão contida nos §§ 1º e 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

13. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 109 Rubrica

15.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante, servidor público regularmente designado pelo CONTRATANTE, nostermosdaLeinº8.666/1993;

15.2. Competirá ao executor do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;

15.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade da Administração, ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº8.666/1993;

15.4. O executor do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s) de funcionário(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis.

16 DO FATURAMENTO

16.1. A nota fiscal deverá, obrigatoriamente, destacar preço e percentual de desconto concedido, ainda, estar acompanhada da tabela de preço que foi utilizada no período, para efeito de comprovação.

17. DO PAGAMENTO

Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Certidão de regularidade de débitos Relativos às **Contribuições Previdenciárias** e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Decreto Federal nº6. 106/2007); (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº3, de 2.5.2007), observado o disposto no art.4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço–FGTS, fornecido pela CEF–Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440, de 07 de Julhode2011;

d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por ela administrados, conforme preconizado no artigo 1º do Decreto6.106/2007;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública da sede do licitante;

f) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Secretaria de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 110
Rubrica

meiodositewww.fazenda.df.gov.br.

17.1 O pagamento será feito conforme as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação de Nota Fiscal da empresa contratada, devidamente a testada pelo Fiscal do Contrato.

17.2 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.

17.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

18. DA SSANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, e no Decreto Municipal n° 018/2020, Decreto Federal 7.892/13, alterado pelo Decreto Federal n° 9.488/13, regulamentado pelo Decreto Municipal n° 004/2017, no caso de atraso injustificado na execução, inexecução parcial ou total do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, assegurada a prévia e ampla defesa e facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral do Contrato, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

I –Advertência;

II –Multa nos seguintes percentuais:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9 %, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação dos percentuais previstos nas alíneas "a" e "b";

c) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Contratante, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato, calculados obre a parte inadimplente;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

III – Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e a pós decorrido o prazo da suspensão aplicada com base no inciso III.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 111
Rubrica

As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da contratada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

e) Critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

a. A Contratada deverá comunicar imediatamente à Secretarias qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail, fax e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos Órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal.

b. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

c. Após a celebração do contrato, não será considerada ou atendida reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta da Contratada.

d. A licitante/contratada se obriga a não contratar ou utilizar o trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezoito) anos, em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, respeitada a legislação pertinente;

e. A licitante/contratada se obriga a não utilizar da mão – de – obra de pessoas menores de 18 (dezoito) anos em situações de risco, em especial, no trabalho noturno, perigoso, insalubre ou penoso.

f. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

g. Elege-se o foro da cidade de Brasília para dirimir questões relativas ao presente Termo de Referência e seus Anexos.

MINUTA

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 112 Rubrica

ANEXO II- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º .....

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), inscrito(a) no CPF sob o nº .....portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../20..., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de *Pregão* nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF)*				
Item	Especificação	Unidade	Valor Un	*Valor Total*

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. *O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....*

3.2. *São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Valor Estimado*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 113

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 134 Rubrica

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls
Rubrica

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 116
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo nº. 0101.06359.2022)

ANEXO III - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇOS Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O(A)..... E A EMPRESA .....

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE, Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria Municipal de ....., com sede no(a) ....., na cidade de VARGEM GRANDE/Estado Maranhão, inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) .....(*cargo e nome*), residente na....., , portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20....,mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de ....., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
1			
2			
...			

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/_____ e encerramento em ____/____/_____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....).

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 117 Rubrica

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de *20*...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:
Fonte:
Programa de Trabalho:
Elemento de Despesa:
PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA– REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 113 Rubrica

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 119 Rubrica

17.1. É eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de VARGEM GRANDE/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

VARGEM GRANDE/MA, ...de..... de 20.....

_____
Responsável legal da CONTRATANTE

_____
Responsável legal da CONTRATADA

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 120
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo nº. 0101.06359.2022)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO
TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação, na Licitação Pregão Eletrônico nº **/20__ – Processo nº **/20__, instaurada pelo xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, que a empresa:

1 - Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de Setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;

2 - Não está impedida de contratar com a Administração Pública;

3 - Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

4 - Não incorre nas demais condições impeditivas da lei 8666/93.

5 - Que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação.

_____, ... de ..... de 20__.

_____
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

MINUTA

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 121

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos o objeto do pregão e os termos constantes no Edital Pregão Eletrônico nº **/20__ – Processo nº **/20__ e seu(s) ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de habilitação.

Data:

_____
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 122
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

ANEXO VI – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA FINAL PARA FORNECIMENTO DE PASSAGEM AEREAS A SER APRESENTADA APÓS A DISPUTA E READEQUADA AO ÚLTIMO LANCE

TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

AO (A) PREGOEIRO (A) da Prefeitura xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº **/20__ – PROCESSO Nº **/20__		
Fornecedor:		
CNPJ:		Inscrição Estadual:
Endereço:		Bairro:
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:		E-mail:
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
VALIDADE DA PROPOSTA: no mínimo 60 (sessenta) dias.		
PREVISÃO DE ENTREGA:		
CONCORDAMOS COM TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL:		
Senhor Fornecedor: Para sua maior segurança, observe as condições estabelecidas no Edital:		

Lote/iitem	Qtde.	Unid.	Especificações	Marca/ Modelo	Preço Unitário R$	Preço Total R$
01						

*Valor Total e final por extenso **do Item:** R$(.....)*

NO CASO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ASSINALE:

( ) Declaramos para os devidos fins, que somos Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e que fazemos prova de tal condição com os documentos enviados – DOCUMENTAÇÃO, conforme previsto no Edital.

IMPORTANTE:

1. Fica a municipalidade com o direito assegurado de contratar ou rejeitar esta proposta se assim lhe convier, sem que ao fornecedor caiba qualquer reclamação ou indenização.

2. A assinatura do fornecedor implica na sua total aceitação das regras deste processo licitatório.

➢ Declaramos que nesta proposta estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, transporte (carga e descarga) até o destino, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

XXXXX ..... de ..... de 20__.

_____

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 123 Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

Ao (a) Pregoeiro do Município xxxxxxxxxxxxxxxxx

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº **/20__ – Processo nº **/20__, instaurado pela Prefeitura Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, que:

- **Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados ao (a) Pregoeiro, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;**
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;
- Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei n.º 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do **Pregão Eletrônico nº **/20__ – Processo nº **/20__**, realizado pela Prefeitura de xxxxxxxxxxxx – MA.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em __ de _____ de 20__.

_____
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 124 Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP).

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

( ) MICROEMPRESA

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no (Razão Social da Empresa) CNPJ nº _____, Endereço: _____

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar. Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Sou optante do Sistema Simples Nacional?
( ) SIM ( )NÃO

_____
Local/ Data

_____
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

MINUTA

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 128
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR

(papel timbrado da empresa)

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

(nome empresarial da licitante)_____, inscrita no CNPJ nº:_____, com sede na _____ (endereço completo)_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, para fins do presente processo licitatório, DECLARA não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da ativa na Prefeitura xxxxxxxxxxxxxxxxxx que impossibilite a participação no referido Pregão Eletrônico nº **/20__

xxxxxxxxxxxxxx, ... de ..... de .....

_____
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

MINUTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 126
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

ANEXO X – Ficha técnica descritiva do objeto

Ficha Técnica Descritiva do Objeto				
Número do edital:				
Órgão comprador:				
Lote/Item	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**PERCENTUALDEDESCONTO**	**VAL. FINAL**
01				
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):				
Preço para o lote único (em R$):				
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).				
Declaramos, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **(Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP).**				
Data:				

Observação: por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante.

MINUTA

Prefeitura de
VARGEM GRANDE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 127
Rubrica

ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE – MA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0101.07156.2023
REQUERENTE: Secretaria Municipal de Educação
ASSUNTO: Contratação. Edital de Pregão Eletrônico.

EMENTA: MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGAO ELETRÔNICO, E ANEXOS. **OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO A PRESTAÇÃO DIRETA DE ASSESSORIA, COTAÇÕES, RESERVAS, ALTERAÇÕES (REMARCAÇÕES), CANCELAMENTOS, EMISSÕES DE BILHETES/VOUCHERS E EVENTUAIS REEMBOLSOS PARA OPORTUNIZAR A AQUISIÇÃO FRACIONADA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS (VOOS DOMÉSTICOS) E HOSPEDAGENS, JUNTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE VARGEM GRANDE/MA. *APROVAÇÃO.*

PARECER JURÍDICO N° 0109/2023 - ASSEJUR/CPL

✓ **RELATÓRIO:**

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, na qual requer análise jurídica da legalidade do Processo Administrativo N° 0101.07156.2023, instaurado na modalidade Pregão Eletrônico, que tem como objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12 (doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA.

Desta feita, consta nos autos, os seguintes documentos:

a) Termo de Abertura do Processo Administrativo
b) Solicitação de realização de Licitação assinada pelo Secretária Municipal de Educação;
c) Despacho do Setor de Compras, Propostas e Planilha de Estimativa de Preços;
d) Autorização para Abertura do Processo Licitatório;
e) Declaração de Adequação Orçamentaria;
f) Termo de Referência;
g) Minuta de Edital acompanhada dos anexos;
h) Despacho para Assessoria Jurídica;

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 128
Rubrica

Certifica-se que a Comissão Permanente de Licitação (CPL) juntou aos autos, Portaria que nomeia a Pregoeiro Oficial e minuta de Edital de Pregão Eletrônico - SRP, para conhecimento, análise e emissão de parecer jurídico por parte desta Assessoria Jurídica, de acordo com os ditames contidos na Lei Nº 8.666/1993.

✓ **É o breve relatório:**

✓ **ANÁLISE DA DEMANDA:**

1. **DA ESCOLHA DA MODALIDADE:**

Como é sabido, a Administração Pública somente pode atuar de acordo com os princípios basilares dispostos na Constituição Federal, conforme art. 37, caput, abaixo transcrito:

> **"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...".**

A doutrina administrativista conceitua licitação como um procedimento administrativo, de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da administração pública, em que, observada a igualdade entre os participantes, seleciona a proposta mais vantajosa ao poder público, uma vez preenchidos os requisitos mínimos necessários ao bom cumprimento das obrigações elencadas no instrumento convocatório e em seu respectivo contrato administrativo.

Trata-se, portanto, de uma disputa isonômica ao fim da qual será selecionada dentre as propostas apresentadas, aquela que demonstra maior vantajosidade aos interesses da administração para realização de obras, serviços, concessões, alienação, compras, entre outros. Tal premissa, encontra-se expressa na Carta Magna, *in verbis:*

> **Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:**
>
> **XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**

As compras e contratações a serem realizadas pela Administração Pública devem ser revestidas de cuidados e adotar procedimentos simplificados, a fim de atender o devido destino dos recursos financeiros, bem como a devida aplicação. Partindo dessa premissa, a questão da escolha da modalidade de Licitação é o primeiro passo; assim norteia a jurisprudência do TCU:

> **Identifica-se a necessidade, motiva-se a contratação, para então, partir-se para verificação da melhor forma de sua prestação. Ou seja, a decisão pela contratação direta, por inexigibilidade ou dispensa, é posterior a toda uma etapa preparatória que deve ser a mesma para qualquer caso. A impossibilidade ou a identificação da possibilidade da contratação direta como a melhor opção para a administração, só surge após a etapa inicial de estudos. Como a regra geral é a licitação, a sua dispensa**

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 129
Rubrica

ou inexigibilidade configuram exceções. Como tal, portanto, não podem ser adotadas antes das pesquisas e estudos que permitam chegar a essa conclusão.[1]

Mais especificamente, complementa-se:

> **A modalidade de licitação não é definida aleatoriamente, ela será feita com base no art. 22, da Lei nº 8.666/93. Com relação à modalidade de licitação, sabe-se que o principal critério para definir se o administrador utilizará o convite, a tomada de preços ou a concorrência é o valor estimado do objeto a ser licitado.[2]**

Segundo Jacoby[3] existem dois critérios para definição da modalidade de licitação, o quantitativo e o qualitativo, sendo que o primeiro leva em consideração o preço estimado do futuro contrato e, o segundo, o objeto a ser contratado.

Entrementes, por conseguinte, a administração optou pelo procedimento licitatório na modalidade Pregão, sendo que este pode ser conceituado como:

> **O procedimento administrativo por meio do qual a Administração Pública, garantindo a isonomia, seleciona fornecedor ou prestador de serviço, visando à execução de objeto comum no mercado, permitindo aos licitantes, em sessão pública presencial ou virtual, reduzir o valor da proposta por meio de lances verbais e sucessivos.[4]**

Do conceito exposto, podem-se retirar as principais características do pregão (Lei Federal nº 10.520/2002), que não só o diferenciam das modalidades licitatórias da Lei 8.666/93, mas proporcionam maior celeridade e eficácia nas contratações realizadas por meio desta ferramenta.

Por conseguinte, a modalidade de licitação pregão pode ser realizada, de acordo com a legislação federal, no modo presencial (Decreto Federal nº 3.555/2000) e no modo eletrônico (Decreto Federal nº 5.450/2005), sendo este último utilizado preferencialmente.

Na fase inicial da licitação, deve-se ter o cuidado de instruir o respectivo processo administrativo com os elementos preparatórios do pregão, na forma eletrônica, conforme determina o art. 9º e seus §§ do Decreto nº 5.450/05, o art. 3º da Lei nº 10.520, de 17.07.02, e aplicadas subsidiariamente às normas da Lei nº 8.666/93.

O pregão eletrônico é uma das formas de realização da modalidade licitatória de pregão, apresentando as regras básicas do pregão presencial com procedimentos específicos, caracterizando-se especialmente pela ausência da "presença física" do pregoeiro e dos demais licitantes, uma vez que toda interação é feita por meio de sistema eletrônico de comunicação pela internet, tendo como importante atributo a potencialização de agilidade aos processos licitatórios, minimizando custos para a Administração Pública.

---

[1] TCU. Acórdão nº 994/2006, Plenário, Rel. Min. Ubiratan Aguiar.
[2] TCU. Acórdão nº 103/2004.
[3] FERNANDES, J. U. Jacoby. *Contratação Direta sem Licitação*. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 130.
[4] FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Sistema de Registro de Preços e pregão presencial e eletrônico. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006. p. 455.

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 130
Rubrica

O uso e a aplicabilidade do pregão, na forma eletrônica, proporcionam grandes vantagens aos entes públicos, notadamente em virtude de suas características de celeridade, desburocratização, economia, ampla divulgação, publicidade e eficiência na contratação

Vale destacar o art. 9° do Decreto n° 5.450, de 2005, que trata da fase inicial referente à modalidade de licitação escolhida, relacionando os procedimentos necessários nos seguintes termos:

> **Art. 9° Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:**
>
> **I – elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;**
> **II – aprovação do termo de referência pela autoridade competente;**
> **III – apresentação de justificativa da necessidade da contratação;**
> **IV – elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;**
> **V – definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração;**
> **VI – designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.**
>
> **§ 1° A autoridade competente motivará os atos especificados nos incisos II e III, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela administração.**
>
> **§ 2° O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.**

Assim, dadas as vantagens do pregão eletrônico, o Decreto n° 10.024, de 20 de setembro de 2019, tornou obrigatória a utilização da modalidade eletrônica para aquisição de bens e serviço comuns, *in verbis:*

> **Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.**
>
> **§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais** é obrigatória.**(grifo nosso)**

Porém, a obrigatoriedade estabelecida poderá ser afastada, em caráter excepcional, mediante prévia justificativa da autoridade competente, estribada na inviabilidade técnica ou na desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica, conforme dicção do §4º, do art. 1º, do Decreto nº 10.024/2019:

> **§ 4º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o** caput **ou a não adoção do sistema de dispensa eletrônica, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.**

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 131
Rubrica

No caso em tela, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 8.666/93, pela Lei nº 10.520/02 e Decreto 5.450/05 e pelo Decreto 7.892/13 e 8.250/14.

No mérito, a contratação poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, o Pregão, do tipo menor preço por item, utilizando-se do pelo formato Eletrônico, com amparo no Decreto 5.540/05, haja vista tratar-se de aquisição de bens e serviços comuns, ou seja *"...aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.*

Foi anexado formulário ao processo, descrevendo a necessidade de se realizar licitação com itens exclusivos para Micro e Pequenas Empresas, em razão dos valores dos mesmos, os quais não ultrapassam o limite estabelecido pelas referidas normas.

Com relação a licitação ter itens destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tal exclusividade encontra respaldo no disposto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem como está amparada pelo que disciplina o inciso III do § 1º do art. 34 da Lei Complementar Municipal nº 1/15, ambos transcritos abaixo:

> **LC nº 123/06:**
> **Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: I- deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (...)**

Sem embargo, identifica-se que o preâmbulo do Edital aponta como fundamento legal do procedimento licitatório o Decreto nº 5.450/2005, que rege o pregão eletrônico. Dessa forma, em se tratando de recurso financeiro não proveniente de verba federal (fundo-a-fundo ou convênio), não se identifica óbice para o aceite de aplicabilidade da referida norma como sustentáculo integralizado como cláusulas do Edital (entendido como a norma base dos participantes no certame). Desta via, há indicação para aplicar o Decreto Federal nº 5.450/2005 (Pregão Eletrônico).

Em conclusão, o gestor deverá municiar os autos com as justificativas técnicas e apresentar as razões para o enquadramento do objeto a ser licitado nos conceitos dispostos no art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 3º da Decreto nº 10.024/2019.

2. DA FASE INTERNA DO PREGÃO

O Pregão se desenvolve em uma fase interna, comum a todas as modalidades de licitação, na qual são praticados atos relacionados à delimitação dos termos que serão contratados, e em uma fase externa, que se inicia com a publicação do instrumento convocatório e termina com a assinatura do contrato.

Entre as inovações promovidas pelo Decreto nº 10.024/2019, destaca-se inclusão do Planejamento da Contratação na fase interna do certame licitatório.

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 132

E de acordo com o art. 14 do Decreto nº 10.024/2019, no planejamento do pregão será observado o seguinte:

> **I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;**
> **II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem está delegar;**
> **III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;**
> **IV - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e**
> **V - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.**

Evidencia-se que o planejamento da contratação permite que a Administração: i) identifique suas principais necessidades; ii) defina adequadamente os quantitativos que serão necessários para o atendimento da demanda; iii) averigue a periodicidade da contratação e o cabimento do Sistema de Registro de Preço; iv) delimite adequadamente o objeto, definindo características específicas que atendam a necessidade da instituição, mas com a devida cautela para não restringir indevidamente a competitividade; e v) realize ampla pesquisa de mercado para estimar o preço da contratação.

Logo, o planejamento tem o condão de condicionar todas as demais fases e etapas do processo e de determinar ou não o sucesso da contratação.

Já o art. 8º do Decreto nº 10.024/2019 define os documentos necessários à instrução do procedimento, que serão estudados nos próximos tópicos:

> **I - estudo técnico preliminar, quando necessário;**
> **II - termo de referência;**
> **III - planilha estimativa de despesa;**
> **IV - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;**
> **V - autorização de abertura da licitação;**
> **VI - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;**
> **VII - edital e respectivos anexos;**
> **VIII - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;**
> **IX - parecer jurídico;**

2.1 Estudo Técnico Preliminar

O estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência.

É importante registrar que a realização do estudo técnico preliminar não é obrigatória, visto que o inc. I do art. 8, do Decreto nº 10.024/2019, de maneira expressa, estabelece que o processo será instruído com o estudo *"quando necessário"*.

Esse "quando necessário" significa que o gestor deverá perquirir se há norma que exija o estudo técnico preliminar para a contratação que pretende empreender. Os exemplos mais comuns de necessidade de estudo técnico preliminar são as contratações de "TI/TIC" (que não são abrangidas

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 133
Rubrica

pelo presente parecer referencial, inclusive por esse motivo) e as contratações de "serviços terceirizados" (já abarcadas pelo Parecer Referencial nº 5/2020).

De qualquer forma, o gestor público deverá observar se existe alguma norma que exija o estudo técnico para a contratação que realizará. O controle de tal planejamento, entretanto, é de índole mais técnica do que jurídica, tendo como sede privilegiada de revisão as unidades de controle interno dos órgãos da Administração, salvo dúvida jurídica específica.

2.2 Termo de Referência

O Termo de Referência deve ser elaborado com vistas à clara e precisa definição do objeto a ser contratado, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição, a teor do art. 3º, III, da Lei nº 10.520/2002.

Assim, o Termo de Referência deve apresentar o seguinte conteúdo (art. 3º, XI, do Decreto nº 10.024/2019):

> **a) os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:**
> **1. a definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;**
> **2. o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e**
> **3. o cronograma físico-financeiro, se necessário;**
> **b) o critério de aceitação do objeto;**
> **c) os deveres do contratado e do contratante;**
> **d) a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;**
> **e) os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;**
> **f) o prazo para execução do contrato; e**
> **g) as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.**

O Termo de Referência deve ser elaborado pelo setor requisitante da demanda e aprovado pela autoridade competente, conforme exigência do art. 14, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019.

2.3 Definição do Objeto

No tocante à definição do objeto, deve-se evitar descrições muito genéricas que implicariam no risco de contratar algo não desejado, como também, descrições muito específicas que podem ensejar o direcionamento da licitação ou a restrição indevida da competitividade.

Além disso, urge asseverar que, o art. 15, §7º, da Lei 8.666/93, veda a indicação de marcas específicas, salvo se houver justificativa técnica plausível, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU:

> *A indicação de marca no edital deve estar amparada em razões de ordem técnica, de forma motivada e documentada, que demonstrem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público. (Acórdão 113/2016 Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, 27/01/2016).*

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 134
Rubrica

A restrição quanto à participação de determinadas marcas em licitação deve ser formal e tecnicamente justificada nos autos do procedimento licitatório. (Acórdão 4476/2016 – 2ª Câmara, rel. Min. Ana Arraes, 12/04/2016).

Logo, a previsão de exigências na especificação do objeto que possam restringir a competitividade, deve ser devidamente justificada nos autos, de modo a comprovar a sua efetiva necessidade para a consecução dos objetivos almejados pela Administração.

2.4 <u>Valor estimado demonstrado em planilha</u>

Outro elemento do Termo de Referência que merece destaque é o *valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado.*

Deve ser elaborado, previamente ao certame, orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários dos serviços pretendidos, exigindo-se das licitantes as referidas composições em suas propostas.

A pesquisa de preço possibilita que a Administração apure a existência de recursos orçamentários para assunção das despesas e permite aferir a exequibilidade das ofertas apresentadas. Assim, a definição do valor de referência servirá como parâmetro objeto para julgamento das propostas apresentadas pelos licitantes.

Desse modo, deve-se realizar ampla pesquisa de preços no mercado, objetivando estimar o custo de cada item a ser adquirido.

Sobre o tema, o Decreto Distrital nº 39.453/2018, ao regulamentar a Lei distrital nº 5.525, de 26 de agosto de 2015, estabeleceu os seguintes parâmetros para a realização da pesquisa de preço. Vejamos:

> **Art. 4º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:**
> **I - relatório de pesquisa de preços de produtos com base nas informações da Nota Fiscal eletrônica - NFe;**
> **II - preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas pelo Distrito Federal e demais entes públicos;**
> **III - pesquisa junto a fornecedores;**
> **IV - pesquisa publicada em mídias ou sítios especializados ou de domínio amplo.**
>
> **Parágrafo único. A opção pela utilização de outro parâmetro de pesquisa ou método para obtenção do valor de referência deverá ser descrita e justificada nos autos pelo gestor responsável.**

Conforme dispõe o art. 5º do referido Decreto, a pesquisa de preços será realizada da forma mais ampla possível e deverá ser composta de, no mínimo, 03 valores válidos, além de contemplar todas as características do objeto, incluindo referência à marca e especificações exclusivas, quando cabível.

Destaca-se que a planilha de preços deverá, obrigatoriamente, apontar os critérios utilizados para identificar os valores exorbitantes ou inexequíveis, que deverão ser fundamentados e descritos, dentro do processo administrativo, os motivos que levaram o administrador a desconsiderar tais valores. Além disso, deverá descrever a memória de cálculo e a metodologia aplicada para a obtenção dos valores de referência.

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 85
Rubrica

Cabe alertar à Administração quanto à necessária observância dos apontamentos feitos no tocante à pesquisa de preços na fase interna de todos os certames licitatórios, oportunidade na qual se deve frisar que a análise quanto ao mérito da pesquisa de preço foge da esfera de atribuição da Assessoria Jurídica, tendo em vista que tal avaliação se reveste do cunho eminentemente técnico, razão pela qual compete à área técnica certificar a legitimidade da pesquisa realizada e do respectivo preço estimado.

2.5 Sigilo do valor estimado

Importante registrar que o novo decreto do Pregão Eletrônico possibilitou o sigiloso inicial do valor estimado da licitação em determinadas situações. Vejamos:

> **Art. 15. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.**
>
> **§ 1º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.**
>
> **§ 2º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.**

Ao revés, nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto deverá constar obrigatoriamente do instrumento convocatório (art. 15, §3º).

Desta feita, conforme precedentes do Tribunal de Contas da União que embasaram a orientação outrora apresentada por esta Casa Jurídica, caberá ao gestor motivar a escolha pelo sigilo do orçamento-base, considerando as circunstâncias e características do objeto de cada uma das licitações que utilizar o presente referencial.

2.6 Cronogramas físico-financeiro

Por derradeiro, no que se refere ao cronograma físico-financeiro, o Decreto nº 10.024/2019 não determina sua obrigatoriedade, sendo exigido apenas "se necessário". Dessa forma, caberá à Administração no caso concreto avaliar sua imprescindibilidade e apresentar as razões de índole técnica para a não apresentação.

Realizadas as considerações pertinentes aos principais elementos do Termo de Referência, serão apresentados outros pontos que, a depender do caso, deverão ser igualmente observados pelo gestor na elaboração do Termo de Referência.

2.7 Disponibilidades orçamentárias

Por força do disposto no §2º, do art. 7º, do Decreto 39.103/2018, na licitação para registro de preços, não será necessário indicar a dotação orçamentária, pois esta somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, na forma do art. 62 da Lei nº 8666/1993.

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 136
Rubrica

3. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

É necessário, primeiramente, definir o Sistema de Registro de Preços, previsto pela Lei n° 8.666/93 e regulamentado pelo Decreto n° 7.892/13:

Lei n° 8.666/93:

> **Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:**
> **I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;**
> **II - ser processadas através de sistema de registro de preços;**
> **(...)**
> **§ 1° O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.**
> **§ 2° Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.**
> **§ 3° O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:**
> **I - seleção feita mediante concorrência;**
> **II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;**
> **III - validade do registro não superior a um ano.**
> **§4° A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.**

Decreto n° 7.892/13:

> **Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto.**
> **Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:**
> **I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;**
> **II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;**
> **III - órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;**
> **IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública federal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; e**
> **V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.**

Inegáveis são as vantagens dos registros de preços às aquisições da Administração Pública, mormente o fato de que o planejamento é princípio da Administração Pública, expresso no inciso I do art. 6° do Decreto-lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1.967, sendo extremamente valorizado, como prática de sua concreção, que a Administração utilize, para suas contratações, o sistema de registro de preços.

Bem assim na Doutrina abalizada sobre as vantagens da adoção do sistema de registro de preços:

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 137
Rubrica

A existência do registro de preços não pode impor a realização de compras inadequadas. Por ocasião de cada contratação, o agente estatal deverá verificar se o produto e o preço constantes do registro são satisfatórios. Se não forem deverá realizar licitação específica. Se forem, realizará as aquisições sem maior burocracia (...) (JUSTEN FILHO, Marcal. Curso de Direito Administrativo. 3^ edição São Paulo- Saraiva, 2008, p. 417

O Próprio Tribunal de Contas da União incentiva o seu uso, a fim de combater o fracionamento das despesas:

Com o intuito de evitar o fracionamento de despesa, vedado pelo art. 23, § 2° da Lei n° 8.666/1993, utilizar-se, na aquisição de bens, do sistema de registro de preços de que tratam o inciso II. e §§ 1° e 4° do art. 15 da citada Lei, regulamentado pelo Decreto n° 2.743 de 21.8.1998.

Também a Advocacia-Geral da União reconhece uma das grandes vantagens da adoção do sistema de registro de preços, a saber, a dispensa de comprovação de dotação orçamentária por ocasião da abertura de sua fase externa, senão, previamente à eventual assinatura do contrato administrativo decorrente da ata registrada. A propósito vejamos: "NA LICITAÇAO PARA REGISTRO DE PREÇOS, A INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E EXIGIVEL APENAS ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO." (Orientação Normativa ne 20, de 01 de abril de 2009).

Ocorre que, do procedimento licitatório que origina a futura ata de registro de preços, regras deverão ser observadas, como em qualquer certame de licitação, a saber do Decreto n° 7.892/13:

Art. 9º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:
I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;
III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;
IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;
V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;
VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 12;
VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;
VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;
IX - penalidades por descumprimento das condições;
X - minuta da ata de registro de preços como anexo; e CNPJ N° 22.938.757/0001-63
XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.
§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.
§ 2º Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.
§ 3º A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

Os princípios licitatórios, insculpidos no art. 3° da Lei n° 8 666/93 com a redação conferida pela Medida Provisória de n° 495, de 2010, decorrentes dos próprios princípios da Administração

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 138
Rubrica

Pública Constantes do caput art. 37 da Constituição Federal, deverão ser observados no procedimento do sistema de registro de preços, a saber: Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, de impessoalidade, da moralidade, da igualdade da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

4. DA ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL:

A primeira fase da licitação encontra-se disciplinada em linhas gerais no art. 38, da Lei nº. 8.666/93, no qual faremos uma comparação entre os requisitos contidos nos incisos do referido artigo e a Minuta do Edital apresentado pela CPL/PMVG. Senão vejamos:

> **Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:**
> **I. edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;**
> **II. comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite [ainda não alcançou este estágio];**
> **III. ato de designação da comissão de licitação do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;**
> **IV. original das propostas e dos documentos que as instruírem [ainda não alcançou este estágio];**
> **V. atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora [ainda não alcançou este estágio];**
> **VI. pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;**
> **VII. atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação [ainda não alcançou este estágio];**
> **VIII. recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões [ainda não alcançou este estágio];**
> **IX. despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;**
> **X. termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso.**
> **XI. outros comprovantes de publicações.**
> **XII. demais documentos relativos à licitação.**
> **Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.**

Relativamente à fase interna, **Marçal Justen Filho**[5] indica que ela se destina a:

> **a) verificar a necessidade e a conveniência da contratação de terceiros [atualmente o Estado não possui estrutura própria para a fabricação do produto solicitado, sendo que a necessidade foi colocada no Ofício que motivara o presente processo];**
> **b) determinar a presença dos pressupostos legais para a contratação (inclusive a disponibilidade de recursos orçamentários);**
> **c) determinar a prática de prévios indispensáveis à licitação (quantificação das necessidades administrativas, avaliação de bens, elaboração de projetos básicos etc.);**
> **d) definir o objeto do contrato e as condições básicas de contratação;**
> **e) verifica os pressupostos básicos da licitação, definir a modalidade e elaborar o ato convocatório da licitação.**

[5] JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009. p. 348.

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 139
Rubrica

In casu, constata-se a legalidade do pedido, da motivação (ratificada pelo Ordenador de Despesas ao autorizar), dotação orçamentária equivalente ao valor estimado, identificação da pesquisa de mercado, justificando o preço. Identifica-se, ainda, a autorização para a abertura do processo licitatório (art. 38, *caput*, Lei Federal nº 8.666/93)

Ato contínuo, o art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93 traz em seu bojo normas e condições que devem vigorar no Edital quando da sua elaboração, no qual se fará a seguir uma comparação entre os requisitos contidos nos incisos mencionados e a Minuta do Edital apresentada pela CPL/PMVG. Senão vejamos:

> **I - preâmbulo contendo o nome da repartição interessada e de seu setor;**
> **II – modalidade; regime de execução e o tipo de licitação; a menção de que será regida pela Lei n.º 8.666/93; objeto da licitação de maneira clara e sucinta;**
> **III - Sanções para o caso de inadimplemento;**
> **IV – local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;**
> **V – se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido; [não se aplica ao caso];**
> **VI – condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 da Lei n.º 8.666/93;**
> **VII – critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;**
> **VIII – locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;**
> **IX – [não se aplica ao caso - exigido somente no caso de licitações internacionais];**
> **X – o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global (...);**
> **XI – critério de reajuste (...);**
> **XII – (VETADO);**
> **XIII – [não se aplica ao caso];**
> **XIV – condições de pagamento (...);**
> **XV – instruções e normas para os recursos previstos na lei;**
> **XVI – condições de recebimento do objeto da licitação;**
> **XVII – outras indicações específicas ou peculiaridades da licitação;**
>
> **.....omissis.....**
>
> **§2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:**
>
> **I – o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;**
> **II – orçamento estimando em planilhas de quantitativos e preços unitários;**
> **III – a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor.**

Constam, ainda, na Minuta do Edital: Termo de Referência; Modelo de Carta Credencial, Modelo de Proposta de Preço; Modelo de Declaração, e Minuta de Contrato, Modelo Declaração de Preposta de Preço. Sendo que, em relação a estas minutas, não há nada que as desmereça.

Em relação à minuta do contrato, tem-se o art. 55 da Lei nº. 8.666/93, no qual faremos uma comparação entre os requisitos contidos nos incisos do referido artigo e a Minuta apresentada pela CPL/PMVG. Senão vejamos:

> **Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:**
> **I - o objeto e seus elementos característicos;**
> **II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;**
> **III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;**

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 140
Rubrica

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
VIII - os casos de rescisão;
IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso [não se aplica ao caso];
XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
§ 1º (VETADO)
§ 1º (Vetado).
§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6o do art. 32 desta Lei.
§ 3º [...].

Nesse diapasão, observa-se que a Minuta do Contrato em epígrafe contém as cláusulas necessárias para formação do instrumento público contratual, conforme prescreve as normas estabelecidas na Lei Federal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Destarte, à luz da competência desta Assessoria Jurídica, não lhe compete adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Prefeitura Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

✓ **DISPOSITIVO:**

Ante aos fatos expostos e análise jurídica realizada pela a Lei nº 8.666/1993 e correlatas, entende-se por opinar neste parecer que, diante da presente análise, verificamos que todo o procedimento administrativo até o presente momento, bem como a minuta, está em consonância com os ditames da Lei de Licitações, lembrando-se que as especificações técnicas e a estimativa de custo dizem respeito à análise de responsabilidade exclusiva dos setores competentes.

✓ **É o parecer. Sub Censura:**

✓ **ENCAMINHAMENTO:**

encaminhem-se os autos ao ordenador de despesas do órgão gerenciador para conhecimento, providências e demais deliberações ao seu cargo.

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 141
Rubrica

Vargem Grande (MA), 18 de outubro de 2023.

Hugo Raphael Araujo de Mesquita
Assessor Jurídico/CPL
OAB/MA 17.018

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

Prefeitura de VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 142 Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG
(Processo Administrativo nº. 0101.07156.2023)

PREÂMBULO:

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE**, Estado do Maranhão, por meio do Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº. **004/2023, de 06 de Janeiro de 2023**, torna público para conhecimento dos interessados que no **dia 06 de Novembro de 2023, horário: 10:00h**, que na Comissão Permanente de Licitação, na Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande – MA, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, na forma de Registro de Preços, com critério de julgamento **maior desconto,** por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamento pelo Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal n° 018/2020, Decreto Federal 7.892/13, alterado pelo Decreto Federal n° 9.488/13, Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Fim do Recebimento de Propostas: Às 09:00 horas do dia 06/11/2023, horário de Brasília-DF
Início da Sessão: Às 10:00 horas do dia 06/11/2023, horário de Brasília-DF.
Local: licitamaisbrasil.com.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, conforme especificações do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Maior Percentual de Desconto, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 143
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.07156.2023)

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico **licitamaisbrasil.com.br**, através da opção Cadastro de Fornecedor.

3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais sobre o credenciamento no sistema eletrônico e poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, disponíveis no endereço eletrônico **licitamaisbrasil.com.br** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no MOMENTO DA HABILITAÇÃO

3.6 Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso a **Plataforma Licita Mais Brasil**, poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Plataforma, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) por **telefone 0800-591-6173**, **WhatsApp (11)4040-8714**, ou **e-mail contato@licitamaisbrasil.com.br**,

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que sejam especializadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos e sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos junto a Plataforma Licita Mais Brasil.

4.2 O(s) licitante(s) deverá(ao) promover(em) a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil – **licitamaisbrasil.com.br**.

4.3 O licitante deverá se atentar aos prazos de cadastramento junto a Plataforma, que exige o mínimo de 24 horas para a emissão da senha de acesso após o envio de todas as informações e documentos solicitados no cadastro.

4.4 Conforme previsto no artigo 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, fica reservada uma cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo de cada item, preferencialmente para contratação de microempresas ou empresas de pequeno porte.

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.6 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.6.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.6.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.6.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.6.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.6.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.6.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.7 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1 Declaração de ciência e aceitação das condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

4.7.2 Declaração de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação da empresa no presente processo licitatório, e da ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7.3 Declaração de que não emprega menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos na condição de aprendiz nos termos da constituição federal.

4.7.4 Declaração de que a proposta apresentada para a licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na instrução normativa n° 2 de 16 de setembro de 2009.

4.7.5 Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III do art. 5° da Constituição Federal.

4.7.6 Declaração de que, conforme disposto no art. 93 da Lei n°8.213, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atenderá as regras de acessibilidade previstas na legislação.

4.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio da Plataforma, **licitamaisbrasil.com.br**.

5.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7 Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

5.9 Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame

5.10 O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio da Plataforma Licita Mais Brasil – **licitamaisbrasil.com.br**, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento

5.11 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público na fase de "Habilitação", logo após o encerramento da fase de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca (se solicitado)

6.1.3 Associar seus Documentos de Habilitação ao Processo

6.1.4 Anexar a Ficha Técnica (se solicitada)

6.2 Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá obrigatoriamente anexar a "**FICHA TÉCNICA**" por meio de arquivo eletrônico no campo apropriado da Plataforma Licita Mais Brasil, sendo **VEDADA QUALQUER PALAVRA, EXPRESSÃO, LOGOTIPO OU QUALQUER SINAL QUE POSSA IDENTIFICAR O LICITANTE**. A ficha técnica deverá ser um único arquivo contendo as informações de todos os itens e lotes que o licitante tiver interesse em participar.

6.2.1 Compreende-se por identificação qualquer palavra, expressão, logotipo ou qualquer sinal que possa identificar o licitante ou ainda diferenciar a proposta/documentação dos demais.

6.2.2 O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **"Anexo X– Descrição do Produto/Ficha Técnica"** deste edital.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 147
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.07156.2023)

6.3 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

6.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados à Plataforma para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3.1 Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

7.3.2 Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o lote.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 147 Rubrica

7.4 Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de até 20 lotes da mesma licitação.

7.4.1 Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial deles. Entretanto, o pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.

7.4.2 O tempo de disputa será encerrado automaticamente pelo sistema.

7.5 A forma de encerramento da fase de lances será realizada através da modalidade "Aberto / Fechado".

7.5.1 Modo aberto e fechado:

7.5.1.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.5.1.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.5.1.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.5.1.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.5.1.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.5.1.6 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.5.1.7 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.5.2 O pregoeiro tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 140 Rubrica

7.5.3 Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados via chat na sala de negociação, a linha do lote/item também indica essa fase (na coluna etapa do processo).

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Após a fase de Lances, se inicia a fase de Negociação, onde o Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do chat, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.1.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.1.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.2 Encerrada a etapa de Negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3.2 Declarado vencedor, o licitante terá 2h (Duas horas) para anexar a sua proposta com valores readequados junto a Plataforma, através do botão "Anexar Proposta Readequada", essa função estará disponível durante a fase de habilitação.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2 Dentre todos os documentos já solicitados, deverão ser encaminhados junto a proposta inicial, tais como marca, modelo, tipo, fabricante, catálogos dos produtos, ficha técnica da proposta de preços Anexo XI do edital, encaminhados conjuntamente com a Proposta de Preços e documentos de habilitação, por meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, **sob pena de não aceitação da proposta**.

8.5.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação

8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.10A NÃO entrega de todos os documentos exigidos para habilitação, inclusive proposta detalhada em planilha de custo e formação de preços, no prazo determinado e com suas datas de validade em vigor, acarretará a inabilitação do licitante sem aviso prévio.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.4 Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.5 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "9.3", "9.4" e "9.5" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

9.5.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5.1.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.5.1.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

9.5.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.6 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada junto aos documentos anexados a Plataforma Licita Mais Brasil e associados ao Processo em questão, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.7 O licitante poderá acessar o link: https://www.youtube.com/watch?v=zXFUCVx92LA para visualizar como se cadastra o lance inicial e associa os seus documentos de habilitação junto à Plataforma Licita Mais Brasil.

9.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10 Ressalvado o disposto, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.10.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

9.10.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e suas eventuais alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, da Certidão Específica e simplificada, acompanhada da certidão de Inteiro Teor, conforme IN n°81/2020, com data de até 30 dias da abertura da sessão pública;

9.10.3 Ato Constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, Certidão Específica e simplificada, acompanhada da certidão de Inteiro Teor, conforme IN n°81/2020, com data de até 30 dias da abertura da sessão pública;

9.10.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.10.5 Cópia da Cédula de Identidade ou outro documento oficial que contenha foto do representante (legal ou procurador) da empresa interessada.

9.10.6 Licença (Alvará de Localização) de Funcionamento atualizada, expedida pelo órgão competente do domicílio/sede da empresa/licitante. **(Facultativo)**

9.10.7 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, atualizado;

9.10.8 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.10.9 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.10.10 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10.11 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.12 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.10.12.1 Certidão Negativa de Débitos Fiscais relativos ao tributo ISSQN;

9.10.12.2 Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa;

9.10.13 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

9.10.13.1 Certidão Negativa de Débitos;

9.10.13.2 Certidão Negativa da Dívida Ativa;

9.10.13.3 Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.11 Qualificação Econômico-Financeira:

9.11.1 Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Distribuidor da sede da licitante, com validade máxima de 60 (sessenta) dias; Caso a certidão mencionada seja emitida na forma POSITIVA, deverá o licitante comprovar por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, e que está cumprido regulamente o plano de recuperação, estando apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993;

9.11.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, vide Acórdão 1999/2014 TCU-Plenário, acompanhados de Nota Explicativa exigida pela Lei 6.404/1976, Art. 176, parágrafo;

9.11.2.1 Serão considerados aceitos como *na forma da lei* o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.11.2.1.1 **Sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404/1976 (sociedade anônima)**: publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação; ou - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.11.2.1.2 **Empresas por cota de responsabilidade limitada (LTDA)**: acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de

Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.11.2.1.3 **Sociedade criada no exercício em curso**: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes;

9.11.2.1.4 **DRE e outras demonstrações disponibilizadas via Escrituração Contábil Digital – ECD**, consoante disposições contidas no Decreto Federal nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 1.420/2013 da RFB e alterações, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED);

9.11.3 A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação resultado igual ou maior que 1,0(um):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.11.3.1 Junto com o balanço patrimonial poderá ser apresentado o demonstrativo de cálculo dos índices acima, assinado pelo profissional contábil responsável pela empresa;

9.11.3.2 A empresa que apresentar resultado menor que 1,0 (um) em qualquer dos índices deverá comprovar patrimônio líquido de no mínimo 10% do valor total de sua proposta (após a fase de lances) para cada lote em que for classificado como a menor proposta, conforme o art. 31, §2º e §3º da Lei Federal nº 8.666/1993, **sob pena de inabilitação**;

9.11.3.3 **Demonstração de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo** Circulante), da contratação, tendo por base o Balanço e as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social;

9.11.4 Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (**ANEXO III**).

9.12Qualificação Técnica

9.12.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.12.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.12.1.2 01(um) Atestado de Capacidade Técnica, no mínimo, expedido em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o fornecimento pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação;

9.13O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.14A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, ela será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade dela.

9.18 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 186 Rubrica

9.19 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará o brigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.20.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.21 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 157 Rubrica

10.5A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1 Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado na Plataforma Licita Mais Brasil – **licitamaisbrasil.com.br**.

11.2 Os memoriais de recurso e a apresentação de documentos relativos às peças e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no sítio, licitamaisbrasil.com.br opção **indicar interesse em interpor recurso**, observados os prazos estabelecidos.

11.3 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.3.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.3.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1A sessão pública poderá ser reaberta:

12.2Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 158 Rubrica

12.3 Quando houver erro na aceitação do melhor preço ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.4 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.5 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.6 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na Plataforma Licita Mais Brasil, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 159 Rubrica

16.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.5 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2 O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 160 Rubrica

17.4 O prazo de vigência da contratação é em até 31 de dezembro de 2022, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

17.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3 apresentar documentação falsa;

22.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 161
Rubrica

22.1.6 não mantiver a proposta;

22.1.7 cometer fraude fiscal;

22.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

22.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.3.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 62 Rubrica

22.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.11 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.12 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1 Após o encerramento da etapa competitiva, durante a fase de habilitação, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, através do botão "Aderir ao Cadastro de Reservas".

23.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

23.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o mais bem colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/2013.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, através do botão "Impugnar Processo" na Plataforma Licita Mais Brasil ou através do e-mail **vargemgrande.licitacao@gmail.com**.

24.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 163
Rubrica

24.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente através do botão "Solicitar Esclarecimentos" na Plataforma Licita Mais Brasil.

24.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas na Plataforma e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 164 Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.07156.2023)

25.9O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10 As licitantes deverão apresentar junto ao contrato social da empresa as certidões simplificada e específica;

25.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.12 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Vargem Grande/MA, https://www.vargemgrande.ma.gov.br/licitacaolista.php e no site da Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil "licitamaisbrasil.com.br". Também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Dr. Nina Rodrigues, n° 20, Centro, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.13.1 ANEXO I - Termo de Referência

25.13.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

25.13.3 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato (quando for o caso)

25.13.4 ANEXO IV – Declaração que não Emprega Menor de 18 Anos.

25.13.5 ANEXO V – Declaração de Conhecimento e atendimento às Condições do Edital.

25.13.6 ANEXO VI – Modelo de Carta de Apresentação de Proposta Final para Prestação aos Serviços/Fornecimento.

25.13.7 ANEXO VII – Modelo de Declaração de Responsabilidade.

25.13.8 ANEXO VIII – Modelo de declaração de Enquadramento no Regime de microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

25.13.9 ANEXO IX – Modelo de declaração de Inexistência de Vínculo Familiar.

25.13.10ANEXO X – Ficha Técnica Descritiva.

25.13.11ANEXO XI – Modelo Carta Proposta do objeto

Vargem Grande/MA, 18 de Outubro de 2023.

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 165
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG
(Processo Administrativo nº. 0101.07158.2023)

Raimundo Nonato da Costa
Secretário Municipal de Educação.
Órgão Gerenciador

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 166 Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG
(Processo Administrativo nº. 0101.07156.2023)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo periodo de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, conforme especificações do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

- **Passagem aérea** compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, os casos em que isto representa toda a contratação.
- **Trecho** compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1.O Município de Vargem Grande/MA, em seus diversos Fundos, Secretarias e Setores da Prefeitura Municipal de Vargem Grande – MA, com intuito de atender aos seus Departamentos e considerando o exercício de 2023 e 2024, onde não há disponibilidade do objeto ora solicitado. Considerando ainda a garantia do atendimento aos programas e ações diversos na área de setores a ela ligados, e outros referente ao serviço continuado de agendamento de viagem, emissão de boleto de passagem aéreas para trechos nacionais, ida e volta para desenvolvimento das atividades destes fundos e secretarias, para tratar de assuntos de interesse administrativos, capacitações e outras atividades afins, faz-se justa a contratação do fornecimento em tela, contratando empresas especializadas para a realização da licitação;

2.2. Apresente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico do tipo "Maior Percentual de Desconto por Item", nos termos da Lei nº 10.024/20, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005 e na Lei 8666, de 1993, e suas alterações, por se tratar de serviço facilmente encontrado no mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado.

2.3. Considerando que a Secretarias necessitam realizar contratações frequentes e diante da impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado, opta-se por realizar a presente contratação mediante licitação para Sistema de Registro de Preços –SRP, em virtude do enquadramento da contratação pretendida nos requisitos constantes no Decreto nº 7.892, de 23/01/2013. Além disso, o procedimento de SRP proporciona maior celeridade na conclusão do procedimento licitatório, bem como visa garantir um maior número de licitantes e, consequentemente, maior possibilidade de trazer economia para os cofres Distritais.

2.4. 3 - A Administração Pública, para contratar com terceiros, tem como prerrogativa a licitação

pública, procedimento de cunho obrigatório, determinado no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº. 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos. Existem diversas modalidades de licitação, sendo o pregão a mais recente. Instituído pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei nº 10.024/20, o pregão deve ser utilizado para aquisição de bens e serviços comuns de qualquer valor. A sua forma eletrônica, regulamentada pelo Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

3. DOS SERVIÇOS

3.1. A CONTRATADA deverá dispor determinais interligados às companhias aéreas, para obtenção das seguintes facilidades:

- Execução online de reserva automatizada;
- Emissão online de bilhetes automatizados;
- Consulta online de melhor rota ou percurso;
- Consulta online de frequência de voos;
- Consulta online da menor tarifa disponível;
- Impressão das consultas formuladas;
- Emissão online de PTA (prepaid ticket advise) – bilhetes;
- Alteração e remarcação online de bilhetes;
- Combinação de tarifas;

4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1. A licitante vencedora deverá iniciar a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, imediatamente após a assinatura do contrato.

4.2. A contratada deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas nacionais em até 12(doze)horas e internacionais em até24(vinte e quatro) horas, após a solicitação, diretamente ao requisitante.

4.3. Excepcionalmente, em caráter de urgência, a emissão de bilhete de passagem aérea poderá ser solicitada pelo (órgão ou entidade), devendo a contratada, nesse caso, atendê-lo com agilidade requerida.

5. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

5.1. O critério de julgamento serão de "Maior Percentual de Desconto por Item" ofertado, que será aplicado sobre o valor das tarifas dos bilhetes de passagens emitidos pelas concessionárias dos serviços de transporte de passageiros, nas modalidades aérea e terrestre, inclusive tarifas promocionais, excluídas as taxas de embarque, percentual esse que será fixo e irreajustável.

5.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem com aquelas que apresentarem percentuais de desconto excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 48, inciso II, §§ 1º e 2º da Leinº8.666/93.

5.3. O Termo de Referência é obrigatoriamente parte integrante do edital, nos termos do art.40,§2º, inc.I, da Lei nº 8.666/93.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 168 Rubrica

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Para as empresas fora do Estado do Maranhão, a CONTRATADA deverá dispor de serviço de relacionamento 0800, sem ônus para a CONTRATANTE com a finalidade de prestador de serviços elencados no item 3.
6.2. Atender as solicitações da CONTRATANTE, em caráter excepcional, fora do horário de expediente do órgão solicitante da contratação, inclusive aos sábados, domingos e feriados, por meio de telefone fixo ou móvel.
6.3. Repassar à CONTRATANTE eventuais vantagens concedidas pelas companhias aéreas, tais como promoções, cortesias e demais vantagens.
6.4. Prestar assessoramentos para definição de melhores roteiros, horários e frequência de voos(partida/chegada), conexões e tarifas promocionais.
6.5. Providenciar reservas de passagens aéreas, remarcações, substituições, desdobramentos e reiterações de bilhetes e, quando impossibilitada, providenciar a execução do serviço junto às empresas aéreas, mediante autorização da Administração.
6.6. Fornecer pesquisa/cotação de preços com no mínimo 2 (duas) companhias aéreas, indicando a menor tarifa para o trecho solicitado, excetuando-se os trechos em que apenas uma companhia aérea venha atuar.
6.7. Fora do expediente entregar os bilhetes no local a ser informado ou fornecer número do voo, código localizador / localizador da reserva, número do bilhete e horário, através de e-mail e telefone ou se fizer necessário, colocá-los à disposição dos passageiros nas lojas das companhias aéreas, agências de turismo próximas do usuário.
6.8. Elaborar, quando solicitado, planos de viagens internacionais, com opções de horários e voos.
6.9. Prestar assessoria sobre vistos consulares, orientação e acompanhamento para emissão de passaporte se apoio para obtenção dos mesmos.
6.10. Possibilitar a concessão ou obtenção de endosso de passagens, respeitando o regulamento das companhias aéreas.
6.11. Fornece, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, mediante informação expedida pelas companhias aéreas em papel timbrado, para verificação se esses valores, inclusive os promocionais, são os devidamente registrados na Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC.
6.12. Reembolsar, pontualmente, as empresas de transportes independentemente da vigência do contrato, ficando claro que a CONTRATANTE não responderá solidária ou subsidiariamente por esse reembolso, que de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA.
6.13. Restituir à CONTRATANTE o valor das passagens não utilizadas que esta venha a lhe devolver, no prazo máximo de 30(trinta) dias contados a partir da notificação feita pela CONTRATADA, inclusive na ocorrência de rescisão ou extinção do contrato.
6.14. Fornece, juntamente com o faturamento, os valores referentes às remarcações de bilhetes autorizados pela CONTRATANTE, bem como, os créditos de correntes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento, efetuando, no mesmo, o respectivo abatimento.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 169 Rubrica

6.15. Realizar check-in antecipado junto às companhias aéreas que permitam tal procedimento, quando solicitado pela CONTRATANTE.
6.16. Emitir relatórios de serviços prestados, mensalmente, com demonstrativo diário, evidenciando quantitativo de passagens aéreas e explicitando as empresas fornecedoras das passagens, constando as seguintes informações:

a) **Para bilhetes utilizados:**
Nº da requisição; Data da emissão; Nome do passageiro; Nº do bilhete; Trecho;
Tarifa plena; Tarifa aplicada;
Desconto aplicado (%); Taxa de Embarque;
Valor final;
N.º da Nota de empenho.

b) **Para bilhetes não utilizados:**
N.º da requisição; Nome do passageiro; Trecho;
Nº do bilhete; Tarifa aplicada;
Multa pela não utilização.

6.17. Fiscalizar o perfeito cumprimento destas especificações e do contrato a ser firmado, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.
6.18. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços.
6.19. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações civis e quaisquer outras que forem de vidas a seus empregados no desempenho dos serviços, bem como aquelas com os serviços de entrega dos bilhetes nos endereços solicitados, ficando CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.
6.20. Substituir ou complementar as suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem incorreções resultantes do preenchimento dos bilhetes.
6.21. Executar, os serviços que, mesmo não previsto no objeto se façam necessários ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas junto à CONTRATANTE.
6.22. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
6.23. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.
6.24. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Prestar informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 170 Rubrica

empresa.

7.2. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, da quantidade de bilhetes a serem fornecidos bem como os trechos de destino.
7.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento dos serviços.
7.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência ou do Contrato.
7.5. Notificar a CONTRATADA na ocorrência de eventuais imperfeições, concedendo-lhe prazo para correção, bem como na aplicação de eventuais penalidades, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
7.6. O CONTRATANTE mediante a comprovação de não Utilização de um bilhete, em seu percurso total ou parcial, solicitará o reembolso, que será encaminhado à empresa CONTRATADA.
7.7. Indicar preposto investido de poderes para solucionar qualquer ocorrência relacionada ao fiel cumprimento do Contrato.
7.8. Atender, no prazo fixado, todas as solicitações do Executor do Contrato.
7.9. Apresentar fatura saldos serviços executados no período, devidamente acompanhadas das certidões negativas de débitos exigidas em lei.
7.10. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.
7.11. Promover por meio do Fiscal do Contrato, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de fatos que exijam providências.
7.12. Efetuar os pagamentos após apresentação da fatura correspondente ou nota fiscal, mediante a conferência da execução, no valor acordado em contrato específico e nas condições estabelecidas nos dispositivos legais.
7.13. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um servidor da Administração, denominado Executor do Contrato, especialmente designado para este fim, nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93.

8. DO PREÇO

8.1. O preço das passagens aéreas, a ser cobrado pela contratada, será composto pelo valor das tarifas dos bilhetes das passagens, excluído o percentual de desconto concedido e incluído a taxa de embarque, que será fixa e irreajustável.

9. DO VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado para presente contratação será de R$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais), distribuídos da seguinte forma:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	VALOR ESTIAMDO
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional.	R$ 495.000,00

9.2. A apuração do valor se deu a partir do levantamento de cotação de preços junto ao mercado realizados com agências de passagens aéreas, conforme valores apresentados nos autos do processo:

9.3. A partir dos citados valores, fez-se uma projeção para um período de 12(doze) meses e incidindo um percentual no intuito de cobrir eventuais despesas não esperadas, o que resultou nos valores constantes no item 9.1

9.4. Vale destacar que o valor de R$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais), é meramente estimativo de consumo anual, não se obrigando as Secretarias Municipais à sua contratação.

10. DESCONTO ESTIMADO

10.1. O desconto estimado sobre o valor das tarifas dos bilhetes das passagens girou em torno do seguinte percentual:

Tipo	Média de percentual de desconto
Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos de passagens áreas e hospedagens no âmbito nacional para as Secretarias Municipais.	3,00% (três por cento)

10.2. O estimativo apresentado acima foi determinado com base nos preços praticados no âmbito dos órgãos públicos em atenção ao artigo15, Ve§1º da Lei n° 8.666/93 e junto às empresas do ramo, conforme Anexo I.

11. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O prazo de validade do Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, **improrrogáveis**, contados da data de sua publicação na imprensa oficial do Distrito Federal.

12. DA VIGÊNCIA DO(S) CONTRATO(S)

12.1. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do Registro de Preços será de 12(doze) meses, contados da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, única e exclusivamente a critério da Administração, nos termos do art. 57 da Lei n° 8.666/93.

12.2. O contrato será de caráter continuado, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 60(sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

12.3 . A Licitante Vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% do valor inicial atualizado da contratação, conforme previsão contida nos §§ 1º e 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

13. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante, servidor público regularmente designado pelo CONTRATANTE, nostermosdaLeinº8.666/1993;

15.2. Competirá ao executor do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;

15.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade da Administração, ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº8.666/1993;

15.4. O executor do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s) de funcionário(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis.

16 DO FATURAMENTO

16.1. A nota fiscal deverá, obrigatoriamente, destacar preço e percentual de desconto concedido, ainda, estar acompanhada da tabela de preço que foi utilizada no período, para efeito de comprovação.

17. DO PAGAMENTO

Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Certidão de regularidade de débitos Relativos às **Contribuições Previdenciárias** e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Decreto Federal nº6. 106/2007); (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº3, de 2.5.2007), observado o disposto no art.4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço–FGTS, fornecido pela CEF–Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei 12.440, de 07 de Julhode2011;

d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por ela administrados, conforme preconizado no artigo 1º do Decreto6.106/2007;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública da sede do licitante;

f) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Secretaria de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as

empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meiodositewww.fazenda.df.gov.br.

17.1 O pagamento será feito conforme as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação de Nota Fiscal da empresa contratada, devidamente a testada pelo Fiscal do Contrato.

17.2 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.

17.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

18. DA SSANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, e no Decreto Municipal n° 018/2020, Decreto Federal 7.892/13, alterado pelo Decreto Federal n° 9.488/13, regulamentado pelo Decreto Municipal n° 004/2017, no caso de atraso injustificado na execução, inexecução parcial ou total do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, assegurada a prévia e ampla defesa e facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral do Contrato, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

I –Advertência;

II –Multa nos seguintes percentuais:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9 %, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação dos percentuais previstos nas alíneas "a" e "b";

c) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Contratante, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato, calculados obre a parte inadimplente;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

III – Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e a pós decorrido o prazo da suspensão aplicada com base no inciso III.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da contratada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

e) Critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

a. A Contratada deverá comunicar imediatamente à Secretarias qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail, fax e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos Órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal.

b. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

c. Após a celebração do contrato, não será considerada ou atendida reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta da Contratada.

d. A licitante/contratada se obriga a não contratar ou utilizar o trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezoito) anos, em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, respeitada a legislação pertinente;

e. A licitante/contratada se obriga a não utilizar da mão – de – obra de pessoas menores de 18 (dezoito) anos em situações de risco, em especial, no trabalho noturno, perigoso, insalubre ou penoso.

f. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

g. Elege-se o foro da cidade de Brasília para dirimir questões relativas ao presente Termo de Referência e seus Anexos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 125
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

ANEXO II- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º .....

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), inscrito(a) no CPF sob o nº .....portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../20..., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de *Pregão* nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1.O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF)*				
Item	Especificação	Unidade	Valor Un	*Valor Total*

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. *O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....*

3.2. *São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Valor Estimado*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 176 Rubrica

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1.A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1.A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 177 Rubrica

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 178
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 179
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

ANEXO III - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇOS Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O(A)..... E A EMPRESA .....

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE, Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria Municipal de ....., com sede no(a) ....., na cidade de VARGEM GRANDE/Estado Maranhão, inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) .....(*cargo e nome*), residente na....., , portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20....,mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de ....., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR
1			
2			
...			

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/_____ e encerramento em ____/____/_____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....).

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 150

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de *20....*, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:
Fonte:
Programa de Trabalho:
Elemento de Despesa:
PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA– REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 181
Rubrica

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 182
Rubrica

17.1. É eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de VARGEM GRANDE/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

VARGEM GRANDE/MA, ...de..... de 20.....

_____
Responsável legal da CONTRATANTE

_____
Responsável legal da CONTRATADA

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 183
Rubrica

ANEXO IV -- MODELO DE DECLARAÇÃO
TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação, na Licitação Pregão Eletrônico nº **/20__ – Processo nº **/20__, instaurada pelo xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, que a empresa:

1 - Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de Setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;

2 - Não está impedida de contratar com a Administração Pública;

3 - Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

4 - Não incorre nas demais condições impeditivas da lei 8666/93.

5 - Que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação.

_____, ... de ..... de 20__.

_____
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos o objeto do pregão e os termos constantes no Edital Pregão Eletrônico nº **/20__ – Processo nº **/20__ e seu(s) ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de habilitação.

Data:

_____

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 143 Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

ANEXO VI – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA FINAL PARA FORNECIMENTO DE PASSAGEM AEREAS A SER APRESENTADA APÓS A DISPUTA E READEQUADA AO ÚLTIMO LANCE

TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

AO (A) PREGOEIRO (A) da Prefeitura xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº **/20__ – PROCESSO Nº **/20__		
Fornecedor:		
CNPJ:		Inscrição Estadual:
Endereço:		Bairro:
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:		E-mail:
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
VALIDADE DA PROPOSTA: no mínimo 60 (sessenta) dias.		
PREVISÃO DE ENTREGA:		
CONCORDAMOS COM TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL:		
Senhor Fornecedor: Para sua maior segurança, observe as condições estabelecidas no Edital:		

Lote/iitem	Qtde.	Unid.	Especificações	Marca/ Modelo	Preço Unitário R$	Preço Total R$
01						

Valor Total e final por extenso ***do Item:*** *R$(.....)*

NO CASO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ASSINALE:

( ) Declaramos para os devidos fins, que somos Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e que fazemos prova de tal condição com os documentos enviados – DOCUMENTAÇÃO, conforme previsto no Edital.

IMPORTANTE:

1. Fica a municipalidade com o direito assegurado de contratar ou rejeitar esta proposta se assim lhe convier, sem que ao fornecedor caiba qualquer reclamação ou indenização.

2. A assinatura do fornecedor implica na sua total aceitação das regras deste processo licitatório.

➢ Declaramos que nesta proposta estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, transporte (carga e descarga) até o destino, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

XXXXX ..... de ..... de 20__.

_____

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 186
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

Ao (a) Pregoeiro do Município xxxxxxxxxxxxxxxxx

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº **/20__ – Processo nº **/20__, instaurado pela Prefeitura Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, que:

- **Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados ao (a) Pregoeiro, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;**
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;
- Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei n.º 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do **Pregão Eletrônico nº **/20__ – Processo nº **/20__**, realizado pela Prefeitura de xxxxxxxxxxxx – MA.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em __ de _____ de 20__.

_____
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 142

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP).

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

( ) MICROEMPRESA

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no (Razão Social da Empresa) CNPJ nº _____, Endereço: _____

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar. Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Sou optante do Sistema Simples Nacional?
( ) SIM ( )NÃO

_____
Local/ Data

_____
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 155
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR
(papel timbrado da empresa)

TIMBRE DA EMPRESA
(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

(nome empresarial da licitante)_____, inscrita no CNPJ nº:_____, com sede na _____ (endereço completo)_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, para fins do presente processo licitatório, DECLARA não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da ativa na Prefeitura xxxxxxxxxxxxxxxxxx que impossibilite a participação no referido Pregão Eletrônico nº **/20__

xxxxxxxxxxxxxx, ... de ..... de .....

_____
Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-071/2022-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.06359.2022)

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 189 Rubrica

ANEXO X – Ficha técnica descritiva do objeto

Ficha Técnica Descritiva do Objeto				
Número do edital:				
Órgão comprador:				
Lote/Item	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**PERCENTUALDEDESCONTO**	**VAL. FINAL**
01				
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):				
Preço para o lote único (em R$):				
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).				
Declaramos, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **(Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP).**				
Data:				

Observação: por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - LICITAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO: 036/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG. PROC. ADMINISTRATIVO Nº 0101.07156.2023. ORGÃO REALIZADOR: Comissão Permanente de Licitação. BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 018/2020 , Lei nº 123/06, Lei 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações e subsidiariamente no que couber as disposições da Lei nº 8.6 66/93 e suas alterações. TIPO: MENOR PREÇO. OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, altera ções (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, conforme especificações do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital. ORGÃO SOLICITANTE: Secretária Municipal de Educação. LOCAL/SITE: https://licitamaisbrasil.com.br/. DATA: 06/11/2023. HORÁRIO: 10h00min. (DEZ HORAS). O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: https://licitamaisbrasil.com.br/ e https://www.vargemgrande.ma.gov.br /. Quaisquer informações através do Tel.: (98) 3461-1103/ (98) 3461-1201 / e-mail: vargemgrande.licitacao@gmail.com e/ou na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, situado na Rua Dr. Nina Rodrigues, 20, Centro, Vargem Grande/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas). Vargem Grande - MA, 18 de Outubro de 2023. Raimundo Nonato da Costa – Secretário Municipal de Educação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 190 Rubrica

Assinado eletronicamente por: Rafael Santos Nunes - CPF: ***.705.933-** em 19/10/2023 22:14:17 - IP com nº: 192.168.10.9
Autenticação em: www.vargemgrande.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1347

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 191

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAÚ – MA
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2023 - CPL/PMG. A Prefeitura Municipal de Grajaú – MA, através do Pregoeiro, torna público aos interessados que a sessão pública se realizará no **dia 06 de novembro de 2023 às 09:00**, na sala da Comissão Permanente de Licitação/CPL, na Rua Frei Benjamim de Borno, nº 05, Bairro Centro, nesta Cidade, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS, 0KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE GRAJAÚ-MA** na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 as 12:00 horas, onde poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente", sendo também consultado no portal de transparência http://transparencia.grajau.ma.gov.br/, no mural de licitações ou maiores informações, bem como pedidos de esclarecimento e impugnação poderão ser feitos através do e-mail: cpl.grajau@hotmail.com e pelo telefone (99) 98201-9175. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CPL. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados na CPL, no endereço acima. Grajaú (MA), 18 de outubro de 2023. MARAIR BORGES DE ARAUJO. Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAÚ – MA
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2023 - CPL/PMG. A Prefeitura Municipal de Grajaú – MA, através do Pregoeiro, torna público aos interessados que a sessão pública se realizará no **dia 06 de novembro de 2023 às 15:00**, na sala da Comissão Permanente de Licitação/CPL, na Rua Frei Benjamim de Borno, nº 05, Bairro Centro, nesta Cidade, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS, 0KM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GRAJAÚ-MA**, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 as 12:00 horas, onde poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente", sendo também consultado no portal de transparência http://transparencia.grajau.ma.gov.br/, no mural de licitações ou maiores informações, bem como pedidos de esclarecimento e impugnação poderão ser feitos através do e-mail: cpl.grajau@hotmail.com e pelo telefone (99) 98201-9175. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CPL. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados na CPL, no endereço acima. Grajaú (MA), 18 de outubro de 2023. MARAIR BORGES DE ARAUJO. Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE/MA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG. PROC. ADMINISTRATIVO Nº 0101.07156.2023. ORGÃO REALIZADOR: Comissão Permanente de Licitação. BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02. Decreto Federal nº 10.024/2019. Decreto Municipal nº 018/2020. Lei nº 123/06, Lei 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações e subsidiariamente no que couber as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. TIPO: MENOR PREÇO. OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domesticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, conforme especificações do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital. ORGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Educação. LOCAL/SITE: https://licitamaisbrasil.com.br/. DATA: 06/11/2023. HORÁRIO: 10h00min (DEZ HORAS). O Edital está disponibilizado na íntegra, nos endereços eletrônicos: https://licitamaisbrasil.com.br/ e https://www.vargemgrande.ma.gov.br/. Quaisquer informações através do tel.: (98) 3461 1103. (98) 3461 1202. / e-mail: vargemgrande.licitacao@gmail.com e/ou na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, situado na Rua Dr. Nina Rodrigues, 20, Centro, Vargem Grande/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas). Vargem Grande - MA, 18 de Outubro de 2023. Raimundo Nonato da Costa – Secretário Municipal de Educação.

TJMA
ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 49/2023
Processo nº 29.882/2021

Objeto: Aquisição e instalação de insulfilm adesivado com película para fechamento de Open Space para o Laboratório de Inteligência. **Abertura:** 6/11/2023 às 10:00h (horário de Brasília). **Local:** https://www.gov.br/compras/pt-br/. **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 344, Centro, São Luís/MA. (CEP) 65.010-530. E-mail: **cplicitacao@tjma.jus.br**. Fone: (98) 3261-8368/8369. São Luís (MA), 19 de outubro de 2023. **Allyson Frank Gouveia Costa – Pregoeiro TJMA** (Cota 925125).

C.P.M. e HOSPITAL PORTUGUÊS
PROCTOLOGIA
MEDICAL CENTER - RENASCENÇA
DR LAUANDE
CONSULTAS E COLONOSCOPIAS
3227-4332 / 3231-3216

ALUGA-SE PARA EVENTOS
TEMPORADAS E FINAIS DE SEMANA. RESERVE AGORA:
Piscina, campo de futebol, churrasqueira e toda estrutura que você merece.
99974-4522 / 98725-9606 / 98109-5310



FRANÇA MELO
(98) 3261-8021 / 9 8852-9273
E-mail: fmelo.am@gmail.com

Profissional

Sampaio quer desbancar o líder no Castelão e ajustar contas com o ex-técnico Léo Condé

Sampaio e Vitoria-BA fazem nesta sexta-feira (20), às 19h, no Castelão, um duelo de opostos pela 33ª rodada do Brasileiro da Serie B. O Tubarão está na 13ª posição, com 36 pontos, três pontos a mais da Chapecoense, que abre o Z4 e também joga hoje, às 21h30 contra Sport, em Recife. Além de ter que pontuar para se manter fora da degola, a Bolívia ainda tem que torcer por tropeço de Ituano (14º), Avaí (15º) e Ponte Preta (16º). A diferença para esses times é de apenas um ponto e dois para Ponte Preta, que fecha a rodada na 2ª feira (23), num confronto direto com Ituano.
O Avaí joga no domingo (22), em casa com Ceará (11º), que junto com CRB (10º) e Botafogo (12º), estão na "linha de corte" não sobem e nem descem. Restam 6 jogos (3 em casa) e a pontuação mágica aponta 43:44 pontos para se livrar do rebaixamento, 08,5% de cair.
O Vitória-BA é o líder com 61 pontos e talvez com mais uma vitória e um empate, conquista o acesso (98,5%). A diferença era de 5 pontos para o Sport (2º), que também joga hoje e Atlético-GO (3º), que jogou ontem (19), em casa com o lanterna e quase rebaixado ABC-RN. Juventude (4º) tem 55 pontos e joga amanhã (21), em Caxias, com o vice-lanterna Londrina (25 pontos). Tombense (18º) jogou ontem, também corre risco de cair.

O Sampaio está confiante não só pelo empate no Ceará (0x0), sábado (14), mesmo desfalcado como pela sequencia de bons resultados em casa, onde não perde há 6 jogos, com 4 empates, o último com Novorizontino (0x0). Antes tinha vencido Vila Nova (2x1) e Chapecoense (2x0).
O Vitória vem de um triunfo em casa sobre Guarani (2x0) e na ultima vez que atuou fora perdeu para Criciúma (1x0). Já perdeu como visitante até por 6 a 0 para CRB.

EQUIPES

O Sampaio segue sem contar com o meia Neto Paraíba ainda no DM, mas já pode escalar Pará, que cumpriu suspensão do 3º cartão amarelo, além de Rafael Jansen e Mikael, recuperados de lesão. Pimentinha era dúvida. Fora também o lateral-direito Mateus Pivô, expulso no Ceará. O Vitória não terá o zagueiro Wagner Leonardo, suspenso pelo 3º cartão amarelo. Yan Souto que seria seu substituto foi vetado com suspeita de hérnia.
SAMPAIO: Luiz Daniel; Lucas Mota (Mauricio), Icaro, Gustavo Henrique (Rafael Jansen) e Pará; Claudinei (Mikael), Ferreira e Robinho; Pimentinha (Riquelmo), Ytalo e Vitinho (Henrique). Técnico: Fernando Marchiori
VITÓRIA: Lucas Arcanjo; Railan, Camutanga, João Victor e Edson Lucas; Rodrigo Andrade, Osvaldo, Matheusinho (Giovanni Augusto/ Matheus Trindade), Dudu e Jury Castilho; Léo Gamalho. Técnico: Léo Condé
Árbitro: Savio Pereira Sampaio (FIFA)-DF//Assistentes: Marcia Bezerra Lopes Caetano-RO e Lehi Sousa Silva-DF. Árbitro de Vídeo: Rodrigo Nunes de Sa (VAR-FIFA)-RJ//Assessor: AVAR: Carlos Henrique Cardoso de Souza-RJ.
TUBARÃO X CONDÉ - No Brasileiro da Série B de 2022, o Sampaio ficou em 5º lugar e por pouco não conquista o acesso, sob o comando de Léo Condé, que não renovou dizendo que iria ficar com a família em São Paulo, mas de repente apareceu no Vitória-BA, deixando um pouco de resignação em meio aos bolivianos, mas segue respeitado, já que as três melhores campanhas da Bolívia foram com ele, formando sempre times quase que imbatíveis no Castelão (e frágil fora) e ainda é bicampeão maranhense.

DIVULGAÇÃO



Pimentinha tem grande possibilidade de voltar ao ataque tricolor nesta sexta.

JOGOS DE HOJE (20)
SÉRIE B - 33ª RODADA
19h00 SAMPAIO X VITÓRIA
21h30 AVAÍ X GUARANI
21h30 SPORT X CHAPECOENSE
CARIOCA B1
15h00 BARRA DA TIJUCA X GONYAC
ESPANHA - LA LIGA
16h00 OSASUNA X GRANADA
ALEMANHA - BUNDESLIGA
15h30 B. DORTMUND X WERDER BREMEN

Amador

Envie notícias e fotos do seu time em competições de qualquer modalidade esportiva para nosso e-mail: jpesporteamador@gmail.com
Jonny Figueiredo (98) 98154-9643/(98) 98769-8015



XIV Copa Primavera de Voleibol da AABB

Terminam neste sábado (21), às 12h, as inscrições da XIV Copa Primavera de Voleibol da AABB – Troféu Alfredo Menezes, principal competição do voleibol maranhense. As equipes interessadas em participar da competição, poderão realizar suas inscrições na Secretaria da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), no bairro do Calhau. O valor da inscrição é de R$ 450.
De acordo com a organização da competição, já estão inscritas 13 equipes, sendo 09 no masculino e 05 no feminino. No feminino estão inscritas as equipes da Uema, Apcef, CTE Vôlei Futuro, CDB Vôlei e AABB. No masculino já confirmaram inscrição o Instituto Resgate, Uema, Filhos de Igor, Vôlei Futuro, CDB Vôlei, Vôlei Globinho, Vôlei Placar Bets, Mais Vôlei e CTE Vôlei Futuro.
O congresso técnico será realizado no dia 25 de outubro às 19h no auditório da AABB e a competição iniciara na segunda-feira, dia (30). A Copa Primavera de Voleibol da AABB - Troféu Alfredo Menezes, é uma competição idealizada e realizada pela Associação Atlética Banco do Brasil (AABB de São Luís) e conta com a parceria da Federação Maranhense de Voleibol.

DIVULGAÇÃO



Mercado da Terra

Maranhenses nos Jogos Pan-Americanos

Os kitesurfistas maranhenses Bruno Lobo e Socorro Reis estão preparados para um dos desafios mais aguardados da temporada de 2023: os Jogos Pan-Americanos, que ocorrem entre os dias 25 de outubro e 5 de novembro, em Santiago, no Chile. Enquanto Bruno busca o bicampeonato pan-americano, após faturar o ouro em Lima 2019, Socorro quer o inédito título para garantir a tão sonhada vaga nos Jogos Olímpicos de 2024, em Paris, na França.
Bruno Lobo viaja para o Chile com a confiança elevada pela classificação antecipada para os Jogos Olímpicos de 2024, após alcançar o Top 10 no Campeonato Mundial de Vela, realizado em agosto, na Holanda. Socorro Reis Hexacampeã brasileira de kitesurf, viaja para Santiago nesta sexta-feira (20), com foco total em busca da medalha de ouro e da classificação para os Jogos Olímpicos de 2024.

DIVULGAÇÃO



Socorro Reis e Bruno Lobo são os principais nomes do kitesurf no Brasil

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 199 Rubrica

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2023-SRP. A Prefeitura Municipal de Pedreiras, Estado do Maranhão, através do Assessor Especial da Comissão Permanente de Licitação, nomeado pela Portaria nº 042/2021 de 07 de janeiro de 2021, torna público que realizará às **10h00min (dez horas)** do dia **06 de novembro de 2023,** na plataforma LICITANET, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, tendo por objeto o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada Aquisição de insumos para atender Atenção Primária à Saúde, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pedreiras – MA, conforme Edital e seus Anexos, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal nº 9.488/2018, Decreto Municipal nº 003/2021, Decreto Municipal nº 004/2021, Lei Complementar nº. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Complementar nº 155/2016, utilizando-se subsidiariamente as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais normas pertinentes. Os trabalhos de julgamento do certame serão conduzidos pelo Pregoeiro do Município e Equipe de Apoio. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados nos seguintes endereços eletrônicos: www.pedreiras.ma.gov.br, www.licitanet.com.br, bem como na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Avenida Rio Branco, nº 111, CEP: 65.725-000, Centro – Pedreiras/MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 14h00min, onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente. Esclarecimentos adicionais no endereço supra ou pelo e-mail cpl@pedreiras.ma.gov.br. Pedreiras/MA, 17 de outubro de 2023. Wagner Nogueira Leite Silva - OAB/DF nº 60.087 - Assessor Especial da CPL - Port. Nº 042/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA

AVISO DE ABERTURA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023-SRP. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 063/2023-SMA. OBJETO: Aquisição de Pães e Bolos para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Porto Franco/MA. DATA DE ABERTURA: 07 de novembro de 2023, às 09:00h (nove horas). TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Item. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio: https://licitanet.com.br/ e https://transparencia.portofranco.ma.gov.br/, onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente. Esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, localizada na Praça Demétrio Milhomem, nº 10, Centro, no horário das 08:00h (oito) hs às 13:00h (treze) hs, ou também pelo e-mail: cpl.portofranco@gmail.com. Porto Franco/MA, 19 de outubro de 2023. **JAILMA CIRQUEIRA DE SOUZA** Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA CONCORRENCIA Nº. 001/2023 A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, através da CPL, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação em epigrafe na seguinte forma: OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de Execução de Bueiros, Aduelas, Artefatos de Concreto para substituição de pontes de madeira e/ou passagens molhadas para atender as necessidades do Município de SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA; MODALIDADE: Empreitada por menor preço global; **Data de abertura: 23 de Novembro de 2023, as 08:00 horas**, LOCAL: Sala de reunião da CPL, na sede da Prefeitura Municipal, localizada a Rua Marco Silva, s/n, Centro, na cidade de São João do Paraíso/MA. Na forma da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no mesmo endereço de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 as 12:00 horas, onde poderão ser consultados gratuitamente ou retirados na CPL, no mesmo endereço, ou ainda pelo portal da transparência (www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br). E-mail: cplsjparaiso@gmail.com Esclarecimento adicional no mesmo endereço. São João do Paraíso – MA, 18 de outubro de 2023. Ilton Rodrigues de Sousa **Presidente da CPL.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG. PROC. ADMINISTRATIVO Nº 0101.07156.2023. ORGÃO REALIZADOR: Comissão Permanente de Licitação. BASE LEGAL: Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 018/2020, Lei nº 123/06, Lei 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações e subsidiariamente no que couber as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. TIPO: MENOR PREÇO. OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, conforme especificações do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital. ORGÃO SOLICITANTE: Secretária Municipal de Educação. LOCAL/SITE: https://licitamaisbrasil.com.br/. DATA: 06/11/2023. HORÁRIO: 10h00min. (DEZ HORAS). O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: https://licitamaisbrasil.com.br/ e https://www.vargemgrande.ma.gov.br/. Quaisquer informações através do Tel.: (98) 3461-1103/ (98) 3461-1201/e-mail: vargemgrande.licitacao@gmail.com e/ou na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, situado na Rua Dr. Nina Rodrigues, 20, Centro, Vargem Grande/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas). Vargem Grande - MA, 18 de Outubro de 2023. Raimundo Nonato da Costa – Secretário Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2023, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2023. O Município de Viana - MA, através da Secretário Municipal de Administração e Planejamento, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, avisa aos interessados que fará realizar Licitação na seguinte modalidade e condições. Modalidade: Pregão Eletrônico. Modo de disputa: Aberto. Tipo de licitação: Menor Preço Global, que será regida pela a Lei nº 10.520/2002 e Decretos nº 7.892/2013 e nº 10.024/2019, Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 608/2023, Decreto Federal n.º 3.555 de 08 de agosto de 2000, Decreto Federal nº. 7.829/2013, Decreto Municipal nº. 189 de 23 de maio de 2023, Decreto Municipal nº. 190/2023, subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e suas alterações. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NOS SEUS EVENTOS, CAMPANHAS INSTITUCIONAIS E ATIVIDADES INTERNAS. Data e horário do recebimento das Propostas e Documentação de Habilitação: Até às 08h:59min do dia 07/11/2023. Data e horário do início da disputa: 09h:00min do dia 07/11/2023. Site para realização do Pregão: www.licitanet.com.br. Poderão participar da Licitação todas as empresas especializadas no ramo, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para a execução de seus objetivos. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, das 08h:00min às 12h:00min, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço https://www.viana.ma.gov.br ou ainda pelo endereço Portal Licitanet, www.licitanet.com.br. Dúvidas e-mail: prefeituraviana@outlook.com. Viana - MA, 19 de outubro de 2023. Raylson Ramon Santos Nunes. **Secretário Municipal de Administração e Planejamento.**

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2023, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2023. O Município de Viana - MA, através da Secretária Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, avisa aos interessados que fará realizar Licitação na seguinte

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - LICITAÇÃO - RESULTADO DE JULGAMENTO: 033/2023

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 193

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP -033/2023-CPL/PMVG
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 0101.07039.2023

Tornamos público o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP -033/2023-CPL/PMVG. PROC. ADMINISTRATIVO Nº 0101.07039.2023, do tipo menor preço Item, objetivando o Registro de Preços, do tipo menor preço, visando à Contratação de Empresa para Fornecimento de Materiais Permanentes e Eletrônicos destinados as Secretarias Municipais do Município de Vargem Grande/MA, tendo como vencedora a empresa: D G MORAIS COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ nº 07.797.099/0001 -43 considerada vencedora total do certame com valor total de R$ 1.664.350,00 (um milhão, seiscentos e sessenta e quatro mil e trezentos e cinquenta reais) Comunica assim o resultado final do Procedimento, levando em conta o interesse público e Administrativo. Vargem Grande - MA, em 19 de Outubro de 2023. **Ricardo Barros Pereira** Pregoeiro Municipal Portaria 004/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - LICITAÇÃO - ERRATA: 036/2023

ERRATA

ERRATA – A Publicação do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE -036/2023-CPL/PMVG. PROC. ADMINISTRATIVO Nº 0101.07156.2023**, publicado no Diário Oficial do Município, TERCEIROS, nº: 1432/2023, pág. 03 no dia 19 de outubro de 2023, Jornal Pequeno, Caderno – Esporte, pág. 10, no dia 20 de outubro de 2023 e Diário Oficial do Estado, Terceiros, página 32. **Onde se lê na publicação**: "TIPO: MENOR PREÇO". **Leia-se:** "TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO", 24 de outubro de 2023. Raimundo Nonato da Costa – Secretário Municipal de Educação.

Assinado eletronicamente por: Rafael Santos Nunes - CPF: ***.705.933-** em 24/10/2023 21:37:00 - IP com nº: 192.168.10.6
Autenticação em: www.vargemgrande.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1351

DECISÕES

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO. PROCESSO Nº 34815/2021-SES. ASSUNTO: Apuração de responsabilidades e aplicação de penalidades. **CONTRATADA**: **MEDFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-PPCNPJ: 11.229.270/0001-95.RECORRENTE**: ✓**MEDFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP – CNPJ: 11.229.270/0001-95**. Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar irregularidades praticadas pela empresa **MEDFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP – CNPJ: 11.229.270/0001-95**, em razão do atraso na entrega do objeto referente ao Contrato nº 350/2020/SESMA. **DO JULGAMENTO:** Conforme julgamento proferido em 14 de março de 2022, constatou-se que a contratada agiu de forma ilícita ao desobedecer ao prazo da entrega do material contratado, cuja conduta infringiu cláusulas contratuais passíveis de sanções. **DO RECURSO:** Analisando as razões recursais e o entendimento contido no Parecer Jurídico nº 1942/2023/SAAJ/SES, **REFORMO** o Julgamento proferido nos autos e **DECIDO:** I - Conhecer do Recurso e **DAR PROVIMENTO PARCIAL**, reformando a penalidade aplicada à empresa **MEDFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP**, passando a considerar a seguinte penalidade: a) Multa Moratória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, conforme Cláusula Décima Terceira do Contrato nº 350/2020-SES. São Luís (MA), 24 de outubro de 2023. **TIAGO JOSÉ MENDES FERNANDES** Secretário de Estado da Saúde.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

DECISÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO N° 154695/2022 – SEAP. CONTRATO Nº 14/2023 – SEAP/MA. EMPRESA CONTRATADA: F C LAGO LTDA. OBJETO: Aquisição de capas de processo e cintas elásticas. ASSUNTO: CONTRATAÇÃO PÚBLICA. RESCISÃO UNILATERAL POR INTERESSE PÚBLICO (Artigo 78, inciso I e XII da Lei nº. 8.666/1993). DECISÃO ADMINISTRATIVA 1 – Relatório. 2 – Fundamentação: [...] Desta forma, no momento em que a empresa se recusa a adimplir com suas obrigações legais e contratuais, há inequívoca afronta ao interesse público envolvido na presente contratação, pois o fornecimento de capas de processo e cintas elásticas, é essencial para a execução de atividades no âmbito desta SEAP. Sobre isso, o Setor Demandante, a Unidade Gestora de Atividades Meio-UGAM, foi claro em destacar que a contratada não cumpriu Ordem de Fornecimento n° 215/2023, deixando transcorrer o prazo contratual de 10 (dez) dias para entrega, deixando de executar o fornecimento mesmo depois do mencionado prazo, e mesmo após a Notificação 231/2023-SEAP, que advertiu a Contratada sobre as implicações acerca do descumprimento contratual, quando se manteve inerte. [...]Nesse sentido, diante dos argumentos de fato e de direito acima explicitados, entendo pela RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N° 014/2023 – SEAP/MA, com base no art. 78, inciso I e VI da Lei 8.666/93, bem como abertura de Processo de Apuração de Responsabilidade em face da empresa F C LAGO LTDA. Exposta a fundamentação, passo a decidir. 3 – Decisão. Com base na documentação acostado aos autos, em especial os provenientes da Unidade Gestora de Atividades Meio-UGAM/SEAP, na qual é identificado translucidamente os motivos pelos quais é imperativo a rescisão unilateral do Contrato n°. 014/2023 -SEAP, por razões de interesse público, DECIDO: I. Que seja providenciada a rescisão unilateral do Contrato n°. 014/2023 -SEAP, nos termos do Art. 79, inciso I da Lei Federal n°. 8.666/1993; II. Que a empresa seja intimada desta Decisão; III. Que a presente Decisão seja devidamente publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão e disponibilizada no site da SEAP, em observância aos preceitos da Lei de Acesso à Informação; IV. Que seja oportunizado ao contratado, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, para interpor recurso contra a presente Decisão (art. 109, inciso I, alínea "e" da Lei nº. 8.666/1993); V. Que, imediatamente, sejam realizadas todas as diligências necessárias ao cumprimento desta ratio decidendi, visto que a possibilidade de interposição de recurso não terá efeito suspensivo; VI. Sem prejuízo das alíneas anteriores, que sejam tomadas as providências necessárias para a convocação do licitante remanescente na ordem de classificação do Pregão 116/2022 - CSLIC/SEAP, para contratação, desde que aceite as mesmas condições do licitante vencedor. São Luís/MA, 11 de outubro de 2023. FREDSON PINHEIRO MACIEL Subsecretário de Estado de Administração Penitenciária.

COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO Fls 194 Rubrica

ERRATAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO. O Presidente da Comissão Central de Licitação - CCL do município de Caxias-Ma, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados, a ERRATA da PUBLICAÇÃO do aviso de adiamento da licitação **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023,** que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para revitalização e construção de cobertura no Calçadão Afonso Cunha em Caxias-MA, com fornecimento de material, equipamentos e mão de obra necessários, de forma que a retificação será da seguinte forma: **ONDE SE LÊ:** O adiamento se faz necessário para alimentação do sistema de julgamento do pregão, porque houve uma falha anteriormente, mas que já foi corrigida, **LEIA-SE:** O adiamento se faz necessário porque houve correção de inconsistências no processo. Caxias - MA, 25 de outubro de 2023. **Othon Luiz Machado Maranhão Presidente da Comissão Central de Licitação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MA

AVISO DE ERRATA DE DATA DO PE 026/2023. Na publicação do diário do Estado - MA, Edição 192 em PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS no dia 18 de outubro de 2023, quarta-feira, página 13, **onde se lê:** Data: dia 03 de novembro de 2023 às 08:30 horário de Brasília, **Leia-se:** Data: dia 13 de novembro de 2023 às 08:30 horário de Brasília. Gov. Edison Lobão/MA, 25 de outubro de 2023. Fabricio dos Santos Silva. Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita.

AVISO DE ERRATA DE DATA DO PE 029/2023. Na publicação do diário do Estado - MA, Edição 192 em PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS no dia 18 de outubro de 2023, quarta-feira, página 13, **onde se lê:** Data: dia 01 de novembro de 2023 às 10:00 horário de Brasília, **Leia-se:** Data: dia 13 de novembro de 2023 às 10:00 horário de Brasília. Gov. Edison Lobão/MA, 25 de outubro de 2023. Fabricio dos Santos Silva. Secretário Municipal de Finanças, Fazenda e Receita.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE - MA

ERRATA – A Publicação do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036 2023-CPL/PMVG. PROC. ADMINISTRATIVO Nº 01 01 .07156 .2023**, publicado no Diário Oficial do Município, TERCEIROS, nº: 1432/2023, pág. 03 no dia 19 de outubro de 2023, Jornal Pequeno, Caderno – Esporte, pág. 10, no dia 20 de outubro de 2023 e Diário Oficial do Estado, Terceiros, página 32, no dia 23 de outubro de 2023. **Onde se lê na publicação**: "TIPO: MENOR PREÇO". **Leia-se:** "TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO", 24 de outubro de 2023. Raimundo Nonato da Costa – Secretário Municipal de Educação.

Prefeitura de
VARGEM
GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 195
Rubrica



FICHAS TÉCNICAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 196
Rubrica

ANEXO X

FICHA TÉCNICA DESCRITIVA DO OBJETO				
Número do Edital Pregão Eletrônico Nº PE 036/2023—CPL/PMVG				
Órgão comprador: Prefeitura Municipal de Vargem Grande -Ma..				
Lote/ Item	DESCRIÇÃO	VALOR	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR FINAL
01	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, conforme especificações do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital	R$ 495.000,00	5 % (cinco por cento)	**R$470.250,00**
Prazo de validade da Proposta 60 (sessenta) dias, conforme estabelecido no Edital.				
Preço para o lote único em **R$ 470.250,00 (Quatrocentos e setenta mil, duzentos e cinquenta reais).**				
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Edital),				
Declaramos, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.				
Data: 06 de novembro de 2023.				

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 197
Rubrica

ANEXO X

FICHA TÉCNICA DESCRITIVA DO OBJETO				
NÚMERO DO EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG - (Processo Administrativo n°. 0101.07156.2023).				
ÓRGÃO COMPRADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRAND-MA.				
Lote/Item	**DESCRIÇÃO**	**VALOR**	**PERCENTUALDEDESCONTO**	**VAL. FINAL**
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional.	495.000,00	3,00% (três por cento)	480.150,00
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital): 90 (Noventa) dias, a contar da data de sua apresentação				
Preço para o lote único (em R$): **R$ 480.150,00** (quatrocentos e oitenta mil, cento e cinquenta reais)				
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).				
Declaramos, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **(Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP).**				
Data: 06/11/2023				



FICHA TECNICA

Número do edital:
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG
Processo Administrativo n°. 0101.07156.2023)

Órgão comprador: PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE

Lote/Item	Descrição	Valor	Percentual de Desconto	Valor Fina
01	Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos de passagens áreas e hospedagens no âmbito nacional para as Secretarias Municipais.	R$: 495.000,00	5,00	R$: 470.2

Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital): 120 dias

Preço para o lote único (em R$):495.000,00

Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está er conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).

Declaramos, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforr estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. (Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP).

Data: 06/11/2023

Ficha Técnica Descritiva do Objeto



Número do edital:
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.07156.2023)

Órgão comprador:

Lote/Item	DESCRIÇÃO	VALOR	PERCENTUAL DE DESCONTO	VAL. FINAL
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional.	R$ 495.000,00	3,00%	R$ 480.150,00

Prazo de validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias corridos

Preço para o lote único: R$ 480.150,00 (Quatrocentos e oitenta mil e cento e cinquenta reais)

Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).

Declaramos, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Data: 06 de novembro de 2023

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 900
Rubrica

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

CNPJ: 07.133.984/0001-28

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 201

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **07.133.984/0001-28**
Razão Social: **F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**

Atividade Econômica Principal:

7911-2/00 - AGÊNCIAS DE VIAGENS

Endereço:

RUA INACIO XAVIER DE CARVALHO, 161 - : RUA 3 ; LOJA: 10; - SAO FRANCISCO - São Luís / Maranhão

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.
Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA "F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA"

202

FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens ,nascido em 09.09.1950, maior de idade, empresário, portador do CPF Nº 044.002.593-15, e cédula de identidade nº 002300392-8 SSP/MA, **MIRIAM GOMES DE MORAIS**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 07.10.1951 maior de idade, empresária portadora da Cédula de Identidade nº 1.209763 SSP/MA e CPF nº 096.107.233-49,**FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS JUNIOR** ,brasileiro, solteiro, nascido em 03.10.1985,maior de idade, empresário, portador da cédula de identidade de n.º 784138974 SSP/MA e CPF n.º 628.982.563-15, **MILENA PRUDÊNCIO DE MORAIS**, brasileira, solteira, nascido em 05.10.1984,maior de idade , empresária portadora da cédula de identidade de n.º 078414597-0 SSP/MA e CPF n.º 006.117.993-08 ambos residentes e domiciliados á Rua 20 Quadra 02, casa 30 Cohatrac II ,Cep.65054.270 nesta cidade de São Luís capital do Estado do Maranhão, resolvem de comum acordo constituir uma sociedade passando a partir da data de assinatura deste instrumento e da data de registro na JUCEMA - Junta Comercial do Estado do Maranhão, a reger-se pelas Cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade girará sob o nome empresarial **F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – SEDE

A sociedade terá sua sede na Rua 02 Travessa 06 numero 409 São Francisco nesta cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão Cep: 65075-220

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL

A sociedade terá como objetivo Agencia de Viagens e Turismo, venda de passagens aéreas nacionais e internacionais, passagens rodoviárias e de qualquer fim, reservas de hotéis, locação de veículos, excursões nacionais e internacionais, venda de todo e qualquer produto turístico.

CLÁUSULA QUARTA – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social importa o valor de R$ 65.000,00 (Sessenta e cinco Mil Reais) dividido em 65.000(Sessenta e cinco Mil Quotas) de valor nominal de R$1,00 (um real) cada totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país e com a seguinte distribuição entre os sócios:

NOME	QT.QUOTAS	VALOR R$	%
Francisco das Chagas de Morais	32.500	32.500,00	50
Miriam Gomes de Morais	22.750	22.750,00	30
Francisco das Chagas de Morais Júnior	4.875	4.875,00	10
Milena Prudêncio de Morais	4.875	4.875,00	10
TOTAL	65.000	65.000,00	100

PARAGRAFO ÚNICO:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (**art. 1.052, CC/2002**)

CLÁUSULA QUINTA – DURAÇÃO : A sociedade iniciou suas atividades em 26.11.2004 e seu prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado

CLÁUSULA SEXTA – CAUÇÃO : Os sócios ficam dispensados da apresentação de Caução

CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO : A Administração da sociedade caberá aos sócios, **Francisco das Chagas de Morais** e **Miriam Gomes de Morais**, com os poderes e atribuições de ser autorizado o uso do nome empresarial, vedado no entanto em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA – RETIRADA "PRO-LABORE"

Os sócios poderão, de comum acordo e a qualquer tempo fixar uma retirada mensal pelo exercício da gerência, a titulo de "pró–labore", respeitadas as limitações legais vigentes (**artigos 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002**).

CLÁUSULA NONA – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA – LUCROS OU PREJUIZOS

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. (**art. 1.065, CC/2002**).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. – USO DO NOME EMPRESARIAL

O uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (**artigos 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002**)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. – DELIBERAÇÕES SOCIAIS

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios, alterar o presente contrato, seja qual for à finalidade, constituir procuradores para a prática de quaisquer dos atos privativos do sócio gerente, atos que deverão ser especificados nos respectivos instrumentos, onde se explicará ainda, o prazo de vigência do mandato , que nunca poderá ultrapassar a um ano.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 203
Pública

JUCEMA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 904
Rubrica

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA. – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os Administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (**art. 1.011, § 1º, CC/2002**).

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – REPRESENTAÇÃO

O uso da denominação social, a administração e a representação judicial ou extra judicial será exercida pelos sócios gerentes: **FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS e MIRIAM GOMES DE MORAIS**, podendo os mesmos representar a sociedade junto ao comércio , industria , rede bancária e órgãos federais , estaduais e municipais, nomearem procuradores **AD- NEGOTIA** e **AD – JUDITIA**, em conjunto, separadamente ou cada um de per si, sendo- lhes entretanto vedado o uso da firma em negócios alheios aos fins sociais.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – FORO

Fica eleito o foro de São Luís, Ma. para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

São Luís, Ma, 26 de Novembro de 2004.

Francisco das Chagas de Morais
CPF: 044.002.593-15
IDENT: 002300392-8 SSP/MA

Miriam Gomes de Morais
Miriam Gomes de Morais
CPF: 096.107.233-49
IDENT: 1.209.763 SSP/MA

Francisco das Chagas de Morais Junior
CPF. 628.982.563-15
IDENT.78413897-4 SSP/MA

Milena Prudêncio de Morais
Milena Prudêncio de Morais
CPF. 006.117.993-08
IDENT. 078414597-0 SSP/MA

Pedro P. de Morais
Advogado
OAB/MA - 431



COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 205
Rubrica

COPIA

5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME

JUCEMA

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito os abaixo assinados **FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS,** brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 09.09.1950, portador do CPF: 044.002.593-15, Identidade nº 002300392-8, SSP/MA, e **MIRIAM GOMES DE MORAIS,** brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 07/10/1951, empresaria, portadora da cédula de identidade nº 1.209.763 SSP/MA e CPF nº 096.107.233-49, ambos residentes e domiciliados á Rua 20 quadra 02, casa 30 Cohatrac II, nesta cidade de São Luís Capital do estado do Maranhão Cep- 65054-270, ùnicos Sócios da sociedade por quotas de responsabilidade Ltda denominada, **F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME**, firma estabelecida a Rua Inácio Xavier Carvalho / Rua 03, Nº 161 Loja 10 São Francisco, São Luís – Ma, devidamente Inscrita no CNPJ: sob o nº 07.133.984/0001-28 e na junta comercial do estado do Maranhão data de Arquivamento 14/12/2004 sob o Nº. 21200571173, resolvem, assim alterar, e consolidar o contrato social.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETIVO SOCIAL

A sociedade tem por objetivo, 7911/2-00 Agencia de Viagens, 7990/2-00 Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (seguro de Viagem,pacote, cruzeiros maritimos), neste ato altera a atividade para 7911/2-00 Agencia de Viagens; 7990/2-00 Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente(Seguro de viagem, pacote, cruzeiros maritimos)7711/0-00 Locação de automoveis sem condutor, 4923/0-03 serviços de transporte de passageiros – Locação de automóveis com motorista, 5620/1-02 Serviços de alimentação para eventos e recepções – Bufê (organização de eventos), 5229/0-99 Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificados anteriormente (passagens rodoviarias e de qualquer fim).

CLÁUSULA SEGUNDA: CAPITAL SOCIAL

O capital social no valor de R$ 200.000,00(Duzentos Mil Reais), Totalmente integralizado em moeda corrente do país neste ato sofre uma alteração de R$ 200.000,00(Duzentos Mil Reais), Totalizando R$ 400.000,00(Quatrocentos Mil Reais), divididos em 400.000(Qutrocentos Mil) quotas de valor nominal de R$ 1.000,00(Hum Mil Real), cada, sendo a diferença de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), integralizado neste ato em moeda corrente do país, pelos sócios e com a seguinte distribuição.

NOME	QT. COTAS	VALOR R$	%
Francisco das Chagas de Morais	**280.000**	**280.000,00**	**70 %**
Miriam Gomes de Morais	**120.000**	**120.000,00**	**30 %**
TOTAL	**400.000**	**400.000,00**	**100**

A vista da modificação ora ajustada, consolida - se o contrato com a seguinte redação.

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS; MIRIAM GOMES DE MORAIS. Em test° _____ da verdade.***

São Luís, ... de Junho de 20... 2 DAB Ch. ...

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 206

JUCEMA

CLAUSULA PRIMEIRA: RAZÃO SOCIAL
A sociedade gira sob o nome empresarial **F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME**

CLÁUSULA SEGUNDA: SEDE:
A sociedade tem sua sede a Rua Inácio Xavier Carvalho /Rua 03 Nº. 161 Loja 10 São Francisco São Luís Maranhão CEP: 65076-360.

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1052CC/2002).

CLÁUSULA TERCEIRA: DURAÇÃO
O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CLAUSULA QUARTA: CAUÇÃO
Os socios ficam dispensados da apresentação de caução.

CLÁUSULA QUINTA: ADMINISTRAÇÃO
A sociedade será administrada e representada plenamente ativa e passivamente, em juizo e fora dele, e nas suas relações com terceiros, por todos os sócios, em conjunto, ou isoladamente, bastando a assinatura de qualquer um dos mesmos para qualquer ato que a sociedade venha realizar com poderes e atribuições de ser autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas bem como onerar ou alienar bens imoveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

CLÁUSULA SEXTA: RETIRADA "PRO - LABORE"
Os sócios poderão, de comum acordo e a qualquer tempo fixar uma retirada mensal pelo exercicio da gerência, a titulo de Pro – labore, respeitadas as limitações legais vigente.

CLÁUSULA SETIMA: DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE
Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, não sendo possivel ou inexistindo interesse destes ou sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, á data da resolução, verificado.

Paragrafo Unico- O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA OITAVA: LUCROS E/OU PREJUÍZOS
Ao termino de cada exercicio social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo á elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 207
Rubrica

020614

CLÁUSULA NONA : USO DO NOME COMERCIAL

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios, alterar o presente contrato, seja qual for a finalidade, constituir procuradores para a pratica de quaisquer dos atos privativos do sócio gerente, atos que deverão ser especificados nos respectivos instrumentos, onde se explicará ainda, o prazo de vigencia do mandato, que nunca poderá ultrapassar a um ano.

CLÁUSULA DÉCIMA: DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO

Os Administradores declaram sob as penas da lei de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sitema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O uso da denominação social, a administração e a representação judicial e extra judicial será exercida pelo sócio Francisco das Chagas de Morais ou pela sócia Miriam Gomes de Morais, podendo o mesmo ou a mesma, representar a sociedade junto ao comércio,industria, rede bancaria e orgãos federais,estaduais e municipais nomearam procuradores **AD-NEGOTIA e AD- JUDITIA**, sendo – lhes entretanto vedado o uso da firma em negócios alheios aos fins sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: FORO

Fica eleito o foro da cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando os contratantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três), vias de igual teor e forma.

1º Ofício de Notas

1º Ofício de Notas

São Luís (MA), 26 de Maio de 2014.

Francisco das Chagas de Morais
CPF: 044.002.593-15
Ident.: 002300392-8 SSP/MA

Miriam Gomes de Morais
CPF: 096.107.233-49
Ident.: 1.209.763 SSP/MA

TABELIONADO DO PRIMEIRO OFICIO DE NOTAS DE SÃO LUIS-MA
TABELIÃO DR TITO ANTÔNIO DE SOUZA SOARES
TABELIÃO SUBSTITUTO - FÁBIO TITO SOARES
RUA DO SOL, 156-A, CENTRO - CEP: 65020-590 - FONE: 98 3231-9116
e-mail: cartoriotitosoares@gmail.com
Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS; MIRIAM GOMES DE MORAIS. Em test° ___ da verdade."
São Luís-MA, 02 de Junho de 2014 às 10:52:32
Antônio Gleyvson Silva - Escrevente

Selo de Fiscalização
Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Maranhão
Reconhecimento de Firma
00002945353
Reconhecimento de Firma
00002945354

41030

AMAOU

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 29
Rubrica

JUCEMA

Junta Comercial do Estado do Maranhão
Certifico o Registro em 02/06/2014 Sob N° 20140379037
Protocolo : 140379037 de 02/06/2014 NIRE: 21200571173
F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
Chancela : 9153628415EEE5CA95063BC4C1F26E16F297950D
São Luis, 02/06/2014

CLEDINICE BASTOS DA FONSECA
Secretário(a) Geral

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 209
Rubrica

5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito os abaixo assinados **FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS,** brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 09.09.1950, portador do CPF: 044.002.593-15, Identidade nº 002300392-8, SSP/MA, e **MIRIAM GOMES DE MORAIS,** brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 07/10/1951, empresaria, portadora da cédula de identidade n° 1.209.763 SSP/MA e CPF n° 096.107.233-49, ambos residentes e domiciliados á Rua 20 quadra 02, casa 30 Cohatrac II, nesta cidade de São Luís Capital do estado do Maranhão Cep- 65054-270, ùnicos Sócios da sociedade por quotas de responsabilidade Ltda denominada, **F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME**, firma estabelecida a Rua Inácio Xavier Carvalho / Rua 03, Nº 161 Loja 10 São Francisco, São Luís – Ma, devidamente Inscrita no CNPJ: sob o nº 07.133.984/0001-28 e na junta comercial do estado do Maranhão data de Arquivamento 14/12/2004 sob o Nº. 21200571173, resolvem, assim alterar, e consolidar o contrato social.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETIVO SOCIAL

A sociedade tem por objetivo, 7911/2-00 Agencia de Viagens, 7990/2-00 Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (seguro de Viagem,pacote, cruzeiros maritimos), neste ato altera a atividade para 7911/2-00 Agencia de Viagens, 7990/2-00 Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente(Seguro de viagem, pacote, cruzeiros maritimos)7711/0-00 Locação de automoveis sem condutor, 4923/0-03 serviços de transporte de passageiros – Locação de automóveis com motorista, 5620/1-02 Serviços de alimentação para eventos e recepções – Bufê (organização de eventos), 5229/0-99 Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificados anteriormente (passagens rodoviarias e de qualquer fim).

CLÁUSULA SEGUNDA: CAPITAL SOCIAL

O capital social no valor de R$ 200.000,00(Duzentos Mil Reais), Totalmente integralizado em moeda corrente do país neste ato sofre uma alteração de R$ 200.000,00(Duzentos Mil Reais), Totalizando R$ 400.000,00(Quatrocentos Mil Reais), divididos em 400.000(Qutrocentos Mil) quotas de valor nominal de R$ 1.000,00(Hum Mil Real), cada, sendo a diferença de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), integralizado neste ato em moeda corrente do país, pelos sócios e com a seguinte distribuição.

NOME	QT. COTAS	VALOR R$	%
Francisco das Chagas de Morais	**280.000**	**280.000,00**	**70 %**
Miriam Gomes de Morais	**120.000**	**120.000,00**	**30 %**
TOTAL	**400.000**	**400.000,00**	**100**

A vista da modificação ora ajustada, consolida - se o contrato com a seguinte redação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 210
Rubrica

JUCEMA

Junta Comercial do Estado do Maranhão
Certifico o Registro em 02/06/2014 Sob Nº 20140379037
Protocolo : 140379037 de 02/06/2014 NIRE: 21200571173
F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
Chancela : 9153628415EEE5CA95063BC4C1F26E16F297950D
São Luis, 02/06/2014

CLEDINICE BASTOS DA FONSECA
Secretário(a) Geral

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 211
Rubrica

CLAUSULA PRIMEIRA: RAZÃO SOCIAL
A sociedade gira sob o nome empresarial **F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME**

CLÁUSULA SEGUNDA: SEDE
A sociedade tem sua sede a Rua Inácio Xavier Carvalho /Rua 03 Nº. 161 Loja 10 São Francisco São Luís Maranhão CEP: 65076-360.

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1052CC/2002).

CLÁUSULA TERCEIRA: DURAÇÃO
O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CLAUSULA QUARTA: CAUÇÃO
Os socios ficam dispensados da apresentação de caução.

CLÁUSULA QUINTA: ADMINISTRAÇÃO
A sociedade será administrada e representada plenamente ativa e passivamente, em juizo e fora dele, e nas suas relações com terceiros, por todos os sócios, em conjunto, ou isoladamente, bastando a assinatura de qualquer um dos mesmos para qualquer ato que a sociedade venha realizar com poderes e atribuições de ser autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas bem como onerar ou alienar bens imoveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

CLÁUSULA SEXTA: RETIRADA "PRO - LABORE"
Os sócios poderão, de comum acordo e a qualquer tempo fixar uma retirada mensal pelo exercicio da gerência, a titulo de Pro – labore, respeitadas as limitações legais vigente.

CLÁUSULA SETIMA: DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE
Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, não sendo possivel ou inexistindo interesse destes ou sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, á data da resolução, verificado.

Paragrafo Unico- O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA OITAVA: LUCROS E/OU PREJUÍZOS
Ao termino de cada exercicio social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo á elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 212
Rubrica

JUCEMA

Junta Comercial do Estado do Maranhão
Certifico o Registro em 02/06/2014 Sob Nº 20140379037
Prptocolo : 140379037 de 02/06/2014 NIRE: 21200571173
F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
Chancela : 9153628415EEE5CA95063BC4C1F26E16F297950D
São Luis, 02/06/2014

CLEDINICE BASTOS DA FONSECA
Secretário(a) Geral

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 213
Rubrica

CLÁUSULA NONA : USO DO NOME COMERCIAL
A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios, alterar o presente contrato, seja qual for a finalidade, constituir procuradores para a pratica de quaisquer dos atos privativos do sócio gerente, atos que deverão ser especificados nos respectivos instrumentos, onde se explicará ainda, o prazo de vigencia do mandato, que nunca poderá ultrapassar a um ano.

CLÁUSULA DÉCIMA: DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO
Os Administradores declaram sob as penas da lei de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sitema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:
O uso da denominação social, a administração e a representação judicial e extra judicial será exercida pelo sócio Francisco das Chagas de Morais ou pela sócia Miriam Gomes de Morais, podendo o mesmo ou a mesma, representar a sociedade junto ao comércio,industria, rede bancaria e orgãos federais,estaduais e municipais nomearam procuradores **AD-NEGOTIA e AD- JUDITIA**, sendo – lhes entretanto vedado o uso da firma em negócios alheios aos fins sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: FORO
Fica eleito o foro da cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando os contratantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três), vias de igual teor e forma.

São Luís (MA), 26 de Maio de 2014.

Francisco das Chagas de Morais
CPF: 044.002.593-15
Ident.: 002300392-8 SSP/MA

Miriam Gomes de Morais
CPF: 096.107.233-49
Ident.: 1.209.763 SSP/MA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 214
Rubrica

CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
Em: ___/___/___
Assinatura

JUCEMA

Junta Comercial do Estado do Maranhão
Certifico o Registro em 02/06/2014 Sob Nº 20140379037
Protocolo : 140379037 de 02/06/2014 NIRE: 21200571173
F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
Chancela : 9153628415EEE5CA95063BC4C1F26E16F297950D
São Luís, 02/06/2014

CLEDINICE BASTOS DA FONSECA
Secretário(a) Geral

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

Fls. 215
Rubrica

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME **NIRE :** 21200571173 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** MAC2302973628
NIRE (Sede) 21200571173	**CNPJ** 07.133.984/0001-28	**Data de Ato Constitutivo** 14/12/2004	**Início de Atividade** 26/12/2004

Endereço Completo
Rua INÁCIO XAVIER CARVALHO/RUA 03, Nº 161, LOJA 10, SÃO FRANCISCO - São Luís/MA - CEP 65076-360

Objeto Social
AGÊNCIA DE VIAGENS; SERVIÇOS DE RESERVAS E OUTROS SERVIÇOS DE TURISMO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (SEGURO DE VIAGEM, PACOTE, CRUZEIROS MARÍTIMOS); LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA; SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFÊ (ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS); OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTE TERRESTRE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (PASSAGENS RODOVIÁRIAS E DE QUALQUER FIM).

Capital Social R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) **Capital Integralizado** R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)	**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
MIRIAM GOMES DE MORAIS	096.107.233-49	R$ 120.000,00	Sócio	S	Indeterminado
FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS	044.002.593-15	R$ 280.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
MIRIAM GOMES DE MORAIS	096.107.233-49	Indeterminado
FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS	044.002.593-15	Indeterminado

Último Arquivamento			
Data	**Número**	**Ato/eventos**	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS
04/04/2023	20230446426	223 / 223 - BALANCO	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 04/10/2023, às 13:41:49 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **NMATOFEN**.

MAC2302973628

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 216
Rubrica

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME **NIRE :** 21200571173 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada			**Protocolo:** MAC2302973628
NIRE (Sede) 21200571173	**CNPJ** 07.133.984/0001-28	**Data de Ato Constitutivo** 14/12/2004	**Início de Atividade** 26/12/2004

Endereço Completo
Rua INÁCIO XAVIER CARVALHO/RUA 03, Nº 161, LOJA 10, SÃO FRANCISCO - São Luís/MA - CEP 65076-360

Objeto Social
AGÊNCIA DE VIAGENS; SERVIÇOS DE RESERVAS E OUTROS SERVIÇOS DE TURISMO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (SEGURO DE VIAGEM, PACOTE, CRUZEIROS MARÍTIMOS); LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA; SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFÊ (ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS); OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTE TERRESTRE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (PASSAGENS RODOVIÁRIAS E DE QUALQUER FIM).

Capital Social R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) **Capital Integralizado** R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)	**Porte** ME (Microempresa)	**Prazo de Duração** Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
MIRIAM GOMES DE MORAIS	096.107.233-49	R$ 120.000,00	Sócio	S	Indeterminado
FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS	044.002.593-15	R$ 280.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
MIRIAM GOMES DE MORAIS	096.107.233-49	Indeterminado
FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS	044.002.593-15	Indeterminado

Último Arquivamento **Data** 04/04/2023	**Número** 20230446426	**Ato/eventos** 223 / 223 - BALANCO	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 04/10/2023, às 13:41:49 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **NMATOFEN**.

MAC2302973628

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 217
Rubrica

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Fotocópia de Processo

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada	**Protocolo: MAC2302775127**

NIRE:	**CNPJ:**	**Natureza Jurídica:**	**Último Arquivamento**	**Número:**
21200571173	07133984000128	Sociedade Empresária Limitada	**Data:** 04/04/2023	

Arquivamentos solicitado:

Número:	Data:	Ato:
20140379037	02/06/2014	ALTERAÇÃO

Esta certidão foi emitida pela Junta Comercial em 21/06/2023, às 13:16:08 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **J3VZ9PA1**.

MAC2302775127

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário Geral

EMPRESA FÁCIL | GOVERNO DO MARANHÃO

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 218
Rubrica

EMPRESA FÁCIL | GOVERNO DO MARANHÃO

CERTIDÃO DE LIVROS

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que os livros da empresa F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME encontram-se arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição, como segue:

Protocolo: MAC2201877680

Nire: 21200571173

CNPJ: 07.133.984/0001-28

Situação ATIVA

Status

Arquivamentos Posteriores

Tipo de Livro	Código de Autenticidade	Número de Ordem	Número de Folhas	Data da Autenticação
CAIXA	060019085	1	100	23/05/2006
DIÁRIO	090009541	1	11	15/04/2009
DIÁRIO	100010555	2	19	31/03/2010
DIÁRIO	110018966	3	19	11/05/2011
DIÁRIO	120008564	4	25	26/03/2012
DIÁRIO	130011045	5	25	01/04/2013
DIÁRIO	140017968	6	22	12/05/2014
DIÁRIO	150017022	7	27	22/04/2015
DIÁRIO	160014980	8	17	03/05/2016
DIÁRIO	170023028	9	20	17/04/2017
DIÁRIO	180015893	10	26	18/04/2018
DIÁRIO	190020580	11	29	30/04/2019
DIÁRIO	20200467590	12	18	02/07/2020
DIÁRIO	20210643412	13	11	10/05/2021

Esta certidão foi emitida automaticamente em 07/04/2022, às 10:58:12 (horário de Brasilia).

Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, como código **GBCKQH59**.

MAC2201877680

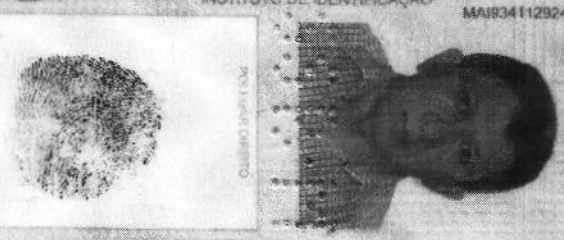
LARISSA ROCHA DA SILVA
Secretário(a) Geral

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 919

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLICIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MA1834112924



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

PROIBIDO PLASTIFICAR

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000002300392-8 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/01/2014

NOME FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS

FILIAÇÃO
MANOEL PRUDENCIO DE MORAIS E NILZA RAIMUNDA DE MORAIS

NATURALIDADE
BARRAS - PI

DATA DE NASCIMENTO
09/09/1950

DOC ORIGEM
CASAM. N.3332 FLS.106 LIV.08 B

CPF
044002593-15

SAO LUIS-MA
P-2

ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-02

LEI Nº7.116 DE 29/08/83


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
NOME
MIRIAM GOMES DE MORAIS
FILIAÇÃO
DOMINGOS PRUDENCIO DE MORAES E MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE MORAES
DATA NASCIMENTO
07/10/1951
NATURALIDADE
BARRAS - PI
ÓRGÃO EXPEDIDOR
SSP/MA
FATOR RH
OBSERVAÇÃO
ASSINATURA DO TITULAR
LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983
CPF 02610720349
REGISTRO GERAL
REGISTRO CIVIL
CASAM. N.3332 FLS. 108 LIV. 08-B SÃO LUÍS MA 1 ZONA
DNI
033762432007-4
DATA DE EXPEDIÇÃO
29/01/2020
P-253
VIA-02
T. ELEITOR / ZONA / SEC
043401711120076/0406
CTPS / SERIE / UF
NIS / PIS / PASEP
IDENTIDADE PROFISSIONAL
CERT. MILITAR
CNH
247775110
CNS
MAIOR DE 65 ANOS
MAI812738837

Data da consulta: 26/01/2023 16:46:03

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **07.133.984/0001-28**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 921
Rubrica

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 01/07/2007**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

Voltar | Gerar PDF

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 222
Rubrica

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
07.133.984/0001-28 **MATRIZ**		**14/12/2004**

NOME EMPRESARIAL
F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
F.C. MORAIS TURISMO	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
79.11-2-00 - Agências de viagens

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
79.90-2-00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
52.29-0-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R INACIO XAVIER DE CARVALHO	**161**	**: RUA 3 ; LOJA: 10;**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.076-360	**SAO FRANCISCO**	**SAO LUIS**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(98) 3235-7125/ (98) 3227-3418

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**14/12/2004**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **05/11/2023** às **14:38:57** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 223
Rubrica

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 07.133.984/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:11:14 do dia 18/09/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 16/03/2024.
Código de controle da certidão: **EC41.D716.3037.584B**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 924 Rubrica

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.133.984/0001-28

Razão Social: F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Endereço: RUA INACIO XAVIER DE CARVALHO 161 R 3 LJ 10 / SAO FRANCISCO / SAO LUIS / MA / 65076-360

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:29/10/2023 a 27/11/2023

Certificação Número: 2023102900575416254318

Informação obtida em 31/10/2023 11:10:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 225
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.133.984/0001-28
Certidão nº: 20097652/2023
Expedição: 12/05/2023, às 14:19:07
Validade: 08/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.133.984/0001-28, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

DADOS CADASTRAIS DO CONTRIBUINTE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 226 Rubrica

DADOS GERAIS

TIPO DE PESSOA: JURÍDICA **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 53353002 **CNPJ:** 07133984000128
NOME EMPRESARIAL: F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
NOME FANTASIA: F. C. MORAIS TURISMO
SITUAÇÃO CADASTRAL: ATIVO
NATUREZA JURÍDICA: 2062 - Sociedade Empresária Limitada
CBO: -
DOC. CONSTITUIÇÃO: CONTRATO SOCIAL **ALT. ATUAL. CONTR. SOC.:** 08/06/2012
ORGÃO DE REGISTRO: JUNTA COMERCIAL - **NIRE:** 21200571173
CAPITAL SOCIAL: 200.000,00 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 122168127
REG. TRIBUTÃRIO: Simples Nacional **TIPO ESTABELECIMENTO:** SEDE/MATRIZ
SUBSTITUTO TRIBUTÃRIO: N?O **REGIME PAGAMENTO:** DE COMPETENCIA
INSCR. MUNIC. PRINCIPAL: SIM **TIPO ENQUADRAMENTO:** LTDA
LIVRO: **FOLHA:** **DATA DO REGISTRO:** 14/12/2004
ATV. LICENCIADA VINCULADA: Taxa TLVLF Outras Atividades - Pequeno Porte

TIPO PORTE: - **TIPO DE INSCRIÇÃO:** NORMAL

ENDEREÇOS

ENDEREÇO ESTABELECIMENTO

TIPO DE ZONA URBANA **USO DO IMÓVEL:** ALUGADO
TIPO DE IMÓVEL: RESIDENCIAL **INSC. IMOBILIÃRIA** 2608124006456100
CIDADE/UF: SAO LUIS / MA **NÚMERO:** 161
ENDEREÇO: R INACIO XAVIER DE CARVALHO **CEP:** 65076360
COMPLEMENTO: : RUA 3 ; LOJA: 10; **BAIRRO:** SAO FRANCISCO
POVOADO: **ZONA RURAL:**
CCIR: **NIRF:**
DATUM REFERÃŠNCIA: **LATITUDE:**
LONGITUDE:

ENDEREÇO CORRESPONDÊNCIA

.IDADE/UF: SAO LUIS / MA **NÚMERO:** 161
ENDEREÇO: R INACIO XAVIER DE CARVALHO **CEP:** 65076360
COMPLEMENTO: : RUA 3 ; LOJA: 10; **BAIRRO:** SAO FRANCISCO

CONTATOS

TIPO DE CONTATO	DESCRIÇÃO
TELEFONE	(98) 32357125
E-MAIL	deusineteferreira@hotmail.com
	deusineteferreira@hotmail.com

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

OBJETO SOCIAL

null

FORMA DE ATUAÇÃO

Estabelecimento Fixo

LISTA DE ATIVIDADES

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	PRINCIPAL
791120000	AGENCIAS DE VIAGENS	SIM
799020000	SERVICOS DE RESERVAS E OUTROS SERVICOS DE TURISMO NAO	
492300200	SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCACAO DE AUTOMOVEIS	
562010200	SERVICOS DE ALIMENTACAO PARA EVENTOS E RECEPCOES - BUFE	
522909900	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES TERRESTRES NAO	

REPRESENTANTES E QSA

REPRESENTANTES DA EMPRESA

RESPONSABILIDADE	CPF/CNPJ	NOME/RAZÃO SOCIAL
Legal	04400259315	FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
Contábil	NÃO DEFINIDO	NÃO DEFINIDO

QUADRO SOCIETÁRIO/INTEGRANTES

CPF/CNPJ	NOME	QUALIFICAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
09610723349	MIRIAM GOMES DE MORAIS	SOCIO-ADMINISTRADOR	30%
04400259315	FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS	SOCIO-ADMINISTRADOR	70%

ÁREA/HORÁRIO FUNCIONAMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO SOLO E DA ATIVIDADE

ÁREA FÍSICA OCUPADA: 0,00m² **QUANTIDADE:** 0

QUADRAS E CINEMAS

QUANTIDADE DE QUADRAS: 0
QUANTIDADE DE CINEMAS: 0

Local: SAO LUIS / MA , 08/02/2023

CPF/CNPJ: 07133984000128
Nome/Razão: F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
Contribuinte

null
Servidor

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 927
Rubrica

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 228
Rubrica

CERTIFICADO
10202300921533360

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

2023

ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO

FINALIDADE: FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CPF/CNPJ	NÚMERO DE CONTROLE
53353002	07.133.984/0001-28	92120232709129

RAZÃO SOCIAL

F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

NOME FANTASIA

F. C. MORAIS TURISMO

LOCALIZAÇÃO **INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA**

R INACIO XAVIER DE CARVALHO : RUA 3 ; LOJA: 10; Nº 161, SAO FRANCISCO
65076360 -SAO LUIS-MA

CNAE Principal e Secundários

791120000 - AGENCIAS DE VIAGENS
492300200 - SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA
522909900 - OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES TERRESTRES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
562010200 - SERVICOS DE ALIMENTACAO PARA EVENTOS E RECEPCOES - BUFE
799020000 - SERVICOS DE RESERVAS E OUTROS SERVICOS DE TURISMO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

RESTRIÇÕES

Este contribuinte está autorizado a desenvolver as atividades acima elencadas e firma compromisso, sob as penas da lei, de que conhece e atende os requisitos legais exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, no que respeita ao uso e ocupação do solo, as atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos, acessibilidade e de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndios e pânico. O contribuinte reconhece que o não atendimento a estes requisitos acarretará a suspensão e a cassação subsequente do Alvará de Funcionamento, nos termos da legislação vigente.

NOTA: ESTE ALVARÁ DEVE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL E ACESSÍVEL À FISCALIZAÇÃO.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE:

VALIDADE: 31/12/2023

62491F03512EBF8F74692B1E6035274F

CERTIFICADO
102023009218150

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 929
Rubrica

PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

NÚMERO DA CERTIDÃO: 00008344222023

Validade: **30/11/2023**

CERTIFICAMOS QUE, VERIFICANDO OS REGISTROS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, CONSTATAMOS EXISTIR, NESTA DATA, PENDÊNCIAS CADASTRADAS NA INSCRIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA DESCRITA ABAIXO, AS QUAIS ESTÃO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA, CONFORME O DISPOSTO NO ARTIGO 151 DO CTN E NOS ARTIGOS 80 E 81, DA LEI 6.289, DE 28/12/2017, RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL INSCREVER E COBRAR DÉBITOS AINDA NÃO REGISTRADOS OU QUE VENHAM A SER APURADOS.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 07.133.984/0001-28	**Inscrição Municipal:** 53353002
Razão Social: F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
791120000 – AGENCIAS DE VIAGENS	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO	
Logradouro: RUA INACIO XAVIER DE CARVALHO	
Número: 161	**Complemento:** : RUA 3 ; LOJA: 10;
Bairro: SAO FRANCISCO	
Município: SAO LUIS – MA	**CEP:** 65076360

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **31 de outubro de 2023 ?s 11:15**, sob o código de autenticidade nº **239FFCB8C88BE7B3E0B4B85E51694F62**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NÃO É VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

PREFEITURA DE SAO LUIS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 930
Rubrica

CERTIFICADO
102023009217265

CERTIDAO NEGATIVA

NUMERO DA CERTIDAO: 00008267812023

Validade: **24/01/2024**

CERTIFICAMOS QUE ATE A PRESENTE DATA NAO CONSTA DEBITO FISCAL RELATIVO AO IMOVEL, DESCRITO ABAIXO, RESERVA-SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE COMPROVADAS, HIPOTESE PREVISTA NOS ARTIGOS 80 E 146, DA LEI 6.289, DE 28/12/2017 DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL.

DADOS DO IMÓVEL	
Inscricao Imobiliaria: 26080436018100100	
Endereco: RUA INACIO XAVIER CARVALHO/RUA 3	
Numero: 161	**Complemento:** LOJA 10
Bairro: SAO FRANCISCO	**CEP:** 65076360
SETORIZACÃO	
Distrito: 26	**Setor:**8
Quadra: 436	**Lote:** 0181
PROPRIETÁRIOS	
07.133.984/0001-28 - F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	

A presente certidao, sem conter rasuras, tem sua eficacia ate a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em Sao Luis (MA), em **26 de setembro de 2023 ?s 16:29**, sob o codigo de autenticidade nº **064319DE2691643547A56D604843AB7E.**

A autenticidade desta certidao podera ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NAO E VALIDA A CERTIDAO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 231
Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 213937/23 **Data da** 14/08/2023 12:29:43

Inscrição Estadual: 122168127 **CPF/CNPJ:** 07133984000128

Razão Social: F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME

Endereço: RUA INACIO XAVIER DE CARVALHO, 161 CEP: 65076360 - SAO FRANCISCO

Telefone: (98)32357125 **Município:** SAO LUIS **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 12/12/2023.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 13/10/2023 13:08:16





GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 070814/23 **Data da** 28/09/2023 08:51:15

Inscrição Estadual: 122168127 **CPF/CNPJ:** 07133984000128

Razão Social: F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME

Endereço: RUA INACIO XAVIER DE CARVALHO, 161 CEP: 65076360 - SAO FRANCISCO

Telefone: (98)32357125 **Município:** SAO LUIS **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 26/01/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 13/10/2023 13:09:50

TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
4 NOVEMBRO DE 1813

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 233
Rubrica

CERTJUDONE-SJDFRSL - 94172023
Código de validação: C438F41361

Número da guia: 23057301001622983.

USANDO da faculdade que me confere a Lei. **CERTIFICO** a requerimento de pessoa interessada que dando busca em nossos arquivos dos feitos das **Varas Cíveis e Comércio**, a partir do dia primeiro (1º) do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e treze (2013) até o dia dezesseis (16) do mês de outubro (10) do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR**[1] distribuição de pedido de **Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial ou Insolvência Civil** contra: **F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**, inscrita no **CNPJ** sob **nº 07.133.984/0001-28**. **CERTIFICO** finalmente que a Secretaria Judicial de Distribuição é a única existente nesta Cidade e **Termo Judiciário** de São Luís. O referido é verdade me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria Judicial de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", nesta Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. Eu, **Ana Cristina Brito Alves**, Técnico Judiciário, mat. 102442, consultei e digitei. E eu, **Gisele Meireles Mendes**, Secretária Judicial Substituta da Distribuição, mat. 134577, subscrevo e assino digitalmente.

GISELE MEIRELES MENDES
Secretária Judicial Substituta da Distribuição de Entrância Final
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís
Matrícula 134577

[1] **OBSERVAÇÃO:** o CNPJ e razão social constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário. Os feitos oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos terão sua competência vinculada às Varas Cíveis e/ou Fazenda, de acordo com os litigantes. As consultas foram realizadas no sistema Processo Eletrônico Judicial (PJE) e **ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUIS**. Esta certidão terá validade de sessenta (60) dias (art. 149 do Código de Normas da CGJ) e emitida em uma única via mediante código de Selo Eletrônico Judicial, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor (art. 150 do Código de Normas da CGJ c/c art.7º da Resolução-GP nº 38/2022). Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link https://selos.tjma.jus.br, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor de QR Code.

Fórum Desembargador "Sarney Costa"
Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís/MA – CEP 65076-820 – Fone (98) 3194-5408 / 5409

Documento assinado. SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL, 16/10/2023 13:15 (GISELE MEIRELES MENDES)

C.N.P.J.: 07.133.984/0001-28
Insc. Junta Comercial: 21200571173 Data: 14/12/2004
Endereço: RUA INACIO XAVIER DE CARVALHO, 161, RUA 3 LOJA 10, SAO FRANCISCO, SAO LUIS/MA, CEP 65076-360
Balanço encerrado em: 31/12/2022

Fls 234
Rubrica

BALANÇO PATRIMONIAL 2022

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
1	1	ATIVO	
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	
3	1.1.1	DISPONÍVEL	610.639,83D
7	1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	610.639,83D
8	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	610.639,83D
12	1.1.2	CLIENTES	49.498,29D
13	1.1.2.01	DUPLICATAS A RECEBER	49.498,29D
519	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS	49.498,29D
2		TOTAL ATIVO CIRCULANTE	660.138,12D
501	1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	
111	1.2.4	IMOBILIZADO	410.637,14D
112	1.2.4.01	IMÓVEIS	400.000,00D
114	1.2.4.01.002	SALA COMERCIAL SEDE DA EMPRESA	400.000,00D
118	1.2.4.03	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	18.307,28D
119	1.2.4.03.001	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	18.307,28D
125	1.2.4.07	(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	7.670,14C
126	1.2.4.07.001	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA BENS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	7.670,14C
501		TOTAL ATIVO NÃO-CIRCULANTE	410.637,14D
1		TOTAL ATIVO	1.070.775,26D

SAO LUIS, 31 de Dezembro de 2022

FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

JUNTA COMERCIAL DO MARANHÃO
Fls. 235
Rubrica

BALANÇO PATRIMONIAL 2022

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
149	**2**	**PASSIVO**	
150	**2.1**	**PASSIVO CIRCULANTE**	
169	**2.1.4**	**OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**	**798,71C**
170	**2.1.4.01**	**IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**	**798,71C**
479	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	798,71C
185	**2.1.5**	**OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA**	**3.662,93C**
186	**2.1.5.01**	**OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL**	**3.122,82C**
187	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	3.122,82C
190	**2.1.5.02**	**OBRIGAÇÕES SOCIAIS**	**540,11C**
191	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	268,83C
192	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	271,28C
207	**2.1.7**	**DIVIDENDOS, PART. E JURO SOBRE O CAPITAL**	**403.719,57C**
208	**2.1.7.01**	**DIVIDENDOS**	**403.719,57C**
534	2.1.7.01.003	FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS	282.603,70C
535	2.1.7.01.004	MIRIAM GOMES DE MORAIS	121.115,87C
150		**TOTAL PASSIVO CIRCULANTE**	**408.181,21C**
242	**2.3**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	
243	**2.3.1**	**CAPITAL SOCIAL**	**400.000,00C**
244	**2.3.1.01**	**CAPITAL SUBSCRITO**	**400.000,00C**
532	2.3.1.01.002	CAPITAL SOCIAL - FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS 70%	280.000,00C
533	2.3.1.01.003	CAPITAL SOCIAL - MIRIAM GOMES DE MORAIS 30%	120.000,00C
264	**2.3.5**	**LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**	**262.594,05C**
265	**2.3.5.01**	**LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**	**262.594,05C**
522	2.3.5.01.004	LUCRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO	262.594,05C
242		**TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**662.594,05C**
149		**TOTAL PASSIVO**	**1.070.775,26C**

SAO LUIS, 31 de Dezembro de 2022

FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

C.N.P.J.: 07.133.984/0001-28
Insc. Junta Comercial: 21200571173 Data: 14/12/2004
Endereço: RUA INACIO XAVIER DE CARVALHO, 161, RUA 3 LOJA 10, SAO FRANCISCO, SAO LUIS/MA, CEP 65076-360
Balanço encerrado em: 31/12/2022

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 936
Rubrica

BALANÇO PATRIMONIAL 2022

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
269	**3**	**CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS**	
500	**3.1**	**CUSTOS**	
283	**3.1.2**	**CUSTOS INDIRETOS DE PRODUÇÃO**	**7.670,14D**
289	**3.1.2.06**	**DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÕES**	**7.670,14D**
291	3.1.2.06.001	DEPRECIAÇÃO	7.670,14D
465	**3.1.6**	**CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS**	**611.556,68D**
466	**3.1.6.01**	**CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS**	**611.556,68D**
467	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	611.556,68D
500		**TOTAL CUSTOS**	**619.226,82D**
295	**3.2**	**DESPESAS OPERACIONAIS**	
329	**3.2.2**	**DESPESAS ADMINISTRATIVAS**	**595.353,16D**
330	**3.2.2.01**	**DESPESAS COM PESSOAL**	**261.143,56D**
331	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	202.498,72D
334	3.2.2.01.004	13º SALÁRIO	15.415,32D
335	3.2.2.01.005	FÉRIAS	9.933,59D
337	3.2.2.01.007	FGTS	16.198,22D
338	3.2.2.01.008	INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO	12.104,37D
492	3.2.2.01.010	VALE TRANSPORTE	4.993,34D
345	**3.2.2.03**	**IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**	**256.012,57D**
348	3.2.2.03.003	IPTU	1.168,19D
352	3.2.2.03.007	PARCELAMENTO DIVIDA ATIVA - INSS	3.411,48D
42024	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	224.746,94D
526	3.2.2.03.009	PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL	26.685,96D
353	**3.2.2.04**	**DESPESAS GERAIS**	**77.797,03D**
354	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	16.751,46D
355	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO	1.498,48D
356	3.2.2.04.003	TELEFONE	20.325,62D
361	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	4.800,00D
493	3.2.2.04.014	IDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	1.507,64D
42022	3.2.2.04.015	INTERNET	9.680,90D
42025	3.2.2.04.016	CONDOMÍNIO	22.687,93D
525	3.2.2.04.017	CERTIFICADO DIGITAL	545,00D
367	**3.2.2.05**	**DESPESAS FINANCEIRAS**	**400,00D**
368	3.2.2.05.001	TAXA BANCO POTENCIAL SEGURADORA	400,00D
295		**TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS**	**595.353,16D**
269		**TOTAL CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS**	**1.214.579,98D**

SAO LUIS, 31 de Dezembro de 2022

FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

BALANÇO PATRIMONIAL 2022

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 237
Rubrica

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
402	**4**	**CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS**	
403	**4.1**	**RECEITAS OPERACIONAIS**	
404	**4.1.1**	**RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS**	**2.042.382,96C**
410	**4.1.1.02**	**RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**	**2.042.382,96C**
411	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	2.042.382,96C
403		**TOTAL RECEITAS OPERACIONAIS**	**2.042.382,96C**
402		**TOTAL CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS**	**2.042.382,96C**

SAO LUIS, 31 de Dezembro de 2022

FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

C.N.P.J.: 07.133.984/0001-28
Insc. Junta Comercial: 21200571173 Data: 14/12/2004
Endereço: RUA INACIO XAVIER DE CARVALHO, 161, RUA 3 LOJA 10, SAO FRANCISCO, SAO LUIS/MA, CEP 65076-360
Balanço encerrado em: 31/12/2022

BALANÇO PATRIMONIAL 2022

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 238
Fabrício

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
460	**5**	**CONTAS DE APURAÇÃO**	
461	**5.1**	**CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS**	
471	**5.1.4**	**APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**	**827.802,98D**
472	**5.1.4.01**	**APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**	**827.802,98D**
536	5.1.4.01.002	APURAÇÃO DO EXERCICIO	827.802,98D
461		**TOTAL CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS**	**827.802,98D**
460		**TOTAL CONTAS DE APURAÇÃO**	**827.802,98D**

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2022 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R$ 1.070.775,26 (um milhão e setenta mil setecentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos)

SAO LUIS, 31 de Dezembro de 2022

FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF [illegible]4.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882
CPF: 053.402.523-45

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 239
Rubrica

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04400259315	FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
05340252345	LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/04/2023 15:28 SOB Nº 20230446426.
PROTOCOLO: 230446426 DE 03/04/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12304553250. CNPJ DA SEDE: 07133984000128.
NIRE: 21200571173. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 04/04/2023.
F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO 2022

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 240
Rubrica

Empresa: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME

CNPJ: 07.133.984/0001-28

1.CONTEXTO OPERACIONAL

A **F. C. TURISMO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA** iniciou assuas atividades em 14 de dezembro de 2004.

A **F. C. TURISMO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA** dedica-se como atividade principal a Agência de Viagens, Serviços de reservas e outros serviços de turismo.

2.APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstraçõesfinanceirasforam elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com o modelo contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, emitida peloConselho Federal deContabilidade (CFC), assim como as normas NBC TSP 11 de outubro de 2018 e ITG 1000

3.REGIME DE APURAÇÃO DOS TRIBUTOS

A **F. C. TURISMO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA** se enquadra no regime de Tributação do Simples Nacional.

4.APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

5.PATRIMÔNIO LIQUIDO

O Capital da **F. C. TURISMO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA** é de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais)

FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS:04400259315

Assinado de forma digital por FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS:04400259315
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=VALID, ou=AR FACILID CERTIFICADORA DIGITAL, ou=Presencial, ou=29422374000187, cn=FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS:04400259315
Dados: 2023.04.05 17:22:21 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2023.001.20093

FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
SÓCIO/PROPRIETÁRIO
CPF 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA:05340252345

Assinado de forma digital por LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA:05340252345
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=31057526000131, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=e-CPF A1, ou=(EM BRANCO), ou=videoconferencia, cn=LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA:05340252345
Dados: 2023.04.05 17:21:36 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2023.001.20093

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
CONTADOR
CPF 053.402.523.45
CRC - 013882

TERMO DE ABERTURA

Livro Diário



Contém este livro 25 folhas numeradas do No. 1 ao 25 emitidas através de processamento eletronico de dados, que servirá de Livro Diário n° 15 da empresa abaixo descrita no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Nome da Empresa .....: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Ramo .....: Agências de viagens

Endereço .....: RUA INACIO XAVIER DE CARVALHO, 161

Complemento .....: RUA 3 LOJA 10

Bairro .....: SAO FRANCISCO

Municipio .....: SAO LUIS

Estado .....: MA

Inscrição no CNPJ .....: 07.133.984/0001-28

Inscrição Estadual.....: 122168127

Registro na junta.....: 21200571173 Data registro: 14/12/2004

Inscrição Municipal.....: 53353002

SAO LUIS, 01/01/2022

FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882
CPF: 053.402.523-45

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 242

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
01/2022	470	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS ACUMULADO DO ANO DE 2021	168,71	
01/2022	470	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS ACUMULADO DO ANO DE 2021		168,71
01/2022	471	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DEPESA COM FGTS ACUMULADO DO ANO ANTERIOR 2021	177,28	
01/2022	471	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DEPESA COM FGTS ACUMULADO DO ANO ANTERIOR 2021		177,28
01/2022	479	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 01/2022.	701,36	
01/2022	479	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 01/2022.		701,36
				TOTAL DO DIA	1.047,35	1.047,35
01/2022	472	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PAGAMENTO REF A DEPESA COM SALÁRIOS ACUMULADO DO ANO ANTERIOR 2021	1.889,19	
01/2022	472	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DEPESA COM SALÁRIOS ACUMULADO DO ANO ANTERIOR 2021		1.889,19
01/2022	473	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 01/2022	3.391,10	
01/2022	474	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	INSS A RECOLHER DO MÊS 01/2022		268,83
01/2022	475	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 01/2022		3.122,27
01/2022	476	3.2.2.01.007	FGTS	FGTS A RECOLHER DO MÊS 01/2022	271,28	
01/2022	476	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	FGTS A RECOLHER DO MÊS 01/2022		271,28
				TOTAL DO DIA	5.551,57	5.551,57
01/2022	480	3.2.2.04.003	TELEFONE	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM TELEFONE DO MES 01/2022.	540,99	
01/2022	480	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM TELEFONE DO MES 01/2022.		540,99
01/2022	481	3.2.2.01.010	VALE TRANSPORTE	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 01/2022.	203,46	
01/2022	481	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 01/2022.		203,46
01/2022	484	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM AGUA/ ESGOTO DO MES 01/2022.	126,90	
01/2022	484	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM AGUA/ ESGOTO DO MES 01/2022.		126,90
01/2022	694	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 01/2022	400,00	
01/2022	694	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 01/2022		400,00
				TOTAL DO DIA	1.271,35	1.271,35
01/2022	482	3.2.2.04.015	INTERNET	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM INTERNET DO MES 01/2022.	419,90	
01/2022	482	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM INTERNET DO MES 01/2022.		419,90
01/2022	483	3.2.2.04.016	CONDOMÍNIO	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 01/2022.	1.045,33	
01/2022	483	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 01/2022.		1.045,33
				TOTAL DO DIA	1.465,23	1.465,23
01/2022	477	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL ACUMULADO DO ANO ANTERIOR 2021	991,58	
01/2022	477	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL ACUMULADO DO ANO ANTERIOR 2021		991,58
01/2022	478	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 01/2022	1.411,26	
01/2022	478	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 01/2022		1.411,26
				TOTAL DO DIA	2.402,84	2.402,84
01/2022	485	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 01/2022	3.551,82	
				TRANSPORTE	3.551,82	

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

Fls. 243

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	3.551,82	
01/2022	485	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 01/2022		3.551,82
01/2022	486	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVIÇOS PRESTADOS NO MES 01/2022	11.839,43	
01/2022	486	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVIÇOS PRESTADOS NO MES 01/2022		11.839,43
				TOTAL DO DIA	15.391,25	15.391,25
				TOTAL DO MÊS	27.129,59	27.129,59
02/2022	487	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 01/2022	3.122,27	
02/2022	487	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 01/2022		3.122,27
02/2022	488	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 01/2022	271,28	
02/2022	488	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 01/2022		271,28
02/2022	489	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 01/2022	268,83	
02/2[illegible]	489	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 01/2022		268,83
02/2022	492	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 02/2022	3.391,10	
02/2022	493	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	INSS A RECOLHER DO MÊS 02/2022		268,83
02/2022	494	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 02/2022		3.122,27
02/2022	495	3.2.2.01.007	FGTS	FGTS A RECOLHER DO MÊS 02/2022	271,28	
02/2022	495	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	FGTS A RECOLHER DO MÊS 02/2022		271,28
02/2022	496	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ERNEGIA DO MES 02/2022	905,63	
02/2022	496	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ERNEGIA DO MES 02/2022		905,63
02/2022	497	3.2.2.01.010	VALE TRANSPORTE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 02/2022	203,46	
02/2022	497	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 02/2022		203,46
				TOTAL DO DIA	8.433,85	8.433,85
02/2022	500	3.2.2.04.016	CONDOMÍNIO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 02/2022	1.045,33	
02/2022	500	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 02/2022		1.045,33
02/2022	501	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 02/2022	126,90	
02/20[illegible]	501	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 02/2022		126,90
02/2022	502	3.2.2.04.017	CERTIFICADO DIGITAL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CERTIFICADO DIGITAL DO MES 02/2022	220,00	
02/2022	502	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CERTIFICADO DIGITAL DO MES 02/2022		220,00
02/2022	695	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 02/2022	400,00	
02/2022	695	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 02/2022		400,00
				TOTAL DO DIA	1.792,23	1.792,23
02/2022	490	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 01/2022	1.411,26	
02/2022	490	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 01/2022		1.411,26
02/2022	491	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 02/2022	1.284,81	
02/2022	491	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 02/2022		1.284,81
				TOTAL DO DIA	2.696,07	2.696,07

TRANSPORTE

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

Fls. 244

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
02/2022	498	3.2.2.04.003	TELEFONE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 02/2022	540,99	
02/2022	498	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 02/2022		540,99
				TOTAL DO DIA	540,99	540,99
02/2022	499	3.2.2.04.015	INTERNET	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 02/2022	419,90	
02/2022	499	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 02/2022		419,90
				TOTAL DO DIA	419,90	419,90
02/2022	503	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVICOS PRESTADOS DO MES 02/2022	10.228,44	
02/2022	503	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVICOS PRESTADOS DO MES 02/2022		10.228,44
02/2022	504	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 02/2022	3.068,56	
02/2022	504	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 02/2022		3.068,56
				TOTAL DO DIA	13.297,00	13.297,00
				TOTAL DO MÊS	27.180,04	27.180,04
03/2022	521	3.2.2.04.016	CONDOMÍNIO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 03/2022	1.045,33	
03/2022	521	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 03/2022		1.045,33
				TOTAL DO DIA	1.045,33	1.045,33
03/2022	505	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 02/2022	271,28	
03/2022	505	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 02/2022		271,28
03/2022	506	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 02/2022	268,83	
03/2022	506	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 02/2022		268,83
03/2022	507	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 02/2022	3.122,27	
03/2022	507	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 02/2022		3.122,27
03/2022	518	3.2.2.01.010	VALE TRANSPORTE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 03/2022	203,46	
03/20	518	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 03/2022		203,46
				TOTAL DO DIA	3.865,84	3.865,84
03/2022	509	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA DO MES 03/2022	884,60	
03/2022	509	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA DO MES 03/2022		884,60
03/2022	510	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 03/2022	3.391,10	
03/2022	511	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	INSS A RECOLHER DO MÊS 03/2022		268,83
03/2022	512	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 03/2022		3.122,27
03/2022	513	3.2.2.01.007	FGTS	FGTS A RECOLHER DO MÊS 03/2022	271,28	
03/2022	513	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	FGTS A RECOLHER DO MÊS 03/2022		271,28
				TOTAL DO DIA	4.546,98	4.546,98
03/2022	514	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 03/2022	126,90	
03/2022	514	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 03/2022		126,90
03/2022	696	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 03/2022	400,00	
				TRANSPORTE	526,90	126,90

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

Fls 945

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	526,90	126,90
03/2022	696	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 03/2022		400,00
				TOTAL DO DIA	526,90	526,90
03/2022	508	3.2.2.03.003	IPTU	PAGAMENTO REF A DESPESA COM IPTU DO ANO DE 2022	419,90	
03/2022	508	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM IPTU DO ANO DE 2022		419,90
				TOTAL DO DIA	419,90	419,90
03/2022	515	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 02/2022	1.284,81	
03/2022	515	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 02/2022		1.284,81
03/2022	519	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 03/2022	5.303,91	
03/2022	519	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 03/2022		5.303,91
				TOTAL DO DIA	6.588,72	6.588,72
03/2	516	3.2.2.04.003	TELEFONE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 03/2022	540,99	
03/2022	516	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 03/2022		540,99
03/2022	517	3.2.2.04.015	INTERNET	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 03/2022	419,90	
03/2022	517	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 03/2022		419,90
				TOTAL DO DIA	960,89	960,89
03/2022	522	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	RECEBIMENTO REF A SERVIÇOS PRESTADOS NO MES 03/2022	44.495,88	
03/2022	522	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	RECEBIMENTO REF A SERVIÇOS PRESTADOS NO MES 03/2022		44.495,88
				TOTAL DO DIA	44.495,88	44.495,88
03/2022	520	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 03/2022	13.348,76	
03/2022	520	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 03/2022		13.348,76
				TOTAL DO DIA	13.348,76	13.348,76
				TOTAL DO MÊS	75.799,20	75.799,20
04/2	523	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 04/2022	695,23	
04/2022	523	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 04/2022		695,23
				TOTAL DO DIA	695,23	695,23
04/2022	524	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 03/2022	3.122,27	
04/2022	524	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 03/2022		3.122,27
				TOTAL DO DIA	3.122,27	3.122,27
04/2022	526	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 04/2022	3.391,10	
04/2022	527	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	INSS A RECOLHER DO MÊS 04/2022		268,83
04/2022	528	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 04/2022		3.122,27
04/2022	531	3.2.2.01.010	VALE TRANSPORTE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 04/2022	203,46	
04/2022	531	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 04/2022		203,46
04/2022	532	3.2.2.04.016	CONDOMÍNIO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 04/2022	1.045,33	
				TRANSPORTE	4.639,89	3.594,56

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

Fls. 246

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	4.639,89	3.594,56
04/2022	532	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 04/2022		1.045,33
04/2022	533	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 04/2022	126,90	
04/2022	533	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 04/2022		126,90
04/2022	540	3.2.2.01.007	FGTS	FGTS A RECOLHER DO MÊS 04/2022	271,28	
04/2022	540	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	FGTS A RECOLHER DO MÊS 04/2022		271,28
				TOTAL DO DIA	5.038,07	5.038,07
04/2022	525	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 03/2022	271,28	
04/2022	525	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 03/2022		271,28
04/2022	530	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 03/2022	268,83	
04/2022	530	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 03/2022		268,83
				TOTAL DO DIA	540,11	540,11
04/2	697	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 04/2022	400,00	
04/2022	697	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 04/2022		400,00
				TOTAL DO DIA	400,00	400,00
04/2022	529	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 03/2022	5.303,91	
04/2022	529	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 03/2022		5.303,91
04/2022	536	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 04/2022	1.377,31	
04/2022	536	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 04/2022		1.377,31
				TOTAL DO DIA	6.681,22	6.681,22
04/2022	534	3.2.2.04.003	TELEFONE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 04/2022	540,99	
04/2022	534	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 04/2022		540,99
04/2022	535	3.2.2.04.015	INTERNET	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 04/2022	419,90	
04/2022	535	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 04/2022		419,90
				TOTAL DO DIA	960,89	960,89
04/2022	537	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 04/2022	3.466,39	
04/2022	537	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 04/2022		3.466,39
04/2022	538	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 04/2022	11.554,65	
04/2022	538	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 04/2022		11.554,65
				TOTAL DO DIA	15.021,04	15.021,04
				TOTAL DO MÊS	32.458,83	32.458,83
05/2022	539	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 05/2022	746,32	
05/2022	539	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 05/2022		746,32
				TOTAL DO DIA	746,32	746,32
05/2022	549	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 05/2022	126,90	
				TRANSPORTE	126,90	

FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 242 Ass. Técnico

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	126,90	
05/2022	549	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 05/2022		126,90
				TOTAL DO DIA	126,90	126,90
05/2022	550	3.2.2.04.016	CONDOMÍNIO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 05/2022	1.045,33	
05/2022	550	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 05/2022		1.045,33
				TOTAL DO DIA	1.045,33	1.045,33
05/2022	541	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 04/2022	271,28	
05/2022	541	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 04/2022		271,28
05/2022	542	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 04/2022	3.122,27	
05/2022	542	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 04/2022		3.122,27
05/2022	543	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 05/2022	3.391,10	
05/2022	544	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	INSS A RECOLHER DO MÊS 05/2022		268,83
05/2022	545	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 05/2022		3.122,27
05/2022	546	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 04/2022	268,83	
05/2022	546	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 04/2022		268,83
05/2022	548	3.2.2.01.010	VALE TRANSPORTE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 05/2022	203,46	
05/2022	548	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 05/2022		203,46
05/2022	558	3.2.2.01.007	FGTS	FGTS A RECOLHER DO MÊS 05/2022	271,28	
05/2022	558	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	FGTS A RECOLHER DO MÊS 05/2022		271,28
				TOTAL DO DIA	7.528,22	7.528,22
05/2022	698	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 05/2022	400,00	
05/2022	698	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 05/2022		400,00
				TOTAL DO DIA	400,00	400,00
05/2022	547	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 04/2022	1.377,31	
05/2022	547	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 04/2022		1.377,31
05/2022	553	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 05/2022	2.629,89	
05/2022	553	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 05/2022		2.629,89
				TOTAL DO DIA	4.007,20	4.007,20
05/2022	551	3.2.2.04.015	INTERNET	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 05/2022	419,90	
05/2022	551	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 05/2022		419,90
05/2022	552	3.2.2.04.003	TELEFONE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 05/2022	540,99	
05/2022	552	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 05/2022		540,99
				TOTAL DO DIA	960,89	960,89
05/2022	554	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 05/2022	6.618,85	
05/2022	554	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 05/2022		6.618,85
05/2022	555	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	RECEBIMENTO REF A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MES 05/2022	22.062,84	
				TRANSPORTE	28.681,69	6.618,85

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

Fls. 248

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	28.681,69	6.618,85
05/2022	555	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	RECEBIMENTO REF A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MES 05/2022		22.062,84
				TOTAL DO DIA	28.681,69	28.681,69
				TOTAL DO MÊS	43.496,55	43.496,55
06/2022	564	3.2.2.04.016	CONDOMÍNIO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 06/2022	1.045,33	
06/2022	564	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 06/2022		1.045,33
				TOTAL DO DIA	1.045,33	1.045,33
06/2022	565	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 06/2022	3.391,10	
06/2022	566	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	INSS A RECOLHER DO MÊS 06/2022		268,83
06/2022	567	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 06/2022		3.122,27
06/2022	568	3.2.2.01.007	FGTS	FGTS A RECOLHER DO MÊS 06/2022	271,28	
06/2022	568	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	FGTS A RECOLHER DO MÊS 06/2022		271,28
				TOTAL DO DIA	3.662,38	3.662,38
06/2	556	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 06/2022	754,21	
06/2022	556	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 06/2022		754,21
06/2022	557	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 05/2022	271,28	
06/2022	557	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 05/2022		271,28
06/2022	559	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 05/2022	3.122,27	
06/2022	559	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 05/2022		3.122,27
06/2022	560	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 05/2022	268,83	
06/2022	560	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 05/2022		268,83
				TOTAL DO DIA	4.416,59	4.416,59
06/2022	562	3.2.2.01.010	VALE TRANSPORTE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 06/2022	203,46	
06/2022	562	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 06/2022		203,46
				TOTAL DO DIA	203,46	203,46
06/2	563	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 06/2022	126,90	
06/2022	563	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 06/2022		126,90
06/2022	699	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 06/2022	400,00	
06/2022	699	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 06/2022		400,00
				TOTAL DO DIA	526,90	526,90
06/2022	561	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 05/2022	2.629,89	
06/2022	561	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 05/2022		2.629,89
06/2022	571	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 06/2022	1.708,15	
06/2022	571	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 06/2022		1.708,15
				TOTAL DO DIA	4.338,04	4.338,04
06/2022	569	3.2.2.04.003	TELEFONE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 06/2022	540,99	
				TRANSPORTE	540,99	

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

Fls. 249

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	540,99	
06/2022	569	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 06/2022		540,99
06/2022	570	3.2.2.04.015	INTERNET	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNT DO MES 06/2022	419,90	
06/2022	570	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNT DO MES 06/2022		419,90
				TOTAL DO DIA	960,89	960,89
06/2022	572	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 06/2022	4.299,04	
06/2022	572	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 06/2022		4.299,04
06/2022	573	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVICOS PRESTADOS EM 06/2022	14.330,14	
06/2022	573	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVICOS PRESTADOS EM 06/2022		14.330,14
				TOTAL DO DIA	18.629,18	18.629,18
				TOTAL DO MÊS	33.782,77	33.782,77
07/2	574	3.2.2.04.016	CONDOMÍNIO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 07/2022	1.045,33	
07/2022	574	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 07/2022		1.045,33
07/2022	575	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 07/2022	814,60	
07/2022	575	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 07/2022		814,60
07/2022	587	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 07/2022	126,90	
07/2022	587	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 07/2022		126,90
				TOTAL DO DIA	1.986,83	1.986,83
07/2022	576	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 06/2022	268,83	
07/2022	576	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 06/2022		268,83
07/2022	577	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 06/2022	3.122,27	
07/2022	577	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 06/2022		3.122,27
07/2022	578	3.2.2.01.010	VALE TRANSPORTE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 07/2022	203,46	
07/2022	578	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 07/2022		203,46
07/2022	582	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 06/2022	271,28	
07/2022	582	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 06/2022		271,28
07/2022	583	3.2.2.01.007	FGTS	FGTS A RECOLHER DO MÊS 07/2022	271,28	
07/2022	583	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	FGTS A RECOLHER DO MÊS 07/2022		271,28
07/2022	584	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 07/2022	3.391,10	
07/2022	585	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	INSS A RECOLHER DO MÊS 07/2022		268,83
07/2022	586	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 07/2022		3.122,27
				TOTAL DO DIA	7.528,22	7.528,22
07/2022	700	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 07/2022	400,00	
07/2022	700	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 07/2022		400,00
				TOTAL DO DIA	400,00	400,00
07/2022	579	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 06/2022	1.708,15	
				TRANSPORTE	1.708,15	

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

Fls. 280

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	1.708,15	
07/2022	579	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 06/2022		1.708,15
07/2022	588	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 07/2022	4.225,34	
07/2022	588	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 07/2022		4.225,34
				TOTAL DO DIA	5.933,49	5.933,49
07/2022	580	3.2.2.04.015	INTERNET	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 07/2022	419,90	
07/2022	580	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 07/2022		419,90
07/2022	581	3.2.2.04.003	TELEFONE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 07/2022	540,99	
07/2022	581	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 07/2022		540,99
				TOTAL DO DIA	960,89	960,89
07/2022	589	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 07/2022	14.179,04	
07/2022	589	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 07/2022		14.179,04
07/2022	590	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVICOS PRESTADOS 07/2022	35.447,51	
07/2022	590	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVICOS PRESTADOS 07/2022		35.447,51
				TOTAL DO DIA	49.626,55	49.626,55
				TOTAL DO MÊS	66.435,98	66.435,98
08/2022	591	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 08/2022	845,30	
08/2022	591	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 08/2022		845,30
08/2022	592	3.2.2.04.016	CONDOMÍNIO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 08/2022	1.045,33	
08/2022	592	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 08/2022		1.045,33
08/2022	593	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 08/2022	126,90	
08/2022	593	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 08/2022		126,90
				TOTAL DO DIA	2.017,53	2.017,53
08/2022	594	3.2.2.01.010	VALE TRANSPORTE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 08/2022	203,46	
08/2022	594	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 08/2022		203,46
08/2022	595	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 07/2022	271,28	
08/2022	595	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 07/2022		271,28
08/2022	596	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 07/2022	268,83	
08/2022	596	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 07/2022		268,83
08/2022	597	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 07/2022	3.122,27	
08/2022	597	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 07/2022		3.122,27
08/2022	601	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 08/2022	3.391,10	
08/2022	602	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	INSS A RECOLHER DO MÊS 08/2022		268,83
08/2022	603	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 08/2022		3.122,27
08/2022	604	3.2.2.01.007	FGTS	FGTS A RECOLHER DO MÊS 08/2022	271,28	
				TRANSPORTE	7.528,22	7.256,94

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 251

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	7.528,22	7.256,94
08/2022	604	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	FGTS A RECOLHER DO MÊS 08/2022		271,28
				TOTAL DO DIA	7.528,22	7.528,22
08/2022	701	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 08/2022	400,00	
08/2022	701	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 08/2022		400,00
				TOTAL DO DIA	400,00	400,00
08/2022	600	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 07/2022	4.225,34	
08/2022	600	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 07/2022		4.225,34
08/2022	605	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 08/2022	1.610,07	
08/2022	605	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 08/2022		1.610,07
				TOTAL DO DIA	5.835,41	5.835,41
08/2022	598	3.2.2.04.003	TELEFONE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 08/2022	540,99	
08/2022	598	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 08/2022		540,99
08/2022	599	3.2.2.04.015	INTERNET	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 08/2022	419,90	
08/2022	599	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 08/2022		419,90
				TOTAL DO DIA	960,89	960,89
08/2022	606	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 08/2022	5.402,92	
08/2022	606	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 08/2022		5.402,92
08/2022	607	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVICOS PRESTADOS EM 08/2022	13.507,32	
08/2022	607	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVICOS PRESTADOS EM 08/2022		13.507,32
				TOTAL DO DIA	18.910,24	18.910,24
				TOTAL DO MÊS	35.652,29	35.652,29
09/2022	608	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 09/2022	126,90	
09/2022	608	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 09/2022		126,90
09/2022	609	3.2.2.04.016	CONDOMÍNIO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 09/2022	1.045,33	
09/2022	609	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 09/2022		1.045,33
				TOTAL DO DIA	1.172,23	1.172,23
09/2022	610	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 09/2022	765,36	
09/2022	610	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 09/2022		765,36
				TOTAL DO DIA	765,36	765,36
09/2022	613	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 08/2022	268,83	
09/2022	613	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 08/2022		268,83
09/2022	614	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 08/2022	271,28	
09/2022	614	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 08/2022		271,28
09/2022	615	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 08/2022	3.122,27	
				TRANSPORTE	3.662,38	540,11

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

Fls 252

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	3.662,38	540,11
09/2022	615	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 08/2022		3.122,27
09/2022	616	3.2.2.01.007	FGTS	FGTS A RECOLHER DO MÊS 09/2022	271,28	
09/2022	616	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	FGTS A RECOLHER DO MÊS 09/2022		271,28
09/2022	617	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 09/2022	3.391,10	
09/2022	618	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	INSS A RECOLHER DO MÊS 09/2022		268,83
09/2022	619	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 09/2022		3.122,27
09/2022	620	3.2.2.01.010	VALE TRANSPORTE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 09/2022	203,46	
09/2022	620	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 09/2022		203,46
				TOTAL DO DIA	7.528,22	7.528,22
09/2022	702	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 09/2022	400,00	
09/2022	702	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 09/2022		400,00
				TOTAL DO DIA	400,00	400,00
09/2[illegible]	621	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 08/2022	1.610,07	
09/2022	621	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 08/2022		1.610,07
09/2022	622	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 09/2022	1.479,47	
09/2022	622	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 09/2022		1.479,47
				TOTAL DO DIA	3.089,54	3.089,54
09/2022	611	3.2.2.04.003	TELEFONE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 09/2022	540,99	
09/2022	611	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 09/2022		540,99
09/2022	612	3.2.2.04.015	INTERNET	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 09/2022	419,90	
09/2022	612	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 09/2022		419,90
				TOTAL DO DIA	960,89	960,89
09/2022	623	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 09/2022	3.723,52	
09/2022	623	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 09/2022		3.723,52
09/20[illegible]	624	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVICOS PRESTADOS 09/2022	12.411,74	
09/2022	624	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVICOS PRESTADOS 09/2022		12.411,74
				TOTAL DO DIA	16.135,26	16.135,26
				TOTAL DO MÊS	30.051,50	30.051,50
10/2022	642	3.2.2.01.005	FÉRIAS	PROVISÃO DE FÉRIAS DO MÊS 10/2022	3.398,51	
10/2022	643	2.1.5.03.003	INSS SOBRE PROVISÕES PARA FÉRIAS	PROVISÃO DE FÉRIAS DO MÊS 10/2022		271,88
10/2022	644	2.1.5.03.005	FGTS SOBRE PROVISÕES PARA FÉRIAS	PROVISÃO DE FÉRIAS DO MÊS 10/2022		271,88
10/2022	645	2.1.5.01.004	FÉRIAS A PAGAR	PROVISÃO DE FÉRIAS DO MÊS 10/2022		2.854,75
				TOTAL DO DIA	3.398,51	3.398,51
10/2022	625	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 10/2022	126,90	
10/2022	625	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 10/2022		126,90
				TOTAL DO DIA	126,90	126,90

TRANSPORTE

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

Fls. 253

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
10/2022	629	3.2.2.04.016	CONDOMÍNIO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 10/2022	1.045,33	
10/2022	629	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 10/2022		1.045,33
10/2022	630	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 09/2022	271,28	
10/2022	630	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 09/2022		271,28
10/2022	631	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 09/2022	268,83	
10/2022	631	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 09/2022		268,83
10/2022	632	3.2.2.01.010	VALE TRANSPORTE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 10/2022	203,46	
10/2022	632	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 10/2022		203,46
10/2022	633	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 10/2022	3.391,10	
10/2022	634	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	INSS A RECOLHER DO MÊS 10/2022		268,83
10/2022	635	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 10/2022		3.122,27
10/2022	636	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 10/2022	777,14	
10/2022	636	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 10/2022		777,14
10/2022	637	3.2.2.01.007	FGTS	FGTS A RECOLHER DO MÊS 10/2022	271,28	
10/2022	637	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	FGTS A RECOLHER DO MÊS 10/2022		271,28
				TOTAL DO DIA	6.228,42	6.228,42
10/2022	628	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 10/2022	3.122,27	
10/2022	628	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 10/2022		3.122,27
				TOTAL DO DIA	3.122,27	3.122,27
10/2022	703	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 10/2022	400,00	
10/2022	703	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 10/2022		400,00
				TOTAL DO DIA	400,00	400,00
10/2022	638	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 09/2022	1.479,47	
10/2022	638	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 09/2022		1.479,47
10/2022	639	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 10/2022	75.867,32	
10/2022	639	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 10/2022		75.867,32
				TOTAL DO DIA	77.346,79	77.346,79
10/2022	626	3.2.2.04.003	TELEFONE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 10/2022	540,99	
10/2022	626	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 10/2022		540,99
10/2022	627	3.2.2.04.015	INTERNET	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 10/2022	419,90	
10/2022	627	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 10/2022		419,90
				TOTAL DO DIA	960,89	960,89
10/2022	640	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 10/2022	222.764,79	
10/2022	640	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 10/2022		222.764,79
10/2022	641	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	RECEBIMENTO REF A SERVIÇOS PRESTADOS NO MES 10/2022	636.470,85	
				TRANSPORTE	859.235,64	222.764,79

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

Fls. 254

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	859.235,64	222.764,79
10/2022	641	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	RECEBIMENTO REF A SERVIÇOS PRESTADOS NO MES 10/2022		636.470,85
				TOTAL DO DIA	859.235,64	859.235,64
				TOTAL DO MÊS	950.819,42	950.819,42
11/2022	646	2.1.5.03.003	INSS SOBRE PROVISÕES PARA FÉRIAS	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS SOBRE FERIAS DO MES 10/2022	271,88	
11/2022	646	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS SOBRE FERIAS DO MES 10/2022		271,88
11/2022	647	2.1.5.03.005	FGTS SOBRE PROVISÕES PARA FÉRIAS	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS SOBRE FERIAS DO MES 10/2022	271,88	
11/2022	647	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS SOBRE FERIAS DO MES 10/2022		271,88
11/2022	648	2.1.5.01.004	FÉRIAS A PAGAR	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FERIAS DO MES 10/2022	2.854,75	
11/2022	648	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FERIAS DO MES 10/2022		2.854,75
11/2022	649	3.2.2.04.014	IDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	PAGAMENTO REF A DESPESA COM IDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO DO MES 11/2022	1.507,64	
11/2022	649	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM IDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO DO MES 11/2022		1.507,64
				TOTAL DO DIA	4.906,15	4.906,15
11/2022	650	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA DO MES 11/2022	725,32	
11/2022	650	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA DO MES 11/2022		725,32
11/2022	653	3.2.2.01.010	VALE TRANSPORTE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 11/2022	203,46	
11/2022	653	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 11/2022		203,46
11/2022	654	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 10/2022	271,28	
11/2022	654	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 10/2022		271,28
11/2022	655	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 10/2022	268,83	
11/2022	655	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 10/2022		268,83
11/2022	656	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 10/2022	3.122,27	
11/2022	656	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 10/2022		3.122,27
11/2022	657	3.2.2.01.007	FGTS	FGTS A RECOLHER DO MÊS 11/2022	271,28	
11/2022	657	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	FGTS A RECOLHER DO MÊS 11/2022		271,28
11/2022	658	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 11/2022	3.391,10	
11/2022	659	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	INSS A RECOLHER DO MÊS 11/2022		268,28
11/2022	660	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 11/2022		3.122,82
11/2022	661	3.2.2.01.004	13º SALÁRIO	PROVISÃO DE 13º SALÁRIO DO MÊS 12/2022	3.391,10	
11/2022	662	2.1.5.03.004	INSS SOBRE PROVISÕES PARA 13º SALÁRIO	PROVISÃO DE 13º SALÁRIO DO MÊS 12/2022		271,28
11/2022	663	2.1.5.03.006	FGTS SOBRE PROVISÕES PARA 13º SALÁRIO	PROVISÃO DE 13º SALÁRIO DO MÊS 12/2022		271,28
11/2022	664	2.1.5.01.005	13º SALÁRIO A PAGAR	PROVISÃO DE 13º SALÁRIO DO MÊS 12/2022		2.848,54
				TOTAL DO DIA	11.644,64	11.644,64
11/2022	704	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 11/2022	400,00	
11/2022	704	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 11/2022		400,00
				TOTAL DO DIA	400,00	400,00
11/2022	665	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 10/2022	75.867,32	
				TRANSPORTE	75.867,32	

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

Fls. 255

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	75.867,32	
11/2022	665	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 10/2022		75.867,32
11/2022	666	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 11/2022	32.844,43	
11/2022	666	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 11/2022		32.844,43
				TOTAL DO DIA	108.711,75	108.711,75
11/2022	651	3.2.2.04.016	CONDOMÍNIO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 11/2022	1.045,33	
11/2022	651	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 11/2022		1.045,33
11/2022	652	3.2.2.04.015	INTERNET	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 11/2022	419,90	
11/2022	652	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 11/2022		419,90
				TOTAL DO DIA	1.465,23	1.465,23
11/2022	667	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 11/2022	96.439,19	
11/2022	667	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 11/2022		96.439,19
11/2022	668	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVICOS PRESTADOS NO MES 11/2022	275.540,57	
11/2022	668	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVICOS PRESTADOS NO MES 11/2022		275.540,57
				TOTAL DO DIA	371.979,76	371.979,76
				TOTAL DO MÊS	499.107,53	499.107,53
12/2022	669	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 12/2022	733,88	
12/2022	669	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM ENERGIA ELETRICA DO MES 12/2022		733,88
12/2022	670	3.2.2.04.016	CONDOMÍNIO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 12/2022	1.045,33	
12/2022	670	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM CONDOMINIO DO MES 12/2022		1.045,33
12/2022	671	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 12/2022	126,90	
12/2022	671	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM AGUA/ESGOTO DO MES 12/2022		126,90
				TOTAL DO DIA	1.906,11	1.906,11
12/2022	672	3.2.2.01.010	VALE TRANSPORTE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 12/2022	203,46	
12/2022	672	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM VALE TRANSPORTE DO MES 12/2022		203,46
12/2022	673	2.1.5.03.004	INSS SOBRE PROVISÕES PARA 13º SALÁRIO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS SOBRE 13º DO MES 12/2022	271,28	
12/2022	673	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS SOBRE 13º DO MES 12/2022		271,28
12/2022	674	2.1.5.03.006	FGTS SOBRE PROVISÕES PARA 13º SALÁRIO	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS SIBRE 13º DO MES 12/2022	271,28	
12/2022	674	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS SIBRE 13º DO MES 12/2022		271,28
12/2022	675	2.1.5.01.005	13º SALÁRIO A PAGAR	PAGAMENTO REF A DESPESA COM 13º SALARIO DO MES 12/2022	2.848,54	
12/2022	675	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM 13º SALARIO DO MES 12/2022		2.848,54
12/2022	676	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 11/2022	271,28	
12/2022	676	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM FGTS DO MES 11/2022		271,28
12/2022	677	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 11/2022	268,28	
12/2022	677	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INSS DO MES 11/2022		268,28
				TRANSPORTE	4.134,12	4.134,12

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

Fls. 256

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	4.134,12	4.134,12
12/2022	681	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 12/2022	3.391,10	
12/2022	682	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	INSS A RECOLHER DO MÊS 12/2022		268,83
12/2022	683	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	A PROVISÃO DE SALÁRIOS DO MÊS 12/2022		3.122,27
12/2022	684	3.2.2.01.007	FGTS	FGTS A RECOLHER DO MÊS 12/2022	271,28	
12/2022	684	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	FGTS A RECOLHER DO MÊS 12/2022		271,28
12/2022	692	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 11/2022.	3.122,27	
12/2022	692	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SALARIOS DO MES 11/2022.		3.122,27
				TOTAL DO DIA	10.918,77	10.918,77
12/2022	705	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 12/2022	400,00	
12/2022	705	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF. A DESPESA COM SERVICOS CONTABEIS NO MES 12/2022		400,00
				TOTAL DO DIA	400,00	400,00
12/2022	680	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 11/2022	32.844,43	
12/2[illegible]	680	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM SIMPLES NACIONAL DO MES 11/2022		32.844,43
12/2022	685	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 12/2022	798,71	
12/2022	685	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER DO MES 12/2022		798,71
				TOTAL DO DIA	33.643,14	33.643,14
12/2022	678	3.2.2.04.003	TELEFONE	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 12/2022	540,99	
12/2022	678	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM TELEFONE DO MES 12/2022		540,99
12/2022	679	3.2.2.04.015	INTERNET	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 12/2022	419,90	
12/2022	679	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	PAGAMENTO REF A DESPESA COM INTERNET DO MES 12/2022		419,90
				TOTAL DO DIA	960,89	960,89
12/2022	686	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 12/2022	2.010,16	
12/2022	686	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	REFERENTE AO CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 12/2022		2.010,16
12/2022	687	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVICOS PRESTADOS NO MES 12/2022	6.700,55	
12/20[illegible]	687	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS	RECEBIMENTO REF A RECEITA COM SERVICOS PRESTADOS NO MES 12/2022		6.700,55
12/2022	688	5.1.4.01.002	APURAÇÃO DO EXERCICIO	REF. A LUCROS/PREJUIZOS APURADOS NO ANO DE 2022 E TRANSFERIDO PARA O LUCRO ACUMULADO DURANTE O PERÍODO.	466.958,61	
12/2022	688	2.3.5.01.004	LUCRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO	REF. A LUCROS/PREJUIZOS APURADOS NO ANO DE 2022 E TRANSFERIDO PARA O LUCRO ACUMULADO DURANTE O PERÍODO.		466.958,61
12/2022	689	2.3.5.01.004	LUCRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO	REF. A LUCROS/PREJUIZOS APURADOS NO ANO DE 2022 E TRANSFERIDO PARA A DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL A DIVIDENDOS DURANTE O PERÍODO.	350.268,80	
12/2022	690	2.1.7.01.003	FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS	REF. A LUCROS/PREJUIZOS APURADOS NO ANO DE 2022 E TRANSFERIDO PARA A DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL A DIVIDENDOS DURANTE O PERÍODO.		245.188,16
12/2022	691	2.1.7.01.004	MIRIAM GOMES DE MORAIS	REF. A LUCROS/PREJUIZOS APURADOS NO ANO DE 2022 E TRANSFERIDO PARA A DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL A DIVIDENDOS DURANTE O PERÍODO.		105.080,64
12/2022	693	3.1.2.06.001	DEPRECIAÇÃO	REF. A DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS, EQUIMAPEMNTOS, MÁQUINAS E INSTALAÇÕES NO ANO DE 2021.	702,57	
				TRANSPORTE	826.640,69	825.938,12

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882

Fls. 257

DIÁRIO

Data	N.Lan.	Classificação	Descrição	Histórico	Débito	Crédito
				TRANSPORTE	826.640,69	825.938,12
12/2022	693	1.2.4.07.001	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA BENS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	REF. A DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS, EQUIMAPEMNTOS, MÁQUINAS E INSTALAÇÕES NO ANO DE 2021.		702,57
				TOTAL DO DIA	826.640,69	826.640,69
				TOTAL DO MÊS	874.469,60	874.469,60

O LUIS, 31 de Dezembro de 2022

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882
CPF: 053.402.523-45

Fls. 28

BALANCETE

digo	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	ATIVO				
2	ATIVO CIRCULANTE				
3	DISPONÍVEL	141.743,77D	1.083.035,27	614.139,21	610.639,83D
7	BANCOS CONTA MOVIMENTO	141.743,77D	1.083.035,27	614.139,21	610.639,83D
8	BANCO DO BRASIL	141.743,77D	1.083.035,27	614.139,21	610.639,83D
12	CLIENTES	49.498,29D	0,00	0,00	49.498,29D
13	DUPLICATAS A RECEBER	49.498,29D	0,00	0,00	49.498,29D
519	CLIENTES DIVERSOS	49.498,29D	0,00	0,00	49.498,29D
2	TOTAL ATIVO CIRCULANTE	191.242,06D	1.083.035,27	614.139,21	660.138,12D
501	ATIVO NÃO-CIRCULANTE				
111	IMOBILIZADO	411.339,71D	0,00	702,57	410.637,14D
112	IMÓVEIS	400.000,00D	0,00	0,00	400.000,00D
114	SALA COMERCIAL SEDE DA EMPRESA	400.000,00D	0,00	0,00	400.000,00D
118	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	18.307,28D	0,00	0,00	18.307,28D
119	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	18.307,28D	0,00	0,00	18.307,28D
125	(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	6.967,57C	0,00	702,57	7.670,14C
126	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA BENS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	6.967,57C	0,00	702,57	7.670,14C
501	TOTAL ATIVO NÃO-CIRCULANTE	411.339,71D	0,00	702,57	410.637,14D
1	TOTAL ATIVO	602.581,77D	1.083.035,27	614.841,78	1.070.775,26D
149	PASSIVO				
150	PASSIVO CIRCULANTE				
169	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	991,58C	130.733,54	130.540,67	798,71C
170	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	991,58C	130.733,54	130.540,67	798,71C
479	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER	991,58C	130.733,54	130.540,67	798,71C
185	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	2.235,18C	49.310,42	50.738,17	3.662,93C
186	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	1.889,19C	41.937,45	43.171,08	3.122,82C
187	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	1.889,19C	36.234,16	37.467,79	3.122,82C
529	FÉRIAS A PAGAR	0,00	2.854,75	2.854,75	0,00
528	13º SALÁRIO A PAGAR	0,00	2.848,54	2.848,54	0,00
190	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	345,99C	6.286,65	6.480,77	540,11C
191	INSS A RECOLHER	168,71C	3.125,29	3.225,41	268,83C
192	FGTS A RECOLHER	177,28C	3.161,36	3.255,36	271,28C
193	PROVISÕES	0,00	1.086,32	1.086,32	0,00
196	INSS SOBRE PROVISÕES PARA FÉRIAS	0,00	271,88	271,88	0,00
197	INSS SOBRE PROVISÕES PARA 13º SALÁRIO	0,00	271,28	271,28	0,00
198	FGTS SOBRE PROVISÕES PARA FÉRIAS	0,00	271,88	271,88	0,00
199	FGTS SOBRE PROVISÕES PARA 13º SALÁRIO	0,00	271,28	271,28	0,00
207	DIVIDENDOS, PART. E JURO SOBRE O CAPITAL	53.450,77C	0,00	350.268,80	403.719,57C
208	DIVIDENDOS	53.450,77C	0,00	350.268,80	403.719,57C
534	FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS	37.415,54C	0,00	245.188,16	282.603,70C
535	MIRIAM GOMES DE MORAIS	16.035,23C	0,00	105.080,64	121.115,87C
150	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	56.677,53C	180.043,96	531.547,64	408.181,21C
242	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
243	CAPITAL SOCIAL	400.000,00C	0,00	0,00	400.000,00C
244	CAPITAL SUBSCRITO	400.000,00C	0,00	0,00	400.000,00C
532	CAPITAL SOCIAL - FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS 70%	280.000,00C	0,00	0,00	280.000,00C
533	CAPITAL SOCIAL - MIRIAM GOMES DE MORAIS 30%	120.000,00C	0,00	0,00	120.000,00C
264	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	145.904,24C	350.268,80	466.958,61	262.594,05C
265	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	145.904,24C	350.268,80	466.958,61	262.594,05C
522	LUCRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO	145.904,24C	350.268,80	466.958,61	262.594,05C
242	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	545.904,24C	350.268,80	466.958,61	662.594,05C
149	TOTAL PASSIVO	602.581,77C	530.312,76	998.506,25	1.070.775,26C
269	CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS				
500	CUSTOS				
283	CUSTOS INDIRETOS DE PRODUÇÃO	6.967,57D	702,57	0,00	7.670,14D
289	DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÕES	6.967,57D	702,57	0,00	7.670,14D
291	DEPRECIAÇÃO	6.967,57D	702,57	0,00	7.670,14D

Fls. 259

BALANCETE

ligo	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
465	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	221.128,99D	390.427,69	0,00	611.556,68D
466	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	221.128,99D	390.427,69	0,00	611.556,68D
467	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	221.128,99D	390.427,69	0,00	611.556,68D
500	TOTAL CUSTOS	228.096,56D	391.130,26	0,00	619.226,82D
295	DESPESAS OPERACIONAIS				
329	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	370.406,76D	224.946,40	0,00	595.353,16D
330	DESPESAS COM PESSOAL	207.963,87D	53.179,69	0,00	261.143,56D
331	SALÁRIOS E ORDENADOS	161.805,52D	40.693,20	0,00	202.498,72D
334	13º SALÁRIO	12.024,22D	3.391,10	0,00	15.415,32D
335	FÉRIAS	6.535,08D	3.398,51	0,00	9.933,59D
337	FGTS	12.942,86D	3.255,36	0,00	16.198,22D
338	INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO	12.104,37D	0,00	0,00	12.104,37D
492	VALE TRANSPORTE	2.551,82D	2.441,52	0,00	4.993,34D
345	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	125.052,00D	130.960,57	0,00	256.012,57D
348	IPTU	748,29D	419,90	0,00	1.168,19D
352	PARCELAMENTO DIVIDA ATIVA - INSS	3.411,48D	0,00	0,00	3.411,48D
2024	SIMPLES NACIONAL	94.206,27D	130.540,67	0,00	224.746,94D
526	PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL	26.685,96D	0,00	0,00	26.685,96D
35	DESPESAS GERAIS	36.990,89D	40.806,14	0,00	77.797,03D
354	ENERGIA ELÉTRICA	7.402,51D	9.348,95	0,00	16.751,46D
355	ÁGUA E ESGOTO	102,58D	1.395,90	0,00	1.498,48D
356	TELEFONE	14.374,73D	5.950,89	0,00	20.325,62D
361	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	0,00	4.800,00	0,00	4.800,00D
493	IDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	1.507,64	0,00	1.507,64D
2022	INTERNET	4.642,10D	5.038,80	0,00	9.680,90D
2025	CONDOMÍNIO	10.143,97D	12.543,96	0,00	22.687,93D
525	CERTIFICADO DIGITAL	325,00D	220,00	0,00	545,00D
367	DESPESAS FINANCEIRAS	400,00D	0,00	0,00	400,00D
368	TAXA BANCO POTENCIAL SEGURADORA	400,00D	0,00	0,00	400,00D
295	TOTAL DESPESAS OPERACIONAIS	370.406,76D	224.946,40	0,00	595.353,16D
269	TOTAL CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	598.503,32D	616.076,66	0,00	1.214.579,98D
402	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS				
403	RECEITAS OPERACIONAIS				
404	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	959.347,69C	0,00	1.083.035,27	2.042.382,96C
410	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	959.347,69C	0,00	1.083.035,27	2.042.382,96C
411	SERVIÇOS PRESTADOS	959.347,69C	0,00	1.083.035,27	2.042.382,96C
403	TOTAL RECEITAS OPERACIONAIS	959.347,69C	0,00	1.083.035,27	2.042.382,96C
402	TOTAL CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	959.347,69C	0,00	1.083.035,27	2.042.382,96C
460	CONTAS DE APURAÇÃO				
461	CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS				
471	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	360.844,37D	466.958,61	0,00	827.802,98D
472	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	360.844,37D	466.958,61	0,00	827.802,98D
536	APURAÇÃO DO EXERCICIO	360.844,37D	466.958,61	0,00	827.802,98D
461	TOTAL CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	360.844,37D	466.958,61	0,00	827.802,98D
460	TOTAL CONTAS DE APURAÇÃO	360.844,37D	466.958,61	0,00	827.802,98D

FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882
CPF: 053.402.523-45

Fls. 260

BALANÇO PATRIMONIAL 2023

Código	Classificação	Descrição	Nota Explicativa	Saldo Atual
1	1	ATIVO		1.070.775,26D
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE		660.138,12D
3	1.1.1	DISPONÍVEL		610.639,83D
7	1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO		610.639,83D
8	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL		610.639,83D
12	1.1.2	CLIENTES		49.498,29D
13	1.1.2.01	DUPLICATAS A RECEBER		49.498,29D
519	1.1.2.01.001	CLIENTES DIVERSOS		49.498,29D
501	1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE		410.637,14D
111	1.2.4	IMOBILIZADO		410.637,14D
112	1.2.4.01	IMÓVEIS		400.000,00D
114	1.2.4.01.002	SALA COMERCIAL SEDE DA EMPRESA		400.000,00D
118	1.2.4.03	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		18.307,28D
[illegible]	1.2.4.03.001	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		18.307,28D
125	1.2.4.07	(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL		7.670,14C
126	1.2.4.07.001	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA BENS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES		7.670,14C
149	2	PASSIVO		1.070.775,26C
150	2.1	PASSIVO CIRCULANTE		408.181,21C
169	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		798,71C
170	2.1.4.01	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		798,71C
479	2.1.4.01.015	SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		798,71C
185	2.1.5	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		3.662,93C
186	2.1.5.01	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		3.122,82C
187	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		3.122,82C
190	2.1.5.02	OBRIGAÇÕES SOCIAIS		540,11C
191	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER		268,83C
192	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER		271,28C
[illegible]	2.1.7	DIVIDENDOS, PART. E JURO SOBRE O CAPITAL		403.719,57C
208	2.1.7.01	DIVIDENDOS		403.719,57C
534	2.1.7.01.003	FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS		282.603,70C
535	2.1.7.01.004	MIRIAM GOMES DE MORAIS		121.115,87C
242	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		662.594,05C
243	2.3.1	CAPITAL SOCIAL		400.000,00C
244	2.3.1.01	CAPITAL SUBSCRITO		400.000,00C
532	2.3.1.01.002	CAPITAL SOCIAL - FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS 70%		280.000,00C
533	2.3.1.01.003	CAPITAL SOCIAL - MIRIAM GOMES DE MORAIS 30%		120.000,00C
264	2.3.5	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		262.594,05C
265	2.3.5.01	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		262.594,05C
522	2.3.5.01.004	LUCRO ACUMULADO DO EXERCÍCIO		262.594,05C

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 961 Rubrica

BALANÇO PATRIMONIAL 2023

Código	Classificação	Descrição	Nota Explicativa	Saldo Atual
269	3	CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS		1.214.579,98D
500	3.1	CUSTOS		619.226,82D
283	3.1.2	CUSTOS INDIRETOS DE PRODUÇÃO		7.670,14D
289	3.1.2.06	DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÕES		7.670,14D
291	3.1.2.06.001	DEPRECIAÇÃO		7.670,14D
465	3.1.6	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		611.556,68D
466	3.1.6.01	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		611.556,68D
467	3.1.6.01.001	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		611.556,68D
295	3.2	DESPESAS OPERACIONAIS		595.353,16D
329	3.2.2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS		595.353,16D
330	3.2.2.01	DESPESAS COM PESSOAL		261.143,56D
331	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS		202.498,72D
334	3.2.2.01.004	13º SALÁRIO		15.415,32D
335	3.2.2.01.005	FÉRIAS		9.933,59D
[illegible]	3.2.2.01.007	FGTS		16.198,22D
338	3.2.2.01.008	INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO		12.104,37D
492	3.2.2.01.010	VALE TRANSPORTE		4.993,34D
345	3.2.2.03	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		256.012,57D
348	3.2.2.03.003	IPTU		1.168,19D
352	3.2.2.03.007	PARCELAMENTO DIVIDA ATIVA - INSS		3.411,48D
42024	3.2.2.03.008	SIMPLES NACIONAL		224.746,94D
526	3.2.2.03.009	PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL		26.685,96D
353	3.2.2.04	DESPESAS GERAIS		77.797,03D
354	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA		16.751,46D
355	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO		1.498,48D
356	3.2.2.04.003	TELEFONE		20.325,62D
361	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL		4.800,00D
493	3.2.2.04.014	IDENIZAÇÕES TRABALHISTAS		1.507,64D
42022	3.2.2.04.015	INTERNET		9.680,90D
42025	3.2.2.04.016	CONDOMÍNIO		22.687,93D
[illegible]5	3.2.2.04.017	CERTIFICADO DIGITAL		545,00D
367	3.2.2.05	DESPESAS FINANCEIRAS		400,00D
368	3.2.2.05.001	TAXA BANCO POTENCIAL SEGURADORA		400,00D
402	4	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS		2.042.382,96C
403	4.1	RECEITAS OPERACIONAIS		2.042.382,96C
404	4.1.1	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS		2.042.382,96C
410	4.1.1.02	RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		2.042.382,96C
411	4.1.1.02.001	SERVIÇOS PRESTADOS		2.042.382,96C
460	5	CONTAS DE APURAÇÃO		827.802,98D
461	5.1	CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS		827.802,98D
471	5.1.4	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		827.802,98D
472	5.1.4.01	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		827.802,98D

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 262 Rubrica

BALANÇO PATRIMONIAL 2023

Código	Classificação	Descrição	Nota Explicativa	Saldo Atual
536	5.1.4.01.002	APURAÇÃO DO EXERCICIO		827.802,98D

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2022 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R$ 1.070.775,26 (um milhão e setenta mil setecentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos)

SAO LUIS, 31 de Dezembro de 2022

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

IZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
ıtador
g. no CRC - MA sob o No. 013882
F: 0[illegible]2.523-45

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 263 Rubrica

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

scrição	Nota Explicativa	Saldo	Total
CEITA BRUTA			
SERVIÇOS PRESTADOS		1.083.035,27	1.083.035,27
DUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
SIMPLES NACIONAL		(130.540,67)	(130.540,67)
STOS			
DEPRECIAÇÃO		(702,57)	(702,57)
CEITA LÍQUIDA			951.792,03
V			
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(390.427,69)	(390.427,69)
CRO BRUTO			561.364,34
SPESAS OPERACIONAIS			(94.405,73)
SPESAS ADMINISTRATIVAS			
SALÁRIOS E ORDENADOS		(40.693,20)	
13º SALÁRIO		(3.391,10)	
FÉRIAS		(3.398,51)	
FGTS		(3.255,36)	
VALE TRANSPORTE		(2.441,52)	
PTU		(419,90)	
ENERGIA ELÉTRICA		(9.348,95)	
ÁGUA E ESGOTO		(1.395,90)	
TELEFONE		(5.950,89)	
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL		(4.800,00)	
DENIZAÇÕES TRABALHISTAS		(1.507,64)	
INTERNET		(5.038,80)	
CONDOMÍNIO		(12.543,96)	
CERTIFICADO DIGITAL		(220,00)	(94.405,73)
SULTADO OPERACIONAL			466.958,61
SULTADO ANTES DO IR E CSL			466.958,61
CRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			466.958,61

SAO LUIS, 31 de Dezembro de 2022

RANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
ÓCIO ADMINISTRADOR
PF: 044.002.593-15

JIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
ontador
eg. no CRC - MA sob o No. 013882
PF: 053.402.523-45

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 264

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2022

eficiente	Fórmula	Valor	Resultado
lice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	660.138,12 + 0,00	1,62
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	408.181,21 + 0,00	
lice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	660.138,12	1,62
	Passivo Circulante	408.181,21	
lice de Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoque	660.138,12 - 0,00	1,62
	Passivo Circulante	408.181,21	
lice de Liquidez ediata	Disponível	610.639,83	1,50
	Passivo Circulante	408.181,21	
lice de Liquidez de cursos Próprios	Ativo Circulante - Passivo Circulante	660.138,12 - 408.181,21	0,38
	Patrimônio Líquido	662.594,05	
lice de Solvência Geral	Ativo	1.070.775,26	2,62
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	408.181,21 + 0,00	
lice de Capital de ceiros	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	408.181,21 + 0,00	0,62
	Patrimônio Líquido	662.594,05	
lice de Endividamento ral	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	408.181,21 + 0,00	0,38
	Passivo Total	1.070.775,26	
lice de Endividamento rente	Passivo Circulante	408.181,21	0,62
	Patrimônio Líquido + Resultado de Exer. Futuros	662.594,05 + 0,00	
lice de Dívida a Curto zo	Passivo Circulante	408.181,21	0,00
	Passivo Não-Circulante	0,00	
ıu de Endividamento	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	408.181,21 + 0,00	0,38
	Ativo	1.070.775,26	

NCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
IO ADMINISTRADOR
: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882
CPF: 053.402.523-45

ntém este livro 25 folhas numeradas do No. 1 ao 25 emitidas através de processamento eletronico de dados, que serviu
Livro Diário n° 15 da empresa abaixo descrita no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.



me da Empresa .....: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

mo .....: Agências de viagens

dereço .....: RUA INACIO XAVIER DE CARVALHO, 161

mplemento .....: RUA 3 LOJA 10

irro .....: SAO FRANCISCO

unicipio .....: SAO LUIS

tado .....: MA

scrição no CNPJ .....: 07.133.984/0001-28

scrição Estadual.....: 122168127

gistro na junta.....: 21200571173 Data registro: 14/12/2004

scrição Municipal.....: 53353002

O LUIS, 31/12/2022

ANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
CIO ADMINISTRADOR
F: 044.002.593-15

LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
Contador
Reg. no CRC - MA sob o No. 013882
CPF: 053.402.523-45

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 266
Roberto

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04400259315	FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
05340252345	LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 05/04/2023 08:48 SOB Nº 20230450024.
PROTOCOLO: 230450024 DE 03/04/2023. NIRE: 21200571173.
F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

JUCEMA

FLORENCIO BRANDES NETO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 05/04/2023
empresafacil.ma.gov.br

Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

JUCEMA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 262
Rubrica

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por Florencio Brandes Neto, sob a autenticidade n° 12304579968 em 05/04/2023, protocolo 230450024. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (http://www.empresafacil.ma.gov.br) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
Número de Registro:	21200571173
CNPJ:	07133984000128
Munícipio:	São Luís

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	15
Início e Termino da Escrituração:	01/01/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
04400259315	FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS	
05340252345	LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA	MA013882

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 05/04/2023 08:48 SOB N° 20230450024.
PROTOCOLO: 230450024 DE 03/04/2023. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12304579968. NIRE: 21200571173.
F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

JUCEMA

FLORENCIO BRANDES NETO
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 05/04/2023
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CRCMA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO MARANHÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 268
Rubrica

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA
REGISTRO..... : MA-013882/O-8
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.402.523-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 08/08/2023 as 12:38:28.
Válido até: 06/11/2023.
Código de Controle: 789141.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
AJUDÂNCIA GERAL
Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Calhau; CEP. 65.074-220; São Luís/MA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 269
Rubrica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A POLICIA MILITAR DO MARANHÃO, AJUDÂNCIA GERAL, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 06.650.139/0001-67, com sede na Av. Jerônimo de Albuquerque Maranhão S/N – Bairro do Calhau -CEP: 65.974-220 – São Luís UF: Ma, **Declara** para fins de licitação junto a entidades Públicas e Privadas, que a empresa **F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA – ME,** inscrita no **CNPJ sob o nº 07.133.984/0001 – 28**, sediada na Rua Inácio Xavier de Carvalho, nº 161, Loja 10, Centro Empresarial Saint Louis, São Francisco, CEP 65076 – 360, São Luís – Ma, REALIZOU, serviços de fornecimento de Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais- Contrato 02/2017-PMMA, para necessidade de deslocamento de viagens de Servidores e /ou Colaboradores da Policia Militar do Maranhão em atividades.

Declaramos, ainda que os compromissos assumidos foram cumpridos satisfatoriamente, até a presente data, nada constando em nossos registros que desabone comercial ou tecnicamente esta Empresa.

São Luís- MA, 21 de junho de 2023.

3º OFÍCIO DE NOTAS

Ten Cel QOPM José Sabino SOARES Pinheiro
Matrícula nº 80853
CPF 302521563-15
FISCAL DE CONTRATO

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS / MA
Av. dos Holandeses, loja 36, quadra 36, Shopping do Automóvel - Calhau - São Luís - MA

Reconheço por **SEMELHANCA** a(s) firma(s) de:
[0148845]-JOSE SABINO SOARES PINHEIRO .....
Ato: 13.17.2 Emolumentos:R$ 5,44, FERC: R$ 0,16, FADEP: R$ 0,21, FEMP: R$ 0,21. Total: 6,02 Em test°_____da verdade São Luis - MA, 21/06/2023 16:29:19
SELO: RECFIR02983QH2V8VCMK0HP5V11 **FRANCISCA FRANCIELLE ROCHA DA SILVA - ESCREVENTE**
Consulte a validade do selo: https://selo.tjma.jus.br

3º Tabelionato de Notas de São Luís/MA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 270
Rubrica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM/MA**, sob o CNPJ nº 05.648.696/0001-80, com sede na Praça Gomes de Souza, S/N – Centro, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIISTRAÇÃO, PATRIMÔNIO E RECURSOS HUMANOS**, declara para o fins de prova junto a Órgão Públicos e Privados, que a empesa **F C MORAIS TURISMO - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 07.133.984/0001-28, estabelecida na Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, loja 10, Centro Empresarial Saint Louis, São Francisco, CEP 65.076-360, São Luís – Ma, vem REALIZANDO, **reserva, emissão, marcação e remarcação, re-itineração, desdobramentos, confirmação e re-confirmação de passagens aéreas nacionais e internacionais** para a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM/MA, em conformidade ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços SRP Nº 040/2022, Processo nº 2022.05.10.0015, no valor de R$ 510.000,00 (Quinhentos e dez mil reais), para atender as necessidades de viagens de servidores do âmbito da prefeitura.

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos estão sendo cumpridos satisfatoriamente até a presente data, nada constando em nosso registro que desabone comercialmente ou tecnicamente a sua conduta.

Itapecuru- Mirim /MA, 11 de maio de 2023.

LUCIANO DA SILVA NUNES
Secretário Municipal da Receita Orçamento e Gestão
E-mail: sec.receitaitapecuru@gmail.com
Telefone: (98) 98848-9264

MUNICIPIO APROVADO
Unicef
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 271
Rubrica

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA-MA, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 06.117.709/0001-58, sediada na avenida Presidente Vargas, nº 310, Centro, Chapadinha –MA., **DECLARAMOS,** para fins de licitação junto a entidades Públicas e Privadas, que a empresa **F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA – ME,** inscrita no **CNPJ sob o n° 07.133.984/0001 – 28**, sediada na Rua Inácio Xavier de Carvalho, n° 161, Loja 10, Centro empresarial Saint Louis, São Francisco, CEP 65076 – 360, São Luís – Ma, **REALIZAU E/OU VÊM REALIZANDO,** Reserva, emissão, marcação, remarcação, desdobramentos, confirmação e reconfirmarão de passagens aéreas nacionais e internacionais, serviços de HOSPEDAGEM EM HOTEL EXECUTIVO (cat 3* e 4 *) estrelas,, para necessidade de deslocamento de viagens de Servidores e /ou Colaboradores da Prefeitura Municipal de Chapadinha em atividades.

Declaramos, ainda que os compromissos assumidos foram cumpridos satisfatoriamente, até a presente data, nada constando em nossos registros que desabone sua conduta, portanto, trata-se de uma empresa idôneo.

São Luís, 23 de junho de 2020.

MUNICÍPIO DE CHAPADINHA/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA
CNPJ Nº 06.117.709/0001-58
Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Orçamento

ABAV® Associação Brasileira de Agências de Viagens do Maranhão

Fls. 272

Rubrica

Certificamos para os devidos fins de direito que a FC MORAIS AGENCIA DE VIAGENS LTDA, inscrita no NCPJ 07.133.984.0001-28, sediado na **Rua** Inácio Xavier de Carvalho, 161 - São Francisco, São Luís - MA, 65076-360, em São Luís MA, é associada da ABAV-MA – Associação Brasileira de Agências de Viagens, sob número – MA 0043.

Por ser verdade, firmo e assino o presente certificado.

Jocemi dos Santos

Vice- Presidente em exercício

ABAV - MA
Jocemi dos Santos
Presidente

São Luís, 15 de Agosto de 2023

Cadastur

Fazendo o turismo legal.

CERTIFICADO

Atividade

Agência de Turismo

Nome do prestador

F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Número do cadastro

07.133.984/0001-28

Consulte a autenticidade

Data de validade:

07/02/2023 a 07/02/2025

Secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo

Ministério do Turismo

Governo Federal

Emitido no dia 16/02/2023 20:42:48 (data e hora de Brasília). A autenticidade de Certificado e as informações de cadastro podem ser verificadas por meio do Código QR ou pelo site www.cadastur.turismo.gov.br.

F.C.MORAIS
turismo

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 274
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.07156.2023)

ANEXO IV

FC MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ 07133.984/0001-27 e Endereço Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161 - Centro Empresarial Saint Louis, Loja 10 – São Francisco Cep: 65076-360 – São Luís – Ma.

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação, na Licitação Pregão Eletrônico nº 036/2023 – Processo nº 0101.07156.2023, instaurada **pela Prefeitura Municipal de Vargem Grande- Ma., que:** a empresa:

1 - Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de Setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;
2 - Não está impedida de contratar com a Administração Pública;
3 - Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
4 - Não incorre nas demais condições impeditivas da lei 8666/93.
5 - Que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação.

São Luís, 06 de outubro de 2023

F C MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
RG 00000023.00392-8
CPF 044.002.593-15

F.C.MORAIS
turismo

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 245
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.07156.2023)

ANEXO V –

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL

FC MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ 07133.984/0001-27 e Endereço Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161 - Centro Empresarial Saint Louis, Loja 10 – São Francisco Cep: 65076-360 – São Luís – Ma.

Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos o objeto do pregão e os termos constantes no Edital Pregão Eletrônico nº 036/203– Processo nº /20__ e seu(s) ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de habilitação.

São Luís, 06 de novembro 2023:

F C MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
RG 00000023.00392-8
CPF 044.002.593-15

F.C.MORAIS
turismo

Fls. 276
Rubrica

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.07156.2023)

ANEXO VII –

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

FC MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ 07133.984/0001-27 e Endereço Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161 - Centro Empresarial Saint Louis, Loja 10 – São Francisco Cep: 65076-360 – São Luís – Ma.

Ao Pregoeiro do Município de Vargem Grande- Ma.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº036/2023 – Processo nº 0101.007156/2023, instaurado pela Prefeitura Municipal de Vargem Grande- Ma., que:

- **Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados ao (a) Pregoeiro, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;**
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;
- Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei n.º 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do **Pregão Eletrônico nº 036/2023 – Processo nº n°. 0101.07156.2023/2023,** realizado pela Prefeitura de Vargem Grande – MA.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

São Luís, 06 de novembro de 2023

F C MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
RG 00000023.00392-8
CPF 044.002.593-15

F.C.MORAIS
turismo

Fls. 272

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.07156.2023)

ANEXO VIII –

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP).

FC MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ 07133.984/0001-27 e Endereço Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161 - Centro Empresarial Saint Louis, Loja 10 – São Francisco Cep: 65076-360 – São Luís – Ma.

(X) MICROEMPRESA
( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE

FC MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.133.984/0001-28 Endereço: Endereço Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161 - Centro Empresarial Saint Louis, Loja 10 – São Francisco Cep: 65076-360 – São Luís – Ma.

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa F C MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.133.984/0001-28, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar. Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.
Sou optante do Sistema Simples Nacional?
(X) SIM ( )NÃO

São Luís, 06 de novembro de 2023

F C MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
RG 00000023.00392-8
CPF 044.002.593-15

F.C.MORAIS
turismo

Fls. 278

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG
(Processo Administrativo n°. 0101.07156.2023)

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR

FC MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ 07133.984/0001-27 e Endereço Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161 - Centro Empresarial Saint Louis, Loja 10 – São Francisco Cep: 65076-360 – São Luís – Ma. por intermédio de seu representante legal o Sr. Francisco das Chagas de Morais, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº 000002300392-8 e do CPF/MF nº 044.002.593-15, para fins do presente processo licitatório, DECLARA não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da ativa na Prefeitura Municipal de Vargem Grande -Ma., que impossibilite a participação no referido Pregão Eletrônico nº 036/2023

São Luís, 06 de novembro de 2023

F C MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
RG 00000023.00392-8
CPF 044.002.593-15

Licita+Brasil

Fls. 279

COMPROVANTE DE CADASTRO DE LANCE INICIAL

PROCESSO: PE-036/2023-CPL/PMVG
ÓRGÃO PROMOTOR: MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE
DATA E HORA DO REGISTRO DO LANCE: 06/11/2023 07:34:00
CRÉDITO: Uso de crédito de participação única para a participação no edital

DECLARAÇÕES

1. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
2. Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3. Declaro para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7° da Constituição Federal.
4. Declaro que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa n° 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.
5. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1° e no inciso III do art. 5° da Constituição Federal.
6. Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei n°8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
7. Declaro que as propostas econômicas apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

DOCUMENTOS ANEXADOS AO PROCESSO

- Outros - 2 - VARGEM GRANDE.rar

FICHA TÉCNICA ANEXADA AO PROCESSO

- Ficha Técnica - VARGEM GRANDE.pdf

VALORES DOS LANCES CADASTRADOS

Lote	Item	Produto	Marca	Quantidade	Referência (R$)	Lance inicial (R$)	Valor total (R$)

Lote	Item	Produto	Marca	Quantidade	Referência (R$)	Lance inicial (R$)	Valor total (R$)
1	1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas		1,00	R$ 495.000,00	R$ 470.250,00	R$ 470.250,00



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

e-Fornecedor

SECRETARIA ADJUNTA DE REGISTRO DE PREÇOS SARP

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC

Fls. 281

Habilitado		Certificado de Registro Cadastral			
[X]	Compra Direta	Número do certificado	Emissão	Validade	Situação
[X]	Pregão Eletrônico	354/2018	19/09/2018	11/05/2024	Válido

Dados do fornecedor						
Nome Empresarial:	F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME					
Natureza jurídica:	Sociedade Empresária Limitada	Porte:		MICROEMPRESA - ME		
Endereço:	R INACIO XAVIER DE CARVALHO				Nº:	161
Bairro:	SAO FRANCISCO	Complemento:		RUA 3 ; LOJA: 10;		
Cidade:	São Luís	UF:	MA	CEP:	65076-360	
CNPJ	07.133.984/0001-28	Insc. Municipal:		00053353002	Insc. Estadual:	122168127
Telefone:	(98) 3235-7125	E-mail:		fcmorais@fcmoraisturismo.com.br		

Quadro administrativo

Nome	Ocupação	Percentual	RG	CPF/CNPJ/Documento Estrangeiro	Telefone
FRANCISCO DAS CHAGAS DE	DIRETOR	70,00 %	*****0392	***.002.593-**	-
MIRIAM GOMES DE MORAES	DIRETOR	30,00 %	***976	***.107.233-**	-

Linha de fornecimento

397500 PROMOCOES TURIST,RECREATIVAS E DESPORTIVAS

CNAES

7911-2/00 Agências de viagens

7711-0/00 Locação de automóveis sem condutor

7990-2/00 Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente

Documentos/Certidão	
Habilitação jurídica	
Alvará de localização e funcionamento ou Ficha Cadastral Estadual	Vencimento: 31/12/2023
Certidão simplificada da junta comercial	Vencimento: 17/07/2023
Qualificação econômica	
Balanço Patrimonial do Livro Diário ou Digital	Vencimento: 30/04/2024
Regularidade fiscal e trabalhista	
FGTS	Vencimento: 21/05/2023
Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Divida Ativa da União	Vencimento: 17/09/2023
Certidão Quanto a Tributos Municipais	Vencimento: 13/05/2023
Certidão Quanto a Tributos Estaduais	Vencimento: 11/08/2023
Certidão de Falência e Concordata	Vencimento: 25/06/2023
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	Vencimento: 13/05/2023

A autenticidade deste certificado poderá ser confirmada no portal de compras

Data impressão	Usuário	N. certificado	Thiago Vinicius Aquino Sousa
14/05/2023 15:11:01	F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME	354/2018	Coordenador de Cadastro

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

e-Fornecedor

SECRETARIA ADJUNTA DE REGISTRO DE PREÇOS
SARP

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL - CRC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 282
Patrícia

Qualificação econômica financeira - Balanço patrimonial					
Ano base:	2021	Data balanço:	31/12/2021	Data de vencimento balanço:	31/03/2023
Ativo circulante:		R$ 191.242,06	Passivo Circulante:		R$ 56.677,53
Ativo não circulante:		R$ 411.339,71	Passivo Não Circulante:		
Realizável a Longo Prazo:		R$ 411.339,71	Exigível a Longo Prazo:		R$ 0,00
Ativo Total:		R$ 602.581,77	Passivo Total:		R$ 56.677,53
Patrimônio líquido:		R$ 545.904,24	Liquidez geral:		10,63
Liquidez corrente:		3,37	Solvência geral:		10,63
Receita Bruta:		R$ 163.033,65	Obs: A comprovação de boa situação será aferida com base nos índices maior ou igual a um (>= 1)		

Ato constitutivo	
Nº junta comercial:	20140379037
Data fundação:	14/12/2004
Capital integralizado:	R$ 400.000,00
Data da última alteração:	27/10/2017

Qualificação técnica - Entidade de classe		
CADASTUR - CADASTUR	Validade:	02/02/2023

A autenticidade deste certificado poderá ser confirmada no portal de compras

Data impressão	Usuário	N. certificado	Thiago Vinicius Aquino Sousa
14/05/2023 15:11:01	F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME	354/2018	Coordenador de Cadastro

Prefeitura Municipal de
SÃO LUIS

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 283
Rubrica

Data da Inscrição: 27/01/2023 **Válido Até:** 27/01/2024

DADOS

Razão Social:	**F.C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**			**Data do cadastro:**	14/01/2008
Código:	4250				
Endereço:	RUA INACIO XAVIER DE CARVALHO (RUA 3) LOJA 10 161				
Bairro:	SAO FRANCISCO		**e-mail:**	fcmorais@fcmoraisturismo.com.	
Cidade:	SAO LUIS		**Estado:**	MA	**País:** Brasil
C.E.P.:	65076360	**Telefone:**	32357125		**Fax:** 32273418
CNPJ:	07.133.984/0001-28				

RAMO DE ATIVIDADE:

142 - Locação de automóveis sem condutor

165 - Agências de viagens

167 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente

354 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

424 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê

DOCUMENTAÇÃO:

Descrição do Documento	Nr. do documento	Data Emissão	Data Validade
Certidão Negativa de Dívida Ativa Estadual	230298/22	20/12/2022	19/04/2023
Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União	DA83.9BCF.DA76.9020	20/09/2022	19/03/2023
Certidão Negativa de Débito Estadual	071533/22	17/10/2022	14/02/2023
Certidão Negativa de Débito Municipal (Atividade Econômica - ISS)	00007611812023	09/01/2023	08/02/2023
Alvará de Funcionamento	92120232349356	01/01/2023	31/12/2023
Certificado de Regularidade do FGTS	2023011701033060635 1	17/01/2023	15/02/2023
Certidão de Débitos Trabalhistas	40011976/2022	14/11/2022	13/05/2023

Coord. de Cadastro de Fornecedores
Joel Antony Barbosa Souza
Coord. de Cadastro de Fornecedores
Matricula: 444392-2

Presidente - CPL
Fábio Henrique de Jesus França
Membro/CPL, no exercício da presidência, conforme Portaria nº 05 de 24 de fevereiro de 2022

São Luis, 27 Janeiro 2023

Prefeitura de
VARGEM
GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

Fls. 254
Rubrica



VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS

F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Estado do Maranhão **Certidão Negativa de Débito**

Secretaria da Fazenda

Resultado da Validação da Certidão Negativa de Débito

Nº da Certidão: 213937/23

Data de Validade: 12/12/2023 12:29:43

Data de Emissão: 14/08/2023 12:29:43

Inscrição Estadual: 122168127

CPF/CNPJ: 07133984000128

Razão Social: F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME

Nova Consulta | Imprimir

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 285
Rubrica

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009

Estado do Maranhão **Certidão Negativa de Dívida Ativa**

Secretaria da Fazenda

Resultado da Validação da Certidão NegativaDividaAtiva de Dívida Ativa

CERTIDÃO VÁLIDA!

Nº da Certidão: 070814/23

Data de Validade: 26/01/2024

Data de Emissão: 28/09/2023 08:51:15

Inscrição Estadual: 122168127

CPF/CNPJ: 07133984000128

Razão Social: F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME

Nova Consulta | Imprimir

Fls. 286

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2009

08/11/2023
14:59

Validação - Digidoc

Este documento corresponde a este código de validação (CERTJUDONE-SJDFRSL - 94172023: C438F41361).



Dados do Documento Administrativo

Número do Documento: CERTJUDONE-SJDFRSL - 94172

Código de Validação: C438F41361

Validar Documento

Baixar Original | Visualizar Original

Anexos

Desc Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo	Download
F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO_BOLETO E PGTO	F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO_BOLETO E PGTO.pdf	ANEXO DE DOC ADMINISTRATIVO GENÉRICO	
F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO_CNPJ	F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO_CNPJ.pdf	ANEXO DE DOC ADMINISTRATIVO GENÉRICO	

Assinaturas

Signatário	Data de assinatura	Status do documento
GISELE MEIRELES MENDES	16/10/2023 13:15	RECEBIDO

Clique para visualizar o arquivo original referente a este documento : CERTJUDONE-SJDFRSL 94172023.

Nova consulta

Fls. 288

Verificação de Autenticidade de Alvará de Funcionamento

Destinatário:

○ PESSOA FÍSICA ◉ PESSOA JURÍDICA

CNPJ:*

07.133.984/00

Número do Alvará:*

921202327091

Código de Autenticidade:*

62491F03512EBF8F74692B1E60:

Limpar | Verificar

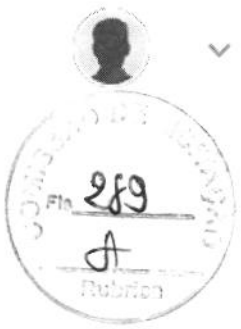
Resultado da Verificação de Autenticidade do Alvará

Este Alvará de Funcionamento é válido. Clique no botão para abaixo para visualização.

Visualizar Alvará

2014 © Prefeitura de São Luís. Todos os direitos reservados.

CADASTUR
MINISTÉRIO DO
TURISMO



Certificado

Número de Cadastro: 07.133.984/0001-28

Nome: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Município: SAO LUIS/MA

AGÊNCIA DE TURISMO
Validade: 07/02/2023 a 07/02/2025

Em caso de denúncia acesse o link e-ouv

Consulta certidão online

DOCUMENTO VERIFICADO

O DOCUMENTO ABAIXO FOI CONFIRMADO COMO **AUTÊNTICO.**

Fls. 290

Nire:21200571173 **CNPJ:**07.133.984/0001-28	**Situação** ATIVA **Status**

Arquivamentos Posteriores

Tipo de Livro	Código de Autenticidade	Número de Ordem	Número de Folhas	Data da Autenticação	Data da Abertura	Data do Encerramento
CAIXA	060019085	1	100	23/05/2006	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
DIÁRIO	090009541	1	11	15/04/2009	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
DIÁRIO	100010555	2	19	31/03/2010	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
DIÁRIO	110018966	3	19	11/05/2011	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
DIÁRIO	120008564	4	25	26/03/2012	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
DIÁRIO	130011045	5	25	01/04/2013	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
DIÁRIO	140017968	6	22	12/05/2014	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
DIÁRIO	150017022	7	27	22/04/2015	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
DIÁRIO	160014980	8	17	03/05/2016	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
DIÁRIO	170023028	9	20	17/04/2017	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
DIÁRIO	180015893	10	26	18/04/2018	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
DIÁRIO	190020580	11	29	30/04/2019	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
DIÁRIO	20200467590	12	18	02/07/2020	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
DIÁRIO	20210643412	13	11	10/05/2021	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX

Esta certidão foi emitida automaticamente em 07/04/2022, às 10:58:12 (horário de Brasilia).

Se impressa, verificar sua autenticidade no**https://www.empresafacil.ma.gov.br**, como código**GBCKQH59**.

MAC2201877680

LARISSA ROCHA DA SILVA

Secretário(a) Geral

Consulta certidão online

DOCUMENTO VERIFICADO

O DOCUMENTO ABAIXO FOI CONFIRMADO COMO AUTÊNTICO.



NIRE (Sede)	CNPJ	Data de Ato Constitutivo	Início de Atividade
21200571173	07.133.984/0001-28	14/12/2004	26/12/2004

Fls. 292

Endereço Completo
Rua INÁCIO XAVIER CARVALHO/RUA 03, Nº 161, LOJA 10, SÃO FRANCISCO - São Luís/MA - CEP 65076-360

Objeto Social
AGÊNCIA DE VIAGENS; SERVIÇOS DE RESERVAS E OUTROS SERVIÇOS DE TURISMO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (SEGURO DE VIAGEM, PACOTE, CRUZEIROS MARÍTIMOS); LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR; SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA; SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PARA EVENTOS E RECEPÇÕES - BUFÊ (ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS); OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTE TERRESTRE NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE (PASSAGENS RODOVIÁRIAS E DE QUALQUER FIM).

Capital Social	Porte	Prazo de Duração
R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) **Capital Integralizado** R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)	ME (Microempresa)	Indeterminado

Dados do Sócio

Nome	CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato
MIRIAM GOMES DE MORAIS	096.107.233-49	R$ 120.000,00	Sócio	S	Indeterminado
FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS	044.002.593-15	R$ 280.000,00	Sócio	S	Indeterminado

Dados do Administrador

Nome	CPF	Término do mandato
MIRIAM GOMES DE MORAIS	096.107.233-49	Indeterminado
FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS	044.002.593-15	Indeterminado

Último Arquivamento

Data	Número	Ato/eventos
04/04/2023	20230446426	223 / 223 - BALANCO

Situação
ATIVA

Status
SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 04/10/2023, às 13:41:49 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **NMATOFEN.**

MAC2302973628

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA

Secretário(a) Geral

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 293
Rubrica

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Fls. 294

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 07.133.984/0001-28
Certidão nº: 20097652/2023
Expedição: 12/05/2023, às 14:19:07
Validade: 08/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.133.984/0001-28**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Fls. 295

CERTJUDONE-SJDFRSL - 94172023
Código de validação: C438F41361

Número da guia: 23057301001622983.

USANDO da faculdade que me confere a Lei. **CERTIFICO** a requerimento de pessoa interessada que dando busca em nossos arquivos dos feitos das **Varas Cíveis e Comércio**, a partir do dia primeiro (1º) do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e treze (2013) até o dia dezesseis (16) do mês de outubro (10) do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR**[1] distribuição de pedido de **Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial ou Insolvência Civil** contra: **F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**, inscrita no **CNPJ** sob **nº 07.133.984/0001-28**. **CERTIFICO** finalmente que a Secretaria Judicial de Distribuição é a única existente nesta Cidade e **Termo Judiciário** de São Luís. O referido é verdade me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria Judicial de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", nesta Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. Eu, **Ana Cristina Brito Alves**, Técnico Judiciário, mat. 102442, consultei e digitei. E eu, **Gisele Meireles Mendes**, Secretária Judicial Substituta da Distribuição, mat. 134577, subscrevo e assino digitalmente.

GISELE MEIRELES MENDES
Secretária Judicial Substituta da Distribuição de Entrância Final
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís
Matrícula 134577

[1] **OBSERVAÇÃO:** o CNPJ e razão social constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário. Os feitos oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos terão sua competência vinculada às Varas Cíveis e/ou Fazenda, de acordo com os litigantes. As consultas foram realizadas no sistema Processo Eletrônico Judicial (PJE) e **ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUIS**. Esta certidão terá validade de sessenta (60) dias (art. 149 do Código de Normas da CGJ) e emitida em uma única via mediante código de Selo Eletrônico Judicial, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor (art. 150 do Código de Normas da CGJ c/c art.7º da Resolução-GP nº 38/2022). Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link https://selos.tjma.jus.br, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor de QR Code.

Documento assinado. SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL, 16/10/2023 13:15 (GISELE MEIRELES MENDES)

Fls. 296

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
07.133.984/0001-28 MATRIZ		**14/12/2004**

NOME EMPRESARIAL
F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
F.C. MORAIS TURISMO	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
79.11-2-00 - Agências de viagens

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
79.90-2-00 - Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente **77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor** **49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista** **56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê** **52.29-0-99 - Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R INACIO XAVIER DE CARVALHO	**161**	**: RUA 3 ; LOJA: 10;**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.076-360	**SAO FRANCISCO**	**SAO LUIS**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
	(98) 3235-7125/ (98) 3227-3418

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**14/12/2004**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/11/2023** às **14:50:08** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONSULTAR QSA VOLTAR IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL



© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.

BRASIL
(HTTPS://GOV.BR)

Confirmação da Autenticidade de Certidões



Resultado da Confirmação de Autenticidade de Certidão

CNPJ: 07.133.984/0001-28

Código de Controle: EC41.D716.3037.584B

Data da Emissão: 18/09/2023

Hora da Emissão: 15:11:14

Tipo Certidão: Positiva com Efeitos de Negativa

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida em 18/09/2023, com validade até 16/03/2024.

Página Anterior (/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Voltar)

Nova consulta (/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Confirmar)

Voltar | Imprimir

Fls 299

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.133.984/0001-28

Razão Social: F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Endereço: RUA INACIO XAVIER DE CARVALHO 161 R 3 LJ 10 / SAO FRANCISCO / SAO LUIS / MA / 65076-360

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:29/10/2023 a 27/11/2023

Certificação Número: 2023102900575416254318

Informação obtida em 08/11/2023 14:37:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Indústria e comércio - SEINC
Junta Comercial do Estado do Maranhão

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Fotocópia de Processo

Fls. 300

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada	**Protocolo: MAC2302775127**

NIRE:	CNPJ:	Natureza Jurídica:	Último Arquivamento Número:
21200571173	07133984000128	Sociedade Empresária Limitada	Data: 04/04/2023

Arquivamentos solicitado:

Número:	Data:	Ato:
20140379037	02/06/2014	ALTERAÇÃO

Esta certidão foi emitida pela Junta Comercial em 21/06/2023, às 13:16:08 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.empresafacil.ma.gov.br**, com o código **J3VZ9PA1**.

MAC2302775127

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário Geral

JUCEMA

Fls. 301

5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME

JUCEMA

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito os abaixo assinados **FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS,** brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 09.09.1950, portador do CPF: 044.002.593-15, Identidade nº 002300392-8, SSP/MA, e **MIRIAM GOMES DE MORAIS,** brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 07/10/1951, empresaria, portadora da cédula de identidade nº 1.209.763 SSP/MA e CPF nº 096.107.233-49, ambos residentes e domiciliados á Rua 20 quadra 02, casa 30 Cohatrac II, nesta cidade de São Luís Capital do estado do Maranhão Cep- 65054-270, ùnicos Sócios da sociedade por quotas de responsabilidade Ltda denominada, **F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA-ME**, firma estabelecida a Rua Inácio Xavier Carvalho / Rua 03, Nº 161 Loja 10 São Francisco, São Luís – Ma, devidamente Inscrita no CNPJ: sob o nº 07.133.984/0001-28 e na junta comercial do estado do Maranhão data de Arquivamento 14/12/2004 sob o Nº. 21200571173, resolvem, assim alterar, e consolidar o contrato social.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETIVO SOCIAL

A sociedade tem por objetivo, 7911/2-00 Agencia de Viagens, 7990/2-00 Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente (seguro de Viagem,pacote, cruzeiros maritimos), neste ato altera a atividade para 7911/2-00 Agência de Viagens; 7990/2-00 Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente(Seguro de viagem, pacote, cruzeiros maritimos)7711/0-00 Locação de automoveis sem condutor, 4923/0-03 serviços de transporte de passageiros – Locação de automóveis com motorista, 5620/1-02 Serviços de alimentação para eventos e recepções – Bufê (organização de eventos), 5229/0-99 Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificados anteriormente (passagens rodoviarias e de qualquer fim).

CLÁUSULA SEGUNDA: CAPITAL SOCIAL

O capital social no valor de R$ 200.000,00(Duzentos Mil Reais), Totalmente integralizado em moeda corrente do país neste ato sofre uma alteração de R$ 200.000,00(Duzentos Mil Reais), Totalizando R$ 400.000,00(Quatrocentos Mil Reais), divididos em 400.000(Qutrocentos Mil) quotas de valor nominal de R$ 1.000,00(Hum Mil Real), cada, sendo a diferença de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), integralizado neste ato em moeda corrente do país, pelos sócios e com a seguinte distribuição.

NOME	QT. COTAS	VALOR R$	%
Francisco das Chagas de Morais	**280.000**	**280.000,00**	**70 %**
Miriam Gomes de Morais	**120.000**	**120.000,00**	**30 %**
TOTAL	**400.000**	**400.000,00**	**100**

A vista da modificação ora ajustada, consolida - se o contrato com a seguinte redação.

52 32

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de FRANCISCO DAS CHAGAS DE [illegible]; MIRIAM GOMES DE MORAIS. Em test° _____ da verdade.

São Luís, [illegible] de junho de 20[illegible] - [illegible] CAB Ch.

Fls. 302

CLAUSULA PRIMEIRA: RAZÃO SOCIAL
A sociedade gira sob o nome empresarial **F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME**

CLÁUSULA SEGUNDA: SEDE
A sociedade tem sua sede a Rua Inácio Xavier Carvalho /Rua 03 Nº. 161 Loja 10 São Francisco São Luís Maranhão CEP: 65076-360.

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1052CC/2002).

CLÁUSULA TERCEIRA: DURAÇÃO
O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CLAUSULA QUARTA: CAUÇÃO
Os socios ficam dispensados da apresentação de caução.

CLÁUSULA QUINTA: ADMINISTRAÇÃO
A sociedade será administrada e representada plenamente ativa e passivamente, em juizo e fora dele, e nas suas relações com terceiros, por todos os sócios, em conjunto, ou isoladamente, bastando a assinatura de qualquer um dos mesmos para qualquer ato que a sociedade venha realizar com poderes e atribuições de ser autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas bem como onerar ou alienar bens imoveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

CLÁUSULA SEXTA: RETIRADA "PRO - LABORE"
Os sócios poderão, de comum acordo e a qualquer tempo fixar uma retirada mensal pelo exercicio da gerência, a titulo de Pro – labore, respeitadas as limitações legais vigente.

CLÁUSULA SETIMA: DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE
Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, não sendo possivel ou inexistindo interesse destes ou sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, á data da resolução, verificado.

Paragrafo Unico- O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA OITAVA: LUCROS E/OU PREJUÍZOS
Ao termino de cada exercicio social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo á elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Fls. 303

0206 14

CLÁUSULA NONA : USO DO NOME COMERCIAL
A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios, alterar o presente contrato, seja qual for a finalidade, constituir procuradores para a pratica de quaisquer dos atos privativos do sócio gerente, atos que deverão ser especificados nos respectivos instrumentos, onde se explicará ainda, o prazo de vigencia do mandato, que nunca poderá ultrapassar a um ano.

CLÁUSULA DÉCIMA: DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO
Os Administradores declaram sob as penas da lei de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sitema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:
O uso da denominação social, a administração e a representação judicial e extra judicial será exercida pelo sócio Francisco das Chagas de Morais ou pela sócia Miriam Gomes de Morais, podendo o mesmo ou a mesma, representar a sociedade junto ao comércio,industria, rede bancaria e orgãos federais,estaduais e municipais nomearam procuradores **AD-NEGOTIA e AD- JUDITIA**, sendo – lhes entretanto vedado o uso da firma em negócios alheios aos fins sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: FORO
Fica eleito o foro da cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando os contratantes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três), vias de igual teor e forma.

1º Ofício de Notas

1º Ofício de Notas

São Luís (MA), 26 de Maio de 2014.

Francisco das Chagas de Morais
CPF: 044.002.593-15
Ident.: 002300392-8 SSP/MA

Miriam Gomes de Morais
CPF: 096.107.233-49
Ident.: 1.209.763 SSP/MA

TABELIONADO DO PRIMEIRO OFICIO DE NOTAS DE SÃO LUIS-MA
TABELIÃO DR TITO ANTÔNIO DE SOUZA SOARES
TABELIÃO SUBSTITUTO - FABIO TITO SOARES
RUA DO SOL, 156-A, CENTRO - CEP: 65020-590 - FONE: 98 3231-9116
e-mail: cartoriotitosoares@gmail.com
Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS; MIRIAM GOMES DE MORAIS. Em test° _____ da verdade.""
São Luís-MA, 02 de Junho de 2014 às 10:52:32
Antônio Glayvson Silva - Escrevente

Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Maranhão
Reconhecimento de Firma
000022945353
Reconhecimento de Firma
000022945354

Fls. 304

JUCEMA

Junta Comercial do Estado do Maranhão
Certifico o Registro em 02/06/2014 Sob Nº 20140379037
Protocolo : 140379037 de 02/06/2014 NIRE: 21200571173
F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
Chancela : 9153628415EEE5CA95063BC4C1F26E16F297950D
São Luis, 02/06/2014

CLEDINICE BASTOS DA FONSECA
Secretário(a) Geral

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

EMPRESA FÁCIL



Acesso exclusivo dos órgãos estaduais e municipais

Autenticidade de documentos

DADOS DA CONSULTA

Protocolo:

230446426

Data do Protocolo:

04/04/2023

Número de Registro:

21200571173

Arquivamento:

20230446426

Empresa:

F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

Documento(s):

Balanço

< Voltar

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

Contato (98) 2106-8500 - Outros contatos

ouvidoria@jucema.ma.gov.br

Endereço: **Av. Pedro II, N°199 - Centro, São Luís - MA, 65010-450**

Desenvolvido por: VOX



GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS
EMPRESA FÁCIL

Fls. 307

Acesso exclusivo dos órgãos estaduais e municipais

Autenticidade de Livros

DADOS DA CONSULTA

Protocolo:

230450024

Data do Protocolo:

08/11/2023

Número de Registro:

21200571173

Empresa:

F. C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

Documento(s):

Termo de Autenticação

Voltar

Contato (98) 2106-8500 - Outros contatos

ouvidoria@jucema.ma.gov.br

Endereço: Av. Pedro II, N°199 - Centro, São Luís - MA, 65010-450

Desenvolvido por:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
30f
Rubrica

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 309
Rubrica

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 07.133.984/0001-28
Razão social: F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
Nome fantasia: F C MORAIS TURISMO

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
29/10/2023	29/10/2023 a 27/11/2023	202310290057541625431 8
10/10/2023	10/10/2023 a 08/11/2023	20231010185039360376 60
21/09/2023	21/09/2023 a 20/10/2023	20230921064021041510 33
02/09/2023	02/09/2023 a 01/10/2023	20230902010139191773 90
14/08/2023	14/08/2023 a 12/09/2023	20230814184714301066 94
26/07/2023	26/07/2023 a 24/08/2023	20230726054331143736 15
07/07/2023	07/07/2023 a 05/08/2023	20230707185901032868 50
18/06/2023	18/06/2023 a 17/07/2023	20230618004858465574 70
30/05/2023	30/05/2023 a 28/06/2023	20230530011220944887 82
11/05/2023	11/05/2023 a 09/06/2023	20230511010648138520 49
22/04/2023	22/04/2023 a 21/05/2023	20230422005531468413 67
03/04/2023	03/04/2023 a 02/05/2023	20230403005526936345 09
15/03/2023	15/03/2023 a 13/04/2023	20230315010521730713 40
24/02/2023	24/02/2023 a 25/03/2023	20230224011039566648 69
05/02/2023	05/02/2023 a 06/03/2023	20230205004054929279 62
17/01/2023	17/01/2023 a 15/02/2023	20230117010330606351 30
29/12/2022	29/12/2022 a 27/01/2023	20221229010543010273 32
10/12/2022	10/12/2022 a 08/01/2023	20221210010320761038 32
21/11/2022	21/11/2022 a 20/12/2022	20221121005744096719 09
02/11/2022	02/11/2022 a 01/12/2022	20221102010258184197 03
14/10/2022	14/10/2022 a 12/11/2022	20221014012016823195 28
25/09/2022	25/09/2022 a 24/10/2022	20220925004908050741 60
06/09/2022	06/09/2022 a 05/10/2022	20220906012243853872 37
18/08/2022	18/08/2022 a 16/09/2022	20220818010359604710 40
30/07/2022	30/07/2022 a 28/08/2022	20220730010225376917 00
11/07/2022	11/07/2022 a 09/08/2022	20220711005020264030 84
22/06/2022	22/06/2022 a 21/07/2022	20220622005854850608 26
03/06/2022	03/06/2022 a 02/07/2022	20220603011209221854 97
15/05/2022	15/05/2022 a 13/06/2022	20220515004542333976 30
26/04/2022	26/04/2022 a 25/05/2022	20220426011101177505 90

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
07/04/2022	07/04/2022 a 06/05/2022	202204070102427958005 5
19/03/2022	19/03/2022 a 17/04/2022	20220319011551428942 10
28/02/2022	28/02/2022 a 29/03/2022	20220228004138747397 07
09/02/2022	09/02/2022 a 10/03/2022	20220209005824342331 44
21/01/2022	21/01/2022 a 19/02/2022	20220121024427232259 90
29/12/2021	29/12/2021 a 27/01/2022	20211229015134776423 12
10/12/2021	10/12/2021 a 08/01/2022	20211210015530716641 24
21/11/2021	21/11/2021 a 20/12/2021	20211121014217684291 04

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 310
Rubrica

Resultado da consulta em 08/11/2023 14:37:39

Voltar

›Consulta Optantes



Data da consulta: 08/11/2023 15:05:45

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **07.133.984/0001-28**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 01/07/2007**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

✚ Mais informações

Voltar (/consultaoptantes) | Gerar PDF

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO MARANHÃO

SERVIÇOS ONLINE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 312
Rubrica

ACESSO PÚBLICO \ CONFIRMAÇÃO DE VERACIDADE

Certificação Digital de Documento Emitido

Dados do documento CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Número de Controle:	789141
Data de emissão:	08/08/2023 às 12:38:28
Validade:	06/11/2023
Número Registro:	MA-013882/O-8
Nome:	LUIZ AUGUSTO OLIVEIRA COSTA

Voltar

© 2023 Spiderware

CERTIFICADO
102023009218150

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 313
Rubrica

PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

NÚMERO DA CERTIDÃO: 00008344222023

Validade: **30/11/2023**

CERTIFICAMOS QUE, VERIFICANDO OS REGISTROS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, CONSTATAMOS EXISTIR, NESTA DATA, PENDÊNCIAS CADASTRADAS NA INSCRIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA DESCRITA ABAIXO, AS QUAIS ESTÃO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA, CONFORME O DISPOSTO NO ARTIGO 151 DO CTN E NOS ARTIGOS 80 E 81, DA LEI 6.289, DE 28/12/2017, RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL INSCREVER E COBRAR DÉBITOS AINDA NÃO REGISTRADOS OU QUE VENHAM A SER APURADOS.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA		
CNPJ: 07.133.984/0001-28	**Inscrição Municipal:** 53353002	
Razão Social: F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME		
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL		
791120000 – AGENCIAS DE VIAGENS		
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO		
Logradouro: RUA INACIO XAVIER DE CARVALHO		
Número: 161	**Complemento:** : RUA 3 ; LOJA: 10;	
Bairro: SAO FRANCISCO		
Município: SAO LUIS – MA		**CEP:** 65076360

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **31 de outubro de 2023 ?s 11:15**, sob o código de autenticidade nº **239FFCB8C88BE7B3E0B4B85E51694F62**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NÃO É VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 314
Rubrica

CERTIFICADO
102023009217265

PREFEITURA DE SAO LUIS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDAO NEGATIVA

NUMERO DA CERTIDAO: 00008267812023

Validade: **24/01/2024**

CERTIFICAMOS QUE ATE A PRESENTE DATA NAO CONSTA DEBITO FISCAL RELATIVO AO IMOVEL, DESCRITO ABAIXO, RESERVA-SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE COMPROVADAS, HIPOTESE PREVISTA NOS ARTIGOS 80 E 146, DA LEI 6.289, DE 28/12/2017 DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL.

DADOS DO IMÓVEL	
Inscricao Imobiliaria: 26080436018100100	
Endereco: RUA INACIO XAVIER CARVALHO/RUA 3	
Numero: 161	**Complemento:** LOJA 10
Bairro: SAO FRANCISCO	**CEP:** 65076360
SETORIZACÃO	
Distrito: 26	**Setor:**8
Quadra: 436	**Lote:** 0181
PROPRIETÁRIOS	
07.133.984/0001-28 - F. C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME	

A presente certidao, sem conter rasuras, tem sua eficacia ate a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em Sao Luis (MA), em **26 de setembro de 2023 ?s 16:29**, sob o codigo de autenticidade nº **064319DE2691643547A56D604843AB7E.**

A autenticidade desta certidao podera ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NAO E VALIDA A CERTIDAO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

F.C.MORAIS
turismo

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 315
Rubrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE -MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0101.07156.2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE 036/2023

ADEGUAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

NOME DE FANTASIA: F C MORAIS TURISMO LTDA	
RAZÃO SOCIAL:F C MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURIMSO LTDA	
C.N.P.J: 07.133.984/0001-28	
INSC. EST: 12.216.812-7	
OPTANTE PELO SIMPLES (SIM) NÃO ( )	
RUA INÁCIO XAVIER DE CARVALHO, Nº 161 – CENTRO EMPRESARIAL SAINT LOUIS – LOJA 10 -SÃO FRANCISCO CEP:65.076-360 – SÃO LUÍS-MA.	
BAIRRO: SÃO FRANCISCO	CIDADE: SÃO LUÍS
CEP: 65.076-360	EMAIL FCMORAIS@FCMORAISTURISMO.COM.BR
CONTATO DA LICITANTE:	TELEFONE: (98) 99972-8050
BANCO ITAÚ: Nº DA AGÊNCIA: 1140	CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE: 38711-7
RESPONSÁVEL LEGAL:	FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS

OBJETO Passagem aérea compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, os casos em que isto representa toda a contratação.
Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Munjcipais de Vargem Grande/MA, conforme especificações do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.
Trecho compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea
VALIDADE DA PROPOSTA: no mínimo 60 (sessenta) dias
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: **R$ 325.000,00 (TREZENTOS E VINTE E CINCO MIL REAIS)**
A EMPRESA:F C MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURIMSO LTDA, DECLARA QUE:
1-ESTÃO INCLUSOS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTO E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE.
2-VALIDADE DA PROPOSTA 60 (SESSENTA) DIAS A CONTAR DA ADATA DE SUA APRESENTAÇÃO.
3-PRAZO DE INÍCIO DE FORNEIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE RFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
4- QUE NÃO POSSUI COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VARGARS-MA. E AINDA CÔNJUGE, CAMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.
5- QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS MATERIAS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE DITAL A CONTAR DO RECEBEIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SEMILAR, NA RUA INÁCIO XAVIER DE CARVALHO, Nº 161 – CENTRO EMPRESARIAL SAINT LOUIS – LOJA 10 -SÃO FRANCISCO CEP:65.076-360 – SÃO LUÍS-MA. TODAS AS PASSAGENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DISCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

F.C.MORAIS
turismo

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 316
Rubrica

LOTE/ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	PRECENTUAL DES DESCONTO	VALOR FINAL
01	**OBJETO Passagem aérea** compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, os casos em que isto representa toda a contratação. Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, conforme especificações do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital. **Trecho** compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea	R$ 495.000,00	33% (Trinta e três por cento)	R$ 331.650,00 (Trezentos e trinta um mil seiscentos cinquenta reais)

São Luís, 06 de novembro de 2023

F.C. MORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
SOCIO - ADIMINISTRATIVO

F. C. MORAIS TURISMO
Francisco das C Morais
Sócio Gerente

MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 317
Rubrica

Ata do Processo

Ata da sessão de licitação pública, na modalidade de Registro de Preços, a que se refere o edital nº PE-036/2023-CPL/PMVG do(a) MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE, CNPJ 05.648.738/0001-83.

Nome do promotor / comprador: MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE
Data de início do recebimento das propostas: 24 de outubro de 2023 às 10:00
Data da Realização: 06 de novembro de 2023 às 10:00
Local: www.licitamaisbrasil.com.br
Pregoeiro responsável: Ricardo Barros Pereira
Ao(s) 06 dia(s) do mês novembro do ano de 2023, no endereço eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br, nos termos da convocação de aviso de licitação, reuniram-se o(a) pregoeiro(a) Sr.(a) Ricardo Barros Pereira juntamente com a equipe de apoio Sr.(a) Karllianne Dos Santos Vidinha e Maria Cleiciane Costa Conceição, para proceder a sessão pública de Registro de Preços com o objetivo de Contratação de serviços comuns: Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA..

Empresas participantes

Nome da Empresa:	CNPJ:	Responsável:	Telefone:	E-mail:
F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	07.133.984/0001-28	FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS	(98) 32357-1259	suporte@fcmoraisturismo.com.br
PLANET TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA	04.405.089/0001-27	Lourdemar de Sa Uchoa	(98) 32271-3389	financeiro@planettour.tur.br
BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA	23.361.387/0001-07	MICHELLE LEMOS TRINDADE SOUSA	(61) 3877-1790	comercial02@brasitur.com.br
MELO AMORIM TURISMO EIRELI	30.277.981/0001-80	RHUANNA CINTHIA DE CARVALHO MELO AMORIM	(84) 99929-6211	libertyviagensrn@gmail.com

Resultados Por Item/Lote

Item/Lote 1: Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas
Participação: Ampla participação
Situação: Homologação
Empresa vencedora: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Valor Unitário:	Quantidade:	Valor Global:	Valor de Referência:	Diferença:
R$ 331.650,0000	1,00	R$ 331.650,0000	R$ 495.000,0000	-R$ 163.350,0000

Classificação final do(s) Participante(s):

Nome do Participante:	CNPJ:	Classificado:	Lance Inicial:	Lance Final:
F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	**07.133.984/0001-28**	**Sim**	**R$ 470.250,0000**	**R$ 331.650,0000**
PLANET TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA	04.405.089/0001-27	Sim	R$ 480.150,0000	R$ 336.600,0000
BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA	23.361.387/0001-07	Sim	R$ 480.150,0000	R$ 455.400,0000
MELO AMORIM TURISMO EIRELI	30.277.981/0001-80	Sim	R$ 470.250,0000	R$ 470.250,0000

Fornecedores aderentes ao cadastro de reserva:

Não houve formação do Cadastro de Reserva devido à falta de fornecedores aptos.

Resultados / Métricas do Processo

Somatória dos Valores de Referência: R$ 495.000,0000
Somatória dos Valores Finais: R$ 331.650,0000
Diferença Total: -R$ 163.350,00
Quantidade de Lotes/Itens no processo: 1

MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 318
Rubrica

Quantidade de Lotes/Itens Negociados: 1
Quantidade de Lotes/Itens Fracassados: 0
Quantidade de Empresas Participantes: 4
Quantidade de Empresas Vencedoras: 0
Duração total do processo: 24 dias 3 horas e 57 minutos

Os registros realizados pelo sistema de todas a ações ocorridas na sala de negociação, como as mensagens trocadas durante a sessão, os lances intermediários e os valores de itens/lotes consolidados por licitantes, se encontram no relatório de disputa, anexo a essa ata.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão pública do Registro de Preços às 13:57, do dia 17 de novembro de 2023, sendo a respectiva Ata lavrada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Pregoeiro(a): Ricardo Barros Pereira

Equipe de Apoio: Karllianne Dos Santos Vidinha

Equipe de Apoio: Maria Cleiciane Costa Conceição

MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 319
Rubrica

Anexo I - Relatório de Disputa

Nome do promotor / comprador: MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE

Edital: PE-036/2023-CPL/PMVG
Data de início do recebimento das propostas: 24 de outubro de 2023 às 10:00
Data da Realização: 06 de novembro de 2023 às 10:00
Local: www.licitamaisbrasil.com.br
Pregoeiro(a) responsável: Ricardo Barros Pereira
Ao(s) 06 dia(s) do mês novembro do ano de 2023, no endereço eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br, nos termos da convocação de aviso de licitação, reuniram-se o(a) pregoeiro(a) Sr.(a) Ricardo Barros Pereira juntamente com a equipe de apoio Sr.(a) Karllianne Dos Santos Vidinha e Maria Cleiciane Costa Conceição, para proceder a sessão pública de Registro de Preços com o objetivo de Contratação de serviços comuns: Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA..

Resultados Por Item/Lote

Item/Lote 1: Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas
Situação: Homologação
Empresa vencedora: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ Empresa Vencedora: 07.133.984/0001-28
Responsável pela Empresa Vencedora: FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAIS
Telefone Empresa Vencedora: (98) 32357-1259

Empresas participantes

Nome da Empresa:	CNPJ:	Classificado:	Lance Inicial:
MELO AMORIM TURISMO EIRELI	30.277.981/0001-80	Sim	R$ 470.250,0000
F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	07.133.984/0001-28	Sim	R$ 470.250,0000
PLANET TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA	04.405.089/0001-27	Sim	R$ 480.150,0000
BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA	23.361.387/0001-07	Sim	R$ 480.150,0000

Lances Cadastrados Durante a Fase de Registro de Preços

Data / Hora:	Participante:	Valor:
08/11/2023 - 10:20	**F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**	**R$ 331.650,0000**
08/11/2023 - 10:19	PLANET TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA	R$ 336.600,0000
08/11/2023 - 10:15	**F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**	**R$ 386.100,0000**
08/11/2023 - 10:15	PLANET TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA	R$ 400.950,0000
08/11/2023 - 10:09	**F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**	**R$ 420.750,0000**
08/11/2023 - 10:06	PLANET TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA	R$ 435.600,0000
08/11/2023 - 10:05	BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA	R$ 455.400,0000

Histórico do Chat de Mensagens

Data / Hora:	Autor:	Descrição:
17/11/2023 - 13:57	Mensagem do sistema	Lote/Item adjudicado, iniciada a Etapa de Homologação do Lote/Item em favor do licitante
17/11/2023 - 13:57	Mensagem do sistema	Iniciado os procedimentos para adjudicação do Lote/Item em favor do licitante
17/11/2023 - 11:10	Mensagem do sistema	O 1° Colocado foi habilitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, está iniciada a Etapa de Interesse em Interpor Recursos, as empresas interessadas em interpor recurso ao processo, terão 30 minutos para fazê-lo através do botão "Indicar Interesse em interpor recursos"
17/11/2023 - 11:10	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	sera dado inicio a etapa de manifestação de recurso.
17/11/2023 - 11:10	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	Bom dia a todos!
16/11/2023 - 08:48	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	Bom dia a todos, daremos continuidade a sessão no dia 17/11 as 11:00hrs
14/11/2023 - 16:50	Mensagem do sistema	O licitante F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA anexou a proposta readequada

MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 320
Rubrica

Data / Hora:	Autor:	Descrição:
14/11/2023 - 15:02	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	Fica aberto o prazo de 2 horas para o envio da proposta readequada conforme o item 8.3.2 e anexo VI do instrumento convocatório.
14/11/2023 - 15:01	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	Após análise de todos os documentos, foram verificadas também as autenticidades das certidões emitidas via internet, observando-se o atendimento aos requisitos do edital quanto à habilitação.
14/11/2023 - 15:01	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	Boa tarde! Informo que foram realizadas pesquisas referentes à "Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União", não havendo registros em nome da empresas
14/11/2023 - 14:59	Mensagem do sistema	Processo reiniciado.
13/11/2023 - 10:20	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	Bom dia a todos, informo que não foi possivel concluit as devidas analises da documentação até a presente data ficando assima sessão adiada para o dia 14/11 as 15:00 hrs
08/11/2023 - 10:29	Mensagem do sistema	Processo temporariamente suspenso.
08/11/2023 - 10:29	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	A sessão sera suspensa para analise dos documentos de habilitação, retornaremos no dia 13/11 as 10:00hrs.
08/11/2023 - 10:25	Mensagem do sistema	Negociações encerradas. Iniciada a Etapa de Habilitação do 1° Colocado, em caso de dúvidas ou apontamentos, contatar o Pregoeiro/Agente de Contratação através do Chat de Mensagens. Licitantes interessados em Aderir ao Cadastro de Reserva, poderão sinalizar através do botão "Aderir ao Cadastro de Reserva"
08/11/2023 - 10:24	Mensagem do sistema	Iniciada a Etapa de Negociação com o 1° Colocado. Favor se atentarem as mensagens encaminhadas pelo Pregoeiro/Agente de Contratação através do Chat de Mensagens.
08/11/2023 - 10:19	Mensagem do sistema	Iniciado tempo extra de 5 minutos para o lance final dos licitantes: Licitante 8, Licitante 77, Licitante 29.
08/11/2023 - 10:18	Mensagem do sistema	Iniciado o período randômico, o pregão será encerrado aleatoriamente pelo sistema.
08/11/2023 - 10:03	Mensagem do sistema	Iniciada a Etapa de Lances, em caso de dúvidas ou solicitações, contatar o Pregoeiro/Agente de Contratação através do Chat de Mensagens.
08/11/2023 - 10:02	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, a licitante que não mantiver sua proposta poderá ficar impedida de licitar e contratar com esta Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos, razão pela qual, ela deverá formular seus lances com responsabilidade.
08/11/2023 - 10:02	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	Após a etapa de lances, o pregoeiro poderá realizar diligência, com fundamento no art. 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93, destinada a esclarecer ou complementar informações sobre os documentos já enviados no momento do cadastramento da proposta.
08/11/2023 - 10:02	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	Pedimos aos senhores(as) que tenham responsabilidades ao ofertar seus valores, para que possam cumprir com suas propostas.
08/11/2023 - 10:01	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	É importante deixar bem claro que são de responsabilidade da licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de propostas e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja realizado por terceiros.
08/11/2023 - 10:01	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	Bom dia a todos!
08/11/2023 - 10:01	Mensagem do sistema	Processo reiniciado.
06/11/2023 - 10:07	Mensagem do sistema	Processo temporariamente suspenso.
06/11/2023 - 10:07	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	As 10 horas
06/11/2023 - 10:07	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	Senhores licitantes, informo que iniciará a análise das fichas técnicas anexadas no sistema, e retornaremos a sessão no dia 08/11/2023 para a devida fase de lances, aguardo todos. Agradeço pela compreensão e até breve!
06/11/2023 - 10:04	Mensagem do sistema	Iniciada a Etapa de Análise das propostas iniciais apresentadas pelos licitantes interessados no processo.
06/11/2023 - 10:04	Pregoeiro(a) - Ricardo Barros Pereira	Bom dia a todos, daremos inicio agora ao pregão eletrônico nº PE-036/2023-CPL/PMVG
06/11/2023 - 09:00	Mensagem do sistema	Está encerrado o prazo para o envio das propostas inicais.
24/10/2023 - 10:00	Mensagem do sistema	O processo está aberto para o envio das propostas iniciais.

Fls. 321
Rubrica

Pregoeiro(a): Ricardo Barros Pereira

Equipe de Apoio: Karllianne Dos Santos Vidinha

quipe de Apoio: Maria Cleiciane Costa Conceição

MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE

Fls. 322

Relatório de Classificação

Relatório de Classificação da licitação pública, na modalidade de Registro de Preços, a que se refere o edital nº PE-036/2023-CPL/PMVG do(a) MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE, CNPJ 05.648.738/0001-83.

Nome do promotor / comprador: MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE
Edital: PE-036/2023-CPL/PMVG
Data de início do recebimento das propostas: 24 de outubro de 2023 às 10:00
Data da Realização: 06 de novembro de 2023 às 10:00
Local: www.licitamaisbrasil.com.br
Pregoeiro responsável: Ricardo Barros Pereira
Ao(s) 06 dia(s) do mês novembro do ano de 2023, no endereço eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br, nos termos da convocação de aviso de licitação, reuniram-se o(a) pregoeiro(a) Sr.(a) Ricardo Barros Pereira juntamente com a equipe de apoio Sr.(a) Karllianne Dos Santos Vidinha e Maria Cleiciane Costa Conceição, para proceder a sessão pública de Registro de Preços com o objetivo de adquirir/contratar: Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA..

Item/Lote 1: Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas
Participação: Ampla participação
Situação: Homologação
Motivo:
Classificação final do(s) Participante(s):

Nome do Participante:	CNPJ:	Classificado:	Lance Final:
F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	**07.133.984/0001-28**	**Sim**	**R$ 331.650,0000**
PLANET TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA	04.405.089/0001-27	Sim	R$ 336.600,0000
BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA	23.361.387/0001-07	Sim	R$ 455.400,0000
MELO AMORIM TURISMO EIRELI	30.277.981/0001-80	Sim	R$ 470.250,0000

Pregoeiro(a): Ricardo Barros Pereira

Equipe de Apoio: Karllianne Dos Santos Vidinha

Equipe de Apoio: Maria Cleiciane Costa Conceição

MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 323
Rubrica

Relatório de Primeiros Colocados da Fase de Lances

Nome do promotor / comprador: MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE

Edital: PE-036/2023-CPL/PMVG
Data de início do recebimento das propostas: 24 de outubro de 2023 às 10:00
Data da Realização: 06 de novembro de 2023 às 10:00
Local: www.licitamaisbrasil.com.br
Pregoeiro(a) responsável: Ricardo Barros Pereira

Empresa: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 07.133.984/0001-28
Valor total do Fornecedor: R$ 331.650,0000

Lote:	Especificação:	Unidade:	Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas	Serviço	1,00	R$ 331.650,0000	R$ 331.650,0000

Pregoeiro(a): Ricardo Barros Pereira

Equipe de Apoio: Karllianne Dos Santos Vidinha

Equipe de Apoio: Maria Cleiciane Costa Conceição

MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
324
Rubrica

Termo de Adjudicação

Nome do promotor / comprador: MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE

Edital: PE-036/2023-CPL/PMVG
O(A) Pregoeiro(a) da(o) MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE, sr.(a) Ricardo Barros Pereira, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 8666/1993 e Lei 10.520/2002), após exame e deliberação do processo administrativo Nº 0101.07156.2023 que institui o presente Registro de Preços, resolve Adjudicar.

Empresas vencedoras

Empresa:	Total:
F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	R$ 331.650,0000

Lote 1:
Situação: Homologação
Empresa vencedora: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
Item: Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas

Valor Unitário:	Quantidade:	Valor Global:	Valor de Referência:	Diferença:
R$ 331.650,0000	1,00	R$ 331.650,0000	R$ 495.000,0000	-R$ 163.350,0000

Data e horário da Adjudicação:
17 de novembro de 2023 às 13:57

Pregoeiro: Ricardo Barros Pereira

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 325
Rubrica

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP-036/2023-CPL/PMVG
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 0101.07156.2023

Tornamos público o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP-036/2023-CPL/PMVG. PROC. ADMINISTRATIVO Nº 0101.07156.2023, do tipo Maior desconto, objetivando a Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, tendo como vencedora a empresa: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA inscrita no CNPJ nº 07.133.984/0001-28 considerada vencedora total do certame com valor total de R$ 331.650,0000 (trezentos e trinta e um mil e seiscentos e cinqueta reais) Comunica assim o resultado final do Procedimento, levando em conta o interesse público e Administrativo.

Vargem Grande - MA, em 17 de Novembro de 2023.

Ricardo Barros Pereira
Pregoeiro Municipal
Portaria 004/2023

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 326
Rubrica

À
Assessoria Jurídica do Município
Nesta.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-036/2023-CPL/PMVG

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vargem Grande - MA, vem solicitar da Assessoria jurídica o parecer conclusivo referente ao **Pregão Eletrônico nº PE-036/2023-CPL/PMVG**, segue anexo à documentação que compõem o presente processo.

Vargem Grande - MA, 17 de Novembro de 2023.

Ricardo Barros Pereira
Pregoeiro Municipal
Portaria nº 004/2023

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 327
Rubrica

ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE – MA

REF.PROC. N º 0101.07156.2023

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Educação

ASSUNTO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12 (doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA.

PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO Nº 071/2023 – ASSEJUR/CPL

➢ RELATÓRIO:

Veio a conhecimento da Assessoria Jurídica do Município a existência do processo 0101.07156.2023, para a análise quanto à legalidade para o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12 (doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA.

• FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados.

Nossa função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 328
Rubrica

Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado e escolha da modalidade, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

- FUNDAMENTAÇÃO

A doutrina administrativista conceitua licitação como um procedimento administrativo, de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da administração pública, em que, observada a igualdade entre os participantes, seleciona a proposta mais vantajosa ao poder público, uma vez preenchidos os requisitos mínimos necessários ao bom cumprimento das obrigações elencadas no instrumento convocatório e em seu respectivo contrato administrativo.

Trata-se, portanto, de uma disputa isonômica ao fim da qual será selecionada dentre as propostas apresentadas, aquela que demonstra maior vantajosidade aos interesses da administração para realização de obras, serviços, concessões, alienação, compras, entre outros. Tal premissa, encontra-se expressa na Carta Magna, *in verbis:*

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 329
Rubrica

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
>
> XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A realização de licitação na modalidade Pregão é aplicável para a contratação de bens e serviços comuns, independentemente do valor, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.520/02, o que se aplica ao caso em tela, uma vez que o objeto licitado é Serviços. As modalidades podem ser definidas de acordo com o art. 22, da Lei nº 8.666/93. Porém optou-se por utilizar o Pregão, visto a sua garantia de isonomia.

Vale destacar, para fins de verificação da adequação da modalidade utilizada, posicionamentos do TCU, a seguir:

> *"Utilize, sempre que possível, a modalidade de pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e de qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, podendo, todavia, adotar outra modalidade, mas, neste caso, desde que a escolha seja devidamente justificada." Acórdão nº 2.900/2009 – Plenário;*
>
> *"Verifica-se, portanto, que o principal aspecto a ser observado no que se refere a opção pela modalidade de pregão e a possibilidade de se imprimir que se ressaltar que os procedimentos executados pela Administração Publica para realização do pregão devem também obedecer aos princípios norteadores de todo ato administrativo, em especial, aqueles previstos no art. 37, caput, da Lei Maior." Acórdão nº 1182/2007 – Plenário.*

A modalidade de licitação pregão pode ser realizada, de acordo com a legislação federal, no modo presencial (Decreto Federal nº 3.555/2000) e no modo eletrônico (Decreto Federal nº 5.450/2005), sendo este último utilizado no caso em comento.

O pregão eletrônico é uma das formas de realização da modalidade licitatória de pregão, apresentando as regras básicas do pregão presencial com procedimentos específicos, caracterizando-se

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
330
Rubrica

especialmente pela ausência da "presença física" do pregoeiro e dos demais licitantes, uma vez que toda interação é feita por meio de sistema eletrônico de comunicação pela internet, tendo como importante atributo a potencialização de agilidade aos processos licitatórios, minimizando custos para a Administração Pública.

O uso e a aplicabilidade do pregão, na forma eletrônica, proporcionam grandes vantagens aos entes públicos, notadamente em virtude de suas características de celeridade, desburocratização, economia, ampla divulgação, publicidade e eficiência na contratação.

Assim, dadas as vantagens do pregão eletrônico, o Decreto n° 10.024, de 20 de setembro de 2019, tornou obrigatória a utilização da modalidade eletrônica para aquisição de bens e serviço comuns, *in verbis:*

> Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
>
> § 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

Com dito ao norte a minuta do Edital e do instrumento do contrato acostados folhas pretéritas restam apreciados e aprovados pelo parecer preliminar acostado aos autos, portanto este parecer figurará como conclusivo.

Tendo em vista tratar-se de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, além das disposições contidas na Lei Geral de Licitações – que no caso tem aplicação subsidiária – devem ser observadas as determinações contidas na Lei 10.520/2002 e Decreto Federal n.: 7.892/2013.

No caso em tela, verifica-se o atendimento aos ditames legais, visto que a modalidade licitatória utilizada está correta e consta nos autos a pesquisa de mercado.

- DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Registro de Preços encontra previsão no art. 15, II, da Lei nº 8.666/1993 como procedimento a ser utilizado preferencialmente para as compras realizadas pela Administração Pública. Contudo, o Decreto

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 331
Rubrica

Federal nº 7.892/2013, ao regulamentar o dispositivo, previu a sua utilização para além da aquisição de bens, autorizando a adoção nas contratações de serviços.

Impende registrar que o sistema de registro de preços tem como objetivo primordial facilitar as contratações futuras, evitando que, a cada vez, seja realizado novo procedimento licitatório.

Como se observa, no caso em comento é adequado o enquadramento do objeto a ser contratado às hipóteses descritas no Decreto Federal nº 7.892/2013, pois apresentou as razões que justificam a adoção do SRP.

- ANÁLISE DO PROCESSO:

O procedimento administrativo instaurado para a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cuja regulamentação consta na Lei nº 10.520/02, está instruído com as seguintes peças, em cumprimento ao art. 38 da Lei nº 8.666/93, cuja aplicação é subsidiária nesta modalidade de licitação:

1- Solicitação de abertura de licitação, feita pela Secretaria Municipal de Educação, que tem por finalidade o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12 (doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA;

2- Pesquisas de preço para média de preços auferidos no mercado;

3- Portaria - designação do Pregoeiro e equipe de apoio;

4- Minuta do edital e contrato;

5- Parecer da Consultoria Jurídica – sobre o procedimento licitatório conjunto e referente à minuta do edital e contrato;

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 332
Rubrica

6- Consigna-se que houve publicação dos avisos de licitação do Pregão Eletrônico 036/2023, nos meios oficiais, conforme publicação em anexadas ao processo, com data de abertura no dia 06 de novembro de 2023 as 10:00hrs, portanto em estrita obediência à legislação pertinente quanto à forma e os prazos para a realização do certame, respeitando assim o princípio da publicidade e de acordo com o previsto no art. 20, do Decreto nº 10.024/19;

7- A convocação dos interessados ocorreu por meio da publicação do Edital – e-DOM, DOE e Jornal de grande circulação;

- **DA SESSÃO DE JULGAMETNO**

1. A Sessão do Pregão Eletrônico N° 036/2023 foi iniciada em 06.11.2023, onde o Pregoeiro abriu a sessão para análise das documentações (ficha técnica). Em seguida foi informado o resultado das análises.

2. Logo após ocorreu o início da fase de lances, tendo esta transcorrido sem qualquer percalço.

3. Seguidamente, o Pregoeiro passou para os procedimentos de habilitação baixando os documentos de habilitação para as referidas análises e validações. A sessão foi suspensa para análise pormenorizada da documentação apresentada, sendo remarcada para o dia 13.11.2023 as 10:00hrs.

4. A sessão foi reiniciada, onde o Pregoeiro e equipe informaram que não foi possível a conclusão das análises em tempo hábil, havendo assim a necessidade de remarcação da sessão para o dia 14.11.2023 as 15:00hrs.

5. Na data e horário supra, a sessão obteve seu reinício, onde foi informado pelo Pregoeiro que a empresa F.C. NORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA fora habilitada para o Pregão Eletrônico Nº 036/2023.

6. Em seguida foi iniciado a fase recursal, onde foi aberto o prazo de 30 minutos para manifestação de intensão de recurso. Após este prazo se constatou que não houve

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 333
Rubrica

manifestação de interesse de interposição de recursos. Deste modo, a fase recursal findou-se.

7. Assim, foi declarada vencedora do Pregão Eletrônico Nº 036/2023 a empresa F.C. NORAIS AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, conforme descritos nos autos.

Desse modo, observa-se que o procedimento adotado está em conformidade com os ditames da lei, bem como a documentação encontra-se legalmente habilitada para efetivação do referido processo. O processo foi adjudicado em 17 de novembro de 2023 e deverá ser encaminhado, para Homologação dos resultados.

Encaminhe-se para Homologação, empenho, contrato e publicação do Extrato de Contrato.
É o Parecer

Vargem Grande – MA, 17 de novembro de 2023.

Hugo Raphael Araujo de Mesquita
Assessor Jurídico/CPL
OAB/MA 17.018

Rua Dr. Nina Rodrigues, 20 - Centro, Vargem Grande - MA
CEP: 65430-000 | Tel. (98)3461-1340
prefeituradevargemgrandema@hotmail.com

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 20230379. **ORIGEM.:** PREGÃO Nº 061/2022-SRP/PE. **CONTRATANTE:** FUNDO DESENV. EDUCACAO DO ENSINO BASICO. **CONTRATADA(O).:** T R DE CARVALHO LTDA. **OBJETO:** Aquisições de Pneus e Câmaras novas destinados a Manutenção da Frota da Secretaria Municipal de Educação do Município de Vargem Grande/MA. **VALOR TOTAL.:** R$ 71.062,00 (setenta e um mil, sessenta e dois reais). **PROGRAMA DE TRABALHO:** Exercício 2023 Atividade 0110.123610027.0.029 Manutenção do ensino fundamental Fundeb 30%, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.99, no valor de R$ 71.062,00. **VIGÊNCIA.:** 09 de Novembro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023. **DATA DA ASSINATURA:**09 de Novembro de 2023. **RAIMUNDO NONATO DA COSTA** - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO - LICITAÇÃO - EXTRATO DE CONTRATO: 20230387/2023

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 20230387. **ORIGEM:** PREGÃO Nº 014-2023-SRP-PE. **CONTRATANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTE. **CONTRATADA(O):** R N CARVALHO TERCEIRO – ME. **OBJETO:** Contratação de Empresa para Fornecimento de Material de Construção de Interesse da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Urbanismo do Município de Vargem Grande/MA. **VALOR TOTAL:** R$ 300.420,10 (trezentos mil, quatrocentos e vinte reais e dez centavos). **PROGRAMA DE TRABALHO:** Exercício 2023 Atividade 0108.151220001.0.004 Manutenção da Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo , Classificação econômica 3.3.90.30.00 Materia l de consumo, Subelemento 3.3.90.30.99, no valor de R$ 300.420,10. **VIGÊNCIA:** 17 de Novembro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023. **DATA DA ASSINATURA:** 17 de Novembro de 2023. **ICARO DA SILVA PORTELA**- Secretário de Obras Trans. e Urbanismo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO - EXTRATO DE CONTRATO: 20230388/2023

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 20230388. **ORIGEM:** PREGÃO Nº 056/2022-SRP/PE. **CONTRATANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. **CONTRATADA(O):** L FRAZÃO DE ALMEIDA – ME. **OBJETO.:** Contratação de Empresa para Fornecimento de Materiais de Limpeza em Geral, destinados a Secretaria Municipal de Administração do Município de Vargem Grande/MA. **VALOR TOTAL:** R $ 107.119,80 (cento e sete mil, cento e dezenove reais e oitenta centavos). **PROGRAMA DE TRABALHO.:** Exercício 2023 Atividade 0102.041220001.0.003 Manutenção da Secretaria de Administração, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Sub elemento 3.3.90.30.22, no valor de R$ 107.119,80. **VIGÊNCIA:** 17 de Novembro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023 **DATA DA ASSINATURA:**17 de Novembro de 2023. **FRANCISCO FERREIRA LIMA FILHO** - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMNISTRAÇÃO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - LICITAÇÃO - RESULTADO DE JULGAMENTO: 036/2023

RESULTADO DE JULGAMENTO

Tornamos público o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP -036/2023-CPL/PMVG. PROC. ADMINISTRATIVO Nº 0101.07156.2023, do tipo Maior desconto, objetivando a Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagen s, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilh etes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (vo os domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, tendo como vencedora a empresa: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAG ENS E TURISMO LTDA inscrita no CNPJ nº 07.133.984/0001-28 considerada vencedora total do certame com valor total de R$ 331.650,0000 (trezentos e trinta e um mil e seiscentos e cinquenta reais) Comunica assim o resultado final do Procedimento, levando em con ta o interesse público e Administrativo. Vargem Grande - MA, em 17 de Novembro de 2023. **Ricardo Barros Pereira** Pregoeiro Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO - LICITAÇÃO - EXTRATO DE TERMO ADITIVO: 20200238/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20200238. PARTES: Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Urbanismo e a empresa CONSTRUMAQ PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELLI. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para a Pavimentação Asfáltica em Vias no Município de Vargem Grande/MA. (Repasse nº 896057/2019/MDR/CAIXA), DATA DE ASSINATURA, 17 de Novembro de 2023. VIGÊNCIA DO TERMO DE ADITIVO: 120 (cento e vinte) dias. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 002/2020 – ADITAMENTO DE DURAÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01 08 - Secretaria Municipal de Obras e Transporte, 154510003.0.100 - Pavimentação e Recuperação de Vias Públicas, 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações. Subelemento - 4.4.90.51.99. ASSINATURAS: CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Obras e Transportes, Representado pelo Sr. ICARO DA SILVA PORTELA, Secretário Municipal de Obras e Transportes, e CONTRATADA: CONSTRUMAQ PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELLI, Representada pelo Sr MICHAEL ATHAN. Vargem Grande/MA. 17/11/2023. ICARO DA SILVA PORTELA, Secretário Municipal de Obras, Transportes e Urbanismo.

Assinado eletronicamente por: Rafael Santos Nunes - CPF: ***.705.933-** em 20/11/2023 18:41:31 - IP com nº: 192.168.0.16
Autenticação em: www.vargemgrande.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1364

MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 335
Rubrica

Termo de Homologação

Nome do promotor / comprador: MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE

Edital: PE-036/2023-CPL/PMVG
A Autoridade Competente da(o) Secretaria de Educação, sr.(a) Raimundo Nonato da Costa, no uso das atribuições legais, conforme a legislação vigente (Lei 8666/1993 e Lei 10.520/2002), após constatar a legitimidade dos atos procedimentos e correção jurídica das fases internas e externas do procedimento, resolve HOMOLOGAR o resultado do Registro de Preços n° 0101.07156.2023, cujo objeto trata da Contratação de serviços comuns de: Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA..

Empresas vencedoras

Empresa:	Total:
F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	R$ 331.650,0000

Situação: Encerrado
Empresa vencedora: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
Item: Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas

Valor Unitário:	Quantidade:	Valor Global:	Valor de Referência:	Diferença:
R$ 331.650,0000	1,00	R$ 331.650,0000	R$ 495.000,0000	-R$ 163.350,0000

Data e horário da Homologação:
21 de novembro de 2023 às 14:33

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Raimundo Nonato da Costa
CPF: 870.512.573-15
Órgão Gerenciador

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Francisco Ferreira Lima Filho
CPF: 705.126.393-53
Órgão Participante

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Carla Nicoly Mesquita de Mesquita
CPF: 647.183.013-00
Órgão Participante

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Thais Kellen Leite de Mesquita
CPF: 843.615.063-53
Órgão Participante

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 326
Rubrica

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Vargem Grande – MA, através da Secretaria de Municipal de Educação - Órgão Gerenciador, convoca a Empresa:

- **F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA** inscrita no CNPJ nº **07.133.984/0001-28**

  Para assinatura da Ata de Registro de Preços decorrente da licitação na modalidade PREGÃO nº SRP-036/2023-CPL/PMVG.

Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções. Prevista em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Vargem Grande - MA, 22 de Novembro de 2023.

Raimundo Nonato da Costa
Secretário Municipal de Educação

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 337
Rubrica

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 20230393

O MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE, através da secretaria municipal de educação, com sede na Rua Sebastião de Abreu - n.º 64, na cidade de Vargem Grande, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.648.738/0001-83, neste ato representada pelo Sr. Raimundo Nonato da Costa, Secretário Municipal de Educação, inscrito no CPF sob o nº 870.512.573-15 portador da Carteira de Identidade nº 88669798-0, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 036/2023, processo administrativo n.º 0101.07156.2023, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancelamentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada p elo período de 12(doze) meses de passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA, especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 036/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ: 07.133.984/0001-28
Rua Inacio Xavier de Carvalho, n° 161, Bairro São Francisco, São Luís - MA, CEP: 65.076-360

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR FINAL
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional.	Serviço	33%	R$ 331.650,00

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. *O órgão gerenciador será a Secretaria Municpal de Educação (Valor Total R$167.500,00)*

São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA:07133984000128

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 33
Rubrica

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Representante*	*Valor Total*
1	Secretaria Municipal de Administração	Francisco Ferreira Lima Filho	*R$ 67.000,00*
1	Secretaria Municipal de Saúde	Thais Kellen Leite de Mesquita	*R$ 53.600,00*
1	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	Carla Nicoly Mesquita de Mesquita	*R$ 43.550,00*

3.2. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.2.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

3.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA 07132 984000128

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 339
Rubrica

3.7.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de *12 meses*, a partir da data de sua assinatura , não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA:07133984000126

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 340
Rubrica

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

Vargem Grande – MA, 22 de Novembro de 2023.

F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA:07133984000128

Prefeitura de
VARGEM GRANDE
DE MÃOS DADAS CONSTRUINDO O NOVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 341
Rubrica

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Raimundo Nonato da Costa
CPF: 870.512.573-15
Orgão Gerenciador

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Francisco Ferreira Lima Filho
CPF: 705.126.393-53
Órgão Participante

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Carla Nicoly Mesquita de Mesquita
CPF: 647.183.013-00
Órgão Participante

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Thais Kellen Leite de Mesquita
CPF: 843.615.063-53
Órgão Participante

F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA:07133984000128

Assinado de forma digital por F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA:07133984000128
DN: c=BR, st=MA, l=SAO LUIS, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A1, ou=AR FACILID CERTIFICADORA DIGITAL, ou=Presencial, ou=29422374000187, cn=F C MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA:07133984000128
Dados: 2023.11.24 15:52:48 -03'00'

F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 07.133.984/0001-28
Francisco das Chagas de Morais
CPF: 044.002.593-15
Empresa Vencedora

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUNT	VALOR UNITARIO
1	Aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha), acondicionado em botijão de 13Kg (somente o conteúdo).	UNID	4.535	**R$ 104,99**
COTA EXCLUSIVA ME/EPP				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QUNT**	**VALOR UNITARIO**
4	Carga de gás de cozinha (GLP), envasado em botijão para 45Kg, de acordo com a legislação vigente da ANP. Botijão retornável contendo 45 kg de gás (GLP).	UNID	186	**R$ 355,00**

Vargem Grande/MA, 22 de Novembro de 2023. Raimundo Nonato da Costa – Secretário Municipal de Educação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 342 Rubrica

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - LICITAÇÃO - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 20230391/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE/MA. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20230391- RESULTANTE DO PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 035/2023 -CPL/PMVG. OBJETO: Contratação de empresa para Fornecimento de Gás Natural (GLP) para Cozinha, destinados as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA. Conforme valor registrado abaixo. PARTES: Secretaria Munic ipal de Educação – **Órgão Gerenciador**, representada pelo Sr. Raimundo Nonato da Costa / Secretaria Municipal de Saúde – Orgão Participante, representada pela Sra. Thais Kellen Leite de Mesquita / Secretaria Municipal de Administração – Orgão Participante, representada pelo Sr. Francisco Ferreira Lima Filho / Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – Orgão Participante representada pela Sra. Carla Nicoly Mesquita de Mesquita e a Empresa: A H F CUNHA LTDA, CNPJ: 06.942.305/0003 -60. BASE LEGAL: O presente registro tem como amparo legal o Edital da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº SRP -035/2023 e nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto Federal nº 7.892/2013; do Decreto nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 004/2017; aplicando -se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas. VALIDADE DA ATA: 12 meses. DATA DA ASSINATURA: 21.11.2023. FORO: Comarca de Vargem Grande/MA. ASSINATURAS: Raimundo Nonato da Costa – Secretário Municipal de Educação, Thais Kellen Leite de Mesquita - Secretária Municipal de Saúde, Francisco Ferreira Lima Filho - Secretário Municipal de Administração, Carla Nicoly Mesquita de Mesquita - Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e **A H F CUNHA LTDA**, representada pelo **Sr. Antonio Honady Furtado Cunha** (Detentores do Registro de Preços).

A H F CUNHA LTDA CNPJ: 06.942.305/0003-60
Rua Fleury Gama, nº 149, Centro, Vargem Grande – MA, CEP: 65.430-000

COTA AMPLA PARTICIPAÇÃO				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QUNT**	**VALOR UNITARIO**
2	Carga de gás de cozinha (GLP), envasado em botijão para 45Kg, de acordo com a legislação vigente da ANP. Botijão retornável contendo 45 kg de gás (GLP).	UNID	1164	**R$ 422,00**
COTA EXCLUSIVA ME/EPP				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QUNT**	**VALOR UNITARIO**
3	Aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha), acondicionado em botijão de 13Kg (somente o conteúdo).	UNID	615	**R$ 100,00**

Vargem Grande/MA, 22 de Novembro de 2023. Raimundo Nonato da Costa – Secretário Municipal de Educação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - LICITAÇÃO - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 20230393/2023

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE/MA. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20230393- RESULTANTE DO PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 036/2023 -CPL/PMVG. OBJETO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento de Viagens, compreendendo a Prestação direta de assessoria, cotações, reservas, alterações (Remarcações), cancel amentos, emissões de bilhetes/vouchers e eventuais reembolsos para oportunizar a aquisição fracionada pelo período de 12(doze) meses d e passagens aéreas nacionais (voos domésticos) e hospedagens, junto as Secretarias Municipais de Vargem Grande/MA. Conforme valor registrado aba ixo. PARTES: Secretaria Municipal de Educação – **Órgão Gerenciador**, representada pelo Sr. Raimundo Nonato da Costa / Secretaria Municipal de Saúde – Orgão Participante, representada pela Sra. Thais Kellen Leite de Mesquita / Secretaria Municipal de Administração – Orgão Participante, representada pelo Sr. Francisco Ferreira Lima Filho / Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – Orgão Participante representada pela Sra. Carla Nicoly Mesquita de Mesquita e a Empresa: F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ: 07.133.984/0001-28. BASE LEGAL: O presente registro tem como amparo legal o Edital da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº SRP-036/2023 e nos termos da Lei nº 10.520/02, do Decreto Federal nº 7.892/2013; do Decreto nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 00 4/2017;

Assinado eletronicamente por: Rafael Santos Nunes - CPF: ***.705.933-** em 22/11/2023 23:12:06 - IP com nº: 192.168.1.134
Autenticação em: www.vargemgrande.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1366

aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas. VALIDADE DA ATA: 12 meses. DATA DA ASSINATURA: 22.11.2023. FORO: Comarca de Vargem Grande/MA. ASSINATURAS: Raimundo Nonato da Costa – Secretário Municipal de Educação, Thais Kellen Leite de Mesquita - Secretária Municipal de Saúde, Francisco Ferreira Lima Filho - Secretário Municipal de Administração, Carla Nicoly Mesquita de Mesquita - Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e **F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**, representada pelo **Sr. Francisco das Chagas de Morais** (Detentores do Registro de Preços).

F.C. MORAIS AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ: 07.133.984/0001-28 Rua Inacio Xavier de Carvalho, nº 161, Bairro São Francisco, São Luís - MA, CEP: 65.076-360				
ITEM	**ESPECIFICAÇÕES**	**UNIDADE**	**PERCENTUAL DE DESCONTO**	**VALOR FINAL**
1	Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas Compreendendo: Reserva Emissão, Remarcação e Cancelamento de Bilhetes em trechos diversos no âmbito nacional.	Serviço	33%	R$ 331.650,00

Vargem Grande/MA, 22 de Novembro de 2023. Raimundo Nonato da Costa – Secretário Municipal de Educação.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 343 Rubrica

Assinado eletronicamente por: Rafael Santos Nunes - CPF: ***.705.933-** em 22/11/2023 23:12:06 - IP com nº: 192.168.1.134
Autenticação em: www.vargemgrande.ma.gov.br/diariooficial.php?id=1366